

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**TÍTULO: TRABALHADORES EM GREVE NO BRASIL E A FORMAÇÃO DA
CONSCIÊNCIA: DO CAPITALISMO “KEYNESIANO” PARA A LIBERALIZAÇÃO DO
CAPITAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA**

AUTOR: JOSÉ FERDINANDO RAMOS FERREIRA

ORIENTADOR: SALVADOR ANTONIO MIRELES SANDOVAL

Dissertação de Mestrado apresentada à Comissão de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, na área de concentração de Educação, Sociedade, Política e Cultura

Campinas
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP
GILDENIR CAROLINO SANTOS – CRB-8ª/5447

F413t Ferreira, José Ferdinando Ramos.
Trabalhadores em greve no Brasil e a formação da consciência: do capitalismo “*keynesiano*” para a liberalização do capital e reestruturação produtiva / José Ferdinando Ramos Ferreira. – Campinas, SP: [s.n.], 2011.

Orientador: Salvador Antonio Mireles Sandoval.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Consciência de classe. 2. Conflito social. 3. Greves e lockouts. 4. Sindicalismo. 5. Produção (Teoria econômica). I. Sandoval, Salvador Antonio Mireles. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

11-095/BFE

Informações para a Biblioteca Digital

Título em inglês: Workers on strike in Brazil and the development of awareness: from the “*keynesian*” capitalism to the liberalization of capital and productive restructuring

Palavras-chave em Inglês:

Class consciousness

Class struggle

Strikes and lockouts

Unionism

Production (Economic theory)

Área de concentração: Educação, Sociedade, Política e Cultura

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora:

Salvador Antonio Mireles Sandoval [Orientador]

Francisco Máuri de Carvalho Freitas

Aparecida Néri de Souza

Márcia de Paula Leite

Geraldo Augusto Pinto

Data da defesa: 08-04-2011

Programa de pós-graduação: Educação

E-mail: jfrf_br@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Título: Trabalhadores em Greve no Brasil e a Formação da Consciência: do
Capitalismo “Keynesiano” para a Liberalização do Capital e Reestruturação
Produtiva**

Autor: José Ferdinando Ramos Ferreira
Orientador: Salvador Antonio Mireles Sandoval

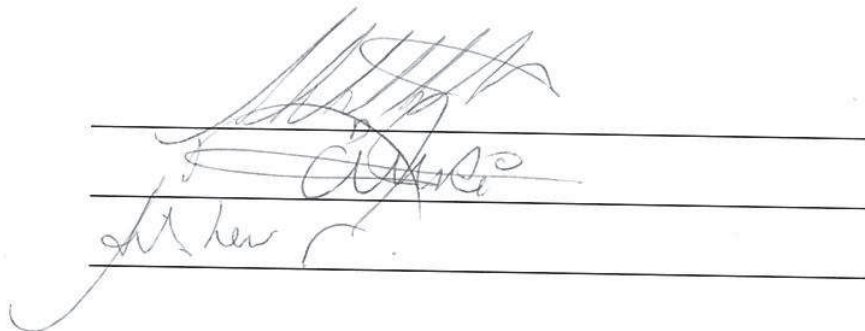
Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por José Ferdinando Ramos Ferreira e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data:

Assinatura:.....

Orientador

COMISSÃO JULGADORA:



2011

À você, minha mãe, que tanto amo

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Ercy, que mantém seu amor incondicional, em todo o percurso da minha vida e que conferiu sustentação durante esta trajetória acadêmica, em todos os níveis que um filho pode desejar. Espírito gentil, amável e entregue sem restrições, muito obrigado.

À minha família, Lorna, Anna, Lucius e Ângelus, por compreender e aceitar de forma tão sincera os questionamentos que surgiram.

Ao meu pai, que, embora não esteja mais aqui, produziu em mim sentimentos que me fizeram crescer.

À minha Morada, minha verdadeira Morada, edifício que alimenta meu espírito, sem a qual certamente este trabalho não se concretizaria.

Ao meu orientador, professor Salvador Antonio Mireles Sandoval, obrigado por acolher este trabalho, nas condições que se apresentaram.

Ao amigo, professor e camarada Chico Máuri, cujo conhecimento a respeito de Lênin impressiona e a quem devo as reflexões mais classistas e vigilantes deste trabalho.

À professora Aparecida Néri de Souza, profissional inteligente, criteriosa, perspicaz e com afabilidade de mesma grandeza.

À professora Márcia de Paula Leite, que proporcionou um debate de qualidade com a bibliografia que utilizei.

Ao professor e amigo Geraldo Augusto Pinto, estudioso da sociologia do trabalho.

Ao Carlos Eduardo de Figueiredo Santos, amigo atencioso, por cobrir minhas limitações com a língua inglesa.

Ao amigo Pablo Robles, sem o qual teria sido difícil imprimir a primeira versão deste trabalho.

Aos funcionários da FE, em especial à Cláudia (Decise), pela solidariedade em momentos difíceis; Nadir, A. Carlos e Rita (Pós); Ademilson Modesto de Camargo (“Adê”, Informática) e Gil (Biblioteca), que mostraram ser possível realizar atendimento ao público de forma educada.

Aos colegas de estudos na Unicamp e professores que dialogaram comigo a respeito do tema pesquisado.

RESUMO

O estudo se refere às relações de trabalho no Brasil, dadas a partir das fábricas, como um conjunto de arranjos que podem ser institucionais ou não, e que organizam as relações sociais de produção em locais de trabalho. Assim, a passagem do capitalismo competitivo para o monopolista, a reestruturação das atividades produtivas não só afetam como transformam as relações de trabalho. Na sociedade de classes, em que as relações de trabalho se apresentam como relações de exploração e de dominação, por meio de arranjos institucionais (aqui chamados de acordo ou negociações) são tomadas decisões acerca do trabalho. Essas decisões expressam relações de poder, capacidade de pressão de grupos sociais (como os sindicatos) na luta pela defesa de direitos (demandas). As relações de trabalho (na sociedade capitalista) caracterizam-se por relações de assalariamento. Na perspectiva marxista por relações de exploração ou de extração de sobre trabalho (mais valia) pelo capitalista que tem por objetivo a realização do valor (a acumulação do capital). Os interesses contraditórios permitem a construção de relações de conflito ou de consenso no processo de trabalho. O consenso, de forma geral, resulta da coerção. O caráter conflituoso das relações de trabalho e suas possibilidades de tornar-se aberto, visível, dando origem aos processos de resistência (como a greve) é o foco desta pesquisa. A greve é tomada como uma ação coletiva que permite a construção de processos de pertencimento/ de consciência de classe e que também possibilita a mudança nas relações sociais de produção. A questão central que orienta a análise é indagar os alcances e os limites da greve (na dimensão apontada) na sociedade brasileira contemporânea.

Palavras-chave:

Consciência de classe; Conflito social; Greve; Sindicalismo; Produção (Teoria econômica).

ABSTRACT

The study concerns industrial relations in Brazil, taking place in factories, as a set of arrangements which may or not be constitutional and which organize the social relations of production at the workplace. Thus, the change from a competitive capitalism to a monopolistic sort and the restructuring of the productive activities not only affect but also transform industrial relations. In the class society, in which industrial relations present themselves as relations of exploitation and domination, by means of institutional arrangements (herein referred to as agreement or negotiation), decisions concerning labor are made. Such decisions express power relations, and the capacity to exert social group pressure (such as labor unions) in the struggle for the defense of rights (demands). The industrial relations (in the capitalist society) are characterized by salary relations. In the marxist perspective, they are characterized by relations of exploitation and surplus labor (surplus value) on the part of the capitalist, whose aim is the realization of value (accumulation of capital). The opposing interests between capital and labor lead to relations of either conflict or consensus in the industrial process. Consensus, on the whole, results from coercion. The conflicting nature of industrial relations and the possibility of their becoming open, visible, allowing for processes of resistance (such as strikes) is the focus of this research. Strikes are taken as collective actions which allow for the constructions of processes of belonging/class awareness and which enables changes to take place in the social industrial relations. The central question which guides the analysis is to question the ranges and the limits of strikes (in the dimension pointed out herein) in contemporary Brazilian society.

Keywords:

Class consciousness; Class struggle; Strikes and lockouts; Unionism; Production (Economic theory).

Sumário

INTRODUÇÃO.....	01
Procedimentos Teórico-Metodológicos.....	11
CAPÍTULO I - CONSCIÊNCIA DE CLASSE E MOVIMENTOS GREVISTAS..	18
1.1 Classes sociais.....	18
1.1.1 Debate.....	22
1.2 Processo de formação da consciência de classe.....	28
1.3 Construção da consciência de classe nos processos de greve.....	41

CAPÍTULO II - RELAÇÕES E MERCADO DE TRABALHO.....	46
2.1 Política keynesiana e desenvolvimentista no Brasil: aspectos de regulação pública nas relações entre o capital e o trabalho.....	47
2.1.1 Sobre os direitos trabalhistas na Constituição brasileira.....	63
2.1.1.1 Constituição de 1988.....	63
2.1.1.2 Fator previdenciário.....	65
2.1.1.3 Direito de greve.....	69
2.1.1.4 Greve no serviço público.....	72
2.1.1.5 Liberdade sindical.....	75
2.2 As relações de trabalho no Brasil contemporâneo.....	79
2.3 Os dados oficiais.....	81
2.4 Conceitos.....	89
2.5 Mercado de trabalho: estrutura.....	92
2.6 Mercado de trabalho: resultados da reestruturação produtiva.....	100
2.7 Conclusão para o início dos anos 2000.....	104
2.8 Análise do emprego enquanto agenda do mercado de trabalho: início dos anos 2010.....	107
CAPÍTULO III - ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO BRASIL.....	114
3.1 A dialética da luta sindical.....	114
3.2 Ação sindical.....	135
3.3 Postura do sindicato.....	143
3.4 As bandeiras do sindicalismo atual.....	146

CAPÍTULO IV- AS GREVES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	154
4.1 Greves.....	155
4.2 Novas formas de greve.....	163
4.3 O Novo ciclo grevista.....	185
4.4 Análise do período grevista.....	187
4.5 Categorias do funcionalismo público e pressão do movimento grevista.....	194
CAPÍTULO V – CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE E MOVIMENTO PAREDISTA.....	208
5.1 Sobre a consciência dos trabalhadores diante da conjuntura política e econômica.....	208
5.1.1 Movimento sindical e Estado.....	212
5.2 Consciência de classe diante das complexas relações dadas na organização do trabalho.....	220
5.2.1 Relações no mercado de trabalho.....	222
5.2.2 O ambiente de trabalho.....	225
5.2.3 Patronato e táticas isoladas de reivindicação.....	228
5.3 Formação da consciência em movimentos sociais paredistas.....	231
5.3.1 Consciência de classe e caracterização das greves.....	241
5.3.2 Participação na mobilização grevista.....	244
5.4 Sindicalismo e militância sindical.....	258
5.4.1 Aspectos do perfil do sindicalista.....	259
5.4.2 Consciência e reivindicação sindical.....	262

CONCLUSÃO.....	278
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	295
BIBLIOGRAFIA.....	297

INTRODUÇÃO

A ação grevista é, via de regra, uma ação coletiva e para se concretizar torna-se necessário desenvolver-se num processo de mobilização de base de trabalhadores, e por onde o sindicato de determinada categoria deve por fim atuar. Ela é por excelência um instrumento “radicalizado” do ponto de vista de sua institucionalidade e que para chegar às vias de fato, deve ter considerado os resultados de negociação dos interesses entre as classes, grupos e subgrupos dispostos no processo. A greve é o instrumento último porque acarreta ao trabalhador grande número de privações que já pôde ser comparada às calamidades de guerra e, como afirmou Engels, resistindo estes obstáculos o trabalhador se fortalece na luta de classes. (ENGELS, 1986)

Para fins metodológicos, o presente estudo adotou como conceito de Greve aquele apresentado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE) e do Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG), este último, o banco de dados que cobre os movimentos grevistas deflagrados no Brasil desde 1983, sendo

interrupção temporal do trabalho efetuada intencionalmente por um grupo de trabalhadores com objetivo de impor uma reivindicação, opor-se a uma exigência ou expressar queixa (OIT). Excluem-se deste escopo, portanto, tanto as paralisações de iniciativa patronal (lockouts) como as formas de protesto que não implicam suspensão do trabalho, tais como “operação tartaruga” ou “operação padrão. (DIEESE, 2006, p. 40)

Além da greve, os métodos mais desenvolvidos na história das lutas dos trabalhadores foram o boicote e a sabotagem¹. Quanto ao primeiro, pode assim ser definido:

Boycottagem – a palavra teve sua origem na Irlanda. Lord Erne tinha como diretor de seus extensos domínios no Condado de Maio, o capitão Boycott que se tornara antipático pelas suas medidas de rigor contra os camponeses. A severidade do capitão Boycott indignou de tal forma os camponeses, que ele não encontrou um só homem para trabalhar na colheita de 1879. Esta situação levou o Governo a mandar operários protegidos por soldados...mas era tarde demais: as colheitas tinham apodrecido no campo. Boycott vencido, arruinado refugiou-se na América, onde morreu [...] (RODRIGUES, 1977, p. 54)

Quanto à sabotagem, são três as versões dadas sobre a origem da palavra.

¹ Três versões são dadas sobre a origem da palavra. A mais conhecida é do grevista francês que lançou seu tamanco de madeira (*sabot*, em francês) nas engrenagens de um tear e posteriormente abandonado o local. O trabalho lento em razão do peso dos tamancos de madeira é outra versão. A terceira acepção vem do termo argot significando “cair forte” sobre o patrão, golpeando seus benefícios sem abandonar o trabalho. (GARCIA, 1988, p. 429-432).

A mais conhecida é do grevista francês que lançou seu tamanco de madeira (sabot, em francês) nas engrenagens de um tear e posteriormente abandonado o local. O trabalho lento em razão do peso dos tamancos de madeira é outra versão. A terceira acepção vem do termo argot significando “cair forte” sobre o patrão, golpeando seus benefícios sem abandonar o trabalho. (GARCIA, 1988, p.429-432)

A manifestação da greve é o desdobramento de episódios entre forças contraditórias da sociedade, mas não necessariamente antagônicas. Assim, tem-se que a força de trabalho negociada e vendida no modo capitalista de produzir garante, de um lado a estabilidade econômica ao trabalhador a partir de um contrato de trabalho e por outro torna este mesmo trabalhador um dos componentes das forças produtivas que possibilita a acumulação do Capital. Do ponto de vista dos trabalhadores, o que se espera é o fortalecimento da legislação e garantias trabalhistas, situação que pode ser alcançada com a atuação coletiva dos trabalhadores enquanto classe social organizada. Neste sentido é que o trabalhador assalariado torna-se o elemento fundante do sindicato e ocupa posição estratégica no processo produtivo.

As primeiras referências ao direito de greve na Brasil surgem com a Consolidação das Leis do Trabalho no início da década de 1940, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas. No entanto, em momento posterior, o próprio Vargas baixaria um decreto, o nº 9.070, estabelecendo todo um rito a que os sindicatos deviam obedecer para decretar uma greve.

Pelo Decreto acima, de 13 de março de 1946, foram criadas barreiras legais ao exercício do direito à greve, que, em síntese, reforçava o poder normativo da Justiça do Trabalho: 1) submetia obrigatoriamente os dissídios à conciliação prévia e 2) limitava a possibilidade de greves legais à situação em que, obedecidos todos os prazos e trâmites que os sindicatos tinham que cumprir naquela instância, julgado o dissídio, os empregadores não cumprissem suas cláusulas. Isto só poderia ocorrer entre as categorias urbanas, do setor privado, cujas atividades não estivessem incluídas na (extensa) lista de “atividades fundamentais”.

Como resultado do Decreto de 1946 o funcionalismo, trabalhadores rurais e trabalhadores em serviços urbanos, comércio de gêneros e indústrias básicas ou “essenciais à defesa nacional” estavam liminarmente proibidos de realizar greve. As punições aos grevistas variavam da demissão a penas criminais. Este decreto foi revogado pela Lei nº 4.330, de 1º.6.1964, pelo governo Eurico Gaspar Dutra, que dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências.

Embora argumentando que se tratava de uma regulamentação “para evitar abusos” de fato significou a limitação do direito de greve que quase a inviabilizava. A suspensão do direito de greve ocorreu a partir de 1978, foi recuperado na Constituição de 1988. Nesta, o direito de greve tornou-se simplificado e discriminizado, como se observa:

Art. 9º. É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
§ 1º. A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
§ 2º. Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

Esse artigo foi regulamentado logo em seguida pela Lei 7.783/89 e, apesar de avançar nos direitos dos trabalhadores, os dispositivos legais continuam dificultando as ações dos movimentos grevistas.

Esse é o caso do poder normativo exercido pela Justiça do Trabalho. Nele fica estabelecido (a) o que cada uma das partes deve fazer, e, portanto obscurecendo a existência do conflito explícito (DIEESE, 1995), (b) faz com que a greve sofra intervenção Estatal e se torne uma variante para determinar os rumos desse conflito, deixando de ser uma relação puramente privada entre trabalhadores e capitalistas e (c) legitima a coerção, com a intervenção das forças militar e policial.

Com o processo de reestruturação produtiva (o que reduz – e quando não, elimina as conquistas sociais) que adquiriu consistência a partir dos anos de 1970, e no Brasil a partir dos anos de 1980, os trabalhadores se vêm diante de novos desdobramentos do Capital, o que implica em desafios que exigem deles readaptações para se manterem na população economicamente ativa. Isto altera também as táticas de acompanhamento e fortalecimento da base sindical trabalhadora e faz com que formas de mobilização historicamente vencedoras – sob a ótica da eficiência e com capacidade de persuasão – sejam colocadas à prova. O mesmo ocorre com o instrumento Greve, um dos mecanismos mais eficientes no transcorrer da história e um dos quais o trabalhador dispõe para enfrentar a exploração econômica e a dominação política e, portanto, instrumento legítimo de conquistas dos trabalhadores.

Quando eclodiu a crise do subprime em 2008, parecia que o governo tinha encontrado um rumo ao desenvolvimentismo. Mas, quando estoura a bolha especulativa em 2008 a equipe econômica adota políticas anticíclicas: (1) aumentou o gasto público e a renúncia fiscal, (2)

reduziu impostos, e mudou parcialmente a maior herança do governo FHC: a política macroeconômica ultra-ortodoxa do Banco Central, de juros altíssimos (o que não significou grandes quedas nas taxas de juros, mas num curto período manteve-se com um dígito). Para manter sua inclinação à política neo-desenvolvimentista, o governo Lula manteve Henrique Meirelles no Banco Central (este com status de Ministério) e Guido Mantega no Ministério da Fazenda. O Brasil foi um dos últimos países a entrar na crise e um dos primeiros a sair.

Com ampla articulação de partidos e de setores do capital privado, bem como da maioria das centrais sindicais brasileiras (e com postos de governo concedidos a sindicalistas) e ainda, desfrutando de articulação na política e na economia internacional, o PT conquista a presidência da República nas eleições do final de 2010, elegendo Dilma Roussef tendo como candidato à oposição José Serra, do PSDB. Longe da leitura weberiana de que haveria transferência de votos de Lula para Dilma por conta do “carisma”² do primeiro, o que houve foi a constatação de que o PT tornara-se um partido de articulação com frentes do capital e manutenção da sua ordem. O que difere, no entanto o governo do “PT” do seu antecessor é o fato de buscar por linhas políticas do capitalismo keynesiano.

O principal aspecto da crítica de esquerda ao desenvolvimentismo é o de que ele encobre as contradições de classe, que por sua vez impede o surgimento de uma classe trabalhadora autônoma e consciente de seus interesses, que acabam por ser diluídos na proposta de desenvolvimento nacional e, por conseguinte beneficiando o avanço do capitalismo.

Observa-se que, tanto no campo sindical que originou a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e adjacentes quanto na inclinação política ideológica do Partido dos Trabalhadores (PT) que remontam as lutas sociais após o ingresso das idéias keynesianas e desenvolvimentistas no Brasil estes agentes sociais se posicionavam contra a intervenção do Estado na suas determinações programáticas. No caso do sindicalismo, que discursava contra a regulação do Estado e da característica corporativa imposta ao movimento dos trabalhadores e no caso da

² Para Weber, o carisma é um fenômeno sociológico-político de um tipo particular de representação: a representação carismática apresentada por Max Weber. Este autor elaborou o tipo ideal de “dominação carismática”, uma forma especial de dominação que se legitima a partir de uma devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (carisma). E, em particular por faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória (WEBER, M. *Economia y Sociedad, esbozo de sociología* coprensiva. México, DF: Fondo de Cultura Economica, 1944). O assunto será retomado no capítulo que trata da formação da consciência do trabalhador diante do estado regulador brasileiro.

política partidária que considerava as lutas moderadas e de reforma do capitalismo vigente e, portanto, que serviriam de repertório do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Não obstante, o estrangulamento da política econômica neoliberal já era perceptível ao menos desde o final dos anos 1990 em escala internacional, o que daria espaço para novas elaborações da presença do Estado no planejamento da economia capitalista.

O quadro acima demonstra que as “oportunidades políticas” encontradas pelos trabalhadores entre os anos de 1980 e 2008 poderiam gerar reformas singelas na estrutura do capitalismo brasileiro. Da mesma forma torna possível deduzir que a Constituição de 1988, associada ao majoritarismo do sindicato reformista, associado a um governo articulado aos interesses do capital internacional, enfraqueceriam a resistência dos trabalhadores e o processo de formação da consciência da classe operária.

Assim, a greve como instrumento de luta e de formação da consciência encontra um novo obstáculo: vencer o reformismo no interior da própria classe em formação.

A rigor, a greve coloca em relevo que o trabalhador no interior das relações sociais e de produção do modo de produção capitalista, desenvolve mecanismos de resistência. Estes mesmos recursos também são atualizados na medida em que o modo de produção capitalista amplia sua investida para a acumulação.

A constatação de que as greves foram afetadas pela mobilidade e recuperação endógena do Capital se faz com a percepção de que, após os anos de 1980 houve elevação das taxas de desemprego e a não reversão deste quadro na década seguinte contribuíram de forma negativa para o sindicalismo, reduzindo as mobilizações dos trabalhadores, sobretudo a deflagração de greves. Ao mesmo tempo, diminuem-se as taxas de sindicalização e, conseqüentemente abalam-se as finanças sindicais, gerando maior instabilidade e insegurança aos trabalhadores que por sua vez reduziram sua participação em atividades sindicais bem como na sua filiação sindical, uma vez que os trabalhadores que mantêm seus empregos são menos propensos a aderir aos sindicatos.

Ademais, antes mesmo de se iniciar uma greve, deve-se haver referência na atuação do sindicato e de sua existência.

Desde cedo, vale resgatar dois aspectos que envolvem a relação, ao mesmo tempo contraditória e antagônica, entre o capital e o trabalho, que são de magnitude política e

econômica, acerca do período que sinaliza o descenso do sindicalismo e de suas ações nos anos 90 do último século se comparado com os anos de 1980.

Se, de um lado a reestruturação produtiva no Brasil gerou a eliminação de postos de trabalhos de plantas instaladas do então modelo fordista-taylorista também foram criados outros para atender a esta nova tecnologia e demanda. Este fato teria aquecido alguns setores da economia, sobretudo o de serviços, bem como atendendo *posteriormente* as demandas de micro, pequenas e médias empresas (MPEs), por trabalharem em rede em virtude do interesse por diminuição de custos. No entanto esta constatação é polêmica.

Do ponto de vista da análise econômica, o período de 1980 (que marca a ascensão do capital fictício e flexibilização das relações de trabalho no Brasil), avalia a idéia de que o sindicalismo neste país caminhou no sentido inverso à retração do sindicalismo no resto do mundo, com expansão de suas bases de trabalhadores, maior intervenção nas relações de trabalho e luta por direitos. Tal argumento se funda no pressuposto da existência de uma interligação de fatores assim apresentados: o desenvolvimento econômico dado pela capacidade produtiva instalada³ estaria associado ao período de acúmulo de experiência de lutas que o sindicalismo brasileiro havia conquistado, sobretudo a partir de 1978, com os metalúrgicos do ABC paulista e com o surgimento da Central Única dos Trabalhadores, em 1984. E, considerando o que movimento grevista apresentava inicialmente retrações (1978/84), ele demonstraria vigor no ciclo de greves posterior da mesma década (1985/89)⁴.

Entretanto, sob a análise da política e ideologia adotadas pelo sindicalismo brasileiro o que se observa é justamente a equivalência da postura sindical à ordem propositiva mundial.

Compreende-se aqui por ideologia a representação proposta por Marx por ocasião em que se faz a distinção entre *base* e *super-estrutura*, cuja formulação está contida no prefácio da *Contribuição à crítica da economia política*.

Segundo esta idéia, a base refere-se ao plano material, ao aspecto econômico, que englobam as forças produtivas. A super-estrutura, por sua vez, refere-se às relações sociais de produção como produto ou uma conseqüência, em algum grau, da disposição da base.

No terreno da super-estrutura as ideologias são falsas representações do mundo e decorrências de contradições fundamentadas nas condições materiais da sociedade. Neste sentido,

³ Capacidade produtiva que ocorreu a partir dos investimentos na estrutura departamental (DI, DII, iniciados nos anos de 1930 e 1950) e posteriormente intensificado com DIII no período governado pelos militares (1964/84).

⁴ A estatística das greves encontra-se detalhada no capítulo IV desta pesquisa.

a ideologia surge com a divisão do trabalho social (distinguindo o trabalho manual e o trabalho intelectual), ou, como assevera Marx,

[...] a produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real (MARX, 1979, p. 36) [...] se, em toda a ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo de vida [assim], não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (MARX, p. 37)

Uma demonstração que contraria a tese do avanço do sindicalismo brasileiro naquele período é identificada quando a Central Única dos Trabalhadores (CUT) filia-se, em 1992, à Confederação Interamericana das Organizações dos Sindicatos Livres (ou CIOSL)⁵, uma dissidência da Federação Sindical Mundial – esta criada em Paris em 1945, como organização sindical operária combativa, mas que foi gradualmente descaracterizada pelo revisionismo colaboracionista dos governos europeus dos anos 50 do século passado.

Segundo Tumolo (2002), a CUT faz uma inflexão política a partir de 1991, sobretudo com relação à mudança de hegemonia dos seus quadros, predominando a corrente denominada Articulação Sindical, esta que defendia o que se caracterizou por “sindicalismo propositivo dentro da ordem”.

Fato que corrobora com a argumentação de Tumolo (2002) é que o ano de 1991 foi marcante para o sindicalismo da CUT com a entidade iniciando sua participação nas câmaras setoriais, bem como pelo seu 4º Congresso sindical (CONCUT), ocasião em que a proposta de filiação da CUT à CIOSL tornou-se uma das questões mais polêmicas no interior da entidade.

Do ponto de vista do processo em que se forma a consciência de classe do trabalhador a partir da atuação sindical e de cursos em suas escolas de formação, específica aos trabalhadores, isto significou muito, pois, o que ocorreu foi justamente o enfraquecimento das posturas combativas, passando da formação crítica conferida aos trabalhadores (que apreendesse a realidade contraditória) à educação de tipo instrumental.

Estaria assim a CUT demonstrando a sua sintonia com o sindicalismo internacional reacionário, exatamente o sindicalismo estadunidense, financiado pela Secretaria de Estado para

⁵ A CIOSL foi criada em 1949 para se contrapor ao sindicalismo de tipo comunista ou soviético.

introduzir na América Latina, em geral, e na América do Sul, em particular, o sindicalismo de conciliação de classes.

Não obstante, quando se trata de categorias de análise que envolve Capital-Trabalho, necessariamente existirão aqueles que realizam a acumulação e os que vendem sua força de trabalho. Associe-se a este fato que qualquer agremiação situada na órbita dos movimentos sociais cujos interesses coletivos necessitem ser representados no campo político, econômico e social, encontrará respostas, sobretudo através de suas lutas; ou quando institucionalizada pode conferir ao movimento sua penetração enquanto operário/sujeito/ator/ (reconhecendo seu interlocutor e estar aberto a mudanças/livre ou passivo/seguidor de roteiros respectivamente) nas instâncias e fóruns de deliberação no qual se faz a reivindicação.

Portanto, num modo de produção capitalista o sindicato assume papel indispensável, seja para conquistas dos trabalhadores, seja para servir como interlocutor legitimado pelo sistema, ou ainda para se definirem regras segundo a sociedade em que se desenvolva. E será este sindicato que mobilizará a ação grevista.

Sabe-se que a natureza do capitalismo é a propriedade privada dos meios de produção e a acumulação do capital. Para compreender a natureza peculiar do processo de produção capitalista, Marx formulou uma série de novos conceitos, que se sustentam na existência de dois elementos dados no processo de trabalho, a saber, a força de trabalho e os meios de produção.

Sob o modo de produção capitalista os elementos apresentados acima assumem a forma de capital. Por esta razão e natureza, torna-se necessário ao capitalista investir dinheiro para a compra da força de trabalho bem como dos meios de produção antes mesmo de ter a chance de aumentar seu investimento inicial.

Neste sentido, o termo designado por Marx para comprar com o dinheiro a força de trabalho é *Capital Variável*; e o dinheiro investido para obter o prédio, equipamentos, matérias-primas e outros meios de produção é chamado *Capital Constante*.

Na medida em que a acumulação capitalista cresce, menor tende a ser a necessidade da força de trabalhadores existentes, que aumenta menos do que o ritmo de acumulação de capital. Tal processo levaria um número maior de pessoas alijadas do processo de produção no modo de produção capitalista.

O crescimento da força produtiva gera quantidade de oferta de trabalho em favor da acumulação do capital, até certo ponto independente do crescimento da população, isto que leva

ao surgimento do “exército industrial de reserva” e que, em período de estagnação o quadro se agrava. Deduz-se que se intensifica a extração da mais valia quando o trabalhador executa o trabalho para se manter em atividade.⁶

A acumulação pode esbarrar na quantidade de força de trabalho que ele (o capital) tem ao seu dispor, o que faz com que o trabalhador diminua seu poder de negociação. Neste sentido, o salário depende do ritmo da acumulação capitalista e não do ritmo de crescimento da população e nem do ritmo da produção de riquezas. De acordo com Marx: “O salário é, pois, determinado pelas mesmas leis que regem o preço de qualquer outra mercadoria”. (MARX, 1981, p. 157)

Sempre haverá alteração entre meios de produção e a sua quantidade de trabalho, pois o capitalismo tem necessidade incessante de produtividade, porque este faz com que os meios de produção sejam maiores que a quantidade de trabalho ao incorporar novas tecnologias, habilidades dos trabalhadores como consequência da divisão manufatureira do trabalho. Assim, há decréscimo da quantidade de trabalho em relação à massa utilizada, que influenciará a composição orgânica do capital.

Quando aumenta o capital constante em relação ao capital variável aumenta-se o emprego de matéria-prima mais do que quantidade de trabalho, aumentando capital constante. E, apesar de aumentar o capital técnico e a composição orgânica, o capital técnico aumenta em ritmo maior que a composição orgânica. Este ritmo maior de acumulação leva a concentração do capital aos capitalistas individualmente que disputarão entre si fazendo reduzir o número de detentores dos meios de produção. Por fatores de (a) centralização, (b) concentração da quantidade de riqueza social existente e (d) concorrência. Num processo de concorrência aumenta-se o poder tendo a posse dos meios de produção. Segue-se centralizando no sentido de reduzir a concorrência, levando ao oligopólio. Portanto, o preço não é dado pelo mercado, mas pelos poucos ofertantes que deterão ainda o poder de crédito.

Esta força de trabalho pode se tornar então o que Marx chama de “exército industrial de reserva”. Marx estará olhando para a equação $C=Cc+Cv$ à qual, na medida em que se altera e que

⁶ Marx dirá que a composição do capital é feita por (i) Valor, onde estão presentes o Capital Constante (Cc), ou seja, o valor dos meios de produção e Capital Variável (Cv), que é o valor dos meios de trabalho, e de onde ocorre a Composição Orgânica do Capital (Cc/Cv); e (ii) Material expresso por Meios de Produção (Mp) e Trabalho (Qtd T) e de onde se dá a Composição Técnica do Capital (Mp/Qtd T). Adverte-se que, na medida em que se amplia a acumulação de capital, a tendência é que a relação Cc/Cv aumente. E parte da mais-valia que se acumula neste processo torna-se Cc, ou seja, meios de produção. Ainda, o capital técnico não tem relação direta com a composição orgânica do capital, pois o físico é o capital técnico. Ampliando Mp maior que Qtd T, aumentará Cc, e, portanto a Cc/Cv aumenta.

se torna menos necessário para manter a força de trabalho já ocupada, torna-se necessário a elevação da taxa de acumulação perdendo a participação no total do capital variável.

O desenvolvimento das forças produtivas torna-se mais competitivo fazendo com que não dependa da reprodução da população, mas da alta produtividade. E, ao invés de reduzir o ritmo da acumulação para não depender da pressão dos altos salários, uma vez que se equipara a mão-de-obra, deve-se fazer o contrário; a máquina incorpora trabalho morto fazendo com que a capacidade instalada exija menos mão-de-obra, liberando assim mão-de-obra para outro setor que poderá utilizada para nova acumulação.

Será neste sentido então que as relações de produção tornam-se a referência das classes sociais e será a divisão entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores a condição que possibilita a organização do coletivo com interesses opostos. No entanto, encontra-se também na economia capitalista determinadas características que podem possibilitar a formação de um “campo de interesses comum” entre proprietário e trabalhadores.

Segundo a tese que defende a existência de um suposto campo de confluência entre as demandas dos operários e dos capitalistas, o trabalhador pode, visando preservar seu emprego ou aumentar seus ganhos, ter interesse no crescimento da empresa capitalista ou setor no qual ele trabalha, fazendo frente comum com os capitalistas dessa empresa ou setor e ao mesmo tempo concorrendo com os trabalhadores de outras empresas ou setores. Essa é uma luta caracterizada desde o século XIX como tradeunionismo.

Este fenômeno sugere que uma eventual consciência do trabalhador em favor do capitalismo pode ser, portanto, o reflexo de sua condição econômica particular e não uma ilusão sem fundamento econômico⁷, que, para se tornar ativa no terreno da economia capitalista dependerá da combinação de distintos fatores de ordem econômica, política, ideológica (situação de emprego e salário, situação de sistema de alianças que sustenta o bloco do poder burguês, etc.). Portanto, a classe social só existirá como coletivo organizado, quando o antagonismo latente tornar-se manifesto.

⁷ Ao contrário do que sugere a noção de falsa consciência encontrada em LUKÁCS, G. “História e Consciência de Classe”. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

Procedimentos Teórico-Metodológicos

Esta dissertação faz referência ao tema das relações de trabalho e de produção no Brasil contemporâneo, cujo objeto central é a ação da greve, instrumento de defesa e das conquistas dos trabalhadores e de formação da consciência manifestada a partir da organização tática dos trabalhadores.

O período das greves analisado compreende os anos de 1980 e 2008, décadas da ascensão do capital fictício no Brasil (enquanto que a oposição ao projeto de Estado de Bem-Estar nos países capitalistas ocidentais está presente desde os anos de 1970), culminando com o período em que a “bolha especulativa” deste modelo de capitalismo gera a crise do subprime, atingindo as principais economias capitalistas do globo em 2008.

A noção de capital fictício faz referência à dimensão improdutiva de valores reais. Na tradição marxista os predecessores teóricos do conceito de capital fictício são o capital financeiro, o capital de comércio de dinheiro e capital produtor de juros: “A forma do capital produtor de juros faz que toda renda monetária determinada e regular apareça como juro de um capital, derive ela ou não de um capital” (MARX, 2008, p. 616). Deste modo, caracteriza-se o capital fictício referindo-se para “a multiplicação ilusória da riqueza realmente existente, com base no capital portador de juros, por intermédio dos mecanismos monetários e financeiros”. (GERMER, 1994, p. 194)

No tocante ao conceito de capital, ele vem sendo pensado como unidade diferenciada e hierarquizada, hoje cada vez mais comandada pelo capital financeiro (CHESNAY, 1996, p. 18). Já O termo subprime designa uma forma de crédito hipotecário para o setor imobiliário, surgido nos Estados Unidos. Trata-se de hipotecas de alto risco, na forma de empréstimos concedidos a um tomador que não oferece garantias suficientes para se beneficiar da taxa de juros mais vantajosas (*prime rate*) e que não conseguiam financiamento para a casa própria. As hipotecas costumam ter altas taxas pós-fixadas (que flutuam geralmente para cima) de acordo com as oscilações da economia. Com a alta dos juros básicos nos EUA (que desde 2003 era de 1% e passou a 5,25% em 2009) muitos clientes tornaram-se devedores fazendo com que os bancos com alta inadimplência nas hipotecas de risco em caixa reduzissem a oferta de crédito para os demais clientes (mesmo aos que tinham histórico de bons pagadores). E mesmo os títulos rastreados por este tipo de crédito (papéis que tinham como garantia o pagamento das hipotecas subprime),

foram amplamente distribuídos no mercado financeiro; e com a quebra do sistema, a crise foi repassada a todo sistema financeiro.

Foi considerado como referência para o início da crise econômica mundial o pedido de concordata do banco de investimento dos Estados Unidos, Lehman Brothers, ocorrido em 15 de setembro de 2008.

Outra razão submetida ao caso brasileiro é a de que o modelo de economia política neoliberal, a despeito da crise recente nos bancos dos EUA, já apresenta sinais de desgaste. E, do ponto de vista da organização do trabalho e de suas formas de resistência, as manifestações de greve promovidas pelos trabalhadores – mesmo que de natureza e motivação semelhantes às das lutas no modelo anterior – tem sua especificidade no fato de que as greves se tornaram inicialmente defensivas – e não vegetativas, mas num segundo momento apresentando-se ofensivas e, portanto, passivas de alternância tática, justamente porque os efeitos do neoliberalismo e da reestruturação da empresa capitalista trouxeram não apenas novos implementos tecnológicos, mas a eliminação de postos de trabalho e surgimento de outros, novas formas de gestão onde o trabalhador se vê, por um lado, motivado a cogestionar o capital e, por outro, resistir à investida do mesmo.

Esta dissertação parte do pressuposto segundo o qual o sindicalismo brasileiro, a despeito do refluxo sofrido entre os anos de 1980 e 1990, não está marchando à sua capitulação, mas atravessando por alterações (POCHMANN, 1998, p. 149-166) que exige moderação na atividade sindical e que, portanto seus instrumentos de resistência e conquistas – como é o caso das greves, também atravessam oscilações que seguem da orientação de pensamento de esquerda para o centro, e do conflito à ação propositiva e conciliatória.

Também é pressuposto desta dissertação que os motivos ou causas da crise conjuntural do sindicalismo são sustentados tanto pela relevância das análises que se referem a fatores econômicos, como também por elementos do mundo do trabalho, a saber: (a) pelo desemprego e baixo crescimento da economia, (b) pela reestruturação do processo de trabalho (novas tecnologias e métodos de produção), e (c) as novas formas de contratação. Estes fatores estão intimamente ligados a uma conjuntura política e ideológica cujos operários não podem ser observados de maneira compartimentada e isolados das relações que o cercam.

Com os pressupostos referidos acima, parece coerente dizer que as ações políticas dos trabalhadores em greve refletirão as alternâncias do capital em seu desenvolvimento temporal.

Outra consideração a ser feita é a de que as greves apresentam características distintas: a maioria das greves é econômica e nos últimos tempos ocorreu por aumentos salariais reais, portanto são greves *ofensivas* e não defensivas como vistas no período das privatizações das empresas brasileiras. No entanto a greve defensiva não prevalece de maneira a conquistar novos benefícios em todos os setores. Há ocasiões em que as greves mobilizam parcelas menores de trabalhadores e o fracassado na obtenção de conquistas se amplia no que resultará em diminuição do número de greves e de grevistas.

Há que se considerar ainda que, mesmo onde há relativa estabilidade nos postos de trabalho e maior organização e tradição sindical (com a maioria das greves atuais se concentrando no funcionalismo público), estas mesmas greves não alcançam a totalidade de seus objetivos; isto porque a existência de milhões de desempregados transforma o movimento paredista numa luta desesperada. De um lado para manter o trabalho formal e de outro na tentativa de ampliar as conquistas dos trabalhadores.

Existem inúmeros estudos que discutem as transformações no mundo do trabalho e comumente estas transformações têm dois aspectos. De um lado um novo tipo de gestão empresarial contempla um novo modelo de organização do trabalho mais flexível, que garantiriam maiores benefícios – do ponto de vista da gestão, supostamente a trabalhadores, mas efetivamente aos empresários; e, por outro, que estas alterações se tornaram negativas aos trabalhadores (arrocho salarial e desemprego com poucas perspectivas de retorno dos mesmos postos de trabalho). Exatamente por isso, mas não apenas, as mobilizações permanecem no sentido de atuar ofensivamente diante da relação Capital-Trabalho. É sintomático que mais recentemente, o discurso dos apologistas do capitalismo reporte de forma positiva de que o “paradigma” toyotista seria capaz de superar a reação dos trabalhadores contra o patronato à medida que esse novo método de exploração do trabalho seria menos exorbitante que o Capital havia enfrentado no modelo de gestão e de acumulação do fordismo-taylorismo.

Neste quadro supostamente benéfico às duas partes – patrões e empregados – parece ser paradoxal que as greves tenham permanecido como forma de atuação reivindicatória, algumas caminhando para além do caráter propositivo e de resultado, em ascensão no governo Lula da Silva, 2003 – 2010. Neste caso é possível afirmar que os trabalhadores continuam compreendendo a greve como forma de resistência coletiva e individual, configurando-se,

segundo os quadros empresariais, num tipo de “anti-disciplina” em relação ao controle da empresa sobre o trabalhador e do capital sobre o trabalho.

Do exposto acima resulta num processo que reconhece a luta entre capital e trabalho e cujas formas de resistência permanecem em transformação. Portanto, conscientes nas relações de produção, os trabalhadores primeiro resistem e posteriormente reinterpretem as ações do Capital, corroborando com a tese de que a consciência política e de classe social se forma no embate mesmo das lutas sociais, políticas e econômicas.

A partir das considerações realizadas, pode-se dizer que: Se a greve é um instrumento de mobilização dos trabalhadores para a obtenção de conquistas econômicas imediatas e conquistas políticas, sociais no longo prazo, então a proposição tática da greve adotada pelo sindicato deve referir-se aos distintos momentos de organização da base produtiva do capital, cujo principal aspecto deve ser considerado: a efetivação dessas conquistas produzirá condições de ampliação da base dos trabalhadores.

Mas a par disto, quais são os pressupostos da relação capital *versus* trabalho que identificam as suas principais contradições políticas e econômicas inerentes ao modo de produção capitalista?

Para realizar a análise das greves no Brasil e a manutenção da luta de classes a partir da conscientização dos trabalhadores formadas em processo de luta, o presente estudo subdivide-se em cinco capítulos.

Para realizar esta pesquisa, o trabalho subdivide-se em cinco capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado *Consciência de Classe e Movimentos Grevistas*, discute-se a noção de classes sociais segundo Marx e Engels e autores marxianos: Lênin, Balibar, Thompson e Reich.

O estudo se refere ao processo de constituição de classe social, ao processo de formação da consciência de classe e à construção da consciência nos processos de greve.

O segundo capítulo, chamado *Relações e Mercado de Trabalho* tem por objetivo trabalhar as seguintes questões:

Para onde vai o trabalho?

Quais as mudanças e seus reflexos sobre as relações e o mercado de trabalho?

Neste capítulo são verificadas as mudanças no processo de acumulação, a introdução de novas tecnologias, flexibilidade dos processos e dos mercados de trabalho, dos produtos e dos

padrões de consumo, reconhecendo que hoje há uma combinação de produção fordista e sistemas de produção tradicionais que se apóiam em relações de trabalho “artesanais”, paternalistas ou patriarcais (familiares). Neste caso, cabe perguntar:

Como este processo conduz à reestruturação das atividades produtivas?

Trata-se ainda de discutir as relações sociais de trabalho e as formas de regulação do emprego, portanto questionando:

O que é o setor de serviços?

E, para tanto existem estatísticas que permitem construir hipóteses, que encaminham para a flexibilidade do trabalho e da sua precarização.

São analisados os dados do mercado de trabalho observando os vínculos de emprego (formal e não formal) e considerando que o vínculo formal salarial no Brasil não foi e ainda não é dominante. Isto porque o trabalho assalariado não é a forma de “ganhar a vida”. Os vínculos contratuais de trabalho são diversos, o que reflete na informalidade e, portanto não estão “abrigados” pela legislação trabalhista na inserção no mercado.

Tem-se então a precarização do trabalho, compreendida pela diversidade de situações laborais atípicas em consequência da reestruturação das atividades produtivas sob o neoliberalismo, pelo qual o trabalho ocorre sem contrato de trabalho assalariado típico. Portanto, o trabalho precário refere-se à ausência ou redução de direitos, de garantias ou de qualidade no exercício da atividade laboral.

A flexibilização se refere à alteração da regulamentação referente ao mercado de trabalho apresentando mudanças nas condições de venda e uso da força de trabalho, alterando o quadro de garantia de direitos dos trabalhadores.

Deve-se ressaltar que este capítulo inicia com um resgate introdutório dos elementos que sustentam o desenvolvimentismo keynesiano no Brasil diante do modelo (pré)fordista de produção. Isto porque, desde a eleição de Lula da Silva à presidência da República em 2002 e hoje com Dilma Rousseff, este pensamento se fortaleceu em oposição ao neoliberalismo. Entretanto, o partido que se elegeu bem como o sindicalismo brasileiro se colocavam antes contra a sua ideologia, e no caso do movimento sindical, desde o surgimento no país das primeiras vertentes do nacional desenvolvimentismo e da política econômica keynesiana, ainda na década de 1930.

No capítulo 3, intitulado *Organização Sindical no Brasil*, questiona-se:

Diante das mudanças apontadas nas relações e no mercado de trabalho, para onde vai o sindicalismo brasileiro?

Nele são apresentadas as centrais sindicais e o desenvolvimento de suas lutas e ações sindicais.

Para o final deste capítulo busca-se por uma resposta à:

Qual o sindicalismo nos anos 2010?

Quais são as dificuldades dos sindicatos em conduzir reflexões, elaborar estratégias, alternativas e motivar os assalariados diante das políticas de modernização da organização do trabalho?

Os sindicatos estão na retaguarda?

O quarto capítulo foi destinado às manifestações paredistas e intitula-se *As Greves no Brasil Contemporâneo*.

Neste capítulo, pergunta-se:

O que mudou nas greves face às mudanças nas relações de trabalho?

A análise será feita a partir das pautas, da intensidade das greves e as suas formas bem como identificando os setores atingidos.

Através desta questão são discutidas as diferenças entre o setor público e setor privado e entre os diferentes setores. E pergunta-se:

Os professores têm maior peso no funcionalismo público?

Verifica-se ainda a EC 45/2004 e a PEC 369/05, que tratam da negociação coletiva e do direito de greve, perguntando-se:

O que muda?

Qual é a posição das centrais?

Para encerrar o capítulo, o debate procura explorar algumas questões:

Os sindicatos funcionam enfocando o essencial da luta e das reivindicações sobre o contrato de trabalho (salário, jornada, garantia de emprego) sobre as condições de trabalho?

A persistência do desemprego, acompanhada da precarização dos empregos implicou na luta e reivindicação sindical sobre o emprego?

Os sindicatos têm força para influenciar o emprego e a organização do trabalho?

Estas questões são analisadas segundo a organização do trabalho: distribuição e gestão do tempo de trabalho; definição de tarefas; divisão e conteúdo dos postos de trabalho, qualificação,

cadência e ritmo de trabalho, organização do coletivo de trabalho, relação entre trabalho individual e coletivo.

Para o quinto e último capítulo, chamado *As Greves e a Construção da Consciência de Classe*, tem como questão central:

Face às mudanças nos movimentos grevistas, como as greves possibilitam a construção da consciência de classe?

Através desta interrogação evidencia-se a complexidade das relações entre reivindicações sindicais, mobilização de assalariados e a organização do trabalho.

A última parte deste trabalho destina-se as *Conclusões* teóricas considerando as categorias de análise em seu tempo e propondo a manutenção das ações de greve sustentada por mudanças que consideram a flexibilidade do capital e seus mecanismos de recuperação, endógenos e cíclicos.

A advertência metodológica direciona-se para o capítulo cinco e refere-se ao emprego da teoria da ação coletiva. Foram desconsideradas as teorias psicológicas e comportamentais e utilitaristas das relações humanas segundo o pensamento de Olson, que tem como objetivo explicar a transição do individual à ação coletiva na medida em que vêem a ação coletiva como artificial.

No entanto, há ressalva ao emprego dos estudos de Tarrow (1997), por considerar que a estrutura das oportunidades políticas é capaz de integrar a teoria da mobilização de recursos com as classes sociais, os mecanismos de exploração, subordinação e dominação. No entanto, a reflexão teórica do autor mencionado centra-se no empresário, como aquele que constrói e coloca em andamento a mobilização coletiva. Neste sentido, os termos empregados, “agente social” e “empresário”, foram substituídos oportunamente por operário social e caracterizados em breve nota no capítulo cinco. Outro alerta à teoria do autor é a de que, para colocar em ação a mobilização coletiva, o autor busca por recursos efetivos e simbólicos e faz a descrição das formas de ação em atos públicos, petições, etc. (TARROW, 1997). Alerta-se ainda para o fato do autor deixar de lado a possibilidade estrutural da ação coletiva.

CAPÍTULO I

CONSCIÊNCIA DE CLASSE E MOVIMENTOS GREVISTAS

1.1 Classes sociais

Segundo a tradição marxista posta no Manifesto de 1848, só existe duas classes fundamentais no modo de produção capitalista: a burguesia e o proletariado. Convém registrar que desde a aparição da propriedade privada⁸ dos meios de produção, a história das sociedades é a história da ininterrupta luta entre exploradores e explorados. (MARX; ENGELS, 2006)

O conceito de classes sociais para Marx e Engles não foi explorado exaustivamente e a sua análise ficou inacabada⁹ no último volume d'O Capital, por isso mesmo o conceito adotado aqui permanece aquele utilizado no Manifesto Comunista. Todavia, numa passagem d'O Capital, Marx apresenta uma definição conceitual do termo classe social, que por sua vez articula-se aos elementos de análise do modo de produção capitalista:

Os proprietários de simples força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de receitas são o salário, o lucro e a renda do solo, ou seja, os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, baseada no regime capitalista de produção. (MARX, 1984. p. 99)

O conceito de classe social em Marx surge com duplo significado: (a) enquanto categoria analítica, indicando uma relação social em movimento que expressa o *conteúdo genérico-abstrato* das determinações históricas, cujo trabalho, enquanto produtor de valor foi realizado sob a égide da dominação política e exploração econômica e (b) como categoria histórica particular, que indica uma estrutura social e sujeitos localizados no interior da produção capitalista e que expressa o *sentido específico-particular* dado pela dominação e exploração histórica e, neste sentido, opondo-se às sociedades estamentais e de castas e, portanto, enquanto forças motrizes da sociedade.

É preciso chamar a atenção para o fato de que as classes sociais na cidade do capital são:

⁸ A este respeito, convém destacar um texto situado no campo ideológico da esquerda, mas não de tradição marxista. Proudhon (1988).

⁹ Os exemplos da aplicação do método dialético aos fenômenos sociais se encontram, respectivamente: nas obras de juventude (até O Manifesto do Partido Comunista), em O Capital, e nas obras históricas (As Lutas de Classes na França, O 18 Brumário de Luis Bonaparte, A Guerra Civil na França)

Grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar que ocupam no sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fincada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social. (LENIN, 1979. p. 150)

Em grandes linhas, a obra central de Marx, “O Capital”, tem como “forma” o automovimento do capital que apresenta suas metamorfoses e acumulação; e como “conteúdo”, os momentos encadeados de transformação de “material humano” em força de trabalho assalariada de sua utilização dentro de um processo de produção de excedente (sobretabalho) e de sua reprodução em escala.

A dimensão histórica do processo de produção submetida à “lógica” capitalista trará como resultado o encadeamento a proletarização dos trabalhadores, cujo conceito só pode ser pensado a partir de três fenômenos sociais: (i) de exploração, enquanto extorsão e apropriação de sobretabalho pelo capital, (ii) dominação, dada pela relação social que se estabelece na própria produção, de subsunção do trabalho ao capital e *por onde as potências intelectuais da produção* (tecnologia, programação e planificação) *reformula os efeitos do capitalismo sobre a força de trabalho em si mesma, pela família, escola, fábrica, etc., em seus hábitos físicos, morais, intelectuais*. Por fim (iii) a insegurança e concorrência entre os trabalhadores, manifestada em caráter cíclico do emprego e do desemprego sob diferentes formas. Contudo, não sem resistência do trabalhador, que organiza sua base operária em sindicatos. (BALIBAR, 1996)

Estes três aspectos da proletarização se caracterizam pelas três fases de reprodução do proletariado:

[...] como o havia sugerido, anteriormente (BALIBAR, 1985), eles contêm uma dialética implícita entre “massa” e a “classe”: transformação contínua das massas (ou de populações) historicamente heterogêneas (*marcadas* por particularidades diversas) em *uma* classe operária ou em sucessivas configurações *da* classe operária, e desenvolvimento correlato das formas de ‘massificação’ próprias à situação de classe (“trabalho de massa”, “cultura de massa”, “movimentos de massa”). (BALIBAR, 1996, p. 28)

Os momentos de proletarização são predeterminados dentro do ciclo do valor e da acumulação, o que não é apenas uma imposição social, mas a essência das práticas atribuídas à classe operária, ou seja, a forma alienada da essência verdadeira, o trabalho humano. Este

fundamento “economicista” impõe algo de insuperável: a correlação das categorias de trabalho (em geral) e de mercadoria (valor) é um princípio da economia clássica, que dialeticamente se afirma:

Daí que a conflitualidade política onipresente na descrição dos métodos de extração do valor e das resistências que elas suscitam (desde as greves e as revoltas contra a mecanização ou da urbanização forçada, até a legislação do trabalho, à política social do Estado, passando pela organização operária) não vale pro ela própria, mas somente como expressão geral [N.T.] das contradições da lógica econômica (ou da lógica do trabalho alienado na sua forma “econômica”). (BALIBAR, 1996, p. 30)

Ao invés da luta de classes ser a expressão das formas econômicas ela se torna a causa *variante* submetida ao desdobramento aleatório das conjunturas e das relações de força e, portanto, de sua coerência relativa. O que aparece é um jogo de estratégias antagônicas, de exploração e de dominação, estratégias de resistência, constantemente relançadas por seus próprios efeitos institucionais, ou seja, desde a primeira manifestação do Estado social em torno do qual se opera historicamente a passagem da subsunção formal à subsunção real, da mais-valia absoluta à mais-valia relativa, ou da exploração extensiva à exploração intensiva. Disto resulta que a luta de classes surge como fundo político sobre o qual se entrecortam diversas e distintas figuras da economia, as quais não têm qualquer autonomia.

A idéia do proletariado revolucionário encontra sua dialética neste ponto: a unidade de contrários a partir da objetividade econômica e da subjetividade política, de onde se trata da identidade da classe operária como classe “econômica” e do proletariado como “sujeito político”. No entanto, a representação estratégica da luta de classes não encontra identidade em todas as classes, porque apenas a classe operária possui o sentido de “classe universal”, enquanto as demais estão no nível da aproximação, uma vez que a burguesia não pode dominar “pessoalmente”, enquanto o proletariado pode e deve ser revolucionário em pessoa. (BALIBAR, 1996, p.33)

A despeito de haver defasagens ao se atribuir a identidade de classe, no limite desta, o operariado não existe, senão pelo ato revolucionário em si mesmo.

Assim parece que, entre o modo pelo qual o marxismo representa *a si próprio* o caráter historicamente determinante das lutas de classes, e o modo pelo qual ele representa *a si próprio* a dupla identidade subjetiva e objetiva das próprias classes (antes de tudo aquela do proletariado), existe uma pressuposição recíproca. É ainda, entre a forma pela qual

ele representa o sentido (*significado e direção, N.T*) das transformações históricas, e o modo pelo qual ele representa a continuidade da existência, a identidade continuada das classes que aparecem sobre a cena histórica como atores de seu drama. (BALIBAR, 1996, p. 34)

De acordo com Poulantzas (1978), “as classes sociais são conjuntos de operários sociais, determinados *principalmente*, mas não exclusivamente, por seu lugar no *processo de produção*, isto é, na esfera econômica”. (POULANTZAS, 1978, p. 13)

Neste caso, há três critérios de limitação de classe, o econômico, o ideológico e o político. Portanto, na tradição marxista as classes sociais não existem *a priori*, isto é, isoladas da *luta de classes*, mesmo porque elas “abrangem as *práticas sociais* – a luta de classes – e só podem ser colocadas em sua oposição”. (POULANTZAS, 1978, p. 14)

A noção de classes sociais como motor da história e força produtiva como elemento fundamental do processo de transformação social foi questionada por diversos pesquisadores marxistas.

Thompson, por sua vez, compreende classe social como um fenômeno histórico que resulta de relações entre os homens reais em contextos reais.

Classe é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do *tempo*, isto é, ação, reação, mudança e conflito. Quando falamos de *uma* classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando a mesma categoria de interesses, experiências sociais, tradição e sistemas de valores, que tem *disposição* para se *comportar* como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento. (THOMPSON, 1998, p. 102).

A formação da classe ocorre pelo fenômeno que é simultaneamente econômico, político ideológico, subjetivo e objetivo e, em segundo, pela distinção que realiza, no caso a formação da classe, o papel do Estado.

Quanto à burguesia, ela já está formada como classe social, e o Estado burguês é a burguesia organizada em classe, na sua condição de classe dominante. Ele, o Estado, estabelece e legitima a propriedade privada dos meios de produção, a exploração do trabalho assalariado, a distribuição desigual das riquezas e todas as condições necessárias para a reprodução ampliada do capital. Como anota Marx em nota de rodapé,

infelizmente patrões e trabalhadores estão entre si em estado permanente de guerra. O objetivo invariável dos primeiros é obter o trabalho dos segundos o mais barato possível; e não hesitam em empregar para esse fim qualquer artimanha, enquanto os trabalhadores procuram aproveitar a oportunidade para forçar os patrões a atenderem suas pretensões de melhoria. (MARX, 1982, p. 489)

Em tais condições de modo espontâneo, todo capitalista individual conhece seus interesses de classe e, regra geral, age nos limites dados por estes interesses.

O capitalista pode agir e age defendendo os interesses de sua empresa individual, do seu ramo e setor, como fenômeno da formação das frações burguesas. Mas como regra geral ele se mantém dentro dos limites dos seus interesses de classe. Porque há uma ordem e limite que definem estes interesses.

Todavia, os interesses das frações das classes burguesas são diretamente proporcionais aos interesses pelo lucro adequado a um percentual que se expanda de forma audaciosa pela fração burguesa que não se detém diante de riscos que possam caracterizar o crime, seja pelo tráfico de escravos (MARX, 1982, p. 879), seja pela super-exploração do trabalho vivo, caso da manutenção da dependência desigual e combinada, ou ainda do trabalho chinês do último quartel do século XX.

A burguesia na condição de classe dominante é assim uma classe ativa que está presente simultaneamente na economia e na política da sociedade capitalista; não necessariamente num partido único burguês, mas no nível do Estado.

As relações de produção são de fato a referência central das classes sociais. Os lugares ocupados no processo de produção basicamente a grande divisão entre proprietários, exploradores e trabalhadores e explorador é a divisão fundamental que possibilita a organização do coletivo dos trabalhadores com interesses opostos aos do conjunto das classes dominantes. Mas isso não é apenas uma possibilidade, mas uma contradição real.

1.1.1 Debate

É importante observar que no “Manifesto do Partido Comunista” existem idéias contrárias àquelas aqui expostas e também idéias que ajudam a pensar este problema.

No “Manifesto”, Marx e Engels depositam a expectativa de uma revolução socialista não na Inglaterra que tinha o capitalismo mais desenvolvido e a classe operária mais numerosa do seu

tempo, mas na Alemanha que, embora apresentando um capitalismo ainda insipiente encontrava-se a beira de uma crise revolucionária e os autores atribuem a possibilidade de formação de uma classe revolucionária e socialista em função desta crise.

De qualquer forma, é no terreno das formações sociais em conjunturas específicas que se decidem a formação do operariado enquanto classe. E, não há, no plano das relações de produção e das forças produtivas capitalistas, nada que representam o nível econômico do modo capitalista da produção, nada que torna inevitável a formação da classe operária enquanto classe ativa.

Thompson recusará a noção de classe social como resultado estrutural do modo de produção. Classe social, para este autor é um fenômeno histórico que resulta de relações entre os homens reais em contextos reais e por onde se afirma o caráter contraditório das necessidades materiais e culturais. Existem quatro características que definem a classe e consciência de classe.

Primeiro, que a classe torna-se compreensível pela observação de pessoas e contextos reais. Os “personagens” reais que vivenciam a própria luta de classes são, para o autor, sujeitos ativos, não autônomos, realizando ações contínuas a partir das relações sociais.

A segunda característica aponta para a idéia de que a classe social existe dentro de um processo histórico, permanecendo num contínuo fazer-se. Assim, as ações e relações humanas se constituem na própria História e, no seu interior, as classes sociais e as relações antagônicas que decorrem destas relações.

Marca-se, entretanto, que as ações destes indivíduos que formam a classe têm, em grande medida vínculos com as relações de produção, em seu tempo e espaço e, portanto, não são totalmente livres, ou seja, elas não determinam as ações dos sujeitos e a sua consciência. Esta é a terceira característica apresentada pelo autor, de que o processo formativo da classe se realiza a partir da influência das relações de produção em que os homens vivem. Neste sentido também, Thompson nega a suposição de que os indivíduos seriam “personas” condicionadas por papéis sociais particulares, nos moldes funcionalistas (THOMPSON, 2002, p. 11) ou fantoches manipulados pelas relações de produção (como querem crer os estruturalistas).

A classe é vista como um evento histórico em contínuo movimento, definido a partir da sua condição dialética e alerta para o fato de que não é possível decompor as classes fundamentais a fim de entender uma em particular.

não podemos ter duas classes distintas, cada qual com um ser independente, colocando-as a seguir em relação recíproca. Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses. A classe acontece quando alguns homens como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (THOMPSON, 2004, p. 10)

Thompson afirma que uma classe se constitui como tal quando ela está em relação à outra e só tem existência (ou se percebe) através da diferença ou oposição. Em termos dialéticos, significa dizer que o grau de insurgência de uma classe subalterna se faz na razão da capacidade de coesão da classe dominante e, embora a coesão determine a formação da classe, é a diversidade em confronto que existe no interior deste grupo que a classe encontra os meios necessários para a sua unidade.

Portanto, não serão os lugares ocupados e/ou preestabelecidos no interior do sistema produtivo que garantirão a constituição da classe. Embora as relações dadas no sistema produtivo tenham grande influência neste processo, será no confronto que a classe encontra os meios necessários para a sua unidade.

É nesta condição que se apresenta a quarta característica do conceito de classe social de Thompson. A influência das relações de produção em que os homens vivem depende fundamentalmente da consciência da cultura e experiências compartilhadas pelos indivíduos, pois se configuram a partir de fortes laços de solidariedade – sedimentados pelo reconhecimento de tradições e experiências comuns – estabelecidos contra os antagonistas.

Segundo Leite (1987), embora esteja de acordo que se constitua (a) a relação entre os homens com as forças produtivas e (b) as relações entre os homens entre si no processo de produção, a autora questiona o princípio da sua centralidade na constituição das classes sociais. Da mesma forma se questiona que, mesmo que organizada enquanto classe a partir da sua referência dada pela organização dos trabalhadores nas relações de produção, não garante ao proletariado a sua revolução em curso.

[...] essa concepção de classe como derivada da estrutura tem como decorrência uma concepção finalista da história, marcada pela crença na inevitabilidade da revolução operária. Evidentemente a concepção teleológica da história é inerente à noção de que os verdadeiros interesses do proletariado podem ser definidos aprioristicamente em relação às suas lutas. (LEITE, 1987, p. 9)

Por isso mesmo a categoria experiência se impõe como necessária para ajudar a evidenciar as condições impostas a homens e mulheres.

Por outro lado, para se ter a formação da classe é necessário um longo processo histórico explicando que a existência e dominância do capitalista sobre o trabalhador, pode parecer plausível ao menos no continente Europeu¹⁰. E em consequência disso dá-se por resolvido, ao menos no plano teórico, o problema do processo de formação da classe trabalhadora como coletivo organizado em torno de um programa político próprio.

Desta perspectiva teórica, o processo de formação da classe trabalhadora seria uma decorrência da situação dos agentes no processo da produção. Tal formação dependeria da formação do partido, portanto sob um fenômeno determinista e realizador de reformas, no sentido de que a classe trabalhadora e proletária encontra um mediador e desarticulador presente nas esferas institucionais.

Como o problema da existência do partido, que em grande parte da história do século XIX já era dado como resolvido, a formação da classe revolucionária seria apenas uma questão de tempo.

A atuação do partido político não é o elemento central deste trabalho; no entanto cabem algumas observações. Sartori (1976) descreve partido enquanto uma componente histórica que teria se firmado com a evolução democrática das sociedades liberais do ocidente, diferenciando facções e partido, e destacando que os interesses dos primeiros se contrapõem ao bem comum que seria, em tese, o objetivo finalista dos partidos políticos. Para Duverger (1967) os partidos surgem entre a Iª e IIª Revolução Industrial, constituindo-se respectivamente no interior do parlamento (partidos de elite) e externos a ele (partidos de massa, com capacidade de convergir interesses coletivos).

A literatura comumente apresenta uma tipologia dos partidos em função de três eixos: (1) base social, (2) orientação ideológica e (3) estrutura organizativa (PANEBIANCO, 2005). As clivagens sociais (dadas em conflitos importantes que separam os membros de uma comunidade em função de suas posições a respeito) fazem com que se definam grupo e se cristalizem suas identidades em torno do problema central, conferindo significado aos antagonismos e alianças futuras.

¹⁰ Neste sentido, a noção economicista de classes define-se através do trabalhador no processo de produção, ou seja, enquanto agentes no processo de produção.

Para Marx (diferentemente de Lênin, que formulou uma teoria do partido político), a organização política é sempre um momento eminentemente prático e, portanto em contextos plástico, mutável e semântico da ação expressa do desenvolvimento do proletariado rumo ao seu objetivo de transformação radical da sociedade capitalista. E este movimento antecede ou antecipa conteúdos e papéis.

Segundo a teoria marxista, existem cinco “modelos” organizativos que correspondem às etapas do desenvolvimento do proletariado: (a) a pequena organização internacional de quadros comunistas (a Liga dos Comunistas – 1847- 852); (b) o “partido” carente de organização (durante o refluxo do movimento operário – entre 1850 e princípios de 1860); (c) a ampla federação internacional de organizações operárias (Primeira Internacional – 1864-1872); (d) o partido marxista nacional de massas (Socialdemocracia alemã – entre 1870 e início de 1890); (e) o amplo partido nacional dos trabalhadores (Grã-Bretanha e Estados Unidos – de 1880 e início de 1890) baseado no modelo cartista (JOHNSTONE, 1987).¹¹

Por outro lado, a classe trabalhadora está sendo pensada como sujeito coletivo e, portando não de forma hierarquizada, pela qual na base estariam as massas trabalhadoras, e no ponto mais alto se situaria a direção do partido; e entre eles haveriam os sindicatos, operando como *correias de transmissão* intermediária e de ligação da “política correta” com as massas. Nesta concepção, dado que a base é concebida como uma massa inerte e dominada pela ideologia burguesa, estaria relegado a ela o papel de gerar somente as demandas econômicas para os quais os sindicatos moldam a sua forma coletiva. Neste sentido, o partido se torna o veículo através do qual a consciência *externa* se insere nas massas e controla a totalidade da consciência trabalhadora e possivelmente revolucionária.

No que se refere aos interesses opostos à organização da classe operária, deduz-se que, circunstancialmente, a manutenção da ordem burguesa implica na negação permanente e cotidiana de toda organização antagônica enquanto classe. Mas isso não ocorre abertamente; prefere-se enquadrar os demais interesses de classe junto daqueles que estão em conformidade

¹¹ Para não desviar ainda mais do objetivo deste trabalho, é necessário remeter o leitor para algumas das principais obras de MARX a respeito do assunto: “Manifesto do Partido Comunista”; “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”; “Miséria da Filosofia”; “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas”; “As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850”; “Crítica do Programa de Gotha”; “A Guerra Civil na França”. E, em LÊNIN ver “Que fazer?”. Há um profundo estudo sobre o papel da educação e da formação do proletariado enquanto classe e esta mediada pela estrutura do partido revolucionário concebido por Lênin. A este respeito ver FREITAS, F. M. C. “Lênin e a Educação Política: Domesticação Impossível, Resgate Necessário”. Campinas: Unicamp, Faculdade de Educação, tese de doutorado, 2005.

aos interesses normais do cidadão ou do vendedor de mercadorias, portanto à paz social sustentada na cidadanização.

O proletariado também mostra sua existência e seu antagonismo nos casos em que uma greve sindical é superada e os proletários saem da fábrica para generalizar sua luta.

Assim, é possível afirmar que a própria estrutura econômica do modo de produção capitalista contém potencialmente a classe operária. E é a luta que vai em situações históricas específicas trabalhar esse potencial definindo numa ação vinculada à massa de operários, os interesses e os limites precisos do proletariado. A própria definição dos limites e dos interesses precisos do proletariado isso sim depende da luta.¹²

A formação da classe operária passa a ser vista como um processo relativamente aberto e não como uma complementação subjetiva do objetivamente dado.

Em determinados momentos históricos e conjunturais homens e mulheres comportam-se de maneira classista. Mas o que é comportar-se de maneira classista? Essa resposta só pode ser dada se pressupor que a classe existe em potência na estrutura econômica (por exemplo: os trabalhadores assalariados manuais são a classe operária em potencial no capitalismo). A situação histórica concreta torna-se a ação em organizações: poderá conter essa potencialidade numa classe ativa.

No processo de constituição da classe operária, os interesses e os limites dessa classe serão produzidos e testados na luta. A experiência prática da revolução socialista de outubro de 1917 a 1921 ofereceu parâmetros gerais, tornando possível adjudicar a idéia da necessidade da superação da divisão social do trabalho tal como é processada no capitalismo.

É neste contexto também que surgem os intelectuais comprometidos com o proletariado, pois, como afirma Gramsci,

Todo grupo social, ao nascer do terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria também, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que conferem homogeneidade e consciência da própria função não apenas no campo econômico, como também no social e político: o empresário capitalista gera junto consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc. (GRAMSCI, 1995)

¹² Portanto, falar em existência potencial é diferente de falar em “classe em si”. A idéia de classe potencial é uma classe com virtualidade da economia que necessita ser trabalhada, descoberta e definida no processo de luta.

Conclui-se que muitos autores abordam a problemática da constituição das classes sociais, mas se limitam às ações de uma delas apenas. Esta é uma das diferenças de análise em relação a Thompson, quando este autor refere-se à “auto-formação da classe operária”. Contudo, as classes sociais só existem na relação de uma com a outra, portanto não é possível haver auto-formação se em sua essência ela só existe na relação com outra classe, e não se faz sozinha. E ainda, admitindo que classe seja relação (como é o caso de Thompson), estabelece-se a confusão entre formação de consciência de classe com formação da classe.

Resulta, pois que não há formação das classes apenas no nível das práticas sociais. As classes são formadas a partir da luta de classes, mas, sobretudo a partir do estatuto da propriedade privada – a classe dos proprietários (donos dos meios e instrumentos de produção) e a classe dos não-proprietários (donos apenas da sua força de trabalho).

A definição dos interesses de classe, portanto, está vinculada à definição precisa desses interesses, bem como da estratégia e dos meios para atingí-los está vinculado – e não trazido de fora¹³. Para se constituir como classe o proletariado precisa se admitir como tal à medida que a classe não precede a sua existência individual. Se historicamente o proletário está, então ele necessita se constituir em algo que ainda não é vale dizer, uma classe social.

Pode-se dizer então que os elementos teóricos em comum a respeito da luta de classes apresentados pelos pensadores citados é que as revoluções proletárias são produto das lutas operárias e do processo de desenvolvimento da consciência revolucionária a partir destas lutas.

1.2 Processo de formação da consciência de classe

O conceito de consciência para Marx está associado à condição material de existência, pois o ser humano, no registro da objetividade histórica se efetiva pela mediação do trabalho e, portanto, o trabalho surge como dimensão fundamental. A necessidade da ação produtiva cria as condições e possibilidade de existência e, por conseguinte, o mundo em que vive e por onde nasce a sociabilidade humana. Então, a existência humana se efetiva quando há condições para se fazer a história (MARX; ENGELS, 2002) e, através do exercício do trabalho o homem se humaniza. Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza.

¹³ A literatura socialista e comunista não foi criada no chão das fábricas, embora esse chão tenha sido o seu histórico pressuposto fundamental.

O trabalho é, por assim dizer, um processo da ação humana, pelo qual faz a mediação e regulação da Natureza e, através dela, a modifica e dialeticamente modifica a sua própria natureza. (MARX; ENGELS, 1998)

Assim, o trabalho conserva, em si, a possibilidade da consciência.

A consciência é, portanto, de início, um produto social e o será enquanto existirem homens. Assim, a consciência é, antes de mais nada, apenas a consciência do meio sensível mais próximo e de uma interdependência limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência; é ao mesmo tempo a consciência da natureza que se ergue primeiro em face dos homens como uma força fundamentalmente estranha, onipotente e inatacável, em relação à qual os homens se comportam de um modo puramente animal e que se impõe a eles tanto quanto aos rebanhos; é, por conseguinte, uma consciência da natureza puramente animal (religião da natureza). (MARX; ENGELS, 2002 p. 25)

A relação de produção se torna produto da consciência subjetivando as necessidades e internalizando objetos da sua realidade objetiva. E, nesse processo se constitui a realidade social que, na sua exteriorização marca o indivíduo pela universalidade. Disso resulta que a consciência humana se realiza no momento de confronto com suas necessidades reais e concretas em intercâmbio com outras consciências mediadas pelo trabalho e, portanto produto de uma relação social.

No limite, a realidade em que vive o homem se encontra com as gerações que o precedeu, uma realidade transformada por outros homens, que por sua vez também está marcada pela consciência própria. Então, e essa realidade condiciona as possibilidades de ação desse sujeito A história não é senão a sucessão das diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais, as forças produtivas que lhes são transmitidas pelas gerações precedentes; assim sendo, cada geração, por um lado, continua o modo de atividade que lhe é transmitido, mas em circunstâncias radicalmente transformadas, e, por outro lado, ela modifica as antigas circunstâncias entregando-se a uma atividade radicalmente diferente. (MARX; ENGELS, 2002.)

As relações de produção se constituem na superestrutura jurídica e política, as quais correspondem formas sociais determinadas de consciência e portanto sob orientação daqueles que controlam a superestrutura.

Neste sentido, há um apontamento pelo qual a consciência pode se perder na sociedade capitalista, a saber, quando o trabalho se manifesta em momentos contraditórios, como meio

através do qual o homem constitui-se e como fator gerador de alienação e, portanto, de constituição de uma falsa consciência.

O trabalhador, separado dos meios de produção e alheio o controle do processo global de produção se vê obrigado a vender a sua força de trabalho.

A força de trabalho é pois uma mercadoria que o seu proprietário, o operário assalariado, vende ao capital. E por que razão a vende? Para viver. Mas a manifestação da força de trabalho, o trabalho mesmo é a atividade vital própria do operário, a sua maneira específica de manifestar a vida. E é *essa atividade vital* que ele vende a um terceiro para conseguir os necessários *meios de subsistência*. Quer isto dizer que a sua atividade vital não é mais do que um meio para poder existir. Trabalha para viver. Para ele, o trabalho não é uma parte de sua vida, é antes um sacrifício da sua vida. É uma mercadoria que os outros utilizarão. (MARX, s.d., p. 22)

E, por isso mesmo o capitalismo precisa do trabalhador livre e, sobretudo subsumido ao capital, como asseverou Marx no seu *Capítulo VI inédito* (MARX, s/d.) e estando em condições de atender a expansão capitalista, pois

[...] o operário, cujo único recurso é a venda de sua força de trabalho, não pode desligar-se de toda a classe de compradores, isto é, da classe capitalista, sem renunciar à existência. Ele não pertence a este ou aquele patrão, mas à classe capitalista e compete-lhe a ele encontrar quem o queira, isto é, encontrar um comprador dentro dessa classe burguesa. (MARX, s.d., p. 23)

Sem o controle do processo de produção, nem mesmo do produto final, o trabalhador não estabelece um vínculo com o produto de sua criação, e configura-se uma relação de oposição. (MARX, 1964)

A consciência dos trabalhadores se exprime, pois, através das relações sociais nas quais estão inseridos em relações de dependência e alienação, que se traduzirá na consciência internalizada pelo trabalhador.

Trata-se de uma ligação entre formas invertidas de consciência e a existência material dos homens, pela qual o conceito de ideologia expressa, no limite, essa relação.

A consciência de classe tem origem então, no processo de compra e venda de força de trabalho e de produção de mercadoria E a consciência de cada um é determinada ou constituída pela posição que ocupa dentro do processo produtivo, de acordo com seus interesses que representam, vale dizer da classe social a qual pertencem. No entanto, a superestrutura jurídica e econômica é construída historicamente pelos homens, a partir da disputa de interesses de classe,

tornando-a instrumento de classe, na condição da classe dominante. E serão as idéias da classe dominante que tendem a prevalecer em cada época, generalizando, transformando-se em idéias “naturais” e perdendo seu caráter de historicidade.

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de idéias, portanto a expressão das relações que fazem parte de uma classe, a classe dominante; em outras palavras, são as idéias de sua dominação. (Marx; Engels, 2002 p. 48)

Gradativamente, os operários passam a adquirir a compreensão do caráter alienado de sua condição, no próprio interior de suas relações de trabalho, dada pela consciência política pela qual o trabalhador tende a organizar as suas atividades. Esta por sua vez decorre do desenvolvimento de suas próprias lutas, como classe. E por onde se identifica e compreende o Estado burguês como o gerador político da sua alienação e da propriedade privada como elemento de exploração econômica. A consciência do trabalhador se desenvolve ao longo da história¹⁴ na medida em que os homens alteram as suas relações sociais, a sua existência social, mudado também as suas representações, as suas concepções, os seus conceitos, a saber, a sua consciência.

Em *O que é consciência de classe?*, Reich (1976) se pergunta como transformar a revolta do povo oprimido em consciência revolucionária. Questão que ele mesmo responde: trata-se de simplificar as análises históricas e do cotidiano.

A consciência de classe, segundo Reich, está presente em todos os detalhes da vida cotidiana, contudo, o homem ainda necessita da liderança ideológica da vanguarda política.

Então, os elementos concretos a serem agrupados e que caracterizam o fenômeno da existência da consciência de classe revolucionária são: (a) as próprias necessidades dos indivíduos em todas as esferas; (b) a consciência dos meios para satisfazer as necessidades; (c) a

¹⁴ Em seu *Manifesto do Partido Comunista* (1998), Marx defende o desenvolvimento de uma consciência política que possibilite elementos para uma revolução comunista, que rompa com as relações de produção tradicionais e promova uma melhoria nas condições de vida dos trabalhadores. Segundo o autor, a classe trabalhadora é “a classe revolucionária”, ou seja, “é a classe que traz nas mãos o futuro” (MARX, 1988, p. 17).

consciência da existência de obstáculos de uma sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção que impedem a sua formação.

São de acordo com Reich duas as espécies de consciência de classe: a consciência de classe do dirigente revolucionário e a consciência de classe das mais vastas massas. (REICH, 1976)

A consciência de classe que se forma no cotidiano do trabalhador e, para ser eficaz uma política que se propõe a conquista do socialismo e domínio do trabalho sobre o capital, não se deve contentar em conhecer o efeito objetivo do desenvolvimento das forças produtivas sobre os movimentos e transformações sociais mas também o que se possa na estrutura mental dos homens de todos os países, bairros, categorias profissionais, grupos etários e sexos que estão submetidos a este processo objetivo e os realizam (REICH, 1976, p. 12)

Esta consciência que se forma no cotidiano operário é ainda insuficiente para abalar a dominação do capital, mas que poder comportar formas embrionárias de consciência de classe revolucionária (REICH, 1976, p. 14)¹⁵

Tais especificidades é que contrastam as duas formas de consciências de classe, entre dirigentes e massa operária, entre aqueles que elaboram a teoria e os que vivem o cotidiano de maneiras distintas.

Se se nega que aquilo a que se pode chamar consciência de classe, ou os seus elementos ou condições, se forma na classe explorada é porque não se conhecem as formas concretas desta consciência; além disso, a direção está num impasse: apesar de sua intrepidez, preparação e outras qualidades suas, jamais direção alguma poderia introduzir nas massas o que se chama de consciência de classe, se não se *encontrar já no proletariado alguma coisa que se lhe assemelhe*. Que se deve então levar as massa? O conhecimento altamente especializado do processo sociológico e das suas contradições? Ou o complicado conhecimento das leis de exploração capitalista? [...]. (REICH, 1976, p. 14)

A consciência do operariado em relação ao processo de dominação do capital se forma espontaneamente no seu cotidiano, mas ela não se desenvolve de forma revolucionária sem a direção do propósito de sublevação das massas contra o capital. De mesma grandeza e importância é, segundo Reich, reconhecer que a compreensão elaborada do processo de

¹⁵ Segundo Freud, para vencer o capitalismo é necessário constituir um partido solidamente organizado. No entanto, a presente dissertação não trabalha com a intervenção do partido, mas da atuação do sindicato e do trabalhador fabril clássico.

exploração e dominação, presente nos dirigentes revolucionários, não bastam para formar a consciência da classe revolucionária.

[...] A concepção, segundo a qual a classe oprimida pode, por si própria, sem direção, através de uma vontade revolucionária espontânea, assegurar a vitória da revolução, é tão falsa como a idéia contrária segundo a qual esta vitória dependerá unicamente da direção, a qual teria apenas de criar a consciência de classe. A direção nunca o conseguiria, se essa consciência não estivesse já lá, ainda que de forma espontânea. Portanto, se é verdade que a revolução social tem por condição subjetiva (primeira) o acordo entre um certo estado psíquico da massa com a consciência mais elevada da direção revolucionária, cada vez mais necessário responder à pergunta “O que é a consciência de classe?” (REICH, 1976, p. 16)

Reconhecendo assim a existência e distinção de consciência de classe revolucionária, dadas entre massa e direção, caberá à segunda a tarefa mais premente, qual seja, além do conhecimento preciso do processo histórico e objetivo do desenvolvimento das forças capitalistas, deverá compreender (i) as idéias e desejos progressistas existentes nas diferentes camadas, profissões, classes etárias e sexos e (ii) os desejos, angústias, ideais que entrevam o desenvolvimento do aspecto progressista (“fixações tradicionais”) (REICH, 1976, p. 18)

Para que esta consciência social se efetive deve haver a participação coletiva, nas pequenas mudanças e grandes transformações sociais. Portanto a consciência social é viabilizada a partir de questões práticas do cotidiano (como sexualidade, educação dos filhos, adolescência, fome, prazer, sofrimento, felicidade etc.) até chegar aos grandes temas sócio-históricos, criando propostas alternativas à ideologia hegemônica.

A consciência de classe

[...] apresenta-se antes sob a forma de elementos concretos que em si próprios ainda não são consciência de classe (a fome, por exemplo) mas que poderiam produzi-la ao reunirem-se; estes elementos também não estão presentes no estado puro, mas misturados e impregnados de forças e representações psíquicas de sentido contrário [...](REICH, 1976, p. 18)

De um lado as massas são consideradas como tal a partir do momento em que assumem a forma de elementos concretos pelos quais os fenômenos de base individual adquirem vida, por exemplo, quando os traços como obediência, pânico, etc. podem ser clarificados. E mais quando esta massa reconhece aqueles que podem oferecer respostas a tais demandas, pessoais e coletivas,

pelos quais se elabora a problemática da existência do líder. Assim, mantém-se também a individualidade dentro das massas.

O conteúdo da consciência de classe do dirigente revolucionário não é do tipo pessoal; na medida em que os interesses pessoais (ambição, etc.) se misturam, entrevam a sua ação. Em contrapartida, a consciência de classe das mais vastas massas (com exceção de ínfima minoria de trabalhadores conscientemente revolucionários) é inteiramente de tipo pessoal. A primeira inclui a economia capitalista e das enormes possibilidades da economia socialista planificada, o conhecimento da necessidade da revolução social enquanto adaptação da forma de apropriação à forma de produção e das forças históricas de orientação progressista ou reacionária. A segunda está muito longe deste saber e destas vastas perspectivas, é feita do pequeno, do quotidiano, do banal [...] A existência e as condições de existência dos homens refletem-se, incrustam-se e reproduzem-se na sua estrutura mental, à qual dão forma. É só a través desta estrutura mental que este processo objetivo nos é acessível, que podemos entravá-lo, favorecê-lo ou dominá-lo. Só por intermédio da cabeça do homem, da sua vontade de trabalho, da sua procura da alegria de viver, em resumo, da sua existência psíquica, que nós criamos, consumimos, transformamos o mundo. (REICH, 1976, p. 18-19)

Para se produzir a consciência de classe, e mais, a revolucionária, os trabalhadores devem reconhecer a existência de seus direitos diante dos mais distintos problemas sociais bem como e, sobretudo reconhecendo que o nível de civilização burguesa não oferece meios para superação do seu próprio modo de viver e da sua pouca, ou nenhuma exigência de que fazem uma virtude e qualificam muitas vezes de revolucionária.

Em outra perspectiva marxiana de análise da formação da consciência de classe encontra-se Thompson que, a despeito de reconhecer a existência de um contexto material, dado pelas relações de produção, o autor coloca em relevo, e objeto de análise, não as relações estruturais observadas por Marx, e sim as ações e situações vividas pelos indivíduos, através das quais a própria História se torna inteligível.

Thompson busca retratar os movimentos sociais e a cultura popular a partir da narrativa de um conjunto de eventos particulares através da história da luta dos trabalhadores entre o final do século XVIII e início do XIX, da formação da classe operária na Inglaterra (THOMPSON, 2002, 1998). Seu feito está em oposição à ortodoxia fabiana e os historiadores econômicos discordando destas ortodoxias no que se refere ao elemento histórico que envolve os trabalhadores: de um lado pelo obscurecimento que produzem da história dos trabalhadores e por outro, quando estes estudiosos observam a história a partir de uma ótica de tempo posterior aos fatos, e não como realmente se processaram.

Thompson apresenta a noção de classe social, compreendendo que ela se faz por meio da consciência de classe que se manifesta nos costumes dos trabalhadores.

A pluralidade de idéias presentes no contexto real pode ser vista quando o autor identifica na cidade de Londres a união dos movimentos populares que enxergam a sociedade como construção de uma organização operária dada por uma relação complexa marcada pela tradição. Nesta sociedade surgem rupturas e permanências que caracterizam o processo do *continuum* da formação da classe operária.

Para tratar da construção da classe social e fazer referência ao mundo do trabalho e aos trabalhadores em suas várias inserções particulares, Thompson utiliza o conceito de “experiência” e “cultura”.

A experiência, para Thompson, se refere à resposta mental e emocional de um indivíduo ou grupo social diante de acontecimentos inter-relacionados e/ou repetições de mesmo tipo de acontecimento (THOMPSON, 1981, p. 15) e é por onde homens e mulheres (re)definem suas práticas.

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença. (THOMPSON, 1981, p. 17)

O autor procura romper assim com o estruturalismo presente no pensamento marxista, tornando os sujeitos os agentes da história, todavia,

[...] não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p.182)

A experiência passa a ser articulada ao conceito de cultura com as determinações objetivas do ser social e a possibilidade do agir e da intervenção humanos e, portanto, cultura como componente não passivo de análise histórico-social,

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos [...] Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esse sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. (THOMPSON, 1981, p.189)

Thompson não nega que os valores encontram-se perpassados pela ideologia dominante, mas afirma o caráter contraditório das necessidades materiais e culturais. Por isso mesmo a categoria experiência se impõe como necessária para ajudar a evidenciar a capacidade de homens e mulheres romperem com condições impostas.

De acordo com Thompson, a experiência pode ser distinta sob duas formas: entre experiência I (experiência vivida) e experiência II (experiência percebida). Esta última é identificada por muitos estudiosos como aquela que se move na direção do que Marx denominou consciência social. Para o autor, este tipo de experiência é perpassada por interferências ideológicas. A experiência vivida é aquela que resulta das experiências vivenciadas na realidade concreta e que se conflita com a experiência percebida, como assevera Thompson na sua *A miséria da teoria*.

Portanto, a vivência da experiência não reproduz necessariamente a ideologia dominante, mas antes, esta experiência pode levar a rever práticas, valores e normas que por sua vez pode contribuir para a constituição de identidades de classe, de gênero, de geração, de etnias.

O mesmo se diz dos fenômenos sociais e culturais. Estes adquirem relevo na medida em que deixam de ser pensados apenas como reflexo imediato da vida econômica, pois se tornam passíveis de se expressarem em condições materiais constituídas historicamente.

Assim, os próprios valores de uma sociedade são vividos e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as idéias. Tratam-se de normas, regras, expectativas necessárias e “aprendidas” no sentimento no “habitus” de viver; em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção necessária. (THOMPSON, 1981, p. 194)

Na introdução de *Costumes em comum*, Thompson afirma que o tema do costume pode ser observado na cultura¹⁶ dos trabalhadores no século XVIII e parte do XIX, e será por onde o

¹⁶ O termo cultura deve ser observado com certa ressalva. A cultura popular plebéia, por exemplo, assume o caráter de resistência e aprendizado e é transmitida por meio do costume e permanência da tradição, que se limita pelo estabelecimento das leis.

autor defende a tese de que a consciência e os usos costumeiros eram particularmente fortes no século XVIII.

Por cultura entende Thompson que se trata

(...) também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, como invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto. (THOMPSON, 1998, p. 17)

A atenção dedicada por Thompson à cultura se deve ao fato do risco de generalizações que poderiam perder de vista a singularidade das formas de apropriação cultural levadas a cabo por diferentes grupos e/ou indivíduos.

Observando os sujeitos na sua forma singular, o autor defende que o processo de coesão da classe social ocorre pela vivência de certas situações que lhes confere identidade e solidariedade, que se fazem sempre em oposição a um projeto antagônico. Esta mesma classe adquire a consciência mediada pela cultura destes sujeitos. Esta será a marca distintiva em relação ao conceito de classe social em Marx, para quem a classe é determinada pela semelhança das condições materiais entre os sujeitos.

Sob outra perspectiva e, considerando as transformações do capital, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, tem-se que a constituição gradativa da classe operária ocorre a partir de conflitos menores na produção; é também por onde se realiza a crítica do processo acumulativo a partir da luta econômica na formação da classe. Este é também o pressuposto teórico de Lênin, na sua obra *Quê fazer?*. Este mesmo pressuposto está em contradição com Marx em *A miséria da filosofia*, e também com Lukács, em sua *História e consciência de classe*.

A partir do momento em que a classe operária já existe enquanto tal no terreno da economia ela adquire consciência de sua própria existência. Assim, na medida em que adquire consciência ela (a classe) deixará de ser uma classe em si e passará a ser classe para si. A existência objetiva será complementada pela existência subjetiva que é dada pela consciência de classe. É importante observar que, sob esta ótica, a classe operária já existe enquanto tal do começo ao fim do processo.

O posicionamento crítico leninista ao pensamento lukaciano reconhece a observação descrita, entretanto não a reconhece como sujeito da história e vanguarda do processo revolucionário.

Envolvida por interesses espontâneos e imediatos, meramente econômicos, a classe não vislumbra os meandros da atual configuração política econômica na qual suas demandas e objetivos são obstados, recebendo por tudo o que produz apenas as obras das orgias do capital. Por esta razão Lênin defende a necessidade dos intelectuais orgânicos e do Partido enquanto tal, ou seja, reconhecendo, por exemplo, que um trabalhador que está envolvido na atividade produtiva até 14 horas por dia, ele dispõe de tempo para elaborar uma teoria com a qual possa refletir sobre o processo de alienação pelo trabalho, ou, simplesmente, o trabalho alienado. Neste caso, se torna impossível a compreensão, a interpretação e a transformação da sociedade do capital pela sua própria complexidade. E, por sua magnitude, demandará ajuda externa, ou seja, entram em cena os intelectuais que não são, necessariamente, filhos e filhas do proletariado, mas a ele vinculados.

No plano conceitual, rompe-se a idéia central que identifica classe social como um fenômeno econômico e um tipo de análise que se baseia no pressuposto segundo o qual o terreno da economia capitalista encontra sempre em operação uma contradição antagônica insuperável entre a burguesia e a classe operária.

Encontra-se também na própria economia capitalista outras características que podem possibilitar a formação de um campo de interesses comum entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores.

Na sociedade capitalista o operário pode, visando preservar seu emprego ou aumentar seus ganhos, ter interesse no crescimento da empresa capitalista ou setor no qual ele trabalha, fazendo frente comum com os capitalistas dessa empresa ou setor e ao mesmo tempo concorrendo com os operários que trabalham em outras empresas ou setores. O corporativismo sindical, no sentido gramsciano de egoísmo de fração é a manifestação mais clara e geral desse fenômeno. Logo, na economia estão presentes potencialmente tanto as classes antagônicas quanto grupos sociais paradoxalmente que ponderam entre si a defesa de uma empresa ou setor e do próprio modo capitalista de produção.

Uma eventual consciência pró-capitalista pode ser, portanto, o reflexo no seio do proletariado de sua condição econômica particular e uma ilusão cujo fundamento é econômico. A noção de falsa consciência tem nesse fundamento sua sustentação fática.

O antagonismo entre proprietários e trabalhadores é apenas latente e potencial para que a classe que existe apenas em potência no terreno da economia capitalista adquira uma existência ativa. É necessária então a combinação de inúmeros fatores de ordem econômica, política, ideológica, como por exemplo, a situação de emprego e salário, situação de sistema de alianças que sustenta o bloco do poder burguês, etc. A classe social só existirá como coletivo organizado, quando o antagonismo latente tornar-se manifesto.¹⁷

No processo de formação da consciência de classe o problema significa reconhecer que a falsa consciência é irracional, portanto, não consistente, efêmera, e mesmo sendo uma construção social e não apenas psicológica individual, é deslocada, ou seja, apartada da realidade imediata onde se localiza em condição de subalternidade e opressão.

Neste sentido, a crise econômica torna visível aquilo que sempre existiu e possibilita ao operariado construir a consciência de classe na medida em que essa crise evidencia para o operariado o fato de que o capitalismo é um sistema, uma totalidade que não é passível de reformas estruturais. Em outras palavras, a crise econômica não apresenta nada de rigorosamente novo, por exemplo, em relação ao desemprego.

Neste sentido, deve-se pensar nas causas circunstanciais e conjunturais que é a análise sobre a crise revolucionária. (LÊNIN, 1979)

A crise revolucionária, acima de tudo ela, e algumas situações particulares da sociedade capitalista, permitem a formação do operariado como classe (e a própria ação do operariado).¹⁸

No enfoque leninista de aquisição da consciência socialista, a crise é algo totalmente novo afetando a economia, a política e o antigo modo de vida de todas as classes, frações e camadas sociais. Coloca-as numa situação muito diferente daquela que vive em tempos de capitalismo normal. Ao romper a unidade burguesa, agravam-se as condições de vida das massas laboriosas, desenvolvendo-se ações históricas que ao mesmo tempo são independentes das ações dos

¹⁷ Na visão economicista de Lukács este problema não está colocado. A aquisição da consciência verdadeira é um mero ajuste entre a realidade primeira da economia e a realidade derivada da consciência, que desde cedo deveria ter refletido a eco.

¹⁸ Também na história da formação do sindicato, do partido e da Revolução.

trabalhadores, e, no entanto, produzem ações históricas dos trabalhadores; então essa crise poderia configurar como uma crise revolucionária.

No caso acima descrito, classe revolucionária se constitui como a resultante de um conjunto de fatores no decorrer da crise, no bojo de uma situação singular distinta da situação de normalidade. A situação revolucionária é a situação típica da constituição do proletariado em classe (ou, se preferir nos termos lukacianos, na constituição do proletariado em “classe em si”).

Pode-se dizer então que os elementos teóricos em comum a respeito da luta de classes apresentados pelos pensadores citados é que as revoluções proletárias são produto das lutas operárias e do processo de desenvolvimento da consciência revolucionária a partir destas lutas.

No entanto, algumas diferenças são postas, sobretudo no que se refere ao processo de formação da consciência de classe.

Entretanto, para a historiografia leninista o foco da análise encontra-se na atuação do partido enquanto vanguarda do proletariado capaz de movimentar grupos políticos e ideologias.

Para um marxista, não há dúvida de que a revolução é impossível sem uma situação revolucionária, mas nem toda situação revolucionária conduz à revolução. Quais são, de maneira geral, os indícios de uma situação revolucionária? Estamos certos de não nos enganarmos se indicarmos três principais pontos que seguem: 1) impossibilidade para as classes dominantes manterem sua dominação de forma inalterada; crise da ‘cúpula’, crise da política da classe dominante, o que cria uma fissura através da qual o descontentamento e a indignação das classes oprimidas abrem caminho. Para que a revolução estoure não basta, normalmente, que ‘a base não queira mais’ viver como outrora, mas é necessário ainda que ‘a cúpula não o possa mais’; 2) agravamento, além do comum, da miséria e angústia das classes oprimidas; c) desenvolvimento acentuado, em virtude das razões indicadas acima, da atividade das massas, que se deixam, nos períodos ‘pacíficos’, saquear tranquilamente, mas que, em períodos agitados, são empurradas tanto pela crise no seu conjunto como pela própria ‘cúpula’, para uma ação histórica independente. (LÊNIN, 1979, p. 29-30)

Como a situação revolucionária não basta para produzir as mudanças na estrutura do capitalismo, então seria necessária, segundo o pensamento leninista, a atuação do partido de vanguarda proletária para promover o avanço subjetivo da classe operária, e conseqüentemente, dirigir uma insurreição para conquistar o poder estatal.

No entanto, se a formação de consciência dada pelo pensamento leninista pressupõe a disputa do poder de Estado burguês (considerando que o Estado é a burguesia organizada em classe na sua condição de classe dominante, então a crítica segue na direção de que este partido institucionalizado (diferente da ação clandestina) então este partido não contribuiria de forma

decisiva para a formação da classe revolucionária, mas ao contrário tem como objetivo conquistar o poder estatal o que por sua vez, acaba pro frear o avanço da consciência revolucionária, pois é precondição para atingir tal objetivo.

No entanto, o processo de formação da consciência se fortalece pela luta prática cotidiana, que, por sua vez reforça a luta cultural e esta se beneficia das crises de governo, de legitimidade do Estado capitalista, financeiras, etc. porque aumenta a insatisfação popular. Este é, por suposto o estágio anterior que, a depender do nível de desenvolvimento da consciência revolucionária e de embriões de auto-organização, pode oferecer situação de vitória. Estas iniciativas em si mesmas não geram a onda revolucionária, mas servem para que o proletariado adquira forças contra a burguesia e sua burocracia. Daí a necessidade de organização proletária, mas não necessariamente no partido de vanguarda.

Diferentemente de Gramsci em seus “Cadernos do Cárcere” a hegemonia cultural não está na conquista do proletariado na sociedade civil burguesa, que apresente um nexo qualquer na elaboração e difusão da cultura; também não no partido, como quer Lênin para quem o partido cabe o papel de intervir em todos os momentos da vida social e política bem como movimentar-se pelas camadas da população, (e por onde os operários desenvolveriam o conhecimento político necessário à luta pela conquista da nova hegemonia). A luta cultural ocorre no interior da sociedade capitalista.

1.3 Construção da consciência de classe nos processos de greve

O processo de consciência política dado por Marx, foi enunciado no “Prefácio” do livro *Contribuição à crítica da economia política*, onde o autor afirma: “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. (MARX, 2008, p.25)

Materializa-se o antagonismo entre o capital e o trabalho. Este último que se organiza para obstruir a acumulação em detrimento das relações de trabalho confere legitimidade ao que parece ser o sentido finalista das “greves crônicas” (MARX, 2008, p. 499), pois que:

Excetuando os períodos de prosperidade, travam-se entre os capitalistas os mais furiosos combates, procurando cada um deles obter uma participação no mercado. Essa participação está na razão direta do barateamento do produto. Por isto, rivalizam-se no emprego de maquinaria aperfeiçoada que substitui força de trabalho e na aplicação de

novos métodos de produção¹⁹. Mas, em todo ciclo industrial, chega o momento em que se procura baratear as mercadorias, diminuindo-se a força o salário abaixo do valor da força de trabalho. (MARX, 1982, p. 519)

Seguindo nesta perspectiva, segue-se a de Lênin:

Consciência de classe dos operários é a compreensão de que o único meio de melhorar a sua situação e de conseguir a sua emancipação, consiste na luta contra a classe dos capitalistas e industriais, que foram criados pelas grandes fábricas. Além disso, a consciência de classe dos operários implica na compreensão de que os interesses de todos os operários de um país são idênticos, solidários, que todos eles formam uma mesma classe, diferente de todas as demais classes da sociedade. Por último, a consciência de classe dos operários significa que eles compreendem que para atingir os seus objetivos necessitam conquistar influência nos assuntos públicos, como a conquistaram e continuam tratando de conquistar. (LÊNIN, 1979, p.29-30)

Ao esboçar o processo de conscientização dos trabalhadores²⁰, Lênin aponta que a consciência operária vai da espontaneidade à “consciência verdadeira”, passando por três momentos distintos.

O primeiro deles é o da resistência, caracterizado pelo ódio aos capitalistas, com expressões espontâneas através de “greves selvagens” seguidas da destruição de máquinas e sabotagens. Através destes motins se despertaria a consciência de classe. A forma embrionária desta consciência, por sua vez, se manifesta pelo desespero e vingança. (LÊNIN, 1979, p. 20)

O segundo momento é caracterizado pelas greves do fim do século XIX. Segundo o autor, quando comparadas aos primeiros motins, já podem ser consideradas “conscientes”. O movimento grevista, já preparado racionalmente, representa o embrião da luta de classe, entretanto, se limita à formação de uma consciência sindicalista, que expressa a necessidade dos operários se unirem para defender seus interesses imediatos. Portanto, as lutas sindicais são consideradas “tradeunionistas” e não social-democratas (esta última compreendida por revolucionária e comunista), constituindo-se desta maneira como um movimento espontâneo.

O terceiro e último momento do processo de conscientização dos trabalhadores refere-se à passagem da consciência sindicalista para a consciência social-democrata. Tal feito ocorre segundo Lênin, através de uma teorização efetuada pelo partido. Lênin encontra no partido as condições para retirar a luta operária do campo econômico (sindical) para o político, e a

¹⁹ Seja pelo método fordista, taylorista ou toyotista. (n. do a.)

²⁰ Lênin está observando o movimento operário russo.

consciência operária do nível espontâneo (incapaz de promover a superação das oposições) para o nível da compreensão política, para o das contradições inerentes à sociedade capitalista.

De acordo com Lênin, era tarefa do Partido enquanto – escola de comunismo – educar ou apontar aos militantes, operários e camponeses pobres, que

A autocracia não cairia exclusivamente pelo assédio acertado ou por um assalto organizado. Tal ponto de vista seria um doutrinário insensato. Ao contrário, é plenamente possível, e historicamente muito mais provável que a autocracia caia sob a pressão de uma dessas explosões espontâneas ou complicações políticas imprevistas, que ameaçam sempre por todas as partes. Porém, nenhum partido político pode, sem cair no aventureirismo, basear sua atividade em semelhantes explosões e complicações. Nos outros devemos seguir nosso caminho e realizar sem esmorecimento nosso labor sistemático (*educar, propagandear, agitar, organizar*). E quanto menos contemos com o inesperado, tanto mais provável será que não nos pegue desprevenida nenhuma ‘mudança histórica’. (LÊNIN, 1981. p. 13)

É na luta contra o capital e não apenas na cultura livresca que se desenvolve a consciência política do proletariado, de modo que, o verdadeiro objetivo da educação levada a termo pelo Partido (e pelos Sindicatos) nos *Cursos de Formação Política e Sindical* é fazer o que a escola oficial não faz, explicar aos operários:

Em que estriba e como se mantém a exploração do trabalho pelo capital; de que modo a propriedade privada da terra e dos instrumentos de trabalho conduzem à miséria das massas operárias e trabalhadoras, como lhes obrigam a vender seu trabalho aos capitalistas e entregar-lhes gratuitamente todo o excedente da produção para além daquela necessária ao seu sustento; e como esta exploração leva, inevitavelmente, à luta de classes dos operários contra os capitalistas, quais são as condições desta luta e seus objetivos finais. (LÊNIN, 1981. p. 82)

No *Que fazer?*, Lênin argumenta que por si mesmos ou espontaneamente os oprimidos não serão capazes de forjar a própria *consciência política de classe* e capazes de escrever uma teoria que os tire do nível do senso comum.

Ademais, para ele, a negação da *luta teórica* é um recurso reacionário à manutenção das massas no mais profundo obscurantismo. Portanto, subestimar a *luta teórica*, a luta entre ideologias, minimizar o papel do elemento teórico é um erro crasso à medida que “o desenvolvimento espontâneo do movimento operário marcha precisamente à sua subordinação à ideologia burguesa. O *tradeunionismo* não é outra coisa que o subjugo ideológico dos operários pela burguesia”. (LÊNIN, 1981. p. 43)

Portanto, a educação política consiste exatamente em “combater o espontaneísmo, em *separar* o movimento operário deste afã que tende a albergar-se sob a asa da burguesia e enrolar-se com a capa da social-democracia” (LÊNIN, 1981, p. 43).

Diante do pensamento absurdamente espontâneo, distanciado da realidade, abstraído das concretas relações sociais de produção, Lênin procurava despertar a atenção do Partido para a *dificuldade* real da difusão e disseminação do marxismo no seio do proletariado em virtude do:

Movimento espontâneo, o movimento pela linha de menor resistência, precisamente sob o predomínio da ideologia burguesa que por sua origem era muito mais antiga que a ideologia socialista, sua elaboração mais completa porque possui meios de difusão *incomparavelmente* maiores. (LENIN, 1981, p. 44)

Se for verdade que a classe operária tende *espontaneamente* para o socialismo, não é menos verdade que “a ideologia burguesa, a mais difundida é, não obstante, a que mais se impõe ‘espontaneamente’ aos operários” (Idem, *ibidem*). Esta imposição levada é a termo pelos diversos aparatos ideológicos do Estado burguês.

Torna-se possível reconhecer na obra de Lênin a distinção entre a luta econômica (defesa dos interesses profissionais, melhoria das condições de vida da força de trabalho) enquanto resistências aos capitalistas e a luta política pela obtenção da influência sobre o poder do Estado.

Assim, encontra-se uma definição para a constituição da classe operária e do processo de formação de sua consciência. Ela segue a proposição de Lênin, mas a com restrição ao partido político enquanto vanguarda.

As classes sociais e mais especificamente a operária surgem a partir da luta de classes e no interior da própria estrutura econômica do modo de produção capitalista. Esta classe vai em situações históricas específicas trabalhar o potencial definindo numa ação vinculada à massa de operários (trabalhar a consciência), cujos interesses e limites são precisamente aqueles do proletariado. Portanto, há um processo de conscientização dos trabalhadores organizados em classe social que definem a consciência de classe (ou seja, a formação da consciência de classe).

A ressalva adotada neste trabalho sobre o conceito de consciência de classe adotado por Lênin se faz no sentido de que o comando dado efetivamente e necessariamente pelo partido político pode gerar o reformismo e, portanto comprometendo o avanço da formação da consciência de classe. Assim, o espaço a gerar a consciência de classe bem como promover a

organização do proletariado (enquanto classe) dependerá do grau de consciência adquirida e, portanto, da *experiência* que se produz no contexto da luta de classes.

CAPÍTULO II

RELAÇÕES E MERCADO DE TRABALHO

Neste capítulo são trabalhadas as seguintes questões:

Para onde vai o trabalho?

Quais as mudanças e seus reflexos sobre as relações e o mercado de trabalho?

Através delas são verificadas as mudanças no processo de acumulação, a introdução de novas tecnologias, flexibilidade dos processos e dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo, reconhecendo que hoje há uma combinação de produção fordista e sistemas de produção tradicionais que se apóiam em relações de trabalho “artesaniais”, paternalistas ou patriarcais (familiares). Neste caso, cabe perguntar:

Como este processo conduz à reestruturação das atividades produtivas?

Trata-se então de discutir as relações sociais de trabalho e as formas de regulação do emprego, portanto questionando:

O que é o setor de serviços?

E, para tanto existem estatísticas que permitem construir hipóteses, que encaminham para a flexibilidade do trabalho e da sua precarização.

São analisados os dados do mercado de trabalho observando os vínculos de emprego (formal e não formal) e considerando que o vínculo formal salarial no Brasil não foi e ainda não é dominante. Isto porque o trabalho assalariado não é a forma de “ganhar a vida”. Os vínculos contratuais de trabalho são diversos, o que reflete na informalidade e, portanto não estão “abrigados” pela legislação trabalhista na inserção no mercado.

Tem-se então a precarização do trabalho, compreendida pela diversidade de situações laborais atípicas em consequência da reestruturação das atividades produtivas sob o neoliberalismo, pelo qual o trabalho ocorre sem contrato de trabalho assalariado típico. Portanto, o trabalho precário refere-se à ausência ou redução de direitos, de garantias ou de qualidade no exercício da atividade laboral.

A flexibilização se refere à alteração da regulamentação referente ao mercado de trabalho apresentando mudanças nas condições de venda e uso da força de trabalho, alterando o quadro de garantia de direitos dos trabalhadores.

Deve-se ressaltar que este capítulo inicia com um resgate introdutório dos elementos que sustentam o desenvolvimentismo keynesiano no Brasil diante do modelo (pré)fordista de produção. Isto porque, desde a eleição de Lula da Silva à presidência da República em 2002 e hoje com Dilma Rousseff, este pensamento se fortaleceu em oposição ao neoliberalismo. Entretanto, o partido que se elegeu bem como o sindicalismo brasileiro se colocavam antes contra a sua ideologia, e no caso do movimento sindical, desde o surgimento no país das primeiras vertentes do nacional desenvolvimentismo e da política econômica keynesiana, ainda na década de 1930.

2.1 Política keynesiana e desenvolvimentista no Brasil: aspectos de regulação pública nas relações entre o capital e o trabalho

Todo o objetivo da acumulação de riquezas é produzir resultados ou resultados potenciais num período possível de ser comparado ou de longo prazo. Entretanto, o futuro é incerto e quanto maior a acumulação, maior a necessidade de ação e decisão racional capaz de aproximar o improvável, na sua decisão de investir na acumulação; e mesmo assim, os resultados serão imprevisíveis. Esta incerteza está presente na elaboração da teoria de J. M. Keynes, da taxa de juros, do lucro e da moeda e da qual será amplamente utilizada pelos pós-keynesianos brasileiros. Daí a relevância de se fazer alguns apontamentos sobre ela.

Keynes construiu sua teoria macroeconômica em oposição ao emprego e o ciclo econômico da ortodoxia marginalista, conduzindo conceitos que relacionavam a intervenção do Estado e o conjunto das atividades econômicas de um país.

Nos países subdesenvolvidos, os benefícios do *welfare state* dados pela política econômica de Keynes costumam limitar-se aos trabalhadores dos setores mais modernos da economia e aos funcionários da burocracia, o que restringe a possibilidade de uso do *welfare state* como mecanismo de regulação da demanda agregada. Não raro, a ação estatal na economia nesses países está predominantemente voltada para a implantação de infra-estrutura e para a aquisição de bens de capital, pois a regulação da demanda muitas vezes está fora do alcance das políticas nacionais.

O baixo nível de organização dos trabalhadores em geral cria condições favoráveis ao surgimento de um *welfare state* cujo papel é muito mais de regulação política do que econômica, e que se manifesta pela concessão de benefícios a grupos isolados de trabalhadores com algum

poder de barganha e, para os demais, políticas assistenciais de caráter populista. A destinação de recursos públicos à elite dos trabalhadores aumenta a desigualdade e dificulta a realização de compromissos entre capital e trabalho, que estão na base do *welfare state* de países desenvolvidos. A função predominante de legitimação política, por sua vez, faz com que as políticas evitem conflitos com aspectos da organização da vida privada como, por exemplo, a organização das hierarquias familiares. Esses motivos contribuem para que, nos países subdesenvolvidos, o *welfare state* em sua fase de institucionalização raramente seja um mecanismo eficiente de redução das desigualdades sociais. (SOUZA, 1999, p. 17)

Deduz-se que estas alterações consolidam os traços de dependência prático-ideológica dos partidos e dos sindicatos (inspirados na socialdemocracia) em relação ao Estado, numa visão fetichista de que há neutralidade no Estado que possa conferir possibilidades reais de se atender interesses de trabalhadores e demais interesses independentemente do modo de produção e de reprodução social, que por sua vez amplia a dependência ideológica dos trabalhadores em relação ao Estado e ao capitalismo.

Ao mesmo tempo, os sindicatos se transformavam em grandes burocracias especializadas, pelas quais os dirigentes executariam tarefas de negociação que implicava num grau sofisticado de profissionalismo e de conhecimentos técnicos necessários para concretizar com sucesso os termos do “compromisso”.

No Brasil, o pensamento de Keynes se faz presente desde Celso Furtado em sua “Formação Econômica do Brasil”, e pela escola cepalina de Prebisch.²¹

De forma geral, o keynesianismo diz respeito à presença do Estado no capitalismo, que se concretiza pelo setor público. De um lado, assegurando a produção nos setores onde o impulso ao investimento privado é inexpressivo ou inexistente em virtude da baixa taxa de lucro transferida a este setor e assim ampliando a base produtiva. De outro que o Estado deve programar o lucro das frações de capital monopolista intervindo sob a forma de empresa estatal objetivando (i) contribuir para o suprimento de bens e serviços em geral e de mecanismos de preços

²¹ No que se refere à doutrina keynesiana há, pelo menos duas referências importantes no Brasil: a “Escola de Campinas”, que adota a crítica marxista que levou a Kalecki e sua versão do princípio da demanda efetiva e chegou-se a Keynes e seus seguidores mais próximos especialmente pela atenção por eles dedicada a variáveis monetárias e financeiras na explicação da instável dinâmica de economias capitalistas. A outra escola é chamada aqui, por falta de melhor termo, de vertente marshalliana. Marshall transformou argumentos de Ricardo e Mill e tratou da economia de forma científica, analisando as relações entre oferta, procura e valor. No que se refere ao capital e o trabalho, afirmou que, em longo prazo as remunerações desses fatores deveriam ser iguais aos seus custos marginais: o juro tenderia ser igual ao sacrifício marginal da poupança, e os salários, iguais à desutilidade marginal do esforço.

administrados em particular que por sua vez processa a transferência de recursos ao setor privado valorizando a acumulação do capital e (ii) fiscalizar coercitivamente o conjunto do sistema econômico no sentido de diminuir recursos disponíveis que, mediado pelo Estado, devem cumprir papéis de financiamento direto e indireto estes que assumem a forma institucional de orçamento público.

As bases teóricas da estratégia nacional de desenvolvimento do Brasil estão na teoria macroeconômica keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimentismo. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.6)

A teoria desenvolvimentista, por sua vez, se fundamenta principalmente na teoria econômica clássica. Keynes assinalou a importância da demanda agregada, e legitimou o recurso a déficits fiscais em momentos de recessão. No entanto, jamais defendeu déficits públicos crônicos. Seu pressuposto foi sempre o de que uma economia nacional equilibrada, do ponto de vista fiscal, poderia, por um breve período, sair do equilíbrio para restabelecer o nível de emprego (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.15)

Como caracterizou Bielschowsky (2000), o tema que envolve Estado, planejamento, industrialização, modernização, urbanização, povo, nação, superação da pobreza e do subdesenvolvimento pode ser caracterizado por desenvolvimentismo, ou seja, “o projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio do planejamento e decidido apoio estatal”. (BIELSCHOWSKY, 2000)

A associação do desenvolvimentismo com o keynesianismo fica mais explícita quando Bresser-Pereira compõe a equação doutrinária:

Os economistas, como Furtado, Presbisch e Rangel, formuladores da estratégia desenvolvimentista, eram keynesianos e, na promoção do desenvolvimento, consideravam a administração da demanda agregada como uma ferramenta importante. Contudo, nunca defenderam o populismo econômico dos déficits crônicos. Seus epígonos, porém, o fizeram. Quando Celso Furtado, diante da grave crise do início da década de 1960, propôs o *Plano Trienal* (1963), foi considerado por esses seguidores de segunda categoria como tendo sofrido uma recaída ortodoxa. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.15)

No Brasil, a defesa da industrialização, de políticas intervencionistas pró-crescimento e de idéias nacionalistas é um fenômeno típico do século XX, principalmente após a ascensão de

Vargas ao poder em 1930. Entretanto, o período em que ele mais se desenvolve será no governo Kubistchek, em que se identifica:

[...] a associação entre desenvolvimento econômico e industrialização, de aumento de renda por habitante e da taxa de crescimento. Os capitais, que servem para impulsionar o processo, são obtidos junto às empresas locais, ao Estado e às empresas estrangeiras. Sua política centra-se nas questões relativas às taxas de investimento, ao financiamento externo e à mobilização da poupança interna. São menosprezadas as teorias relativas à distribuição da renda, concentração regional da atividade econômica, condições institucionais, sociais, políticas e culturais que influem sobre o desenvolvimento [...]. (SANDRONI, p.242)

Os aspectos jurídicos e institucionais que aproximam o keynesianismo do desenvolvimentismo podem ser verificados através das políticas sociais brasileiras que assistiram as primeiras mudanças no Estado entre 1930 e 1964 dados pela passagem da economia agrário-exportadora para a economia urbano-industrial na década de 1930 e, portanto da ótica do keynesianismo, essa regulamentação se traduz na promulgação de leis referentes às condições de trabalho e à venda da força de trabalho.²²

Não menos notório é que as políticas sociais se constituem a partir de um profundo caráter conservador, cujo autoritarismo se expressava na estrutura corporativista da organização sindical (que começou a ser montada em 1930), que deslocou os conflitos entre capital e trabalho para a esfera do Estado, descaracterizando e obstruindo, portanto, a livre manifestação das reivindicações dos trabalhadores. (BARCELLOS, 1983, apud MEDEIROS, p 10).

De acordo com Draibe (1989) a década de 1930 e início de 1940 correspondem a um movimento de criação da base institucional-legal para as políticas sociais:

A produção legislativa a que se refere o período 1930/43 é fundamentalmente a que diz respeito à criação dos institutos de aposentadorias e pensões, de um lado, e de outro, a relativa à legislação trabalhista, consolidada em 1943. [...] (DRAIBE, 1989, apud MEDEIROS, 2001, p. 10)

²² Antes de 1930 as políticas sociais eram fragmentadas e emergenciais, apenas com indícios da disposição por parte do Estado (instituição por lei dos Departamentos Nacionais do Trabalho e da Saúde) e a promulgação, em 1923, do Código Sanitário e da Lei Eloy Chaves (sobre assuntos previdenciários). Os conflitos entre capital e trabalho eram regulados por legislação esparsa e tratados basicamente pelo aparato policial. MEDEIROS, M. *A trajetória do welfare state no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos 1990*. Brasília: IPEA, 2001, textos para discussão n° 852, p. 09.

A despeito da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, o sistema de seguridade social esbarrou em limites estruturais ao sistema previdenciário: (a) a concentração dos interesses em torno dos diversos projetos voltados para a industrialização; (b) fragilidades financeiras do Estado e das empresas, que limitavam a expansão deste sistema para atender as demandas crescentes de serviços assistenciais e previdenciários; e (c) a fragilidade do poder de negociação da classe trabalhadora. (DRAIBE, 1985, p. 75)

Com a mesma eficiência que a previdência social teve para promover a divisão e cisão na classe trabalhadora (sobretudo incentivando os trabalhadores uma mentalidade particularista e essencialmente depende do clientelismo do Estado), este sistema previdenciário também incorporou segmentos da classe trabalhadora no conjunto de estruturas corporativistas, o que aumentou, em princípio, o poder regulatório do Estado patrimonialista. (MALLOY, 1979, apud MEDEIROS, 2001, p.11-12)

Sobre as relações de trabalho, pode-se dizer que a tutela do Estado perseguiu três objetivos básicos: (i) evitar que os movimentos de trabalhadores se tornassem base de apoio para grupos de oposição que reivindicavam mudanças mais profundas na organização da sociedade; (ii) despolitizar as relações de trabalho, impedindo que as organizações de trabalhadores se legitimassem como instrumento de reivindicação; e (iii) fazer dos trabalhadores um ponto de apoio, ainda que passivo, do regime. Tais objetivos foram alcançados por meio de uma combinação de repressão à oposição e concessão aos movimentos de trabalhadores que apoiavam o regime. Em vez de mobilizar, o regime populista buscou cooptar seletivamente segmentos de trabalhadores em um processo de “inclusão controlada”. Trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos não organizados foram sistematicamente ignorados nesse processo. (MALLOY, apud MEDEIROS, 2001, p. 11)

Cabe indagar se as medidas de contenção do governo frente as demandas e conquistas dos trabalhadores dos anos de 1930 e 1940 foram eficazes, no que se refere à suas capacidades de persuadí-los contrariamente ao que propugnavam em termos políticos e ideológicos até a década de 1920.

De qualquer forma, o Estado manteve a característica regulatória, sobretudo entre os anos de 1937 a 1945, período em que se consolida a promulgação da Lei de Segurança Nacional (de 1935) e no qual se descreve o Brasil em transição sócio-econômica, de base agrária para urbano-industrial. Os interesses econômicos brasileiros, no entanto, continuam servindo ao capital

privado, traço que consolida e distingue o *welfare state* brasileiro dos demais países capitalistas nos quais as políticas keynesianas sugeriam um compromisso do Estado com desenvolvimento social.

O período subsequente, entre anos de 1956 a 1964 é marcado institucionalmente por instrumentos legais de um governo de democracia capitalista em que há ampliação e rearticulação das funções institucionais no sentido de suprir as necessidades geradas pelo aprofundamento da concentração urbana e da modernização do país.

Em relação à Previdência Social, os problemas da unificação administrativa, da universalização e da uniformização de benefícios e serviços constituíram-se na tônica do período; na área da saúde, estiveram em evidência as questões ligadas ao combate às doenças de massa e à ampliação da assistência médica; no setor trabalho, as lutas sindicais e a política salarial mobilizaram as atenções dos poderes públicos; no que diz respeito à educação, foram a democratização do ensino e a qualificação profissional os aspectos que assumiram maior relevância; finalmente, a constatação da existência de um expressivo déficit habitacional fez com que a habitação passasse a ser encarada também como uma questão social” (BARCELLOS, 1983, apud MEDEIROS, 2001, p. 13)

Nos anos de chumbo, marcados pela ditadura militar a partir de 1964, não há mais possibilidade de se pensar o Estado sob a pecha populista, que havia iniciado com o getulismo da década de 30 do último século. Tratava-se de direcionar esforços (a) de caráter compensatório (com políticas assistencialistas visando minorar impactos das desigualdades crescentes provocadas pela aceleração do desenvolvimento capitalista) e (b) de caráter produtivista (políticas sociais voltadas ao processo de crescimento econômico. Assim, políticas de educação e de formação dos trabalhadores serviriam para qualificar o trabalho vivo para aumentar a produtividade qualificado e semi-qualificado.

Da mesma maneira, o produtivismo estatal deveria atender aos interesses do capital modernizando a vida dos trabalhadores do núcleo dinâmico da economia (funcionários do Estado, do setor financeiro, trabalhadores da indústria e de setores a ela relacionados), que se auto-financiariam e possivelmente seriam capazes de gerar excedentes aplicáveis no setor produtivo ou em outras políticas sociais.

Com estas informações se torna possível caracterizar o Estado Providência brasileiro do golpe de 1964.

Com o uso de uma variante da tipologia de Titmus, o Welfare State brasileiro é classificado por Draibe (1989, p. 10) como meritocrático-particularista-clientelista no período entre o início da década de 1970 e fins da década de 1980. Tipos meritocráticos agem como mecanismos de estratificação social à medida que definem políticas específicas para grupos sociais diferentes. Neles, um dos critérios de elegibilidade é a participação do indivíduo na construção do sistema. Diferentemente de um tipo residual puro, no qual a incapacidade de satisfazer às necessidades por meio dos recursos oferecidos pelo mercado coloca o indivíduo em uma situação “emergencial” e, portanto, merecedor dos serviços sociais; o tipo meritocrático exige para elegibilidade, além da condição (relativa) de “resíduo”, o pertencimento a determinado grupo (como a uma corporação, associação ou forma de inserção no mercado de trabalho) que contribui diretamente para a sustentação das políticas. Logo, como a seguridade não é estendida indiscriminadamente a todos os indivíduos de uma sociedade, os tipos meritocráticos são também particularistas. Tipos meritocráticos-particularistas tendem, no limite, a reforçar as desigualdades preexistentes, tendo-se em vista que indivíduos com maior dificuldade para satisfazer a suas necessidades são também indivíduos com menor capacidade para contribuir para o sistema de seguridade. (MEDEIROS, 2001, p. 15-16)

E até as reformas ocorridas nos anos de 1980, o Estado brasileiro era caracterizado pela centralização política e financeira em nível federal, fragmentação institucional, tecnocratismo, autofinanciamento, privatização e uso clientelístico das políticas sociais (DRAIBE, 1989, p. 15; 1998^a, apud MEDEIROS, 2001, p. 17)

O caráter redistributivo do sistema foi reduzido a um conjunto de programas assistenciais, com patamares mínimos muito reduzidos:

Do ponto de vista da ampliação de direitos sociais e da definição de critérios de acesso e elegibilidade, é certo que *tendências universalizantes* foram sendo introduzidas no sistema. (...) Entretanto, tais tendências universalizantes – que, de fato, disseram respeito principalmente à ampliação das possibilidades de acesso aos subsistemas sociais – assim como a expansão massiva do sistema e a oferta de serviços sociais publicamente organizados longe estão ainda de conferir ao sistema brasileiro características do tipo “institucional-redistributivo”, tendo antes reforçado seu caráter meritocrático-particularista. (DRAIBE, 1989, apud MEDEIROS, 2001, p. 16)

Reforçam-se então as características do suposto Estado providência brasileiro: (a) proteção social sem pretensões de funcionar como mecanismo redistributivo do produto da economia; (b) sua constituição é direcionada à legitimação da ordem política e à defesa dos objetivos estabelecidos pela cúpula do governo; (c) expressa a falta de poder político dos movimentos de trabalhadores em geral e a falta de autonomia da máquina burocrática.

No entanto, há uma diferença em relação ao período anterior, a saber, o Estado apresenta algum poder de regulação sobre a demanda agregada, uma vez que o modelo de desenvolvimento

adotado está fundado numa segmentação da sociedade em que o mercado dos produtos nacionais coincide com a elite dos beneficiários das políticas.

A metade dos anos de 1980 marca o início da Nova República e o fim dos regimes militares. Com ele, cresce a atividade partidária e sindical bem como a participação popular no processo eleitoral. Paradoxalmente, seguiu-se também um período de retração e dismantelamento das políticas sociais.

O período que compreende os anos de 1985 e 1988 será caracterizado por mudanças reformistas, pela crítica à centralização institucional e financeira do sistema, cuja estratégia rejeita que as políticas sociais estejam sujeitas às medidas de ajuste macroeconômico.

Assim, ocorrerá que, no biênio 1985/86, a reforma do Executivo Federal destina-se (a) ao reforço dos programas emergenciais no campo da suplementação alimentar, (b) incorporação na agenda governamental de pautas como reforma agrária e seguro-desemprego, (c) instituição de grupos de trabalho e comissões setoriais.

No que se refere ao poder Legislativo, a principal medida refere-se à promulgação da nova Constituição em outubro de 1988 e a conclusão de parte do processo constituinte, “que introduziu avanços formais, corrigindo iniquidades e ampliando direitos, especialmente no campo trabalhista e na seguridade social” (DRAIBE, 1998b . Série Reformas de Política Pública, p. 218).

Serão medidas sustentadas pela “estratégia reformista” visando o resgate da “dívida social” (FAGNANI, 1997, p.214), que, no entanto, se esvaziaram entre 1987 e 1992, com a “contra-reforma” que se caracterizou pela (a) ampliação do assistencialismo e do clientelismo, (b) desmonte orçamentário e burocrático no campo social e (c) oposição sistemática das forças conservadoras do Executivo à agenda reformista (desde sua fase constituinte até na regulamentação complementar. (FAGNANI, 1997 p. 220)

De 1990/1992 a ação governamental será caracterizada pelo “vigoroso processo de desaparelhamento e fragmentação burocrática”, resultado de ataques à presença do Estado na vida social. (FAGNANI, 1997, p. 225)

No ano seguinte, as inovações políticas sociais serão consideradas positivas, entre elas: a descentralização políticas, a articulação de fato entre os diversos programas e a parceria entre governo e movimentos sociais foram inovações que permitiram redução das práticas clientelistas,

distanciamento das políticas assistenciais e continuidade dos programas. (MEDEIROS, 2001, p. 18)

Se considerado o cumprimento de metas, esse perfil é marcado pela visão da assistência social como direito social universalização do acesso e gratuidade dos serviços estatais, contudo a execução dos programas sociais continua afetada pela relação incompatível entre a máquina estatal e os novos contornos da política:

Entretanto, principalmente nos planos de organização e capacidades administrativas, são grandes os obstáculos ainda enfrentados pelas políticas: a duplicidade de redes, que reduz potencial de integração local da descentralização; a ausência de políticas e de recursos de capacitação para as funções descentralizadas; a ausência de sistemas de monitoramento, supervisão e controles visando garantir padrões de qualidade dos serviços. (DRAIBE, 1998b apud MEDEIROS, M., 2001 p. 16)

Como observado, o caráter redistributivo do Estado este envolto à elevada segmentação da sociedade diante de um modelo de desenvolvimento concentrador e, ao mesmo tempo pela ausência de coalizão entre trabalhadores industriais e não industriais. Estes últimos, não beneficiados pela legislação trabalhista dos anos de 1930. E, por último, destaca-se uma burocracia estatal com forte dependência do governo.

No que se refere às políticas sociais elas foram sustentadas por princípios de autofinanciamento e distribuídas segundo critérios de interesses de frações de classe em suas particularidades, resultando na limitação do universo dos beneficiários e, tornando os gastos sociais cada vez mais regressivos.

A partir da década de 1990, o Welfare State brasileiro passa por diversas mudanças de caráter organizacional. E o que se pode afirmar é que resultam, invariavelmente de um estado de bem-estar social com incipiente capacidade distributiva. E mais recentemente, estas políticas de bem-estar social, ficam diluídas nas organizações sociais e no mercado, pelas palavras de ordem do projeto neoliberal: descentralização, terceirização, privatização e flexibilização.

Torna-se, portanto difícil perceber que se constitua efetivamente um Estado de Bem-Estar Social com as linhas do keynesianismo, quando o que se observa (a) o grau de desarticulação da classe trabalhadora, (em virtude da forma pela qual se utilizou as novas tecnologias), (b) o nível de desemprego no país e (c) a fragmentação do espaço nacional em nichos de prosperidades; todos integrados à rede de acumulação de capital internacional. Toda situação sustentada por um tipo de Estado cujo papel é apenas o de guardião dos lucros privados.

O keynesianismo, enquanto doutrina muito se beneficiou do padrão de produção fordista no capitalismo.

Entretanto no Brasil, e em específico na teoria sociológica do trabalho, há questões que colocam sob dúvidas a respeito da presença do fordismo no Brasil, e mesmo da sua possível adequação ao modelo japonês dos anos de 1990, enquanto ele já demonstrava sinais de *crise* nos países de economia avançada.

A polêmica não é pequena e, para alguns autores, a crise do fordismo nem chegou a existir (PELIANO, 1987) e outros ainda chamaram a atenção para que as noções fordistas fossem compreendidas enquanto *princípios* e não normas técnicas. Isto aponta para o quanto é provável que permaneçam ainda aplicáveis em certas situações, mesmo combinados com outros métodos de organização (CARVALHO; SCHIMITZ, 1990, p. 148-156).

Para estes últimos pesquisadores, a alteração das relações de trabalho foi parcialmente atingida somente em empresas nas quais os sindicatos são fortes e conseguem desenvolver ações autônomas (CARVALHO; SCHIMITZ, 1990). Por outro lado, o empresariado tem adaptado as diferentes estratégias de organização, compondo um heterogêneo, caótico, porém efetivo “paradigma de flexibilização”.

Na perspectiva de Fiori, o “Brasil não teve um Estado fordista, e nem um Estado que pudesse ser chamado de Keynesiano ou Bem-Estar Social”. (FIORI, 1997, p.349)

O fordismo assenta suas bases na fórmula segundo a qual o Estado intervém na economia para garantir rendimentos mínimos aos trabalhadores, principalmente através dos mecanismos da social-democracia e do keynesianismo. E, o Brasil, como país marcado por certo estilo patrimonialista e que servira até então de alternativa contra a socialização do regime de fábrica e marcado pela coerção e autoritarismo (questão social como questão de polícia), teria um espaço garantido ao pré-fordismo.

A partir de sua contextualização, o pré-fordismo pôde ser definido como desdobramento do fordismo-taylorismo, com características específicas para obter maior acumulação em países de recente industrialização:

Trata-se de um autêntico fordismo, com uma verdadeira mecanização e uma associação da acumulação intensiva e do crescimento de mercados em termos dos bens de consumo duráveis.

Contudo ele continua sendo periférico, antes de mais nada no sentido de que, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, os postos de trabalho e a produção

correspondendo aos níveis de fabricação qualificada e, sobretudo, de engenharia permanecem largamente exteriores a esses países. Por outro lado, os mercados correspondem a uma combinação específica do consumo das classes médias modernas locais, com acesso parcial dos operários do setor fordista aos bens duráveis das famílias, e das exportações desses mesmos produtos manufaturados de baixo preço para o centro. [...] Portanto, o “fordismo periférico”, como lógica de acumulação – isto é, como componente de regimes de acumulação concretos –, pode ser analisado sob dois ângulos: - como elemento do regime de acumulação i n t e m o a cada NPI; - como elemento do regime de acumulação associando o centro e os NPI, do ponto de vista do processo de produção total e dos mercados globais. (LIPIETZ, 1988, p. 317-318)

Fiori parte da premissa de que a montagem da estrutura industrial brasileira conviveu sempre com um sistema bancário privado atrofiado e foi, por isso, financiado por meio do crédito público e/ou dos recursos externos.

Ou seja, ao longo dos anos, o Estado foi, de fato, o grande patrocinador da industrialização brasileira. Nesse sentido, com relação à intervenção “desenvolvimentista” (FIORI, 1997, p.350) do Estado na economia e na industrialização do país, Fiori ressalta cinco pontos fundamentais: (i) com reação ao Estado; (ii) com relação às regras de concorrência; (iii) com relação às regras de financiamento; (iv) com relação aos salários e (v) relações internacionais e (vi) instituições jurídicas e políticas. (FIORI, 1997, p. 350-352)

Em outras palavras, o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro se deu tardiamente e subordinado ao imperialismo dos grandes monopólios internacionais, trazendo no seu bojo a marca registrada da exclusão social e da alta concentração de renda.

Há outro aspecto negativo e crônico que vem assolar a incipiente fordização do processo produtivo no Brasil, sobretudo nesta última década.

Enquanto que a terceira revolução industrial dos países de economia avançada procura ditar o ritmo do setor de serviços, a flexibilização produtiva nos países em desenvolvimento procura encontrar formas para gerar maior acumulação de capital.

Esta acumulação foi consumada pela industrialização periférica, que gerou a enorme reserva de trabalho informal, desemprego, precarização e terceirização e de onde se extrai a mais-valia sem qualquer resistência e sem nenhuma porosidade capaz de obstruir a superexploração deste tipo de modelo industrial.

Deste modo, os trabalhadores se transformam em membros intermitentes do exército industrial de reserva que devem estar à disposição de algo que está entre a incompletude do fordismo e da entrada de setores da reestruturação produtiva.

Os trabalhadores dispõem-se em tempo integral e, portanto, não mais sob a também frágil legislação trabalhista brasileira, por onde se fazia a distinção entre utilização do tempo de trabalho por contrato formal e tempo privado, do não trabalho, e por onde era possível realizar o ócio produtivo (lazer, descanso, nova sociabilidade, etc.).

O problema exposto refere-se então à validade do discurso que reivindica ser necessário completar a formação das bases produtivas do capitalismo fordista no Brasil. Isto porque é algo pleiteado pelos keynesianos desenvolvimentistas que assumiram o Planalto federal nas últimas três eleições à presidência colocando em relevo um projeto político interessado em conciliar forças produtivas que se sustentaram com trabalhadores do antigo modelo tridepartamental (DI, DII e DIII).

Deve ser lembrado que as bases aliadas que compõem a maioria no Executivo são aquelas que defendem um setor da economia que foi preterida com as privatizações dos anos de 1990, mas que, no entanto têm aspirações de desenvolvimento nacional com intervenção do Estado a se realizar com o capital misto (público, privado nacional e internacional) que não descarta a elite do capital fictício internacional.

Disto resultará em políticas de trabalho híbridas, uma vez que a criação de um possível sistema público de emprego dependerá do mercado de trabalho em condições de atender aos diferentes interesses econômicos dos subgrupos da burguesia no poder. Ou seja, aquilo que se considera por *desenvolvimento* nada mais é do que o atendimento das demandas de mercado e não das necessidades sociais.

Tão importante quanto a constatação acima é perceber que há também o discurso de que o pós-keynesianismo poderia ser o modelo eficaz a implantar essa nova economia em oposição ao neoliberalismo. Não é por acaso que a *intelligentsia* já estudou a possibilidade de se implantar no Brasil uma espécie de modelo chinês ou coreano adaptado, por onde o Estado arbitraria o excedente de trabalho vivo em conluio com o capital privado internacional.

Então, as centrais sindicais brasileiras, aquelas mesmas que se formaram nas escolas reformistas estadunidenses, procuram agora, além de contornar seu problema de constituição de classe (reforma ou revolução), rever táticas para absorver trabalhadores não-formais e para repensar políticas sobre o avanço da flexibilização trabalhista e em setores desconhecidos pelo “modelo” desenvolvido no Brasil a partir dos anos de 1930. Além disso, o sindicalismo deve reconhecer seu papel diante do Estado regulador neo-institucional do qual faz parte e que também

abriga um percentual considerável de trabalhadores que contribuíram decisivamente para transformar o movimento sindical em agenda de “chapa branca”.

Por fim, deve-se considerar que, a despeito da distorção do pensamento de Keynes – e de que o “keynesianismo” no Brasil ingressa enquanto arcaísmo mais ideológico e menos teórico, o keynesianismo, muito se beneficiou do ambiente político e da estrutura pré-fordista, ou quase fordista. E, do ponto de vista político adquire vigor com o desdobramento da economia na história recente do capitalismo.

Os acontecimentos que levam a esta compreensão podem ser destacados desde a queda do *socialismo real* e da Albânia como último reduto *vermelho* no Leste europeu: a reestruturação produtiva e as alterações na organização do trabalho, os altos níveis de desemprego, certa reconstituição e reinvenção das formas de submeter o trabalho ao capital, a consolidação das instituições democráticas burguesas bem como a dificuldade da classe trabalhadora de se organizar, e quanto mais de agir no sentido da sua emancipação (considerando o seu caráter reformista) e, conseqüentemente da possibilidade de construir o socialismo no plano imediato.

Estes fatores impulsionados pela ascensão do capital fictício levaram o pensamento de esquerda a retomar o tema do desenvolvimento e em particular ao mundo do trabalho, aqueles que se orientaram pela capacidade produtiva instalada. Isto porque a questão do desenvolvimento está intimamente vinculada ao planejamento e à iniciativa econômica estatal.

Retornando a discussão ao Brasil, deve-se realizar uma pequena digressão aos projetos de intervenção econômica do Estado, desde o fim do governo presidencial de Cardoso.

A partir de 1999, com a adoção do câmbio flexível, a âncora cambial foi substituída pelas âncoras monetária e fiscal (respectivamente, através da implementação da política de metas de inflação e da obtenção de elevados superávits primários nas contas públicas). Entretanto, isto não eliminou as vicissitudes da economia brasileira, que podem ser resumidas: (a) grande vulnerabilidade externa e (b) elevada fragilidade financeira do setor público. Com isso, o país completou a sua segunda “década perdida”.

O início da década de 2000 foi marcado pelo protagonismo do setor financeiro que prolongou-se no governo Lula da Silva (2002-2006), sobretudo para conter os desequilíbrios macroeconômicos gerados durante o governo FHC, notadamente em: (a) a dívida pública e os

déficits em conta corrente²³, e (b) os desequilíbrios sociais mais intensos através de políticas sociais para minorar a extrema pobreza. Para isso deu continuidade e aprofundou políticas impulsionadas ao final do governo FHC: (1) contenção dos gastos públicos e ampliação do superávit primário, (2) estabelecimento do câmbio flutuante e (3) implementação de políticas sociais para uma população ameaçada com a queda dos rendimentos, o desemprego crescente e a recessão econômica.

Dois documentos divulgados pelo Governo Lula da Silva – *Política Econômica e Reformas Estruturais e Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002*, ambos do Ministério da Fazenda, bem como a proposta da nova *Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004*, do Ministério do Planejamento evidenciam que o governo Lula da Silva demonstrou sua crença na possibilidade de resolver os problemas da economia brasileira, em particular a vulnerabilidade externa e a fragilidade financeira do setor público, através do aprofundamento do ajuste fiscal. Este procedimento, entretanto é algo duvidoso por estar baseado em indicadores extremamente voláteis e que expressam movimentos de curtíssimo prazo e, mesmo assim foi acompanhado pelas reformas previdenciária, trabalhista e tributária.

Em contrapartida, teve-se o elevado custo social e político, agravado: (1) pela esperança de que a radicalização do ajuste fiscal, ano a ano, pudesse levar o país a obter uma maior credibilidade internacional, que viabilizasse a solução de sua vulnerabilidade externa. Entretanto não encontrou apoio na história recente do capitalismo “turbinado”, volátil e acelerado, sob a hegemonia do capital financeiro.

No segundo mandato de Lula da Silva (2006-2010), outros fatos vieram a contribuir para a tentativa de uma guinada desenvolvimentista: (1) a substituição de José Dirceu por Dilma Rousseff na Casa Civil, (com caráter mais administrativo e menos político ao posto) e (2) o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) I e II e de planos habitacionais como o *Minha Casa, Minha Vida*.

O PAC foi lançado no dia 22 de janeiro de 2007, e se tratava de um conjunto de medidas para contribuir para a elevação das taxas de crescimento econômico do país, que ocorreria: (a)

²³ Entretanto o que ocorreu foi o incremento da dívida pública desde o governo Cardoso, com evolução para a cifra de R\$ 2.241.465.305.902,35, quer dizer, 2 trilhões, 241 bilhões, 465 milhões, 305 mil, 902 reais e 35 centavos. Orçamento Geral da União – 2010. Total: R\$ 1,414 trilhão. Fonte: SIAFI - Banco de Dados Access p/ download (execução do Orçamento da União) – Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/orcament/bd/exe2010mdb.EXE> . Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. <http://www.divida-auditoriacidada.org.br>.

pelo aumento do investimento em infra-estrutura, (b) com o estímulo ao financiamento e ao crédito, (c) com a melhora do ambiente de investimentos, (d) pela desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário e (f) pela adoção de medidas fiscais de longo prazo. Os principais pontos do PAC eram: investimentos até 2010 (R\$ 502 bilhões); infra-estrutura pública, Crescimento (de 5% ao ano); fonte dos recursos (com os juros da dívida pública); contenção de despesas (não com a redução de despesas correntes, ou seja, gastos com custeio da máquina, programas sociais, etc.), mas pela contenção de gastos sendo o limite estipulado para a folha de pagamento dos funcionários do Executivo federal; queda gradual dos Juros da Dívida Pública, Impostos, encargos e desonerações (sem a reforma tributária, nem trabalhista), mas fazer a desoneração via Medida Provisória e decreto, de setores de bens de capital; Previdência Social (fórum de debates); Lei de licitações e ambiental (lei 8666); Fundo de Investimentos com recursos do FGTS (administrado pela Caixa Econômica Federal); ampliação do limite de endividamento de Estados e Municípios (para investir em saneamento); habitação para a classe média (com a elevação da liquidez do fundo de Arrendamento Residencial – FAR); e defesa da concorrência.

O PAC 2, previsto para alavancar a campanha vitoriosa de Dilma Rousseff, entra em vigor para os anos de 2011 e 2014 e está dividido em três frentes e por seis grupos: *Cidade Melhor*, *Comunidade Cidadã*, *Minha Casa, Minha Vida*, *Água e Luz para Todos*, *Energia e Transporte*, ou seja, habitação, energias, hidrelétricas, transportes e área social.

Com isto procurava-se desfazer a imbricada situação do investimento público e, para tanto se teve a nomeação de Luciano Coutinho para o BNDES e a reafirmação da nova postura que já vinha sendo adotada desde a gestão Carlos Lessa. O resultado foi: (a) retomada de uma política industrial para o setor privado, e (b) a distribuição de renda com programas sociais como o Bolsa Família, (c) valorização do Salário Mínimo, da aposentadoria e do funcionalismo público.

Deduz-se que, para os formuladores *progressistas* e democráticos o keynesianismo desenvolvimentista supostamente não foi esgotado e, no Brasil foi acolhido tanto pelo capital nacional, representado hoje politicamente pelo PT e sua base aliada e por uma pequena fração dos monetaristas, centrados no nome de Serra, do PSDB.²⁴

Esta é uma das razões que explicam o porquê de serem estes dois os principais candidatos para a última eleição presidencial no Brasil (Dilma Rousseff José Serra), os quais despontaram

²⁴ No próximo capítulo será apresentado um quadro que permite a leitura sobre a aproximação entre os partidos e sindicatos no momento atual.

em seus respectivos partidos na intenção de retomar o crescimento econômico com desenvolvimento nacional.²⁵

Entretanto, ambos os candidatos, receberam apoio das frações do capital. A primeira, a candidata do PT, mantém a base aliada dos capitalistas que herdaram a base produtiva incompleta da ditadura militar e abriu também a possibilidade de se realizar especulações com o capital, porque encontra dificuldades em trazer os empresários para investimentos de longo prazo, o que implicaria para estes, em arriscar seu capital – para eles é preferível investir em papéis que possibilitam retorno de curto prazo –, pois que a taxa *Selic* continua elevada. Há como se sabe, a preferência pela liquidez. O segundo, porque identifica no Brasil um campo com possibilidades de rendimento líquido e fictício que não se encontra com facilidade em outros países do capitalismo. No entanto, os poucos keynesianos deste lado também precisam lidar com questões típicas do subdesenvolvimento, sobretudo no que se refere à superexploração do trabalho vivo e a manutenção da produção adequada aos interesses do capitalismo desenvolvido; e, para isso, adicionaram propostas que utilizam tecnologias mais avançadas, que exigem trabalhadores mais qualificados, contudo necessariamente formados no sentido de desconhecer a discussão a respeito dos conflitos entre as classes sociais.

Ambos são desenvolvimentistas, e, portanto, formados nos debates econômicos, políticos e sociais dos anos 1960 orientados pela Comissão Econômica para o Progresso da América Latina e Caribe (CEPAL). No interior dos seus respectivos partidos (Partido dos Trabalhadores/PT e Partido da Social Democracia Brasileira/PSDB) eles representam a teoria do desenvolvimento econômico. Serra, como expressão da corrente desenvolvimentista do PSDB, era o contraponto minoritário a um governo acusado pelos opositores como sendo uma agremiação ideológica neoliberal. Por sua vez, Dilma é a face dita desenvolvimentista do governo do petista Lula da Silva, que, enquanto presidente da República, também abrigou ministros liberais, que foram mais importantes em seu primeiro governo, mas perderam terreno no segundo.

²⁵ Recordando, para os fins deste trabalho, que a primeira, Rousseff, pelo seu vínculo partidário, tem maior penetração junto ao movimento sindical e, portanto, em condições de manobrar com mais tranquilidade as políticas públicas voltadas ao trabalho (e ao sindicato). Como será visto mais adiante, as medidas de contenção dos trabalhadores em favor do capital já se fazem sentir.

A eleição do PT nas três últimas candidaturas possibilitou a esta fração reorientar a legislação brasileira no que tange às relações de trabalho, inclusive partindo das definições que se materializaram na Constituição brasileira.

Estas alterações são vistas a seguir.

2.1.1 Sobre os direitos trabalhistas na Constituição brasileira

As décadas de 1980 e 90 passaram por inúmeras transformações de ordem política, econômica e social, no Brasil e demais países do capitalismo ocidental, dentre as quais envolvendo o mundo do trabalho.

Enquanto que os países de economia avançada sofriam interferências diretas na base de organização da produção, os países subdesenvolvidos iniciavam a leitura e aplicação do *Consenso de Washington*.

O Brasil, por sua vez, passava pela transição concedida das mãos dos militares à democracia burguesa que foi consolidada pela Constituição de 1988. De outro lado, os trabalhadores tiveram que enfrentar o ingresso das políticas neoliberais culminando com o esgotamento das ações do Estado em completar a sua fase de industrialização, nos moldes do fordismo.

A confluência das amplas demandas do capital junto à organização do Estado deveria contemplar a adequação jurídica das relações do trabalho. E tais adequações se fizeram sentir desde cedo, nos artigos constitucionais que contribuiria para moldar o sindicalismo e, posteriormente, na forma pela qual se realizariam os debates públicos que caracterizam a relação entre o capital e o trabalho.

Cabe agora verificar os aspectos dessa legalidade.

2.1.1.1 Constituição de 1988

A Constituição de 1988, também chamada por “Constituição Cidadã” se trata da oitava Carta Magna do país, que foi promulgada em 05/10/1988 e tornou-se um marco divisor entre a ditadura militar dos anos de 1960 e início dos 80 em relação à abertura democrática que se seguiu a este período.

Por ocasião de sua promulgação e em ato discursivo o então presidente da Câmara dos Deputados em 1987-88, Ulisses Guimarães, que também presidiu a Assembléia Constituinte no

mesmo período, se referiu à nova Carta Magna por Constituição Cidadã, por avanços sociais que ela incorporou.

No entanto, a ênfase de Guimarães não impediu a flexibilização dos direitos constitucionais, a exemplo das Emendas Constitucionais (EC) 20, 41 e 47.

As mais importantes mudanças efetuadas pela EC 20 de 1998 para os servidores públicos foram à inserção da exigência de idade mínima para a aposentadoria (53 anos para homens e 48 para mulheres) e a obrigação de cumprimento de um pedágio para o acesso à aposentadoria (20% para a integral e 40% para a proporcional).

As Emendas Constitucionais 41/2003 e 47/2005 promoveram novas alterações no sistema previdenciário dos servidores. Desta forma, questões como a idade do servidor, o sexo, o tempo de contribuição, o tempo no serviço público, o tempo no cargo em que se dará a aposentadoria e, sobretudo, a data em que o servidor implementou as condições para a aposentadoria passaram a ser fundamentais na definição dos critérios para a própria aposentadoria, forma de cálculo, aplicação ou não de redutor, manutenção ou não da paridade e da integralidade, etc.

De qualquer forma, a Constituição de 1988 alterou alguns pontos na área econômica e trabalhista. E, no que se refere aos trabalhadores, estão:

- a) a jornada de trabalho, que não pode ser superior a 44 horas semanais, a) trabalhadores em empresas de turno ininterruptos terão jornada de seis horas; b) a multa indenizadora sobre o valor do Fundo de Garantia sobre de 10% para 40%;
- c) a remuneração de horas-extras sobre o trabalho normal passa de 25% para 50%;
- d) gozando de férias, o trabalhador tem 1/3 a mais de seu salário;
- e) o valor do aviso prévio será proporcional ao tempo de serviço e nunca inferior a um salário;
- f) licença gestante passa de 89 para 120 dias;
- g) licença-paternidade (que não existia) garante ao pai cinco dias de ausência do trabalho quando o filho nascer;
- h) o direito de greve é assegurado a todas as categorias, h1) a lei define quais os serviços essenciais que devem permanecer em atividade;
- i) os trabalhadores rurais passa a ter legislação trabalhista, semelhante à dos trabalhadores urbanos;
- j) o funcionalismo público terá limites salariais proporcionais aos maiores vencimentos, que serão de deputados, senadores e ministros de Estado e do Supremo;

k) a remuneração dos aposentados e pensionistas não pode ser inferior a um salário mínimo, k1) o reajuste será feito na mesma época e com os mesmos índices aplicados aos trabalhadores ativos.

2.1.1.2 Fator previdenciário

O fator previdenciário foi instituído em 1999, com a Lei 9.876, para incentivar o segurado do INSS a adiar sua aposentadoria, prolongando o tempo de contribuição. A idéia central e a de equilibrar receitas e despesas da Previdência Social, reduzindo o déficit previdenciário.

A fórmula do fator previdenciário considera: (a) o tempo de contribuição do trabalhador, (b) sua idade e (c) a expectativa de vida dos brasileiros no momento da aposentadoria.

Por esta lógica, quanto menor a idade na data da aposentadoria e maior a expectativa de sobrevivência, então será menor o fator previdenciário e, portanto, menor o benefício recebido. E, quanto mais velho e quanto maior for o tempo de contribuição do trabalhador, maior será o valor da aposentadoria.

Segundo informação da Câmara, anualmente o IBGE pesquisa a expectativa de vida do brasileiro, que tem aumentado nos últimos anos - o benefício reduz sempre que a expectativa de vida cresce.

No entanto, existem alguns questionamentos sobre sua intenção, sobretudo porque a idéia básica do fator previdenciário é de atuar o mais cedo possível a partir da idade do contribuinte, e por um longo período de tempo.

O fator previdenciário instituído não existe em outro lugar do globo. E, em outros países a tentativa de solucionar o problema da Previdência seguiu por outros caminhos, como o aumento das idades mínimas. E mesmo nestes casos não se obteve solução. Isto porque o problema ainda se tornou mais complexo, como a necessidade de se rever as fontes de custeio do sistema.

No Brasil, o fator previdenciário atende a maioria dos trabalhadores do setor privado que vislumbram a aposentadoria e a fórmula adotada resulta, quase que invariavelmente, na redução do valor do benefício.

O estabelecimento do fator previdenciário serviu como medida compensatória, pois o governo procurou reduzir as contas públicas em virtude da redução que foi promovida no pagamento de outros benefícios. Ou, como argumenta Orione (2011), na qualidade de juiz federal e professor de direito previdenciário da Universidade de São Paulo (USP):

Ao agir assim, partia do pressuposto – a nosso ver reducionista – de que, com a diminuição no pagamento das aposentadorias, haveria, como contrapartida, crescimento econômico – em vista da economia de bilhões para os seus cofres. Trata-se de pressuposto que desconsidera a involução social criada pelo mecanismo, que admite o desenvolvimento econômico divorciado do social, na medida em que permite o incremento da situação de pobreza dos mais pobres como solução para suposto crescimento do país. Para ilustrar o que se está mencionando, basta lembrar que o cidadão que vai se aposentar tem seu benefício diminuído, em média, 30% em relação ao valor da contribuição somente mediante a sua aplicação. Não por acaso, no instante da concepção do fator, percebendo o seu efeito na vida dos trabalhadores, os partidos de oposição, inclusive o PT, foram bastante cautelosos quanto a sua admissão. Isso é fácil de perceber. Desde que existe o fator previdenciário, quem quiser fazer jus a uma aposentadoria mais vantajosa deve estar disposto a contribuir longamente para o sistema e nele entrar muito jovem ou sair demasiado velho. Isso porque, no cálculo do fator previdenciário, são considerados dados como idade e expectativa de vida. (ORIONE, 2011)

A política de redistribuição de renda reforça a tese segundo a qual a burguesia, possibilitaria o crescimento acelerado do produto, fazendo crescer a renda e a produtividade, promover a expansão da arrecadação de tributos e os ganhos pelos seus segmentos mais bem posicionados na estrutura e estratificação social, enquanto que os trabalhadores de base e os segmentos de pior inserção social e capacidade de organização e de menor poder de pressão política – apesar de parcialmente beneficiados pelos efeitos dinâmicos do crescimento econômico, estes não poderiam opinar sobre os termos de capacidade de apropriação da renda.

Assim, os estratos inferiores,

Deixados ao livre jogo do mercado de trabalho, mesmo com dinamismo econômico, seus rendimentos evoluirão no sentido de distanciar-se da renda média, em direção a patamares de pobreza ou miséria absoluta. Na verdade, sem uma política voltada para os salários de base, a sociedade vai se estruturando com uma desigualdade diferentemente da década de 1950, quando ocorreu uma melhoria sensível na distribuição entre os rendimentos do trabalho, com políticas consistentes e deliberadas de promoção dos salários de base. (DOS SANTOS & GIMENEZ, 2005, p.97)

Na década de 1980, a despeito da abertura democrática, num quadro de semi-estagnação, com deterioração nas contas públicas e aceleração inflacionária, o discurso político em relação ao salário mínimo continuou desfavorável, ainda que, a Constituição de 1988 tenha garantido a ampliação da proteção social ao vincular o piso previdenciário e de outros benefícios sociais ao salário mínimo.

Nos anos de 1990, com a hegemonia de política econômica liberal, as finanças públicas foram colocadas no centro do debate acerca das políticas de valorização do salário mínimo. Os

argumentos variavam sobre o impacto que o salário mínimo causaria sobre a Previdência Social, esta que estaria agregada à Seguridade Social desde a Constituição de 88, e referendavam a idéia de superávits insustentáveis da Previdência, solicitando que fossem respeitados os recursos provenientes das bases de arrecadação da Seguridade Social.

Entretanto, a advertência é a de que,

Na verdade, esses recursos, desde 1993, passaram a ser contingenciados, por prazo determinado, pela política de ajuste fiscal promovida no país desde o governo FHC, inicialmente através da instituição do Fundo Social de Emergência (FSE), depois pelo Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e pelas Desvinculações de Receitas da União (DRU), o que criou as condições para a caracterização de uma situação deficitária da Previdência. Esse é um ponto de partida fundamental para deixar claro que o denominado “déficit” da Previdência não decorreu das elevações do SM nos últimos anos, mas principalmente do recorrente contingenciamento das receitas da Seguridade Social, assim como da estagnação econômica e de seus impactos sobre a queda do nível de emprego, diminuição do grau de formalização e da redução dos salários reais, ocorridos especialmente a partir de 1997. (DOS SANTOS & GIMENEZ, 2005, p.98)

Deduz-se, desta maneira que há necessidade de se programar uma política de tributação progressiva, pois,

a grande elevação da carga tributária nos últimos dez anos resultou, por motivos de centralização de receitas, principalmente da criação e/ou ampliação de contribuições sociais que compõem a base das receitas da Seguridade Social (COFINS, CSLL, CPMF), não partilhadas com as esferas estaduais e municipais de governo. (DOS SANTOS & GIMENEZ, 2005, p.98)

Ou seja, ao invés do Tesouro cobrir a Seguridade, são os recursos desta que viabilizam a política fiscal e seus recorrentes superávits primários desde os anos de 1990; e ainda, que os impactos da elevação do salário mínimo sobre a Previdência Social podem ser absorvidos pela elevação da arrecadação previdenciária, num contexto de crescimento econômico, com maior formalização dos vínculos trabalhistas, elevação dos salários e do próprio salário mínimo.

Cabe ainda destacar que no curto período de elevação do nível da atividade econômica (1994-96) a arrecadação real da Previdência expandiu cerca de 8% acima do PIB, o que significa dizer que numa etapa de crescimento sustentado a arrecadação poderá ser ainda superior.

E ainda, entre 2000-01, o emprego formal teve elevação acima dos 3% (mesmo na ausência de uma efetiva política de elevação no grau de formalização das relações de trabalho) diante de uma taxa anual média de crescimento do PIB de 2,9% e que a própria elevação do

salário mínimo contribui para a elevação da massa salarial e da arrecadação da Previdência Social.

A elevação do salário mínimo cumpre outros papéis, a saber, dinamizar a economia de municípios médios e pequenos e promover a redução das disparidades regionais e de renda.



Fonte: <http://brasilfatosedados.wordpress.com/2010/12/11/inflacao-x-salario-minimo-x-pib-1940-2010/>

Quanto menor e mais pobre o município, maior é a diferença que se arrecada pela Previdência e o que é gasto com o pagamento de benefícios, correspondendo a uma injeção líquida de recursos nestes municípios superior ao montante recebido pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Por outro lado, os benefícios da Previdência Social têm contribuído para reduzir a migração rural-urbana e das pequenas para as grandes cidades, na medida em que possibilita aos aposentados permanecerem com seus filhos nas suas regiões de origem e conseqüentemente reduzir o inchaço populacional nas periferias dos grandes centros urbanos, impactando diretamente no desenvolvimento econômico regional.

Nos momentos de expansão da economia brasileira (1994-96 e 2000), as finanças públicas apresentaram melhorias na evolução de suas receitas. Da mesma forma, o crescimento econômico não é suficiente para promover a recuperação do poder de compra do salário mínimo, mas, certamente sem ele, torna-se mais difícil a absorção dos efeitos de uma política efetiva de promoção de salários de base e, em particular, do salário mínimo.

2.1.1.3 Direito de greve

Quando se constata a existência de greve e o direito de exercê-la deve-se ter atenção ao fato de que, na relação entre patrão-empregado, o trabalhador não possui muitas armas para sua defesa e, portanto, a capacidade de atuar coletivamente em torno da organização sindical torna-se uma oportunidade de exigir um tratamento que acredita ser justo. No entanto ainda não há uma lei de greve que trate da questão a partir das relações de trabalho mais justas. Da mesma forma, não existe nenhuma legislação, tanto para o setor público quanto para o privado, que estabeleça parâmetros reais, concretos e factíveis à negociação coletiva²⁶.

Para se ter idéia, pela Constituição os servidores públicos têm direito a um reajuste anual visando à recomposição das perdas salariais; mas isso não está claramente definido e, por isso, quando os trabalhadores querem negociar recorrem à greve.

Há no Brasil uma legislação trabalhista que tutela o trabalhador e que não confere a ele o direito a renunciar aos seus direitos porque entende que este mesmo trabalhador, premiado pelas necessidades, pode renunciar a eles para se ter o principal, ao menos o da alimentação. A exceção ocorre quando há acordo ou convenção coletiva de trabalho e, portanto, enquanto a legislação não for modificada, aquilo que for acordado do ponto de vista jurídico-legal, deverá ser qualitativamente superior ao que existe. Como reflexo à organização sindical, resultará na luta contra os sindicatos “pelegos”.

No que se refere à discussão sobre o direito de greve no Brasil, ela é juridicamente um direito que se contrapõe a outros direitos, o que a torna contraditória. Assim, quando desencadeia uma greve, o trabalhador de determinado setor estaria, supostamente, se contrapondo aos direitos das empresas e de outros setores da sociedade. Não obstante a este fato, o direito de greve se consagrou em constituições e legislações específicas exatamente para dar equilíbrio às relações de trabalho. Por outro lado, como dito anteriormente, a greve é um instrumento de força útil e necessário disposto ao trabalhador para compensar o poder do capital, para fazer o empregador pensar e negociar as reivindicações colocadas na mesa pelos sindicatos dos empregados.

²⁶ A tentativa que existiu por parte do governo atual, em seu primeiro mandato, foi a criação de uma mesa nacional de negociação para os servidores públicos. No entanto não vingou porque muitas categorias negociaram e discutiram outras questões também importantes (como plano de carreira). Ela foi chamada por muitos como “mesa nacional da enrolação”.

Cabe lembrar que, depois da Carta Federal de 1988 essa forma de luta é plenamente reconhecida para todas as categorias de trabalhadores dos setores privado e público, cabendo à Justiça decidir se e quando a greve é abusiva.

E, do ponto de vista histórico deve-se reconhecer que a legislação trabalhista que tutela, defende ou protege os direitos dos trabalhadores (que não podem ser considerados benesses patronais ou governamentais, pois que foram ganhos na luta contra a opressão do capital) é o lado positivo da herança varguista. Aquele governo sabia sobre as refinadas formas de subsunção do trabalho ao capital, capaz de enfraquecer os trabalhadores na ocasião em que seriam necessárias as negociações sobre reajustes salariais que poderiam resultar em reduções. Exatamente por isto, o governo Vargas posicionou-se ao lado dos trabalhadores, como meio de pressão sobre os capitalistas no decorrer do dissídio coletivo.

A discussão da lei de greve do servidor público proposta nestes últimos anos apresenta um tipo de risco que está no fato de haver um discurso de um determinado governo que negligencia as conquistas sociais adquiridas em luta, alegando ser ele originário do movimento sindical, o que lhe conferiria, a priori, qualificar ou não determinadas medidas.

O interesse do Congresso por limitar o direito de greve no setor público se fortalece porque também se opõe a ele no setor privado. Assim, teria que propor uma Emenda Constitucional uma vez que a Constituição fala em regulamentar o direito de greve e não de restringi-lo. Da mesma forma, o Supremo Tribunal Federal, que julga os processos em última instância é formado por uma parcela significativa de pessoas indicadas pelo governo federal de Castelo Branco aos dias de hoje, portanto comprometidas com quem as indicou.

No setor privado, a lei de greve em discussão será utilizada por analogia ao setor público. O seu excesso de formalismo impede a deflagração da greve, uma vez que não é conferida a qualquer lei o direito de restringir o que a Constituição não restringe.

Outro aspecto, ainda de caráter legal, diz respeito à criminalização da luta sindical e da criação pelo Estado de um aparato repressivo e de intervenção no movimento grevista, o que poderia em alusão significar um retrocesso a um período anterior ao 1º de maio de 1886. É algo que está intimamente relacionada ao Interdito Proibitório no sentido de manejar, como forma de intimidação, para que os trabalhadores não participem do movimento grevista.

Contra a greve existe o artigo 932 do Código de Processo Civil assinalando que,

o possuidor direto ou indireto, que tenha justo receio de ser molestado na posse, poderá impetrar ao juiz que o segure da turbação ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório, em que se comine ao réu determinada pena pecuniária, caso transgrida o preceito.

A propósito, no atual Código Penal Brasileiro no Título dos Crimes Contra a Organização do Trabalho / Atentado Contra a Liberdade de Trabalho está lavrado o que se caracteriza por crime:

Art. 197 – Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça:

I - a exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria, ou a trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias:

II - a abrir ou fechar o seu estabelecimento de trabalho, ou a participar de greve ou paralisação de atividade econômica:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

Tais ações, supostamente esquecidas no passado ou relegadas a ele, são verossímeis ao que acontece ainda hoje quando a “justiça” do trabalho declara determinadas greves como abusivas. Esse comportamento é claramente útil aos interesses do patronato.

Trata-se de uma visão patrimonialista pela qual procura-se inibir as ações de greve e responsabilizar os atores coletivos de todas as conseqüências que a partir dela derivarem.

Não obstante, segundo o artigo 1º da Constituição Federal que trata do direito de greve ajuíza:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

De acordo com este artigo 1º, II, III e IV da CRFB, *a simples notícia da iminente deflagração de movimento paredista não pode ser tida como álibi para a concessão do interdito cominatório*. Ocorre que, *a greve é uma garantia constitucional fundamental da classe trabalhadora*, sendo certo, ainda, que sempre militará presunção favorável à categoria profissional envolvida, no sentido de que exercitará o seu direito de maneira não abusiva.

Assim é que a simples notícia da possibilidade de ocorrência de greve não é suficiente para conceder os termos sugeridos pelo artigo 932, mesmo porque *nos termos do artigo 153 do Código Civil brasileiro não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito*.

Aquele que requer a liminar deverá demonstrar que a greve engendrada pelos trabalhadores possui o escopo único de esgarçar gratuitamente as relações empregatícias²⁷, o que cogitaria a hipótese da greve ultrapassar os limites da liberdade sindical.

Esta é, a propósito, a diretriz da Organização Internacional do Trabalho sobre o assunto, sumulada no verbete nº 372 do Comitê de Liberdade Sindical da Organização Internacional do Trabalho:

EMENTA 372. As greves de caráter puramente político e as decididas sistematicamente muito tempo antes de encetar as negociações não se situam no âmbito dos princípios da liberdade sindical.

Fora esta possibilidade, deve ser realçado que a fixação da competência da Justiça do Trabalho, chancelada pela Súmula Vinculante nº 23 do Supremo Tribunal Federal, pouco ou nada significará se o Juiz do Trabalho analisar a questão com os olhos patrimonialistas da Justiça Comum.

2.1.1.4 Greve no serviço público

Desde A Constituição Federal de 1988 e com a ampliação dos direitos sociais dos servidores públicos civis foi concedido a estes a livre associação sindical e o direito de greve. Contudo foi estipulado que o exercício do direito de greve deveria ser regulamentado por lei complementar (redação alterada na EC 19/98 para lei específica).

Fato é que essa lei nunca foi editada porque no ano seguinte ao da promulgação da Constituição, adveio a Lei nº 7.783/89, que normatizou o direito de greve dos empregados da iniciativa privada, fato que manteve as paralisações do serviço público de regulação específica.

A lei 7.783/89 expõe as diferenças entre as relações jurídicas que envolvem o setor público e privado. Assim, enquanto que a relação jurídico-laboral que existe entre o empregado e o empregador da iniciativa privada decorre do regime *contratual* trabalhista, regida pelo Contrato

²⁷ Casos em que se tenha claro ter sido a sua realização decidida com grande antecedência, muito antes da data-base, quando sequer se cogitava da abertura do processo de negociação coletiva.

de Trabalho (que por sua vez está e subordinada à CLT), a relação jurídica da pessoa legalmente investida em cargo público (Administração – direta, autarquias e fundações públicas, Legislativo e Judiciário), é *institucional, adesiva* ou *funcional*.

Disto resulta que os servidores públicos, só poderão valer-se desse dispositivo, por força do Princípio da Legalidade, ou seja:

O tradicional princípio da legalidade, previsto no art.5º, II, da Constituição Federal e anteriormente estudado, aplica-se normalmente na Administração, porém de forma mais rigorosa e especial, pois o administrador público somente poderá fazer o que estiver expressamente autorizado em lei e nas demais espécies normativas, inexistindo, pois, incidência de sua vontade subjetiva, pois na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza, diferentemente da esfera particular, onde será permitida a realização de tudo o que a lei não proíba. (Direito Constitucional, 2000, p. 279)

Portanto, na ausência de regulamentação própria ao direito de greve, os servidores públicos realizavam suas greves (até o presente momento) encaminhando suas questões ao Judiciário e submetido à interpretação de cada tribunal²⁸. A greve, neste sentido, adquiria o caráter legal, e sem punição ao servidor público enquanto que, concomitantemente, estava sendo firmada no Supremo Tribunal de Justiça (STJ) a jurisprudência no sentido de que os dias não trabalhados poderiam ser descontados.

Para resolver esta situação haviam Mandados de Injunção (Mis) ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O Mandado de Injunção é previsto no art. 5º, inciso LXXI, da Constituição Federal e tem como finalidade resguardar direitos e liberdades constitucionais cujo exercício venha a ser tolhido ou inviabilizado em virtude de ausência injustificada de regulamentação.

Essas ações solicitavam providências contra a omissão do Presidente da República e do Congresso Nacional em regulamentar o artigo 37, VII, da Constituição Federal, e pediam que fosse assegurado o direito de greve para seus filiados²⁹, a despeito da inércia legislativa. O STF reconheceu a mora legislativa e determinou fosse aplicada, no que cabível e de modo transitório,

²⁸ Comumente, muitos juízes compreendiam que o direito de greve do servidor era *norma de eficácia contida*, quer dizer, não poderia ser exercido enquanto não fosse regulamentado por lei. Então os juízes autorizavam o corte do ponto e aplicação de penalidades aos servidores públicos grevistas. entretanto, a corrente majoritária defendia que, por se tratar de direito constitucional, o servidor não poderia ser impedido de exercê-lo por inércia do legislador.

²⁹ Os Mandados de Injunção eram: 670, 708 e 712, os quais foram impetrados, respectivamente, pelo Sindicato dos Servidores Policiais Cíveis do Estado do Espírito Santo (Sindpol), pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa (Sintem) e pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do estado do Pará (Sinjep).

a Lei Geral da iniciativa privada - Lei nº 7.783/89, regulamentando provisoriamente o exercício do direito de greve do servidor.

Do ponto de vista da estratégia sindical, o MI não foi acionado com frequência antes por não apresentar resultados práticos, pois o STF apenas reconhecia a omissão do Legislativo, e não tomava qualquer medida, sob a alegação de que estaria ferindo o princípio da separação de poderes, uma vez que não lhe compete legislar.

De forma geral, os procedimentos a serem adotados para deflagração da greve do funcionalismo público estando de acordo com as modificações efetuadas na Lei 7.783/89 e com a decisão do STF podem ser resumido da seguinte maneira³⁰:

- 1) estabelecer tentativas prévias de atendimento voluntário, pela União Federal, das pautas de reivindicações (artigo 3º modificado pelo STF);
- 2) documentar o mais amplamente possível (ofícios de remessa e respostas às reivindicações; reportagens sobre visitas às autoridades; notícias de jornal sobre as mobilizações anteriores, acordos não cumpridos pelo Poder Público etc.) (artigo 3º modificado pelo STF);
- 3) convocar assembléia-geral da categoria (não apenas dos associados) mediante a observância dos critérios definidos no Estatuto do Sindicato e com divulgação do Edital com antecedência razoável (72 horas, como sugestão) em jornal de grande circulação (artigo 4º modificado pelo STF);
- 4) em assembléia, votar a pauta de reivindicações e deliberar sobre a paralisação parcial de serviços (artigo 4º modificado pelo STF);
- 5) comunicar a decisão da assembléia: a) ao tomador dos serviços e b) aos usuários do serviço (mediante edital publicado em jornal de grande circulação), com antecedência mínima de 72 (setenta e duas horas) (artigo 3º, § único modificado pelo STF);
- 6) durante a greve, buscar sempre que possível a negociação para o atendimento das reivindicações, documentando-a ao máximo;
- 7) manter equipe de servidores para assegurar a continuidade da prestação dos serviços, buscando a definição do que sejam “serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades da comunidade” ou “serviços cuja paralisação resulte em prejuízo irreparável” (artigos 9º e 14 modificados pelo STF);

³⁰ Assessoria Jurídica do SINAL/NACIONAL, março de 2008.

8) manter até o final da greve um “Ponto Paralelo”, para registro pelos servidores grevistas, o qual poderá ser instrumento útil para discutir eventual desconto dos dias parados.

2.1.1.5 Liberdade sindical

No que se refere ao exercício da liberdade sindical por parte dos trabalhadores, em geral encontra-se regulado na PEC 369/05 (Proposta de Emenda Constitucional), que dá nova redação aos artigos 8º, 11, 37, 114 da Constituição Federal ao Congresso Nacional. Até então, a redação atualizada era aquela que seguia na Emenda Constitucional (EC) nº 45 de 2004, ajuizava: Art. 8º. É livre a associação profissional ou sindical, e faz algumas observações. E passou a ser: Art. 8º. *É assegurada a liberdade sindical*, e faz observações nos incisos.

Se confrontada a redação da PEC 369/05 diante da anterior Emenda Constitucional nº 45 de 2004 pode ser resumida da seguinte maneira: põe fim à associação profissional, estabelece limites para a “*liberdade de organização sindical*”, contera restrições para a “*liberdade sindical*”, mantém-se as restrições quanto à interferência e intervenção do Estado nas entidades sindicais (mas, acaba com a proibição de o poder público intervir na organização sindical), altera-se a expressão “fundação de sindicato” para “fundação de entidade sindical”, acaba com a *unicidade* e o limite constitucional de *base municipal* mínima para o sindicato, fica determinado que a lei estabelecerá critérios de participação democrática, representatividade e “de agregação” *voltados para a negociação coletiva* (a negociação aparece como um princípio capaz de determinar a estrutura sindical); o Estado não exige autorização para fundação de entidade sindical, mas lhe outorga a personalidade sindical (antes, o Estado exercia um papel cartorial, de registro, das entidades formadas pelos trabalhadores e empresas).

No artigo 11 tem-se: *Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.* Passou a. *É assegurada a representação dos trabalhadores nos locais de trabalho, na forma da lei*, com algumas supressões.

O tema do direito de greve é abordado nos artigos nº 37 e nº 114.

O art. 37 dispõe sobre a administração pública. E no que se refere ao direito de greve ele é apresentado pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004 da seguinte maneira: VII - *o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.* E pela PEC 369/05: VII – *a negociação coletiva e o direito de greve serão exercidos nos termos e nos limites definidos*

em lei específica. No inciso VII está assegurado qual a lei específica que disciplinará o processo de negociação coletiva para os servidores públicos. Mesmo com essa mudança, a negociação coletiva está submetida à reserva legal para definição de direitos e remuneração dos servidores, devendo ser submetida ao Poder Legislativo.

No artigo Art. 114, a greve é tratada da seguinte maneira:

IX - outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.

§ 1º - Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à *negociação coletiva* ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

§ 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.

Pela Redação da PEC nº 369/2005 o artigo Art. 114 fala, entre outras coisas sobre a greve.

Neste sentido, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: Passou a ser:

§ 1º - Redação mantida.

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à arbitragem voluntária, facultada-se a elas, de comum acordo, *na forma da lei*, ajuizar *ação normativa*, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

§ 3º Em caso de greve em atividade essencial, o Ministério Público do Trabalho tem legitimidade para ajuizamento de ação coletiva quando não forem assegurados os serviços mínimos à comunidade ou assim exigir o interesse público ou a defesa da ordem jurídica.

No caso do § 2º A Emenda Constitucional 45, o dissídio coletivo de natureza econômica é dado pelo “comum acordo entre as partes” com recusa à arbitragem, não bastando recusa à negociação coletiva. Quanto ao aspecto normativo a Justiça do Trabalho já havia perdido seu poder normativo desde a EC 45. No que se refere à exigência de comum acordo para a interposição da ação na Justiça do Trabalho pode se tornar um retrocesso por alguns aspectos, entre eles o de forjar, do ponto de vista das conquistas dos trabalhadores, a desmobilização do movimento grevista.

No caso do § 3º Pela EC 45, havia uma exceção para a exigência do comum acordo entre as partes para o ajuizamento do dissídio: a legitimidade do Ministério Público do Trabalho (que

deixa de existir). Então o MPT deve ajuizar ação para assegurar a prestação de serviços mínimos à comunidade. Entra em julgamento a greve e não as reivindicações dos trabalhadores.

Para debater a reforma sindical e trabalhista o governo criou Fórum Nacional do Trabalho (FNT) – organismo tripartite, no sentido de promover reuniões que pudessem eliminar as diferenças entre as posições defendidas pelas organizações patronais e as sustentadas pelas organizações sindicais, bem como pelos representantes do governo. Fato é que as divergências existem não apenas entre estes três segmentos como também no interior de cada um deles. Entretanto, não é isto que ocorre e, como destaca Galvão,

Não obstante o culto ao tripartismo, não há propriamente um debate, pois o governo escolhe seus interlocutores, ainda que o faça a partir da sugestão das entidades. Essa escolha recai, via de regra, sobre aqueles que demonstram maior afinidade com as posições defendidas pelo governo ou, ao menos, maior disposição para negociá-las: a representação dos trabalhadores, por exemplo, é delegada às centrais sindicais, excluindo-se as confederações (com exceção da CNTI) do debate. Em caso de ausência de “consenso”, as normas de funcionamento do FNT estabelecem que a decisão final cabe ao governo.

A grande crítica endereçada pelas organizações de trabalhadores às discussões realizadas no âmbito do FNT é que elas foram centralizadas pelas centrais, que não discutiram as propostas de reforma com as bases. Alijadas do debate e historicamente contrárias à mudanças na estrutura sindical, as confederações criaram um fórum paralelo, o Fórum Sindical do Trabalho, para expressar e articular sua resistência. (GALVÃO, 2005)

Por outro lado, há que se destacar que as centrais sindicais, a despeito de suas divergências programáticas, não atentam contra a ordem do capital, mas lutam por reformas do Estado e, neste sentido, algumas delas, entre elas a CUT, querendo acreditar numa espécie de gradualismo, pelo qual as novas reformas poderiam refletir em conquistas políticas no interior mesmo da institucionalidade burguesa. De certa forma, *poderia* ser especulado também se outras propostas (como é o caso daquelas apresentadas pela CSP – CONLUTAS e Intersindical) não seriam oportunamente reapropriadas por setores do sindicalismo reformista os quais investiriam os resultados obtidos em propostas que coadunasse com um tipo de Estado Providência, não necessariamente aquele formado pela social-democrata, mas o de bem-estar social de terceira via.³¹

Todavia, o pensamento propositivo trabalha por medidas assertivas que, longe de atender aos interesses estratégicos e em longo prazo da classe trabalhadora, determinam acertos com a

³¹ Pois há lutas que, mesmo que defensivas, são aquelas que sustentam o protagonismo do Estado, lutas, entre elas a contrária a reforma da previdência no Brasil, contra o congelamento de salários, contra os ataques aos servidores.

burguesia reforçando os ajustes técnicos da política econômica de inspiração neoliberal que se sucede e ratifica o *continuum* da prática de extorsão do capital sobre a força de trabalho.

A rigor, se o objetivo é a formulação de um projeto capaz e conseqüente em defesa da liberdade e autonomia sindical e que promova mudanças significativas à forma de organização sindical ora vigente no estado brasileiro, então não caberá ao Estado impor restrições ao surgimento da entidade sindical e tampouco cooptar os sindicatos pela sua demanda econômica de sobrevivência, uma vez que a determinação de sua permanência material enquanto instrumento da classe trabalhadora faz-se pela sua própria capacidade de organização e intervenção na relação entre o capital e o trabalho.

Vê-se, pois que tal justiça, a despeito do discurso de abertura de participação do proletariado na resolução dos problemas gerados pela acumulação do capital e extração da força do trabalho vivo procura estabelecer uma ética, no mínimo duvidosa quanto aos seus interesses e definições sobre a democracia participativa, ou, do ponto de vista filosófico, a ética passa a ser compreendida na cidade do capital enquanto ciência da moral e discurso sobre a vacuidade dos direitos humanos dos exploradores. (FREITAS, 2011)

No que se refere à estrutura sindical brasileira, ela adquire duas características, a unicidade sindical, que elimina a possibilidade de competição política das organizações. Disto implica na validação dos acordos firmados entre empregados e empregadores, independentemente de sua filiação; e o imposto sindical e contribuição assistencial, o resultado é que desvalorizam as contribuições voluntárias dos filiados, uma vez que os sindicatos garantem sua sustentação financeira independentemente de sua inserção e legitimidade frente à sua base sindical.

A despeito do amplo debate que se seguiu desde os anos que precederam a fundação de centrais sindicais após 1978 e a construção da Constituição de 1988, os sindicatos de todas as principais correntes aderiram à estrutura oficial acomodando sua política sindical de acordo com os preceitos da Carta Maior (que serviu para que o sindicato, por sua vez, reduzisse o seu papel reivindicativo). A Constituição retirou os elementos intervencionistas da legislação sindical,

embora o debate acerca da “unicidade sindical” e do “imposto sindical” permaneça até os dias de hoje.³²

Disto torna-se possível deduzir que, embora com divergências do ponto de vista ideológico e tático, o sindicalismo não se dividiu, mesmo diante da estruturação sindical. Ademais, a construção da estrutura sindical é herança de décadas e qualquer alteração profunda não será concretizada em curto espaço de tempo.

2.2 As relações de trabalho no Brasil contemporâneo

O mercado de trabalho é um dos principais mecanismos alocativos econômicos e burocráticos do capitalismo, capaz de atribuir posições na estrutura produtiva e ajustar recompensas monetárias a partir da qualificação diferenciada de cada operário nos postos de trabalho. Entretanto, não é um mecanismo automático ou meramente econômico, mas antes é um *mercado* na medida em que a força de trabalho torna-se efetiva para ser trocada por salário. Contudo, o salário é determinado, de um lado pela lei de oferta e procura, “livre” como querem os economistas *clássicos*, e de outro, sofrendo certa regulação do Estado capitalista no sentido de “desmercantilizar” a relação de troca. Nesta lei, o sindicato procura também definir seu piso salarial.

Por estas razões o mercado torna-se uma relação ao mesmo tempo política, econômica e social, constituído como relação de poder, que assume algumas características: (i) Estrutura e dinâmica do mercado de trabalho, com ênfase na estrutura de ocupações, taxas de ocupação, desemprego etc., bem como em suas mudanças ao longo do tempo; (ii) Trajetórias ocupacionais no mercado de trabalho, com ênfase nas oportunidades dos jovens, nos mecanismos de inserção ocupacional, nas oportunidades de vida associadas à ocupação; (iii) Instituições de regulação do mercado de trabalho, aqui incluídas a legislação trabalhista e a institucionalidade responsável por dar-lhe efetividade.

No Brasil, as mudanças no trabalho e seus reflexos sobre a organização e o mercado de trabalho estão intimamente relacionados ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, marcado pelo processo de “acumulação industrial”, especialmente a partir de 1930, com o governo de Getúlio Vargas e, posteriormente, com Juscelino Kubitschek, em meados da década de 1950.

³² Ver o amplo debate realizado em “1988-2008: Vinte Anos de Constituição Cidadã no Brasil. Avanços, Limites e Perspectivas para o Mundo do Trabalho no Século XXI”. Organização: ABET, IPEA, OIT. IFCS/UFRJ. 25 e 26 de Setembro, 2008.

Neste último, o padrão de acumulação industrial pôde dar seu *segundo salto*. O *terceiro salto* foi experimentado a partir do Golpe de 1964, quando se acelerou fortemente a industrialização e a internacionalização do Brasil.

O desempenho produtivo no Brasil voltou-se, de um lado para a produção de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos etc.), visando um mercado interno restrito e seletivo. De outro, prisioneiro que era de uma dependência estrutural ontogenética, o Brasil desenvolvia sua produção para a exportação (de produtos primários e produtos industrializados).

No que concerne à dinâmica interna do padrão de acumulação industrial, ele se estruturava pela vigência de um processo de superexploração da força de trabalho. A seu turno, o processo de acumulação ocorria articulando baixos salários, jornada de trabalho prolongada com forte intensidade em seus ritmos. E a despeito de sua inserção subordinada na economia mundial, este modelo de acumulação apresentou um patamar industrial significativo, chegando a alinhar-se, em dado momento, entre as oito grandes potências industriais.

A fase mais expressiva da acumulação de capital no Brasil fez-se desde os anos 1950 e especialmente durante a ditadura militar (1964-1985), notadamente na fase do “milagre econômico” (entre 1968-1973). O país vivia, então, sob o binômio *ditadura e acumulação, arrocho e expansão*.

Esse padrão de acumulação, sustentado pelo tripé *setor produtivo estatal, capital nacional e capital internacional* teve suas primeiras alterações apenas em meados da década de 1980, ao final da ditadura militar.

Embora, em seus traços “mais genéricos”, muito ainda se mantenha em alguma medida vigente o fordismo brasileiro começava a se abrir para os primeiros influxos do toyotismo e da acumulação flexível.

Com a recuperação parcial da economia brasileira da segunda metade dos anos de 1980 foi possível presenciar o início das mutações organizacionais e tecnológicas no interior do processo produtivo e de serviços (mais lento do que aqueles experimentados pelos países centrais)³³ configurando, de um lado, flexibilizando a produção no Brasil e por outro o corolário ideológico e político neoliberal.

³³ Com destaque para as inovações tecnológicas, através da introdução da automação industrial de base microeletrônica nos setores metal-mecânico, automobilístico, petroquímico, siderúrgico e bancário.

Contudo, foi apenas na década seguinte que a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente no Brasil, com a implantação de modelos da “acumulação flexível”.

O que se tem no Brasil hoje é uma combinação de produção fordista e sistemas de produção tradicionais que se apóiam em relações de trabalho “artesanais”, paternalistas ou patriarcais (familiares). Este processo conduz à reestruturação das atividades produtivas de forma peculiar.

Para compreender o mercado de trabalho no Brasil contemporâneo, este capítulo se subdivide em dois momentos.

O primeiro se refere à apresentação dos dados oficiais disponibilizados pelo Censo do IBGE de 2009, compreendendo o período de 2004 a 2009. Por ele se tem acesso à distribuição dos trabalhadores nos grupamentos de atividade nos diferentes setores econômicos, a posição na ocupação, alocadas nas diferentes regiões do país e à categoria de emprego.

Num segundo momento é analisada a estrutura do mercado de trabalho brasileiro, a partir de conceitos referentes ao tipo de trabalho e como ele vem se estruturando após o ingresso no Brasil de elementos do padrão japonês de produção, este que acaba por se mesclar ao “pré-fordismo”. Em seguida, uma breve conclusão e análise sobre o mercado de trabalho até a primeira metade da década de 2000 com a posterior agenda do trabalho e do mercado ao final da primeira década deste século para início de 2011.

2.3 Os dados oficiais

Os dados estatísticos do IBGE de 2009 contribuem sobremaneira para entender a lógica da acumulação do capital no Brasil recente.

Se considerados os resultados das ações dos últimos governos no Brasil tem-se o espectro da manutenção do processo de acumulação de capitais, a despeito das melhorias sociais adquiridas entre os anos de 2002 a 2010 em relação ao período de 1994-2002, ou, dados favoráveis do governo Lula da Silva em relação à Cardoso.

Segundo os dados oficiais recentes disponibilizados pelo IBGE, em 2009, aproximadamente 42,9% da população ocupada estava alocada em atividades dos serviços, (*alojamento e alimentação; transporte; armazenagem e comunicação; administração pública, educação, saúde e serviços sociais; serviços domésticos; outros serviços coletivos, sociais e pessoais; e outras atividades*). No comércio, a proporção de mão de obra ocupada era de 17,8%,

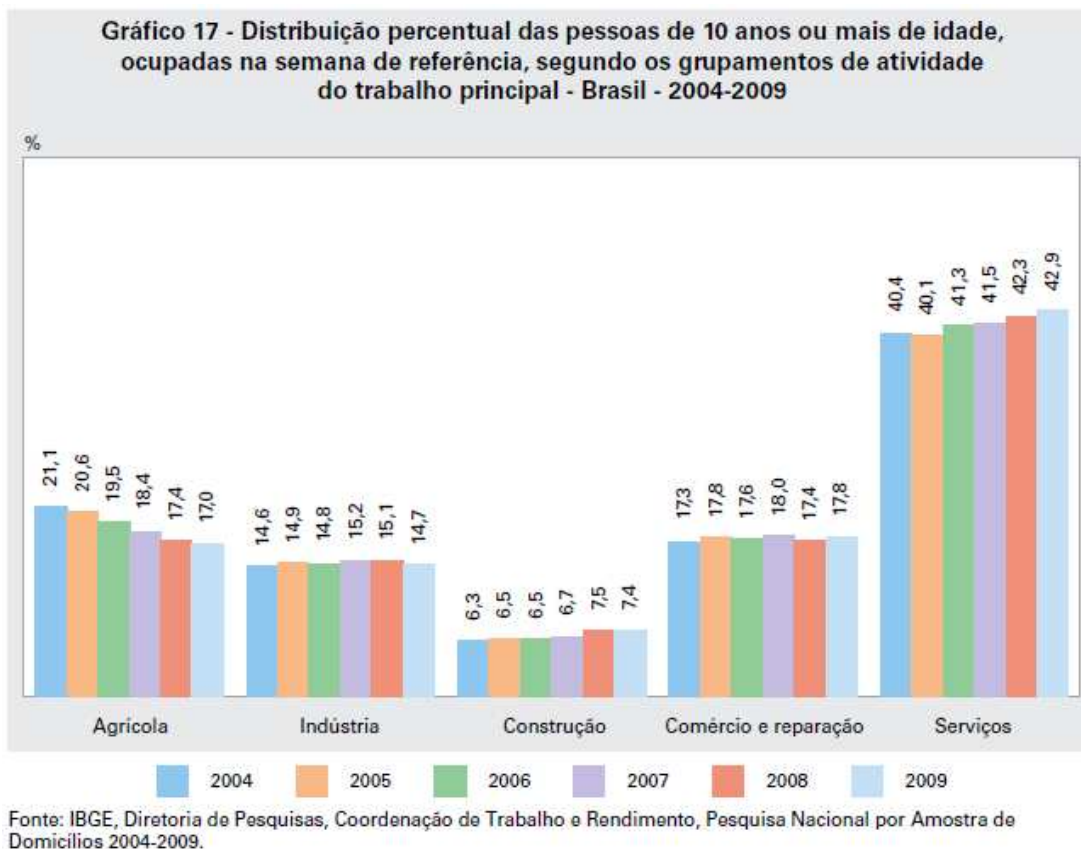
seguido pela indústria (14,7%) e pela construção (7,4%). De 2004 a 2008, a distribuição da população ocupada seguiu a tendência de aumento apenas no grupamento dos serviços.

A partir da mesma pesquisa disponibilizada pelo IBGE, percebe-se que há articulação entre as transformações na dinâmica econômica no capitalismo contemporâneo e seus impactos sobre o mercado de trabalho, tendo por base o papel da dimensão urbana de maior complexidade e densidade no funcionamento e nos processos de organização do mercado de trabalho assalariado.

Deduz-se que o aumento significativo da população que vive em áreas urbanas de maior porte e densidade num ambiente de profundas transformações econômicas, sociais e culturais pós-1970 é um dos fenômenos de grande destaque na sociedade capitalista contemporânea. Essa constatação sugere que a mobilidade urbana pode contribuir para o surgimento de uma marginalidade urbana “avançada” ao desemprego estrutural, estreitamento do mercado de trabalho para os jovens, aumento da pobreza etc. Por outro lado pode influenciar na capacidade de associação dos trabalhadores bem como na formação de sua consciência.

Pelo gráfico abaixo observa-se a concentração de trabalhadores nos grandes centros urbanos, associado à expansão do setor de serviços (gráfico 17 – IBGE), a despeito da existência de fundos de apoio de capital público aos empreendimentos de escala, como se tem com o BNDES.

Tendo em vista que é a expansão da produção capitalista em sua dinâmica que cria, recria e destrói oportunidades de emprego, o fato de residirem próximo aos centros de emprego nas áreas metropolitanas não necessariamente significa que os trabalhadores serão incorporados às atividades econômicas. Ou que as oportunidades de emprego ocorram de modo estritamente relacionado ao nível de qualificação e de acessibilidade privilegiada às informações estratégicas. Isto significaria imputar aos atributos pessoais dos trabalhadores o seu próprio local de moradia, pois são os rendimentos auferidos no mercado de trabalho, determinados por suas qualificações e condições de empregabilidade, que definem sua posição no mercado imobiliário, ou seja, onde vão morar e sob quais condições impostas pelo capital.



Trata-se de espaços não-casuais, pois a gigantesca concentração de renda e riquezas associado ao descarte de grandes parcelas da população reeditam a fratura social, próprios de países ex-colônias capazes de abrigar favelas e casas construídas nas encostas e beiras de córregos ao lado de luxuosas habitações blindadas. A expressão se mostrou por uma fórmula simples: o transitório se tornou permanente.

Por isso mesmo se considera o aspecto imobiliário; porque, com o trânsito espacial/geográfico do trabalhador se faz no sentido de obter trabalho e emprego. Neste sentido, ele estará sujeito e, ao mesmo tempo determinará um local para residir. Portanto, o valor da residência do trabalhador e de sua família está associado à especulação imobiliária bem como ao salário ou rendimento informal pago ao trabalhador.

Há aqui também um recorte de classe, uma vez que estes trabalhadores residirão em áreas urbanas de menor infra-estrutura e nos perímetros mais afastados das classes burguesas e na periferia dos grandes centros urbanos. Da mesma forma que a fixação do homem no campo

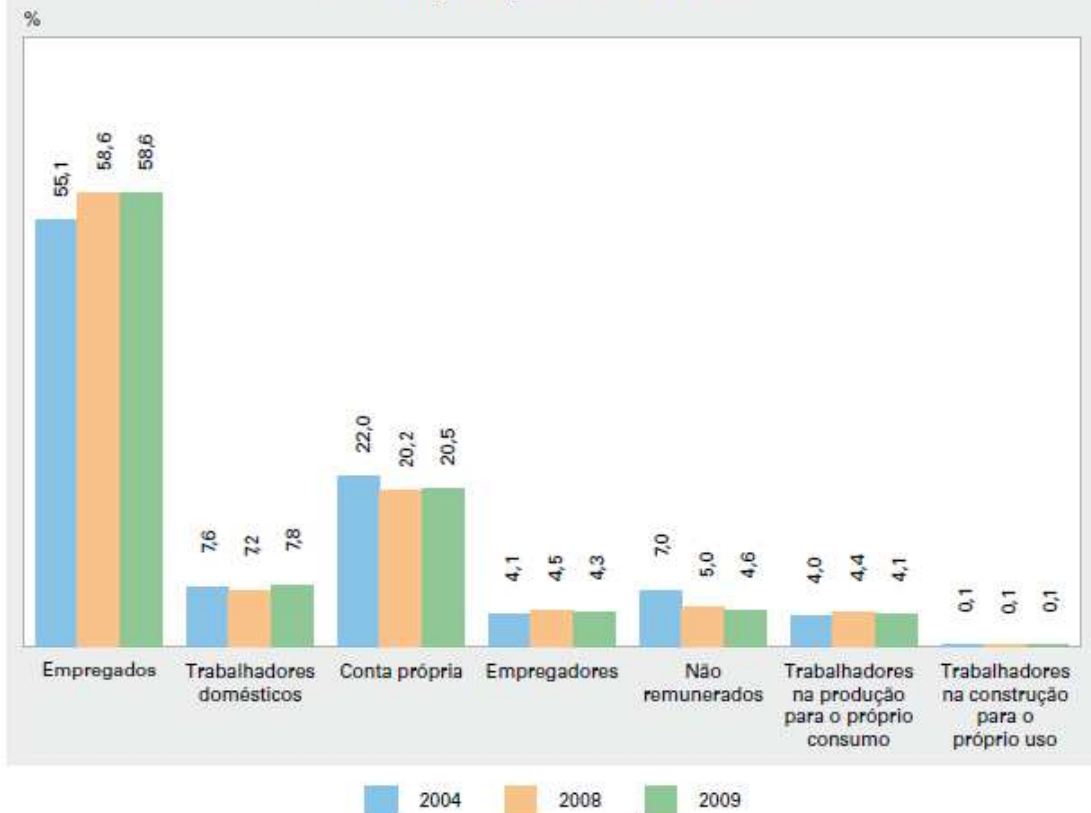
depende da necessidade de expansão do capital, ou seja, da quantidade de trabalhadores necessários para produzir alimentos no sentido de abastecer as cidades.

Além destas condições mais gerais do funcionamento específico do mercado de trabalho, considera-se que os trabalhadores não competem pelos mesmos postos de trabalho, tampouco as empresas pelo mesmo tipo de força de trabalho. O mesmo pode se dizer das empresas (independentemente do porte, setor etc.), que se diferenciam por organizarem seus próprios mercados de trabalho por meio da implementação de políticas diferenciadas de contratação, uso e remuneração da força de trabalho, num mercado “geral” de trabalho. Desta forma, impõem barreiras ao acesso de postos de trabalho por elas organizados e segmentados à grande parte dos trabalhadores que participam do mercado de trabalho mais geral (TAVARES & SOUZA, 1981; BALTAR, 2003).

Cabe ressaltar aqui que a reorganização dos mercados de trabalho em contextos de menor dinamismo econômico, submetidos às novas práticas e políticas de emprego da grande empresa e marcados pelo enfraquecimento da ação sindical e pela reorientação política dos Estados Nacionais, transformou significativamente as “barreiras à entrada” no mercado de trabalho por meio de uma relação de emprego mais estável e com melhores salários, tornando-as praticamente intransponíveis à grande parte dos trabalhadores. (idem)

O gráfico 19 do IBGE compreende o período entre os anos de 2004 a 2009 e pode-se verificar a alta concentração de capital nas mãos de menos de 5% da população ativa. Em 2009, havia 54,3 milhões de empregados no mercado de trabalho.

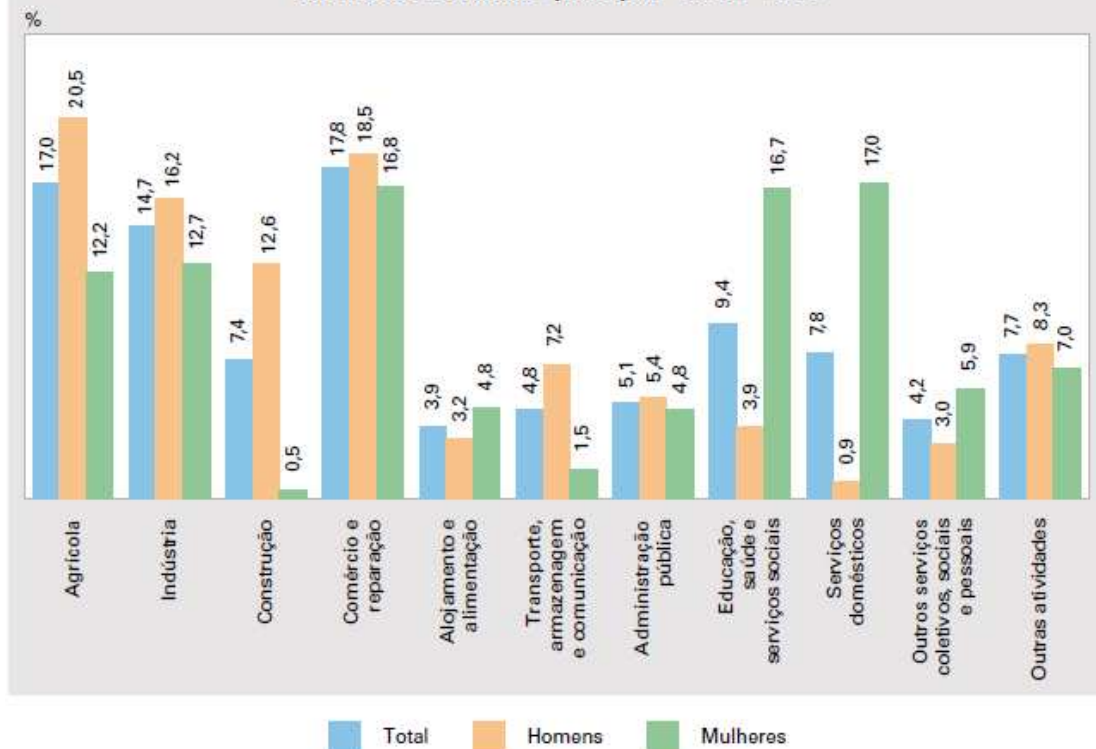
Gráfico 19 - Distribuição percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo a posição na ocupação no trabalho principal - Brasil - 2004/2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2009.

No quadro que se refere à ocupação por gênero (gráfico 22 – IBGE) verifica-se a ocupação das mulheres na estrutura produtiva do país. Neste caso, deve-se considerar ainda a sua capacidade de exercer jornada dupla, a despeito do crescimento da participação dos homens nos afazeres domésticos (em virtude da reestruturação produtiva). As mulheres continuaram sendo maioria na população em idade ativa (51,3%), porém, entre as pessoas ocupadas, elas permanecem com uma representação menor (42,6%) que a dos homens. Entre as pessoas desocupadas elas eram maioria, 58,3%. Entre os homens, a proporção de ocupados era de 67,8% em 2009. Por sua vez, entre as mulheres, menos da metade estava ocupada, 46,8%.

Gráfico 22 - Distribuição percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2009



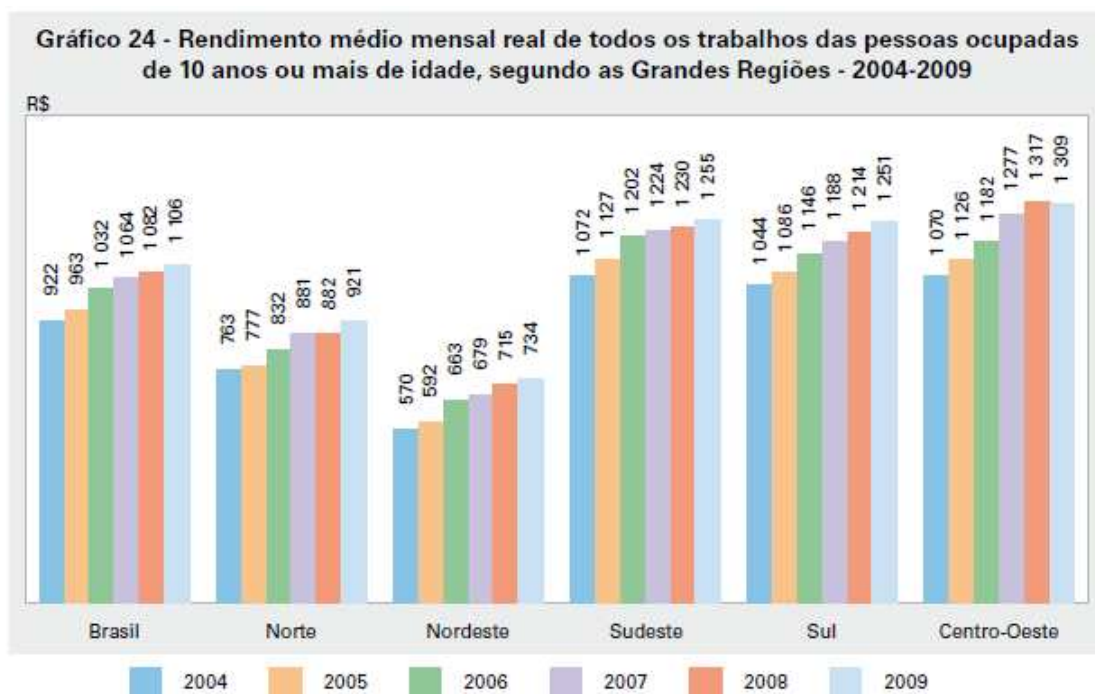
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

A questão do rendimento (gráficos 24 e 25 – IBGE) também é importante para decifrar a participação dos trabalhadores no montante de capital produzido, bem como possibilita refletir sobre a necessidade de se estabelecer um imposto progressivo que desonere os trabalhadores, bem como pensar na redução da jornada de trabalho.

Tratando do rendimento do trabalho o IBGE apresenta que a sua média foi estimada em R\$ 1.106,00 para 2009, e com isso permanecendo 2,2% acima do valor verificado em 2008, que era de R\$ 1.082,00. Na comparação de 2008 com 2007, o aumento foi de 1,7%, portanto 2009 foi superior ao registrado no período anterior. No entanto, foi inferior àqueles verificados de 2007 para 2006, quando o registro marcou ascensão de 3,1% e de 2006 para 2005 teve registro de 7,2%. No intervalo entre 1999 e 2004 o rendimento apresentou quedas anuais (11,1% no período) e em 2004, começou a aumentar: em 2007 era de R\$ 1.69,00 e já havia ultrapassado o valor de 2009 que era de R\$ 1.042,00. Entre 2004 e 2009 o ganho representou 20% na remuneração média

de trabalho. E a elevação do rendimento médio mensal real de trabalho de 2009 em relação a 2008 foi observada em todos os décimos da distribuição de rendimentos, particularmente do terceiro ao sétimo décimos, onde as variações foram de 6,5%, 3,4%, 2,5%, 4,6% e 2,4%, respectivamente.

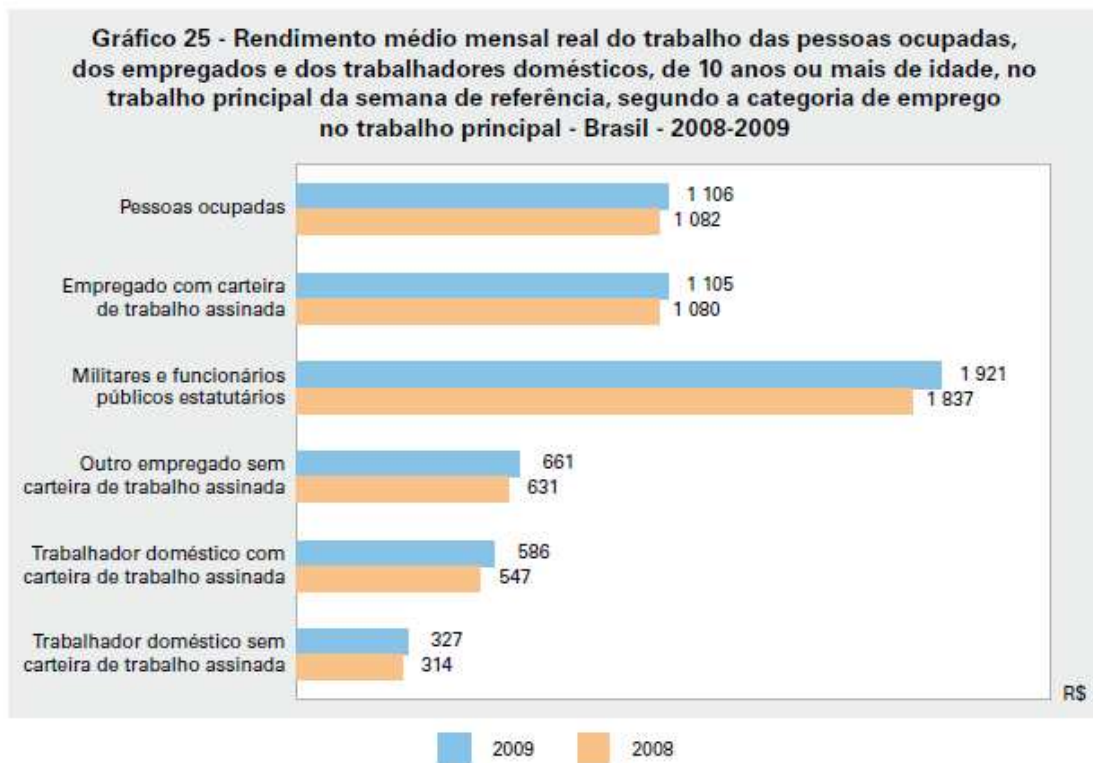
Ainda de acordo com o IBGE, o rendimento médio mensal real de trabalho no primeiro décimo da distribuição não variou em relação ao de 2008 e, para aqueles no segundo décimo, o aumento foi de 0,6%. O rendimento médio mensal real de trabalho das pessoas ocupadas teve aumento de 1,8% no último décimo e, de 1,5%, nos dois anteriores.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2009.

Ao analisar a distribuição do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos ocupados, em ordem crescente destes rendimentos, tem-se para o Brasil que: (a) os 10% da população ocupada com os rendimentos mais elevados concentraram 42,5% do total de rendimentos de trabalho, enquanto (b) os 10% com os rendimentos mais baixos detiveram 1,2% do total das remunerações. Estes valores, praticamente, foram os mesmos encontrados para 2008 (respectivamente, 42,7% e 1,2%).

Considerando o sexo: (a) *pelo ano* – de 2009, o rendimento médio mensal real de trabalho das mulheres (R\$ 786,00) representou 67,1% do auferido pelos homens (R\$ 1 171,00); em 2004, esta proporção era de 63,6% e foi crescente desde então. (b) *pela região* – esta proporção do rendimento médio mensal real de trabalho das mulheres em relação ao dos homens foi maior nas Regiões Norte e Nordeste: respectivamente, 70,3% e 72,4%. (c) *por categorias de emprego* – os empregados com carteira de trabalho assinada, cuja remuneração média mensal real do trabalho principal foi de R\$ 1 105,00, obtiveram ganho real de 2,3% em relação a 2008. Os trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada tiveram incremento de 7,1% no rendimento médio mensal real do trabalho principal.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008-2009.

Entretanto, com o período da Crise do Subprime, em 2008, é possível identificar que ela fez desemprego crescer 18,5% em 2009. Em números significou cerca de 1,3 milhão de trabalhadores engrossaram a lista dos desempregados, no maior salto desde 2001, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2.4 Conceitos

A reestruturação produtiva que se consolidou na década de 1990 no Brasil, se caracteriza pela desregulamentação das leis trabalhistas em favor do capital. No entanto, este é um poder de manobra do capital e das elites políticas e econômicas que dela se beneficiam. Ou, se preferir:

Desregulamentação não significa, necessariamente, supressão de regras e leis; pode, pelo contrário, traduzir-se em novas leis que visam a reconhecer diferentes tipos de contratos de trabalho. A desregulamentação pode tornar o direito do trabalho mais flexível. Portanto a flexibilização pode se dar por meio de leis ou negociação coletiva que permite adequar as regras às condições setoriais. (SOUZA, 2011, s/p.)

A flexibilização do trabalho que surge com a reestruturação produtiva pertence, por assim dizer, a um tipo de atividade pelo qual se intensifica o processo de acumulação de capital. Ela promove a alteração da regulamentação referente ao mercado de trabalho e com isso também as mudanças nas condições de venda e uso da força de trabalho garantiam de direitos.

[...] O termo é freqüentemente utilizado para indicar que as novas tecnologias possibilitam a produção de diferentes modelos ou tipos com os mesmos equipamentos. [...] (SANDRONI, 2006, p. 346)

Os estudos apresentados pelo Dieese em sua página eletrônica corroboram com a tese de fragilidade e incompletude do mercado de trabalho brasileiro.³⁴

A elaboração da metodologia da PED pretendeu dar expressão a comportamentos típicos de um mercado de trabalho pouco estruturado, com grande disponibilidade de mão-de-obra e dinamizado por uma estrutura produtiva marcada por grandes diferenças entre as empresas (tamanho, tecnologia, participação no mercado, etc.), no qual:

- apenas cerca de metade dos trabalhadores é contratada segundo as regras vigentes, tendo acesso às garantias oferecidas pela legislação do trabalho; no entanto, a grande maioria está submetida a alta rotatividade, baixos salários e jornadas de trabalho extensas;
- o assalariamento sem carteira de trabalho assinada e o trabalho autônomo constituem parte expressiva do conjunto de ocupados, cuja precariedade de inserção decorre da falta

³⁴ A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) é um levantamento domiciliar contínuo nas principais regiões metropolitanas e é realizada em convênio entre a Fundação SEADE e o DIEESE e em parceria com órgãos públicos locais. A PEA procura confrontar a disponibilidade de “mão-de-obra” (trabalho vivo) diante da dinâmica do mercado de trabalho brasileiro confirma a presença de um Estado pouco benfeitor, a despeito da persistência das idéias de equilíbrio social pronunciadas pelos ideólogos do keynesianismo no Brasil. Além da página do DIEESE que contém grande diversidade de dados, ver <http://www.dieese.org.br/ped/pedpar.xml> que pode acrescentar informações sobre órgãos públicos locais. Ver ainda: <http://www.seade.gov.br>.

de acesso ao contrato de trabalho padrão, da descontinuidade da relação de trabalho e da instabilidade de rendimentos;

- os mecanismos de proteção aos desempregados são muito limitados, em termos de duração e valor do benefício recebido; ademais, a proporção de trabalhadores que pode requerer o seguro desemprego é relativamente pequena;

- os parâmetros que orientam os contratos de trabalho foram definidos em função do trabalhador individual, inexistindo regras que, referidas ao contrato coletivo, permitissem aos sindicatos negociar contratação e demissão de mão-de-obra.

Como consequência dessas características, a dinâmica desse mercado de trabalho não é suficientemente captada se adotadas as noções usuais de emprego - exercício de qualquer atividade por no mínimo uma hora na semana da entrevista - e desemprego - ausência de trabalho combinada à procura e disponibilidade para trabalhar. Ou seja, a dicotomia emprego/desemprego aberto é insuficiente para descrevê-lo.

(<http://www.dieese.org.br/ped/pedpar.xml>)

Como reflexo das mudanças no mercado de trabalho no Brasil, houve um movimento de precarização observado no período recente.

Esta *precarização do trabalho* se caracteriza aqui pela diversidade de situações laborais atípicas em consequência da reestruturação das atividades produtivas sob o neoliberalismo e, portanto, sem contrato de trabalho assalariado típico. Neste sentido, a referência antagônica – mas não necessariamente contraditória, é o trabalho assalariado.

Então, a precarização do trabalho ocorre pelo seu afastamento da qualidade atingida pela sociedade salarial, que envolve o trabalho assalariado não regulamentado na condição de subcontrato, em regime temporário, com tempo parcial. Assim, do trabalho precário resulta na ausência ou redução de direitos, de garantias ou de qualidade no exercício da atividade. Portanto, a precarização do trabalho pode ser:

[...] compreendida como um processo de institucionalização da instabilidade no emprego e no trabalho. No plano do emprego se caracteriza, principalmente, pelo desemprego e pelo trabalho temporário ou eventual. No plano do trabalho, a precariedade se traduz não somente no questionamento da formação e qualificação profissional, [...] (SOUZA, 2011, s/p.)

Retomando os conceitos utilizados pela PED tem-se ainda aqueles que definem o trabalhador em situação de desemprego, rendimento jornada de trabalho formal:

- População Economicamente Ativa (PEA) – Corresponde à parcela da População em Idade Ativa (PIA) que está ocupada ou desempregada.

- Desempregados – São indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança. Essas pessoas são desagregadas em três tipos de desemprego:

desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias;

desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que realizam trabalhos precários - algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação - ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás;

desemprego oculto pelo desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

- Ocupados – São os indivíduos que, nos sete dias anteriores ao da entrevista, possuem trabalho remunerado exercido regularmente, com ou sem procura de trabalho; ou que, neste período, possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não tenham procurado trabalho diferente do atual; ou possuem trabalho não-remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie/benefício, sem procura de trabalho.

Excluem-se as pessoas que nos últimos sete dias realizaram algum trabalho de forma excepcional.

- Inativos (de dez anos e mais) – Parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada. Incluem-se as pessoas sem procura de trabalho que, nos últimos 30 dias, realizaram algum trabalho de forma excepcional porque lhes sobrou tempo de seus afazeres principais.

- Procura de Trabalho – Corresponde à busca de um trabalho remunerado, expressa na realização, pelo indivíduo, de alguma ação ou providência concreta. A procura de trabalho inclui não apenas a busca por um trabalho assalariado como também de outros trabalhos, como a tomada de providências para abrir um negócio ou empresa e a procura por mais clientes por parte do trabalhador autônomo.

- Situação de Trabalho – A situação de trabalho é definida como aquela em que o indivíduo tem um trabalho remunerado ou não-remunerado no período de referência, excetuando o trabalho excepcional.

- Taxa de Desemprego – Indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego total (aberto mais oculto). A taxa de desemprego específica de determinado segmento populacional (homens, chefes de família, etc.) é a proporção da PEA desse segmento que se encontra na situação de desemprego.

- Taxa de Participação – Indica a proporção na PIA incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada. A taxa de participação específica de determinado segmento populacional (homens, chefes de família, etc.) é a proporção da PIA desse segmento incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada.

- Jornada de trabalho – Refere-se às horas efetivamente trabalhadas pelos ocupados na semana anterior à da entrevista no trabalho principal. Incluem-se, além da jornada normal de trabalho, as horas extras trabalhadas e também o tempo gasto para a realização de trabalhos, tais como preparo de aulas e correção de provas, no caso de professores, horas despendidas na compra de suas mercadorias, no caso de feirantes. São excluídas as horas que o indivíduo deixou de trabalhar devido a circunstâncias várias, como feriado, greve, motivo de doenças, etc.

- Rendimentos do Trabalho – Rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência social) efetivamente recebido pelo ocupado, referente ao trabalho realizado no mês imediatamente anterior ao da entrevista. Esta remuneração pode ser resultante do trabalho principal, de trabalhos adicionais ou de pensão/aposentadoria, paga por uma só fonte, por várias delas ou de todas ao mesmo tempo. Para os assalariados são considerados descontos por falta, etc., ou acréscimos devido a horas extras, gratificações, etc. O décimo-terceiro salário e os benefícios indiretos não são

computados nesta situação. Para os empregadores, contas-próprias e demais é considerada a retirada mensal, não incluindo os lucros do trabalho, da empresa ou do negócio. Quando o empregado assalariado começou a trabalhar recentemente e, por isso, ainda não recebeu a remuneração correspondente ao mês de referência é registrada sua remuneração contratual. Se o trabalhador iniciou seu trabalho atual no mês da pesquisa sua remuneração é igual a "zero".

Os novos critérios adotados pela PED

Para construir indicadores compatíveis com a realidade do mercado de trabalho brasileiro, a PED ampliou alguns dos conceitos usualmente adotados em pesquisas domiciliares sobre o tema:

- a PIA incorpora as crianças de 10 a 14 anos, segmento com idade inferior à legalmente estipulada como mínima para trabalhar no país. Embora tenha pouco efeito quantitativo sobre os indicadores globais, a inclusão deste segmento decorre da consideração que a presença dessa parcela populacional no mercado de trabalho é resultado da própria realidade social do país;

- a definição de trabalho prescinde de limites temporais mínimos para a jornada semanal, tomando como critério a noção de continuidade e regularidade do exercício do trabalho, considerando serem estas características fundamentais para qualificar uma relação de trabalho;

- adota-se como período de procura atual por trabalho os trinta dias anteriores à data da entrevista. A ampliação de sete para trinta dias do período de referência para a procura justifica-se pelas interrupções que podem ocorrer nas tentativas individuais de obter novo posto de trabalho, por espera de resposta para uma busca anterior de trabalho, doença ou falta de recursos; a procura no período de trinta dias também é utilizado pelos Estados Unidos, Alemanha, França, Itália, etc; no México e Chile, adota-se dois meses e, na Costa Rica, cinco semanas como período de referência;

- a definição de desemprego não se baseia exclusivamente na combinação simultânea dos três critérios – ausência de trabalho, procura e disponibilidade para trabalhar:

a) o primeiro critério (ausência de trabalho) foi revisto admitindo que, inexistindo mecanismos amplos de apoio aos desempregados, parte das pessoas nesta situação, para obter algum rendimento, realizariam atividades irregulares e descontínuas, sem perspectiva de duração, enquanto procuram trabalho;

b) a revisão do segundo critério (procura de trabalho) justifica-se pela possibilidade de alguns desempregados não realizarem, nos trinta dias anteriores à entrevista, procura efetiva por acreditarem não haver oportunidades de trabalho para eles (<http://www.dieese.org.br/ped/pedpar.xml>)

2.5 Mercado de trabalho: estrutura

Do ponto de vista da produção fabril, a crescente introdução do “ideário japonês” no interior das fábricas brasileiras vem alterando o seu modelo “pré-fordista” de produção, que por sua vez resultará na alteração da estrutura do mercado de trabalho no país.³⁵

Neste sentido, a fábrica vem sofrendo modificações em sua estrutura, fazendo-se notar o processo de descentralização produtiva. Ela, por sua vez, se caracteriza (a) pelas transferências de plantas industriais: onde empresas tradicionais, sob a alegação da concorrência internacional,

³⁵ O Brasil já vem sentindo algumas dessas alterações, como a intensificação da *lean production* (*fábrica enxuta*), do sistema *just-in-time* (*no tempo certo*), *kanban* (*espécie de placa que indica a necessidade de uma peça ser repostada imediatamente*), do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho, além da transferência de plantas e unidades produtivas.

deslanchavam um movimento de mudanças geográfico-espaciais; (b) pela busca por níveis mais rebaixados de remuneração da força de trabalho, que, por sua vez, acentuava a superexploração do trabalho, e (c) incentivos fiscais ofertados pelo Estado.

Com o processo de externalização de atividades no Brasil, pôde-se construir a seguinte tipologia (DRUCK DE FARIA, 1995, apud SOARES, 1998, p. 127) e assim resumida:

(i) *trabalho doméstico ou trabalho domiciliar*, com trabalhadores autônomos subcontratados e sem contrato formal;

(ii) *empresas fornecedoras de componentes e peças*, com a subcontratação na forma de redes de fornecedores que produzem independentemente, mas que quase com exclusividade para as grandes empresas contratantes;

(iii) *subcontratação para serviços de apoio*, por onde se faz a subcontratação de empresas especializadas prestadoras de serviços realizados, na maioria das vezes nas plantas contratantes;

(iv) *subcontratação de empresas e/ou trabalhadores autônomos nas áreas produtivas/nucleares*, cuja externalidade pode ocorrer sob a forma de (a) realização do trabalho no interior da planta contratada e (b) realização do trabalho fora, na empresa contratada, e

(v) *quarteirização*, quando as empresas contratadas têm a única função de gerir os contratos com as terceiras.

A rigor, o processo de desverticalização das empresas pressupõe maior capacitação das fornecedoras de produtos e serviços. Entretanto, a razão preponderante para a transferência para terceiros tem sido a redução de custos, como apresenta o DIEESE em 1993.³⁶

A redução de custos ocorre em termos operatórios com a eliminação de postos de trabalho e/ou a não fabricação/execução do serviço internamente. Da mesma forma, e em termos financeiros e gerenciais, a redução nos custos visa a transformação de alguns dos custos fixos em variáveis, realizados apenas a partir da efetiva demanda e a transferência da responsabilidade gerencial.

Neste sentido, o contexto de inovação tecnológica e organizacional brasileiro – cujo embrião fora instalado no país no início dos anos de 1980, mas com ênfase e aplicação na década seguinte – objetivou atingir aspectos, dentre os quais: (a) diversificação da produção, (b) redução de custos do trabalho, da produção e da gestão, (c) redução dos tempos de projeto, fabricação e lançamento de novos produtos, (d) redução dos estoques e dos seus tempos de giro, (e)

³⁶ Ver ainda em: <http://www.cedes.unicamp.br/pesquisa/artigos/nto06.html#nota3>.

retomada/ampliação do controle gerencial sobre a produção, (f) aumento da qualidade dos produtos e processos, e da produtividade e (g) implantação de processos integrados e flexíveis.

De fato, estas mudanças trazem consigo impactos que recaem sobre os trabalhadores e implica, em parte, na exigência de novos (ou outros) requisitos profissionais.

Em sua origem a expressão *serviços* diferenciava-se da atividade produtiva; isto porque o serviço prestado encerra-se no próprio ato.

Os serviços representam hoje 2/3 das atividades e uma parte considerável do que se chama por “serviços” pertence ao sistema produtivo agrícola e industrial (por exemplo, a inseminação artificial, a análise de solo, a informação meteorológica) e tratam-se, portanto de atividades satélites. Tudo isto é diferente do que se chamam serviços que constituem políticas sociais. Os serviços urbanos recorrem à terceirização, com formas diversificadas (contratos por tarefa, subcontratação, etc.) de relações de trabalho.

Há que se dizer ainda da terceirização nos contratos de trabalho nas empresas, pela qual também houve expansão. A terceirização e o *global sourcing* (*entrelaçamento da rede interna de fornecedores com a de outros países*) são os principais elementos modificadores da relação entre empresas.

A terceirização se apresenta, portanto, como um dos componentes mais importantes do processo de reestruturação produtiva ou da reconversão industrial que ocorre na nova divisão internacional do trabalho.

A prática da terceirização é compreendida como

[...] um processo de descentralização produtiva, voltado para a desverticalização das empresas, a externalização das atividades e para a flexibilização da força de trabalho [e] como um conjunto de mudanças técnico-organizacionais, complexas e heterogêneas, operadas pelo capital no âmbito dos processos produtivos. (SOARES, 1998, p.125)

Outra parte constitutiva do mercado de trabalho é aquele que se refere à relação salarial, capaz de interferir na organização da produção. É também é um conceito central para a teoria da regulação, proposta herdeira das tradições marxistas, keynesianas e kaleckianas. Refere-se também às interdependências existentes entre as firmas, os sistemas de relações profissionais e até mesmo, o sistema de emprego de uma sociedade e a regulação macroeconômica.

Ao salário refere-se o pagamento ao trabalhador pela venda da sua força de trabalho.

Há diversas categorias e/ou modalidades de remuneração do trabalho, que sofrem variação conforme tempo de pagamento, elementos pessoais e sociais relativos ao vendedor da força de trabalho. No entanto, sua natureza possui características associadas ao que se torna: (a) necessário, (b) social e (c) justo (*sic*), cujas razões estariam fundamentadas à produtividade do trabalho, ao salário familiar e ao salário natural. Esta volatilidade, associada ao livre mercado faz com que o salário se torne o preço do trabalho livremente convencionado entre patrão e empregado. De qualquer forma, no caso brasileiro, o salário pode ser caracterizado da seguinte maneira³⁷:

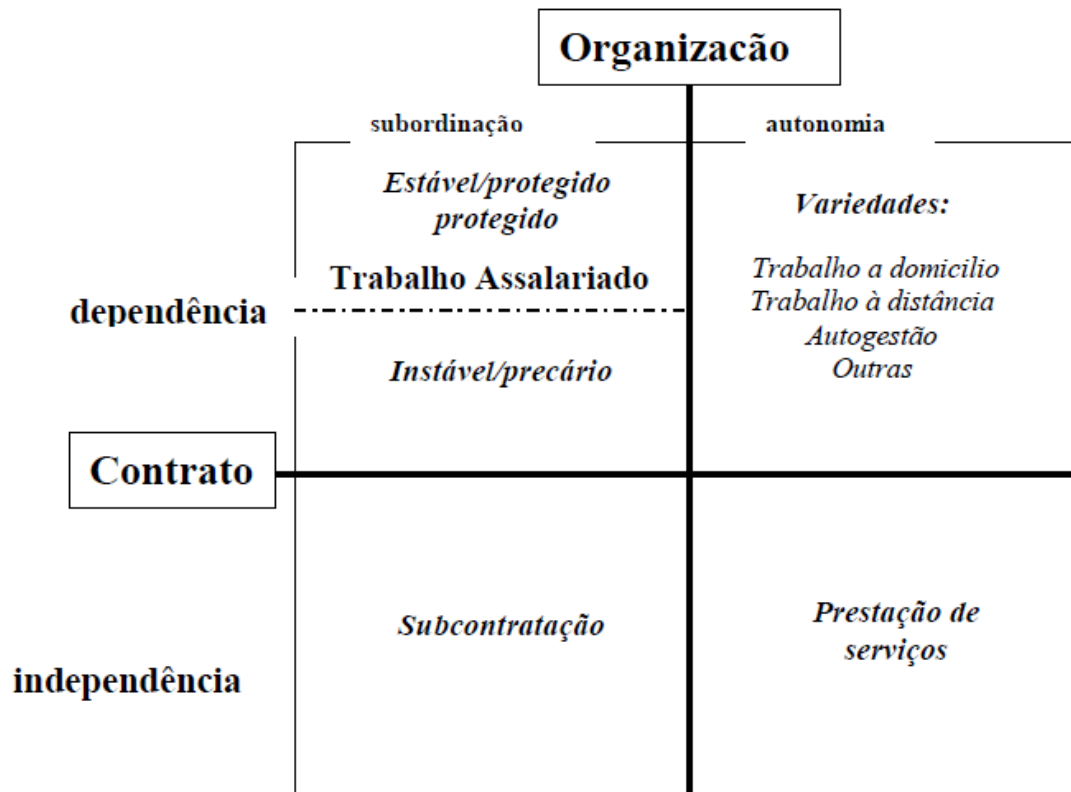
- Salário Real: aquele que leva em conta o poder aquisitivo do dinheiro que ele representa, ou seja, com o qual o empregado, ao recebê-lo, poderá pagar determinadas despesas pessoais;
- Salário Nominal: que quer significar a sua expressão em moeda corrente e legal. se e elevação de salário perder para a elevação do preço das principais utilidades o que ocorre é o rebaixamento ou depreciação do salário real;
- Salário Fixo ou Variável: calculado quanto ao tempo de sua duração, ou quanto a outros elementos que venham somar-se à sua parte fixa (salário por peça ou tarefa executada, sob comissão etc.);
- Salário Direto: quando previamente combinado que deva ser fixo e invariável conforme pagamentos suplementares e aleatórios (porcentagens, comissões sobre vendas, gratificações periódicas etc.);
- Salário Vital: aquele necessário para satisfazer as exigências mínimas do trabalhador;
- Justo salário: aquele que (a) corresponde ao trabalho executado, e (b) relativo às necessidades do trabalhador;
- Salário familiar: que leva em consideração (a) as necessidades individuais do trabalhador e (b) as necessidades de pessoas a ele economicamente subordinadas (como de sua família);
- Salário Progressivo: quando o empregado recebe conforme o maior ou menor tempo despendido na confecção de determinada tarefa;
- Salário com prêmio, ou premiado, modalidade do progressivo;
- Salário de escala móvel: dependente do maior ou menor preço do produto obtido pelo trabalho a que corresponde o salário;

³⁷ Existe ampla bibliografia que explora a conceituação e características do salário no mercado brasileiro. O debate mais concentrado pode ser encontrado na página eletrônica do DIEESE: [Http://www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br).

- Salário Mínimo: é a remuneração mínima, estabelecida por lei, a ser paga ao trabalhador adulto, urbano ou rural, sem distinção de sexo, por dia normal de trabalho, capaz de satisfazer suas necessidades básicas, e

- Salário Máximo: quando é fixado o limite superior para a remuneração do agente trabalho.

Quando associada às diferentes formas de trabalho, a relação salarial estará envolta às dimensões do contrato e da organização do trabalho, como visto abaixo.



Fonte: PALOMINO, H.; ALOY, V. D. *Sobre las fronteras jurídicas y sociales del trabajo asalariado en Argentina.* Trabalho apresentado no XXXI Encontro da ALAS, outubro, Concéption, Chile, 1999, p.06. (Adaptado)

Considerando o contrato de trabalho, o trabalhador assalariado é “dependente” das disposições do empregador e “subordinado” a ele do ponto de vista da organização do trabalho.

a) O trabalhador assalariado clássico combina a dependência contratual com a subordinação organizacional, comportando inclusive as diferentes formas de contrato precário.

b) A subcontratação associa independência contratual com subordinação organizacional. No entanto, é possível que tal relação seja regida por contratos comerciais formais ou simples contratos verbais assentados sobre a confiança mútua.

c) A prestação de serviços agrega as características de independência contratual e autonomia organizacional.

d) As chamadas formas modernas de trabalho autogeridos (trabalho a domicílio, trabalho cooperado, trabalho à distância etc.) associa autonomia organizacional e dependência contratual. Neste caso o trabalho pode ser exercido sob a condição de empregados precários ou como trabalhadores autônomos (como, por exemplo, o trabalhador a domicílio).

Deve-se considerar que a ascensão de contratos precários tem acenado para a precarização do trabalho que ocorre a partir da flexibilização das regulações trabalhistas. O mesmo acontece com uma “nova” modalidade, o trabalho voluntário, este que por sua vez pode ser um dos critérios adotados pelas empresas no momento de recrutar um trabalhador.

Embora o trabalho voluntário não esteja contemplado na classificação apresentada, ele pode ser incluído a no quadrante que combina independência contratual com subordinação organizacional. Esta é uma inclusão *ad hoc*, pois esta modalidade de trabalho não é vendida na esfera pública, mas “doador”. A modalidade de trabalho mais complexa é a subcontratação.

Por isso mesmo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) define esta modalidade associando-a a um trabalho por contrato de trabalho, e, portanto independente, mesmo quando está subordinado a um princípio organizacional.

Na subcontratação ainda é possível organizar o trabalho a partir do corte dado como vendedores de força de trabalho e trabalhadores autônomos, ou seja, os donos de meios de produção em pequena escala, retratados sob o rótulo auto-emprego.

Desta forma pode ser apresentado:

Trabalho Assalariado	Auto-Emprego
Empregados estáveis e precários	Pequeno empregador
Trabalhador a domicílio/tele-trabalho	Autônomos em geral: prestador de serviços, trabalhador a domicílio/à distância
Trabalhador à distância	Trabalhador subcontratado/autogerido

De outro lado estão as ocupações que se mantêm ligadas ao assalariamento ilegal (sem registro), ao trabalho autônomo, às ocupações domésticas e àquelas sem remuneração.

<i>Abordagens Econômicas</i>	<i>Abordagens Sociológicas e/ou Normativas</i>
<p>VELHA INFORMALIDADE (SUBEMPREGO)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trata-se de uma abordagem tipicamente econômica, pois toma o investimento como a variável principal. Visa a explicar a “informalidade” de uma economia em transição, que gera desempregados, subempregados ou empregados “informais” nos centros urbanos industrializados, muitos deles recém migrados de áreas rurais. • Abordagem <i>desenvolvimentista</i> do mercado de trabalho. • A “informalidade” é entendida como <i>negativa ou neutra</i> por ser um fenômeno típico de sociedades em transição, o qual será solucionado com o próprio desenvolvimento. 	<p>INFORMALIDADE POBRE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inclui diversos tipos de trabalhos “pobres” sob o mesmo conceito, sendo, portanto, mais empírica que a “velha informalidade”. • A abordagem deriva (1) das antigas tentativas da OIT de criar conceitos capazes de incluir as “informalidades” dos vários países e (2) das tentativas de se adaptar a tese da “velha informalidade” aos novos trabalhos precários. • Julgam a “informalidade” <i>negativa</i>.
<p>INFORMALIDADE NEOCLÁSSICA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Afirma que a “informalidade é o resultado natural da ação de empresas em busca da maximização de suas rendas em países com custos indiretos elevados da força de trabalho, impostos por lei, ou rígidos acordos coletivos. • <i>Mainstream</i> econômico internacional. • A “informalidade” é vista como <i>positiva</i> por ser o meio pelo qual o mercado corrige os efeitos negativos de normas rígidas do mercado de trabalho. 	<p>INFORMALIDADE JURÍDICA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assemelha-se à variante neoclássica pelo foco na regulação do trabalho, mas pode ser considerada seu espelho negativo por entender o excesso de liberdade do mercado na regulação das relações de trabalho como destruidor das intervenções legais necessárias à garantia de condições mínimas para a sedimentação de contratos do trabalho (entendido como um contrato entre desiguais) socialmente justos. • Abordagem típica de profissionais da área jurídica e cientistas políticos, <i>especialmente em países com relações de trabalho de tradição corporativista, neocorporativista ou legislada</i>. • Vê a “informalidade” de maneira <i>negativa</i>.
<p>NOVA INFORMALIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> • A “informalidade é o resultado natural de mudanças no processo de trabalho, de novas concepções organizacionais e novos tipos de trabalho, sem tempo ou espaço fixos, gerados pela sociedade pós-fordista ou pós industrial. • Escola regulacionista, analistas das sociedades pós-industriais ou da pós-modernidade. • Vê a “informalidade como <i>relativamente neutra</i>, pois embora cause problemas sociais no curto prazo (<i>negativo</i>), representa uma mudança estrutural nos padrões de trabalho. 	<p>INFORMALIDADE DA GLOBALIZAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Afirma que a realidade não mudou, isto é, que a natureza e as características do trabalho permanecem essencialmente as mesmas; e que as mudanças ocorreram devido ao aumento da competição internacional, estimulada pelo credo neoliberal, que levou ao crescimento do desemprego e de trabalhos precários e instáveis. • Sociólogos críticos da globalização e marxistas. • Vê a “informalidade” de forma negativa.

Fonte: NORONHA, E. G. “*Informal*”, ilegal, injusto. *Percepções do mercado de trabalho no Brasil*. RBCS, vol.18, nº 53, outubro/2003, p. 119

No quadro acima, Noronha expõe algumas limitações a respeito da redução do conceito de “informalidade”. Para o autor,

A primeira – denominada *velha informalidade* – afirma que a “informalidade” deriva da condição de um país em desenvolvimento, em que muitas atividades não são suficientemente atrativas para o investimento capitalista. Essa era uma abordagem típica no Brasil dos anos de 1960 e 1970, a qual freqüentemente classificava o trabalho “informal” como subemprego.¹⁶ Trata-se de um ponto de vista exclusivamente econômico, na medida em que o investimento é a variável-chave. A segunda, considera o trabalho “informal” o resultado natural da busca por maximização de lucros por empresas em países com extensivo código de trabalho e elevado custo indireto da folha salarial, sobretudo em momentos de aumento da competição internacional por mercados – aqui designada *informalidade neoclássica*.¹⁷ Por fim, outros argumentam que a “informalidade” resulta de mudanças nos processos de trabalho, novas concepções gerenciais e organizacionais e novos tipos de trabalho, os quais não exigem tempo nem locais fixos – podemos nos referir a esse tipo como *nova informalidade* ou *informalidade pós-fordista*. (NORONHA, 2003, p. 118)

Por sua dimensão, o trabalho “informal” (sem registro) é um problema econômico e social no Brasil.

Mas, de qualquer forma, as duas modalidades, formal e informal, estão presentes no país. No primeiro caso, a modalidade é tratada na forma de lei (mais ainda que de contrato coletivo), e, a despeito da crítica de muitos juristas à forma detalhada da legislação nacional, a maioria deles não pretende que se abandonem os princípios subjacentes à noção de “empregado”, particularmente a noção de subordinação. (NORONHA, 2003, p.124)

Nestes termos, a descrição dada para situações como subemprego, trabalho informal, trabalho precário ou precarização referem-se a processos gerais que marcam determinadas épocas ou regiões e se tornam insuficientes para compreender a variedade de contratos atípicos.

Portanto, as razões pelas quais se desrespeita a CLT não se restringe a um fator em específico (como contratos do setor privado que fogem do padrão legal/celetista), mas ao contrário, está na razão direta e endêmica da eficiência que colocam empresários e governantes do mesmo lado.

A afirmativa pode ser exemplificada pelo fato de que, durante os períodos de desaceleração econômica, os trabalhadores que não ingressaram no mercado de trabalho formal transferiam-se para outras formas de trabalho, ditas informais com estímulo das esferas públicas de governo federal, estadual e municipal que desenvolvem políticas em suas respectivas secretarias de desenvolvimento econômico e do trabalho medidas para incentivo de absorção da

força de trabalho. No entanto, essa “maquiagem” faz com que o desemprego aberto seja bastante reduzido, o que pode tornar duvidoso o recurso metodológico empregado pelos órgãos de governo.

Não é por acaso também que o baixo crescimento do mercado formal serve como plataforma eleitoreira e que, mesmo reconhecendo este problema, não há no Brasil um sistema público de emprego.

2.6 Mercado de trabalho: resultados da reestruturação produtiva

O que se observou então foi a implementação de equipamentos de informática e/ou assistidos pela microeletrônica (robôs, máquinas CNC, sistemas flexíveis de transporte, CAD/CAM e controladores lógicos). Todos estes equipamentos requerem novas formas de exercício intelectual para o trabalho, sobretudo na ação operatória e técnica.

Contudo, a interferência direta do próprio operador sobre a programação de determinados equipamentos é, via de regra exceção, uma vez que o trabalho se realiza por terceirizados externos.

Em termos de mudança na gestão do trabalho e da empresa, coube aos trabalhadores a responsabilidade do controle gerencial, a partir da utilização (ou “climatização”) de técnicas como *Just-In-Time* (*fornecimento no momento, na quantidade e apenas dos materiais/insumos necessários*), *TQC* (*controle da qualidade total*) e suas ferramentas *CEP* (*controle estatístico do processo*) e *CCQ* (*círculos de controle de qualidade*).

De um lado estas atribuições levaram ao desaparecimento de profissionais (como inspetores de qualidade), à redução dos níveis hierárquicos na organização das empresas – também associada ao controle e à busca de melhoria do fluxo de informações e comunicação – bem como na mudança de comportamento gerencial, portanto da estrutura de recursos humanos de que envolvia gerentes, chefes, mestres, supervisores e líderes. Entre as atribuições estava a necessidade de promover cada vez mais motivação e envolvimento com participação dos trabalhadores comandados, com vistas à solução rápida dos problemas nos processos produtivos.

De outro significou que um trabalhador alcançaria maiores rendimentos de acordo com a sua produção e da articulação dela com a dos demais trabalhadores, caracterizando o *trabalho em célula*. Isso implicou não apenas no desaparecimento da função do inspetor, mas primordialmente

no sentido de atribuir ao próprio trabalhador a inspeção da atividade produtiva do seu companheiro.

Como visto no Brasil as relações sociais e condições de trabalho e as formas de regulação do emprego se fizeram a partir das mudanças no processo de acumulação, com a introdução de novas tecnologias, com a flexibilidade dos processos e dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo que ocorreram ao longo das décadas de 1940 e 1980. Estas mudanças ocorreram com maior ou menor expansão econômica, surtindo efeito no mercado de trabalho brasileiro.

Da *reestruturação produtiva* resultou numa significativa alteração do perfil da força de trabalho empregada e a ampliação da heterogeneidade interna entre os trabalhadores: (a) processo de feminização crescente e (b) predomínio de força de trabalho mais escolarizada. Nas grandes empresas significou o ingresso de um contingente de jovens, os quais tendem a incorporar com mais facilidade o discurso gerencial de envolvimento e compromisso com a empresa e a ser mais resistentes à participação sindical.

No período mencionado (1940-1980), o número de pessoas com carteira assinada aumentou no país, o que permite na prática, a integrar os trabalhadores aos direitos sociais e do trabalho, ou seja, aqueles com direito a férias, licença maternidade, aposentadoria, etc. Deduz-se desta forma que, para ser cidadão no Brasil era necessário ter contrato formal de trabalho.

Na década de 1990, o que se observou foi o crescimento do nível de desemprego formal, tornando o emprego com carteira assinada um dispositivo que conferia benefícios sociais à menor parcela da população ativa em postos de trabalho. Ao mesmo tempo, este período foi marcado pelo crescimento da precarização e da insegurança no que se refere à entrada e permanência no mercado formal de trabalho, muito em razão das políticas econômicas que reduziram os investimentos na capacidade produtiva instalada, associada ao elevado número de privatizações e fortalecimento do capital financeiro.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil foi um dos países que mais adotou medidas de desregulamentação na década de 1990. Ao invés de avanços na organização e produção do trabalho, o que se observou foi o aumento da informalidade e maior precarização das relações de produção, seguido substancialmente pelo crescimento do setor de serviços, como assevera Souza:

O Censo sindical de 2002, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indica mudanças significativas no mundo do trabalho na década de 1990. Dentre elas, destacam-se a construção de um novo trabalhador (não mais o operário que trabalha na indústria com carteira assinada) e a diminuição dos trabalhadores em setores mais sensíveis às inovações tecnológicas (indústria e bancos). O novo trabalhador se move entre a prestação de serviços e o trabalho informal; não trabalha mais em um local determinado, pode trabalhar em casa; produz tanto bens materiais como imateriais. A década passada pode ser compreendida, no contexto do Censo, como um marco para a história das relações de trabalho, em consequência do aumento do desemprego e dos contratos precários de trabalho. (SOUZA, 2006, p. 10-11)

O rearranjo dado na estrutura produtiva no Brasil implicou também na necessidade de se redimensionar o nível de conhecimento do trabalhador.

Assim, há uma nova exigência para o nível de qualificação da força de trabalho, o que obrigaria em tese a elevação do nível educacional.

No entanto, a prerrogativa do mercado é o seu abastecimento em curto prazo com formação técnica adequada. Embora considere formalmente a necessidade de outro nível de conhecimento, o que ocorre é que se alarga a compartimentação do saber. Isto porque, a despeito da necessidade de um trabalhador polivalente (e disposto inclusive a servir-se como voluntário – e não remunerado à empresa) pouco ou nada tem de serventia as exigências do “antigo” setor produtivo.

Conclui-se, portanto, que o processo de reestruturação produtiva pressiona, sobretudo a educação profissional, no sentido de determinar uma formação educacional mais complexa no que tange o raciocínio lógico, a capacidade de aprendizado, a autonomia e eficácia na resolução de problemas.

Dito de outra forma, a qualificação profissional surge e se intensifica no sentido de evitar a expansão do “desemprego tecnológico”. (POCHMANN, 2001)

Os novos requisitos profissionais (indispensáveis) para ingresso e permanência do trabalhador no mercado de trabalho (em transformação) apenas são passíveis de consecução por meio de um maior nível educacional dos trabalhadores. Assim a formação e o constante treinamento profissional se transformam numa das poucas alternativas passíveis da ação de Estado para conter o avanço do desemprego e da precarização no uso da força de trabalho. (POCHMANN, 2001, p. 41-42)

No entanto, o Estado continua seguindo os ditames da economia liberal e não o seu contrário. Seja em contexto mundial ou nacional, ele redefine sua relação de intervenção na

economia, restando-lhe o ônus, inclusive reclamado pelo capital, de qualificar os trabalhadores para os novos postos de trabalho que estariam surgindo e que demandavam maior qualificação.

A política de caráter formativo tem locus de formulação no Ministério do Trabalho (MTE), e evidencia a íntima relação estabelecida entre a formulação da política educacional e as demandas do setor empresarial (exigindo um novo tipo de trabalhador).

Neste sentido, o Fundo de Amparo ao Trabalhador e o Plano Nacional de Formação do Trabalhador (FAT/PLANFOR) é proposto como medida de Estado e propaga a idéia de que a principal causa do desemprego deve-se à falta de trabalhadores qualificados para ocupar os novos postos de trabalho que estão surgindo.

Estas políticas de qualificação profissional se referem às medidas típicas dos anos de 1990, em que o Estado visa corrigir os efeitos e conseqüências da reestruturação produtiva e os problemas estruturais advindos com a abertura econômica (que está em processo desde o final da década de 1980 e acontecido no mundo ocidental capitalista desde os anos de 1970).

Nos anos recentes, prevalece a tendência de regulação privada, conferindo às empresas liberdade em estabelecer alguns parâmetros decisivos da organização do trabalho: (a) remuneração, (b) utilização da jornada, e (c) definição da função do trabalhador em detrimento de uma regulação social (pela legislação ou por contratos coletivos de trabalho).

De acordo com os dados do Ministério do Trabalho, em dois anos de vigência do contrato de trabalho por tempo determinado apenas 16.099 mil pessoas foram admitidas nesta modalidade de contratação, em um universo de 22,5 milhões de pessoas contratadas com registro em carteira.

Além disso, teve-se ainda a criação do banco de horas, tratando-se de uma medida que intensifica o ritmo de trabalho.

Com a vigência do banco de horas, os empresários não precisam pagar pelas horas extras dos trabalhadores e, ao invés de contratar novos funcionários, incentivam a realização de maiores expedientes.

Mesmo quando há redução de jornada, com a sua anualização, eliminam-se os tempos mortos (as porosidades) existentes no processo de trabalho, o que significa ganhos de trabalho efetivamente realizados para a empresa. Portanto, o banco de horas é uma bandeira colocada para atender as necessidades da empresa, e não para auferir maior ganho ao trabalhador.

O Banco de Horas não gera empregos, pois a sua constituição está relacionada com a dinâmica de negócios da empresa (se está necessitando de trabalhadores para realizar a produção

vendida ou com perspectiva de ser vendida). O que ocorreu efetivamente foi o aumento da jornada de trabalho do brasileiro. Segundo os dados da Fundação Seade e do DIEESE, no ano de 2002, cerca de 40% dos assalariados na região metropolitana de São Paulo trabalharam além das 44 horas semanais fixadas na Constituição, fazendo com que o Brasil possuísse a segunda maior jornada de trabalho do mundo, ficando atrás apenas dos EUA. (POCHMANN; BORGES, 2002)

Sob esta perspectiva, o banco de horas significou de um lado a redução nos custos da força de trabalho em favor da maior acumulação de capital dos empresários permitindo, ao mesmo tempo, que as jornadas de trabalho fossem adaptadas às necessidades e oscilações da produção e da demanda. De outro lado significou a desorganização da vida produtiva dos trabalhadores em favor da jornada “flexível”. Isto fez com que os trabalhadores deixassem de receber pelas horas extras trabalhadas, que passaram a ser compensadas com “folgas” (que não desconsideram a intensificação da mais-valia) distribuídas de acordo com a conveniência patronal.

No que se refere à Participação nos Lucros e Resultados (PLR), ela se refere a um tipo de remuneração variável que considera apenas os resultados fixados nas metas de produção, ou seja, este tipo de “rendimento” ao trabalhador não entra na contabilidade da empresa. Então, o que se tem é a que a PLR, de um lado possibilita a flexibilização da remuneração, ou seja, um dos seus problemas é que não há uma incorporação do seu valor nos salários, o que contribui para um efetivo rebaixamento do salário real³⁸. De outro lado trata-se de uma forma de criar um clima cordial e de cooperação entre trabalhadores e empresas, já que ambos passam a depender do aumento da produtividade para terem maiores benefícios.

2.7 Conclusão para o início dos anos 2000

Como consequência desta inovação, houve precarização do trabalho em suas condições, remunerações e benefícios que possivelmente, aponta novas e complexas questões para o trabalho e para as organizações sindicais.

Apesar de a lei trabalhista afirmar que os terceirizados só poderiam executar as atividades como *meio* e não *fim* (por exemplo, atividade de limpeza e segurança), a terceirização atingiu

³⁸ Salário real é diferente de salário nominal. Ou seja, salário real é o salário necessário pra manter o seu poder de compra efetivo. Salário nominal é o valor percebido pelo trabalhador.

diversos segmentos. Entre eles a categoria dos bancários, que, em 2002, dos 394 mil bancários do país, 108 mil eram vinculados a firmas prestadoras de serviços.

Desde o início dos anos 90, quando o país estava num ambiente de abertura abrupta da economia (que impunha aos setores mais dinâmicos outro padrão de concorrência), o que se verificou foi a introdução da microinformática, da automação e de novas técnicas de organização do trabalho (e que ainda estão em curso nas indústrias do país).

Enquanto instrumento de redução dos custos da produção, o novo modelo de organização do trabalho elevou em proporções gigantescas a produtividade do trabalho, ao mesmo tempo em que trouxe conseqüências sociais e econômicas, as quais se traduzem por: desemprego, desqualificação profissional, acidentes e doenças profissionais e baixos salários, bem como o desaparecimento de funções e postos de trabalho. (Caderno de Resoluções do 1º Congresso dos Metalúrgicos do ABC, setembro de 1993)

Resume-se desta forma que ao invés do mercado de trabalho do país atender a capacidade da sua força produtiva e por ela impulsionar o conhecimento e novas tecnologias, será a demanda de mercado que orienta a intensificação da sociabilidade capitalista.

Há mais algumas constatações sobre o mercado de trabalho no Brasil para a primeira metade dos anos 2000

A primeira é a de que os vínculos de emprego formal salarial no Brasil não foram e não são dominantes. O trabalho assalariado não é a forma de “ganhar a vida”. Os vínculos são diversos, sobretudo dados pela informalidade e não estão “abrigados” pela legislação trabalhista na inserção no mercado, em que a grande maioria da população trabalhadora é excluída pela modernização desigual do país.

A segunda diz respeito ao setor de serviços como atividade principal, representando a principal atividade de trabalho para se obter rendimento. Por ela, como visto se associa autonomia organizacional e dependência contratual que pode ser exercido sob a condição precária de trabalho ou como trabalhadores autônomos.

Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do IBGE para o ano de 2004 é possível observar que:

a) dos cerca de 85 milhões de trabalhadores, mais da metade destes não concluiu o 1º grau ou não contribuía com a previdência;

b) Adicionalmente, mais de 1/3 dos ocupados são obrigados a realizar o sobretrabalho. Por eles são acumulados horas extras e riscos de doenças e acidentes de trabalho, para obter uma renda complementar;

c) um em cada três trabalhadores brasileiros recebe uma renda inferior a um salário mínimo ou se enquadra na categoria de não-remunerados e de ocupados no setor de subsistência.

Resulta que a baixa renda e a informalidade levam à não contribuição da Previdência, além de dificultar a continuidade dos estudos, forçando muitos dos trabalhadores a realizar horas extras ou acumular “bicos” no horário que deveria ser reservado ao ócio produtivo.

Este quadro não se alterou muito em relação aos dados apresentados de 2009.

Conclui-se desta maneira que a organização do mercado de trabalho que estabelece um novo desempenho produtivo no Brasil (e nos demais países capitalistas) sintetiza a estratégia da parceria do Estado com os empresários buscando insistentemente manter ileso um tipo de política e economia que utiliza de todos os artifícios para transferir ao trabalho vivo as perdas e prejuízos que decorrem da atividade produtiva e por isso encontra nos trabalhadores o seu parceiro preferencial.

No processo de desenvolvimento industrial, o Brasil foi financiado por transferências de créditos e de tecnologia provenientes do antigo regime fordista central (agora toyotista), ocasião em que se estabeleceu um mercado de consumo de classe média e de trabalhadores urbanos amparados em regime social (CLT e Previdência) enquanto que grande parcela da população, até fins dos anos de 1980 não fazia parte desta organização de mercado de trabalho.

Portanto, com a reestruturação produtiva no Brasil há uma combinação de produção fordista e sistemas de produção tradicionais que se apóiam em relações de trabalho “artesanais”, paternalistas ou patriarcais (familiares) que respondeu à internacionalização da produção por situar-se em região com baixos custos da força de trabalho e com um Estado arbitrando interesses da política econômica articulado ao capital financeiro internacional, que por sua vez não tem interesse em retomar e/ou requalificar a capacidade produtiva instalada, mesmo que incompleta, dos anos de 1970 e 1980.

Então é necessário uma breve análise do emprego enquanto agenda do mercado de trabalho para o início da segunda década no presente século XXI.

2.8 Análise do emprego enquanto agenda do mercado de trabalho: início dos anos 2010

Distanciando um pouco dos dados, é necessário realizar algumas análises, no que se refere à agenda de debates das relações do trabalho, ou seja, o emprego, ou para a pretensão de desenvolver ações voltadas à manutenção do emprego. A partir deste aspecto, cabe destacar dois tipos de iniciativa que tem sido feitas para enfrentar a questão.

A primeira na relação entre o capital e o trabalho e a segunda refere-se à pressão sobre o Estado e, principalmente aos governos, no sentido de alteração da política econômica para enfrentar a crise do capitalismo originada nos Estados Unidos da América que se alastrou a partir de outubro de 2008.

Antes, faz-se necessário destacar que o sistema de relação de trabalho brasileiro é marcado historicamente por grande flexibilidade, ou seja, primeiro pela liberdade que o empregador tem de determinar as condições de uso e contratação para o trabalho, e a segunda, pela liberdade que as empresas desfrutam para realizar os ajustes necessários à redução do custo do trabalho. (KREIN, 2009)

Neste quadro, as empresas têm utilizado como alternativa ao desemprego certas medidas de flexibilização nas relações de trabalho, através de Programa de Demissão Voluntária (PDV) que podem ser caracterizadas por seis formas: (a) Demissão, (b) Suspensão de Contratação Planejada, (c) Férias Coletivas, (d) Banco de Horas (e) Redução de Salário e Jornada, (f) Novos Empregos.³⁹

No primeiro caso (a), a demissão significa tão somente a suspensão da obrigação empresarial, numa situação em que não existe mecanismo que impeça a empresa de demitir sem justificção, portanto, inclui-se a demissão sem justa causa. Aqui, os dados atingem 54% das empresas.

No caso seguinte (b), com suspensão de contratação planejada (terceirização) atinge-se 53% das medidas adotadas pelas empresas.

As férias coletivas (c), em que há facilidade para negociação entre empresários e conjunto de trabalhadores, resulta em 32% das empresas que adotaram este mecanismo de flexibilização no período recente. Na década de 1990 as empresas adotavam a suspensão de contratos por até 05 meses. Neste período, ao invés do trabalhador receber o salário, ele recebe o seguro-desemprego.

³⁹ Levantamento de dados realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em março de 2009. Destaque-se que todas estas formas de redução da massa salarial têm o beneplácito do Estado.

Este recebimento, contudo, significa que *se e quando* ele voltar ao mercado formal de trabalho, ele não terá mais direito a esta parcela do seguro-desemprego. E ainda, a empresa não terá qualquer ônus, do ponto de vista formal da legislação trabalhista sobre este trabalhador, a não ser proporcionar condições para ele adquirir um curso de requalificação profissional.

O caso (d), referente ao banco de horas, aponta para a possibilidade de modulação da jornada de trabalho; então este caso tem grande incidência sobre o setor industrial, especialmente nas empresas mais estruturadas e dinâmicas, atingindo 27% da preferência das empresas.

A redução de salários e de jornada (e) atinge de forma polêmica 25% da preferência dos empregadores, mas independente disto, há disposição em adotá-la.

O último caso, refere-se aos novos empregos (f), em que referem-se às horas-extras, para ajustar o tempo de trabalho e da produção, ocasionando em 5% da preferência das empresas e, quando adotada, há redução de salário e jornada em 9% dos casos.⁴⁰

Nos anos de 1990 aprofundam-se as formas de contratos atípicos de forma mais intensa que empregos por tempo indeterminado. Estes últimos são os empregos em que se inserem os trabalhadores formais, portanto estando fora os informais, trabalhadores por conta própria, autônomos, todos em emprego disfarçado.

A partir de 1995 se desenvolveram mais intensamente as contratações temporárias e de servidores públicos demissíveis, com prazo determinado e, portanto fora do contrato padrão do concurso público, representando um dado superior a 280% até 1997, enquanto que o contrato por prazo indeterminado representou algo em torno de 133% no mesmo período. (BALTAR, 2009)

Eleva-se a forma de contratação atípica sob a forma de contratos rebaixados que estão sob menor forma de proteção, não tendo estabilidade, afetando conquistas que protegem o trabalhador contra a forma provisória de contratação, aviso prévio e aos direitos de gênero. Aprofunda-se a flexibilidade, mesmo no período recente que apresentou melhora geral do mercado de trabalho e se expressará também na forma de emprego disfarçado.

Há outras constatações. Amplia-se a flexibilidade das relações de trabalho no mercado formal com maior rotatividade nos postos de trabalho, contribuindo para maior precarização das relações de trabalho, tanto do ponto de vista da formação do trabalhador, quanto do ponto de vista político, da sua força de representatividade sindical.

⁴⁰ Dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), março de 2009. A consulta foi feita à direção das empresas e, 80% das empresas adotaram alguma medida para enfrentar a crise de outubro de 2008.

Além desta forma, aumentam-se as contratações nos setores de base, onde há maior incidência de força de trabalho desqualificada, não crescendo a força de trabalho qualificada. Isto pode ser explicado porque os mais qualificados crescem em emprego disfarçado, na forma de Pessoa Jurídica (PJ). Tal constatação pode ser considerada ainda mais grave porque a forma de PJ refere-se a um tipo de contrato comercial e não contrato de trabalho, o que implica por sua vez, em maior flexibilização e perda de direitos formais de trabalho. (BALTAR; KREIN, 2009)

Apesar deste tipo de formalização dos contratos há avanço da flexibilização e precarização mesmo em período de crescimento econômico, não apenas em relação à contratação. Se observado pela remuneração por tempo de trabalho, constata-se que ocorre o mesmo fenômeno. A remuneração do trabalho cresceu no período recente nos segmentos mais estruturados a remuneração variável.

Mesmo com a institucionalização do salário mínimo, que foi um fator importante para a estruturação do mercado em relação ao seu segmento, sobretudo aos segmentos que estão na base da estrutura ocupacional, e mesmo ainda com a elevação do salário mínimo nos setores mais dinâmicos houve crescimento forte da remuneração variável. Isto ocorre com a vinculação ao desempenho das empresas ou do próprio trabalhador, a partir da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), que, no Brasil adquire importância cada vez maior na composição da remuneração do trabalhador⁴¹. Disto é possível concluir que, com o desenvolvimento desses programas de remuneração variável, torna-se mais fácil às empresas fazerem um ajuste do ponto de vista da remuneração do custo do trabalho.

Além da PLR há outros instrumento de flexibilização das relações de trabalho no Brasil e, no que se refere ao tempo de trabalho, como a adoção do Banco de Horas.

Mesmo sem a adoção de medidas substantivas, todas as formas de organização do trabalho permitem que haja por parte das empresas uma apropriação maior do tempo de vida das pessoas, do trabalhador, através de dois mecanismos fundamentais.

O primeiro aponta para o fato de que, em quase todos os setores econômicos há invasão do tempo de trabalho sobre o tempo de reprodução social das pessoas. Ou seja, é muito difícil as pessoas acabarem suas respectivas jornadas e seguirem para a vida social. Isto porque ela fica absorvida pela atividade profissional. O segundo está relacionado à forma de tecnologia e

⁴¹ Empresas de alguns segmentos demonstram a adoção da PLR; no segmento do petróleo e da energia, a PLR atingiu R\$15.000,00 em 2004 e no segmento dos minerais a cifra atingiu R\$7.000,00 no mesmo período. (KREIN, 2009).

gerenciamento que foi uma forma de sofisticação dos mecanismos de controle sobre a jornada que desobrigam a contratação de um “sensor”, chefe do controle de operações de um determinado trabalhador em serviço que exerça o controle da atividade e do trabalhador. Este é, por exemplo, o caso dos supermercados que possuem equipamento de registro de preço e de saída do produto, caso em que, quando o consumidor passa pelo caixa, o funcionário aproxima o produto do leitor óptico e então a gerência saberá quantos produtos passaram e os seus respectivos valores, obtendo assim a produtividade por minuto.

Não é por acaso que a intensificação do controle da jornada está associada às doenças do século XXI, sobretudo ao stress, angústia ou à ansiedade.

Este é, portanto o primeiro elemento de flexibilização pelo qual o empregador pode dispor e exercer as determinações das condições de uso e contratação para o trabalho numa circunstância histórica de flexibilidade que se intensifica no período recente, apesar de haverem medidas contra elas, como a elevação do salário mínimo e a formalização dos contratos de trabalho que invariavelmente possibilitam uma proteção, ainda que mínima daquilo que está assegurado.

Ao considerar que as empresas têm à sua disposição, do ponto de vista formal das relações trabalhistas, um leque de alternativas para realização do ajuste do volume do preço da sua força de trabalho, a hipótese é que este processo de flexibilização, que é sinônimo da precarização, tende a se intensificar durante o período de crise (KREIN, 2009). E é isto que está ocorrendo diante das negociações que estão sendo feitas para enfrentar a crise e a queda do emprego e quando se observa os atores sociais que enfrentam a crise, e especificamente para os atores envolvidos no trabalho, é possível perceber que existem dois tipos de resistência.

Uma engendrada pelo movimento sindical e outra pelas instituições públicas que atuam na área do trabalho, especialmente o Ministério Público do Trabalho e Justiça do Trabalho, que também estão desenvolvendo ações para o enfrentamento da crise, que serão exploradas no último capítulo, pois se referem às ações que mobilizam os trabalhadores e podem gerar consciência de classe no conturbado momento de flexibilização das relações de trabalho.

No mais, conclui-se pelo balanço do encerramento de 2008 que não poupou reflexos ao ano de 2009.

Na fotografia mais abrangente sobre o mercado de trabalho, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) mostra seqüelas da crise financeira mundial até então não

vistas no País. Em 2009, um ano após reduzir o desemprego a seu menor nível nesta década, o Brasil amargou um aumento de 18,5% no total de desocupados.

Pela análise da Pnad tem-se o diagnóstico: (1) em 2009, o brasileiro ficou mais velho e vulnerável, (2) há mais casados do que solteiros, (3) a população ficou mais velha e continua crescendo no Brasil, (4) o analfabetismo sofreu pouca redução e atinge 9,7% da população, (5) a escolaridade da população adulta aumentou, (6) existem cerca de três milhões de crianças e adolescentes fora da escola, (7) De acordo com o IBGE, as mulheres estudam mais do que os homens, (8) a crise fez o desemprego crescer 18,5% em 2009, (9) 483 mil empregos com carteira assinada em 2009, (10) as mulheres chefes de família crescem em 19 estados, (11) houve aumento nas vagas para trabalhadores domésticos, (12) alteraram-se favoravelmente as condições de habitação e a posse de bens duráveis, (13) 42,2% dos empregados são jovens, (14) o trabalho infantil está em queda, (15) o uso de internet e celular cresce entre os mais velhos e (16) apresenta-se o estudo que mostra a situação jurídica das empresas. No que se refere à taxa de desemprego, a Pnad aponta que ela avançou de 7,1% em 2008 para 8,3% da População Economicamente Ativa (PEA) em 2009. Entretanto isto não pode ser justificado pela redução no número de vagas. A população ocupada, pelo contrário, cresceu, entretanto não o suficiente para acompanhar o maior número de trabalhadores que resolveram procurar emprego.

O cenário começou a alterar já em meados de 2010. A notícia de que a economia brasileira reagiu à turbulência podem ter influenciado a maior procura por trabalho. Em 2009 a Pnad captou uma população economicamente ativa de 101,1 milhões de pessoas, das quais 92,7 milhões estavam trabalhando (ocupados) e 8,4 milhões procuravam emprego (desocupados) já considerando o efeito da crise em todo o País em termos de ocupação e de mercado de trabalho, o que não havia sido possível observar pela pesquisa anterior do IBGE sobre mercado de trabalho. Na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a média da taxa de desocupação pouco oscilou entre 2008 e 2009, passando de 7,9% para 8,1% da população economicamente ativa. Diferentemente da Pnad, que é anual e alcança todo o País, a PME se limita às seis maiores capitais e é realizada mensalmente.



O problema colocado agora se refere ao tipo de atuação que o sindicalismo diante do mercado de trabalho exposto acima.

A despeito da mobilizações do trabalhadores e dos sinais apresentados pelos trabalhadores nos últimos três anos, ressalta-se que a mudança econômica proposta pela unidade das principais centrais sindicais brasileiras não ataca a estrutura do capital, ou seja, seu principal fundamento, a propriedade privada dos meios de produção. Na verdade, propõe tal mudança apenas quando há necessidade da preservação do emprego em substituição à melhora das condições de vida do trabalhador.

No que se refere ao aspecto que considera o Estado como extensão de classe inserida na economia internacional, e, portanto cabendo ao movimento sindical algumas tarefas (como canalizar e construir um processo de mobilização mais amplo), mas que, no entanto a aristocracia operária aderiu ao reformismo, vale lembrar uma fração do arcabouço teórico de Lênin.

A “aristocracia” operária é a camada da classe operária que, cooptada pelos capitalistas, usufrui salários mais elevados e melhores condições de vida material aos dos membros restantes

da classe. Segundo Lênin (*in* Obras Completas volume 32, 4. ed.. Moscou: Progresso, 1965), a “aristocracia” operária desenvolve-se, nos países capitalistas ocidentais, com base na relativa prosperidade proporcionada pelas altas taxas e extorsão de mais-valia dos operários das colônias sob domínio imperialista. Toda a ação política e social dessa camada de operários é condicionada (i) pelo medo de perder os privilégios ou benesses cedidas pelo patronato e (ii) pelo medo de deixar de funcionar como apoio da burguesia e do capitalismo, ou seja, de atuar como lugar-tenente da burguesia no interior da classe operária. A “aristocracia” operária é o terreno fértil onde medra e se desenvolve o reformismo social-democrata.

Tanto no século XX quanto no XXI, nas principais centrais sindicais oficiais se entrincheirou uma camada de pequenos burgueses, ilusionada de classe, que, sobremaneira, favoreceu e favorece o surgimento e o ressurgimento de uma “*aristocracia operária* profissional, estreita, egoísta, insensível, ávida, filistina, de espírito imperialista, comprada e corrompida pela burguesia”. (LÊNIN, 1979, p. 301)

Então, a pergunta que se coloca é: para onde seguirá o sindicalismo?

CAPÍTULO III

ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO BRASIL

Com o desenvolvimento das relações de trabalho apontadas anteriormente, deve-se verificar a atuação dos trabalhadores diante delas, enquanto política que caracteriza o sindicalismo, a saber, das ações combativas do final dos anos de 1970 às ações de colaboração com o Estado e de resultados diante do mercado. Para tanto, são formuladas as questões centrais ao que se propõe:

Diante das mudanças apontadas nas relações e no mercado de trabalho, para onde vai o sindicalismo brasileiro?

A partir da proposição acima, são apresentadas as centrais sindicais e o desenvolvimento de suas lutas e ações sindicais. No sentido de melhor caracterizar o período mencionado, são verificadas também as ações do sindicalismo anterior a este período.

E ainda, à guisa da conclusão do capítulo, busca-se resposta para as dificuldades que o movimento sindical encontra para conduzir suas reflexões, ou seja, *qual o sindicalismo nos anos 2010?*

E ainda, *quais são as dificuldades dos sindicatos em conduzir reflexões, elaborar estratégias, alternativas e motivar os assalariados diante das políticas de modernização da organização do trabalho? Os sindicatos estão na retaguarda?*

Trata-se agora do desenvolvimento das lutas dos trabalhadores.

3.1 A dialética da luta sindical

Do ponto de vista histórico, as greves no Brasil estão presentes desde a existência do trabalhador urbano na transição entre os séculos XIX e XX, ocasião da presença de negros libertos e a chegada de trabalhadores europeus.⁴²

Para estes últimos, que iniciam suas atividades sustentadas pelo ideário anarquista, a estratégia da ação direta prescinde da mediação política institucional/oficial no conflito Capital-Trabalho, no sentido de despertar o trabalhador enquanto força produtiva e de ação coletiva. Seus métodos mais desenvolvidos foram o boicote, sabotagem e a greve. Este último, mais

⁴² A este respeito ver alguns autores: Prado Jr. (1970; 2001), sobre a dependência dos trabalhadores em relação às grandes fazendas, com as quais tinha o vínculo de compra de seus alimentos na venda local, gastando ali todos os recursos e constituindo carta de débito. Ver ainda MACHADO (2005), CRUZ (2000).

especificamente, considerado instrumento reeducativo de classe, pois desenvolve o sentimento de apoio mútuo e de solidariedade.

Destaca-se que as conquistas obtidas na relação Capital-Trabalho eram comumente maiores em ensinamentos do que em conquistas salariais. Este é um aspecto dialético, porque as manifestações, ao mesmo tempo em que são impulsionadas por maiores conquistas salariais, e portanto reforçando a presença do Capital, o processo das lutas indicará ao trabalhador que tais contradições vividas devem ser superadas segundo a tomada do processo produtivo pelo trabalho vivo.

Vale lembrar que a Confederação Operária Brasileira (COB)⁴³ definiu

que todos os trabalhadores ensinados pela experiência e desiludidos da salvação vinda de fora de sua vontade e ação, reconhecem a necessidade iniludível da ação econômica direta de pressão e resistência, sem a qual, ainda para os mais legalitários, não há lei que valha.⁴⁴

A compreensão da COB era a de que, se desde logo a motivação das greves era puramente de reivindicação salarial, elas chegariam objetivamente aos movimentos de Ação Direta, marcando a trajetória do sindicalismo no Brasil até 1930. (RODRIGUES, 1977)

De acordo com o Iº Congresso Operário Brasileiro, por ocasião de posicionar-se em relação ao tema da ação operária:

Considerando que o proletariado economicamente organizado, independente dos partidos políticos, só pode, como tal, lançar mãos dos meios de ação que lhe são próprios;

Tendo em vista a moção votada sobre o 1º tema discutido⁴⁵;

o 'Primeiro Congresso Operário Brasileiro', aconselha, como meios de ação das sociedades de resistência ou sindicatos, todos aqueles que dependam do exercício direto e imediato da sua atividade, tais como a greve parcial ou geral, a boicotagem, a sabotagem, o label e a manifestação pública, variáveis, segundo as circunstâncias de lugar e de momento. (RODRIGUES, 1979, p.106)

De então, se compreende por Ação Direta:

⁴³ A COB surge em 1906 com orientação anarco-sindicalista da Associação Internacional dos Trabalhadores (Iº AIT) e sob influência da Central Gènèrale du Travail (CGT) francesa de 1895.

⁴⁴ Resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro. Rio de Janeiro, 1906.

⁴⁵ Sobre a Orientação da sociedade operária, sua política, de adesão ou neutralidade e existência de uma ação política. N. do A.

É a manifestação consciente da vontade operária; pode revestir-se de aspectos tolerantes e pacíficos, ou vigorosos e violentos; isso dependendo das circunstâncias. Mas tanto num como noutro caso, é uma ação revolucionária, porque não se importa com a legalidade burguesa, e mesmo o seu objetivo é obter melhoramentos que produzem diminuição dos privilégios concedidos à burguesia. (RODRIGUES, 1977, p. 39)

Neste sentido tem-se uma primeira definição de ação direta:

[...] ação exercida pelos próprios operários, pelos interessados. É o trabalhador quem se esforça por exercer pessoalmente sobre as forças que o dominam, a pressão necessária para obter o que lhe é devido. Pela **Ação Direta** o operário luta realmente, é ele quem dirige o conflito, decidido a não confiar a outrem a missão que Sá a ele compete resolver. (RODRIGUES, 1977, p.39)

Diferentemente da Constituição de 1824, a Carta de 1926 não abolia o direito dos trabalhadores; implicitamente, facultava a criação e funcionamento de sindicatos profissionais, o que aconteceria somente com a Revisão Constitucional de 1926, pois entre as atribuições do Congresso Nacional, adicionou-se o art.34, nº 28 que referia-se a “legislar sobre o trabalho” (NAGLE, 1974, p.30). Foram omitidos vários e importantes aspectos extra-políticos da questão social.

Mesmo com o “reconhecimento pleno do direito de greve”⁴⁶ pela constituição de 1926 que referia-se a “legislar sobre o trabalho”, as autoridades invadiam as cocheiras e cortiços para retirarem os grevistas e levá-los ao cárcere⁴⁷. A este respeito esclarece Rodrigues:

As greves, cumpre esclarecer, são caracterizadas pelo abandono coletivo do trabalho, comportamento legítimo da classe produtora, aplicação de direito de não trabalhar sem um pagamento capaz de permitir ao assalariado viver dignamente. (RODRIGUES, 1977, p.19)

Para se ter uma idéia, desde o Código Penal de 1890, haviam dois artigos objetivando punir o trabalhador:

Artigo 205 – Seduzir ou aliciar operários ou trabalhadores para deixarem os estabelecimentos em que forem empregados, sob a promessa de recompensa ou ameaça de algum mal, penas: Prisão celular de um a três meses e multa de 200\$ a 500\$000.

Artigo 206 – Causar ou provocar cessação ou suspensão de trabalho para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário, pena: Prisão celular por um a três meses.

⁴⁶ “Apontamentos de Direito Operário”. RJ: Imprensa Nacional, 1905, in RODRIGUES, E., op. cit., p. 34.

⁴⁷ “Echo Operario”, ano 2, nº 81, 28/03/1898, in idem, ibidem, p. 34.

Embora modificados tais dispositivos no mesmo ano – graças aos protestos dos operários – pelo decreto nº 1.162 de 12 de dezembro de 1890, não teve o operariado as garantias para alugar ou não os seus braços quando e a quem desejasse, nem o direito de suspender esse compromisso verbal que o patrão anulava quando queria. A modificação que muitos políticos tomaram como fraqueza do Presidente, não passou de indisfarçável forma de trocar a redação para deixar como estava! Eis a ‘melhoria’:

Art. 1º – Os arts. 205 e 206 do Código Penal e seus parágrafos ficam assim reduzidos:

1º – Desviar operários ou trabalhadores dos estabelecimentos em que forem empregados, por meio de ameaças, constrangimento ou manobras fraudulentas, penas: – Prisão celular por um a três meses e multa de 200\$ a 500\$000.

2º – Causar ou provocar cessação ou suspensão de trabalho por meio de ameaças ou violências, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de salário ou serviço, penas: – Prisão celular por dois a seis meses e de multa de 200\$ a 500\$000.

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário. (RODRIGUES, 1977, p.34)

A precariedade no trabalho e o desconhecimento por parte dos empresários brasileiros dos possíveis resultados de greve ainda num processo de industrialização incipiente eram visíveis. E, embora existissem lutas por conquistas por direitos institucionais elas não se refletiriam de conseqüência imediata às ações dos trabalhadores.

No entanto, antes mesmo de se observar os números de greve, torna-se necessário desmistificar que a greve não se desdobra de forma pragmática ou motivada por uma relação utilitarista entre custo e benefícios, mas a partir da requalificação do Estado cuja inserção se faz na dinâmica da complexa produção incompleta fordista-taylorista.

A este respeito, é necessária uma advertência. O pressuposto deste estudo baseia-se em Oliveira (1987), de que, ao invés de substituição de importações, o que ocorreu no Brasil foi a interdependência entre campo e cidade. Ou seja, a despeito de reconhecer a contribuição do pensamento cepalino e de considerá-lo um interlocutor sobre a realidade brasileira e latinoamericana, o autor realiza a crítica ao pensamento dualista da CEPAL e a teoria do subdesenvolvimento que era o elemento causal do atraso do desenvolvimento.

Ao contrário de entender o campo como barreira para a cidade e para a indústria, deve-se entender qual é, na sua efetividade como eles se articulam, que, para o autor ocorre de forma dialética entre o arcaico e o moderno. Para fundamentar seu argumento, Oliveira realiza a análise do papel do Estado, da legislação, da agricultura, indústria e setor terciário mostrando assim que a análise não é dualista, mas que a riqueza e a miséria compõem um todo articulado. O arcaico é condição para o moderno e não a sua travagem. (OLIVEIRA, 1987)

A revolução de 1930 marcou o fim do ciclo agro-exportador e início da estrutura produtiva agro-industrial, ainda que se complete em 1956 saltando para a industrialização plena quando a renda industrial supera a da agricultura gerando, por sua vez, maior valor.⁴⁸

Se a indústria começa a se desenvolver em 1930, então o papel do Estado é o de desmontar a trava do setor agrário exportador e criar elementos novos, capazes de adentrar o Brasil na era da modernidade burguesa.

Oliveira começa a tratar da legislação trabalhista dizendo que ela é a centralidade da fixação do salário mínimo que, ao invés de elevar o valor de força de trabalho, ele possibilita o seu avanço. Para além da análise política é necessário compreender que não há economia industrial sem regulação entre Capital e Trabalho, que por sua vez, ocorre no caso do Estado burguês no Brasil por estabelecer um patamar médio de um custo de reprodução da força de trabalho (e, portanto, distinto da análise marginalista).

O aspecto da dominação para os fins da expansão capitalista que a legislação trabalhista se reveste pode ser identificado no fato que,

Sem embargo, freqüentemente essa percepção correta leva no bojo a premissa de que a 'doação' getulista das leis do trabalho dava, em troca do apoio das massas populares, alguma participação crescente nos ganhos da produtividade do sistema, o que não encontra apoio nos fatos. O que se discute neste ponto é o caráter 'redistributivista', do ponto de vista exatamente dos referidos ganhos; sob outros aspectos, principalmente políticos, pode-se falar em 'redistributivismo' dos regimes populistas, mas em termos econômicos tal postulação é inteiramente insustentável. (OLIVEIRA, 1987, p. 15)⁴⁹

Assim é que a mais-valia extraída no governo de Vargas aponta para qual o patamar médio para a exploração da força de trabalho. Para contemplar este patamar médio há um conjunto de medidas voltado para a dinâmica do novo modo de acumulação. Exatamente por isso é que uma grande parcela da população a população precisa ser transformada em exército de

⁴⁸ A periodização de Oliveira rompe com a de João Manuel Cardoso de Mello. De acordo com este último autor, e do ponto de vista econômico, para haver industrialização é necessário o aparecimento de três departamentos, sendo o de bens de capital de produção, bens de consumo duráveis capitalista e bens de consumo dos trabalhadores. Se adotada a metodologia de Cardoso de Mello, teríamos: industrialização retardatária (até 1930); dos anos 30 a 35 há tentativas no Brasil de implementação de indústria de base. E deste período até 1950 se dará a *industrialização restringida*, ou seja, dependente da exportação; nos anos 50 com a *industrialização pesada* é que anunciam mudanças. Como estruturas básicas estão as forças produtivas e as relações de produção. Os demais elementos da economia (a ação do Estado, a inserção das empresas estrangeiras e as relações de trabalho) são derivados das características dessas estruturas em momentos específicos da história econômica brasileira (colonial, mercantil-escravista, exportadora-capitalista, industrialização restringida e industrialização pesada). (CARDOSO DE MELLO, 1998). Posteriormente tem-se a suposta completude departamental dos anos de 1970 e a chegada do capital bancário.

⁴⁹ nota de rodapé do autor, nº 6. A respeito da compreensão do conceito de populismo, já foi abordado neste trabalho.

reserva⁵⁰. Este enorme contingente populacional era pertinente e necessário, por duas razões: de um lado por propiciar um cálculo empresarial de médio e longo prazo e, por outro como determinante da feitura de uma nova legislação trabalhista.

Em todos estes casos, esse “contingente de reserva” não correria o risco de ser determinado pelo mercado e nem de ser elevado a um patamar superior, pois regulado de forma mediana ele se tornaria compatível com a reprodução do capital para não criar a dualidade entre trabalhadores qualificados e não qualificados. Afirma-se, portanto que a lógica da acumulação é dialética e dualista.

No caso da agricultura, ela estará articulada com o subsetor externo e para o mercado interno, este que oferece alimentos a preço baixo para poder contemplar a cesta básica do trabalhador.

A agricultura é uma espécie de acumulação primitiva para a indústria, pois em certas ocasiões específicas ela se torna estrutural e não apenas genética e tem impulsão importante capaz de levar ao salto necessário ao desenvolvimento industrial e à acumulação do capital.

Assim, não é simplesmente o fato de que, em termos de produtividade, os dois setores – agricultura e indústria – estejam distanciando-se, que autoriza a construção do modelo dual; por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética. A agricultura, nesse modelo, cumpre um papel vital para as virtualidades de expansão do sistema: seja fornecendo os contingentes de força de trabalho, seja fornecendo os alimentos no esquema já descrito, ela tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia. De outra parte, ainda que pouco represente como mercado para a indústria, esta, no seu crescimento, redefine as condições estruturais daquela, introduzindo novas relações de produção no campo, que torna viável a agricultura comercial de consumo interno e externo pela formação de um proletariado rural. Longe de um crescente e acumulativo isolamento, há relações estruturais entre os dois setores [e] A tensão entre agricultura e indústria no Brasil não se dá ao nível das relações das forças produtivas, mas se dá ou se transfere para o nível interno das relações de produção tanto na indústria como na agricultura. (OLIVEIRA, 1987, p.25)

Do mesmo modo, o setor de serviços vai desempenhar outro papel. Assim, o transporte, saúde, educação será atendido de tal sorte que o enfeixamento da acumulação não seja o seu

⁵⁰ “Flutuante”, “latente” e “estagnado”. A respeito destes conceitos apresentados por Marx, ver em *O capital* e ainda em Engels, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Se o debate for trazido aos dias de hoje, pode-se perguntar, quais são outras dimensões decisivas hoje? Há atualidade do conceito de exército industrial de reserva? Hoje o “exército de reserva” não é uma característica do desenvolvimento industrial, à medida que em todos os setores da atividade humana há enormes “contingentes de reserva”, certamente como decorrência da maquinização do trabalho industrial, bancário e comercial e, também, como resposta do sistema fundiário que não consegue enraizar ou manter enraizado o homem no campo. No seio da população economicamente ativa o capital cria e recria um exército de desempregados, grosso modo, altamente qualificados que serão usados segundo os interesses da acumulação do capital.

tolhimento, mas impulsionadores. Por isto é que a legislação não segue para o campo, para não aumentar o custo e elevar o preço do alimento, ou seja, o aparente atraso do campo é imposto pelo projeto de industrialização.

Assim a homogeneidade da estrutura produtiva consiste em não produzir bens materiais (antes taxavam por trabalho improdutivo). Acontece, entretanto que este setor de serviços foi o setor que mais absorveu força de trabalho⁵¹; o que supostamente, segundo a teoria do subdesenvolvimento, pode ser creditada à incapacidade do setor primário em absorver a PEA e por oposição à impossibilidade da indústria absorver os incrementos, uma vez que a participação dos agregados no produto e no emprego estaria num “quantum” desproporcional e “inchado”, que consome excedente e comparece como um peso morto na formação do produto (“improdutivo”). Entretanto contesta Oliveira:

A hipótese que se assume aqui é radicalmente distinta: o crescimento do Terciário, na forma em que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil; não se está em presença de nenhuma ‘inchação’, nem de nenhum segmento marginal da economia. (OLIVEIRA, 1987, p.31)

Ou seja, o aumento do setor terciário absorvendo força de trabalho absoluto e real faz parte do modo de acumulação do capital (e, portanto, não é marginal), sobretudo porque o setor de serviços gera mais-valia, através do valor de uso, cuja produção de intermediação é um trabalho socialmente necessário para a reprodução das condições do sistema capitalista (MARX, s/d). E tal fenômeno numa economia como a brasileira, do ponto de vista da participação do setor terciário no emprego total, está intimamente ligada à acumulação urbano-industrial que exige das cidades sua expansão e aceleração no crescimento associado à razão da utilidade da força de trabalho remunerada a preços baixos em condição de superexploração transferindo permanentemente frações da mais-valia para as atividades econômicas de corte capitalista. (LUXEMBURGO 1985; MARINI, 2005)

(...) a industrialização sempre se dá visando, em primeiro lugar, atender às necessidades da acumulação, e não às do consumo. Concretamente, se existe uma importante massa urbana, força de trabalho industrial e dos serviços, e se é importante manter baixo o custo de reprodução dessa força de trabalho a fim de não ameaçar a inversão, torna-se

⁵¹ Segundo Francisco de Oliveira, entre 1939 e 1969, o setor terciário participou no Produto Interno Líquido entre 55% e 53%, enquanto que a população economicamente ativa saltava de 24% para 38%. (OLIVEIRA, 1987, p. 31).

inevitável e necessário produzir bens internos que fazem parte do custo de reprodução da força de trabalho; o custo de oportunidade entre gastar divisas para manter a força de trabalho e produzir internamente favorece sempre a segunda alternativa e não a primeira. No Brasil também foi assim: começou-se a produzir internamente em **primeiro lugar** os bens de consumo não-duráveis destinados, primordialmente, ao consumo das chamadas classes populares (possibilidade respaldada, além de tudo, pelo elenco de recursos naturais do país) e não o inverso, como comumente se pensa.

O fato de que o processo tenha desembocado num modelo concentracionista, que numa segunda etapa de expansão vai deslocar o eixo produtivo para a fabricação de bens de consumo duráveis, não se deve a nenhum **fetichismo ou natureza dos bens**, a nenhum ‘efeito-demonstração’, **mas à redefinição das relações trabalho-capital, à enorme ampliação do ‘exército industrial de reserva’, ao aumento da taxa de exploração, às velocidades diferenciais de crescimento de salários e produtividade que reforçaram a acumulação.** Assim, foram as necessidades da acumulação e não as do consumo que orientaram o processo de industrialização: a ‘substituição de importações’ é apenas a forma dada pela crise cambial, a condição necessária porém não suficiente. (OLIVEIRA, 1977, p. 27-28)

Quando se tratou de obter o desenvolvimento da produção dos bens de consumo duráveis, intermediários e bens de capital a necessidade da acumulação se sobrepôs à necessidade de consumo. Isto valeu para o governo de Juscelino Kubstichek, cujas bases de política econômica se fizeram sob orientação da Cepal implementando o seu “Plano de Metas”. Se o “modelo dos duráveis” da Cepal já estava sendo questionado pelo alto custo que demandaria a um país cujo consumo seria inferior à possibilidade de sustentação da sua base tridepartamental – o que significa dizer que a política de Prebisch seria alterada em questão de tempo – do mesmo modo torna-se duvidoso que produtos de qualidade inferior e de preços elevados significassem algo qualitativamente racional e/ou desejável, pois a lógica da acumulação sob a égide do desenvolvimentismo pleiteava justamente colocar o Brasil na rota dos países mais industrializados do capitalismo, e, portanto de maior implemento científico-técnico onde a variável das novas produções tem assento garantido. Portanto, os preços competitivos se referem aos produtos de tipo exportação enquanto que para o processo capitalista no Brasil o custo de produção deve ser competitivo internacionalmente.⁵²

Pouco importa para a ‘rationale’ da acumulação, que os preços nacionais sejam mais altos que os dos produtos importados: ou melhor, **é preciso exatamente que os preços nacionais sejam mais altos**, pois ainda quando eles se transmitiam interindustrialmente a outras produções e exatamente por isso elevem também a média dos preços dos demais ramos chamados ‘dinâmicos, do ponto de vista da acumulação essa produção pode

⁵² Deve-se considerar que nas décadas posteriores (sobretudo do pós-64), o financiamento da classe média para aquisição dos duráveis será financiado com recursos dos trabalhadores, do seu FGTS, para automóvel e casas, cujo interesse é de impulsionar setores considerados estratégicos para a acumulação, como o da metal mecânica e ao setor da construção civil.

realizar-se porque a redefinição das relações trabalho-capital deu lugar à concentração de renda que torna consumíveis os produtos e por sua vez reforça a acumulação, dado que a alta produtividade dos novos ramos em comparação com o crescimento dos salários dá um 'salto de qualidade', reforçando a tendência à concentração da renda. O que é absolutamente necessário é que os altos preços não se transmitam aos bens que formam parte do custo de reprodução da força de trabalho, o que ameaçaria a acumulação. Já os preços dos produtos dos ramos chamados 'dinâmicos' podem e até devem ser mais altos comparativamente aos importados, porque a realização da acumulação que depende deles se realiza interna e não externamente. (OLIVEIRA, 1987, p., 28-29)

Será com a transferência de recursos do FGTS (a partir de 1966) dos trabalhadores para as camadas médias que apontará para a intervenção do Estado no sentido de requalificar a acumulação. Esta transferência se faz com recursos dos trabalhadores que produziram bens duráveis já instalados nos anos JK, mas que não puderam ter acesso aos bens disponibilizados, sobretudo com a entrada do setor automobilístico e crescimento da construção civil, justamente pelo modelo de acumulação adotado no Brasil. Nos anos 70 aproveita-se o espaço de mercado interno para a concentração de renda. O FGTS extingue o regime de estabilidade no emprego dez anos após a implementação da indústria automobilística aliviando regime contratual em função dos interesses privados.

A questão salarial e a participação do trabalhador nos rendimentos e consumo de bens não é um problema específico dos anos 60 do século XX, mas condição estrutural do tipo de acumulação adotada pela burguesia agrária e industrial urbana no Brasil. É específica porque poderia se supor que, através da elevação salarial dos trabalhadores seria possível aumentar o consumo e a demanda por produtos com maior agregado tecnológico, que por sua vez exigiria de um lado trabalhadores mais especializados e de outro uma nova relação da burguesia nacional com o capitalismo dos países de maior índice de acumulação (o que não era desejado pela elite dominante). Isto não ocorreu, uma vez que é a deterioração das relações nos termos de troca que condicionam a relação dialética de dependência desigual e combinada do Brasil em relação ao capitalismo internacional. (DOS SANTOS, 1977)

No caso brasileiro, o trabalhador fabril clássico, oriundo do padrão fordista-taylorista de produção situa-se na planta de fábrica, em linha de produção com resguardo legal-institucional e num momento histórico que obriga a burguesia emergente a desenvolver setores de produção. Disto resultará em condição favorável aos trabalhadores no sentido de ampliar direitos e adquirir conquistas. Uma das formas pelas quais este trabalhador utilizará para pressionar o capital é o instrumento de greve.

Contudo, as greves não foram reconhecidas desde o início de suas práticas, mas consideradas como delito pelo governo e pelo patronato e, sendo assim, foram reprimidas pelo código penal. Como visto na Introdução deste estudo, apenas em 1946 foi reconhecido no Brasil o direito de greve, e, no entanto, mantendo-se bastante restritiva, com exigências institucionais e penalidades ao exercício de greve. Segundo Leite, “*O principal problema que ocorreu com a legislação é que a sua rigidez acabou tendo como consequência um grande desrespeito do movimento operário e sindical a seus preceitos*”. (LEITE, 1992, p. 29)

Antes mesmo deste período os governos já procuravam absorver o discurso dos trabalhadores e reorientar as suas ações. Caso exemplar foi a tentativa do trabalhismo de Vargas e do PTB em 1945 junto às massas trabalhadoras e populares em que se procurava transferir a imagem de que não existia contradição entre o capital e o trabalho, mas de harmonia. O discurso foi desfeito com o movimento grevista já nos primeiros acenos da redemocratização em 1944, que partiram de manifestações espontâneas no interior das empresas até a negação massiva em âmbito nacional contra a intervenção do Estado e do sindicalismo, configurando, desta forma que os trabalhadores não adotam integralmente a ideologia dada pelo discurso oficial, mas é, ao mesmo tempo assimilado e reinterpretado. (LEITE, 1987, p. 17-20)

A taxa de exploração da força do trabalho no governo Kubitscheck efetivamente ocorreu pela compressão do salário associado à acumulação e não ao consumo.

A acumulação capitalista no governo JK ocorre apoiada pela associação com o capital estrangeiro (cerca de 5% da poupança externa) e pela compra de tecnologia por parte do Estado no sentido de torná-la acumulação prévia de rápida incorporação, embora o capital privado nacional prefira comprá-la do capital estrangeiro ao invés de dispô-la do Estado (CARDOSO, 1964), numa correlação entre demanda determinada pela estrutura de distribuição de renda e tipo de bem produzido numa dada circunstância em que as necessidades de consumo capitalistas já estivessem contempladas, e, portanto, não cabendo postular neste caso a teoria keynesiana de propensão ao consumo e ao investimento, mas exclusivamente como determinação de estrutura de classe e de apropriação de excedente já identificado pelos capitalistas do seu coeficiente de inversão (relação entre formação do capital e o produto bruto) (OLIVEIRA, 1977, p. 46-47) num contexto internacional policêntrica com a reemergência dos países do mercado comum europeu e japonês. (OLIVEIRA, 1977, p. 49)

Por isso também a acumulação esforça-se para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, que ao invés de obscurecer-se pelo discurso da mobilidade social capaz de promover melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores, o que se observa é que em mais de duas décadas não foi possível elevar a remuneração real dos trabalhadores urbanos. (OLIVEIRA, 1987, p. 51)⁵³. Da mesma forma, no quinquênio de 1953-57,

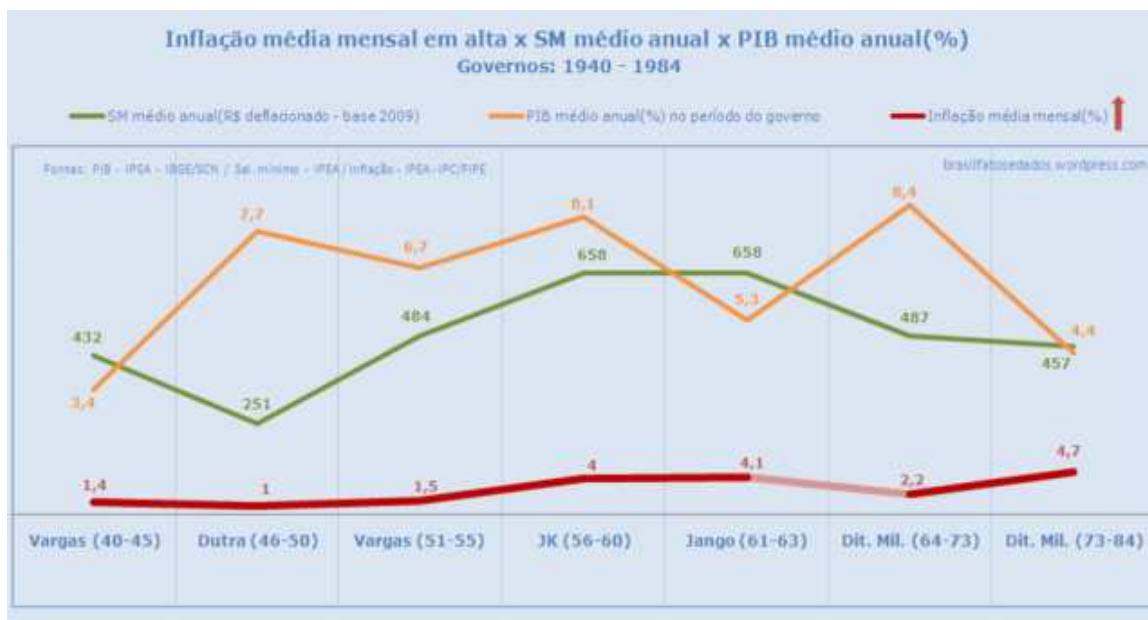
O Crescimento do produto real da indústria foi, assim, mais que proporcional ao crescimento da inversão, sendo explicado o diferencial entre as duas variáveis exatamente pela maior produtividade das novas inversões e pelo aumento da taxa de exploração da força de trabalho. (OLIVEIRA, 1987, p.56)

Entretanto, o salário mínimo instituído, ao contrário, garantirá que se tenha escassez específica da força de trabalho, o que promoveria a elevação salarial de alguma categoria inserida nesta condição. Portanto, deduz-se que o padrão de bem estar do trabalhador urbano fica submetido à lógica da acumulação enquanto que o trabalhador proletarizado rural é intensificada sua subordinação com o desenvolvimento da agro-indústria num período que visivelmente tem-se a compulsão de mercantilização do custo de reprodução da força de trabalho e da industrialização do custo de reprodução com estancamento e deterioração dos salários reais, elevando o quadro conflituoso à contradição política precipitando assim a crise de 1964, e em oposição à tese segundo a qual a crise seria motivada pela redução das expectativas de inversão e pela falta de financiamento e pelo incremento dos salários.⁵⁴

Em termos de incremento da renda média real, nos anos de 1960 não houve qualquer redistribuição para baixo nem aos estratos médios, ou seja, não se sustenta a tese de Tavares e Serra de que a compressão salarial seria necessária para financiar a inversão e para redistribuir o superexcedente para as camadas médias. Isto porque a compressão salarial ao impedir a elevação nos salários, transfere os ganhos do aumento da mais-valia absoluta e relativa para a acumulação e não para o consumo.

⁵³ O autor apresenta, na p.52 um quadro do salário mínimo real entre os anos de 1944 e 1968, nos estados do RJ e SP, considerando que os dados sob análise excluem dos trabalhadores rurais, funcionários públicos e autônomos.

⁵⁴ OLIVEIRA refere-se à CONCEIÇÃO TAVARES, M.; SERRA, J. "Más Allá Del Estancamiento: una Discusión sobre El Estilo Del Desarrollo Reciente de Brasil". E ainda CAMPOS, R. "A Geografia Louca", in O Estado de São Paulo, 1º/12/71, ano 92, nº 29.650. (OLIVEIRA, 1987, p. 62).



Fonte: brasilfatosedados.wordpress.com

No que se refere à renda das classes médias, ela deriva das exigências da nova matriz industrial e, portanto, longe de ser uma preocupação com o bem-estar do estrato social médio, a “redistribuição intermediária” nada mais é do que a garantia da expansão do processo de acumulação de capital.

O argumento da ‘redistribuição intermediária’ funda-se, na verdade, na posição de que acréscimos infinitesimais na renda das classes mais baixas não as habilitam ainda a comprar os bens de consumo duráveis, cujos preços são relativamente altos (o nível desses preços é adequado à realização, conforme se demonstrou); assim, a transferência de excedente, produzida pela compressão salarial, das classes de renda baixa para as classes médias, significaria que aqueles acréscimos, infinitesimais para as classes baixas, são expressivos para as classes médias, não apenas porque se somariam a um montante médio de renda bastante mais elevado, como porque o número de pessoas nas classes médias é bem menor; o resultado seria, com a ‘redistribuição intermediária’, um volume de poder de compra mais concentrado e um nível de renda médio das classes médias mais elevado, o que as tornaria capazes de comprar os bens de consumo duráveis. A mecânica do raciocínio é correta, mas falta-lhe consistência pela razão de que não há relações de produção entre classes trabalhadoras e classes médias e, na ausência dessas relações, confere ao aparato do Estado uma racionalidade que ele não tem, para operar a ‘redistribuição intermediária’. Mais fácil e mais verdadeiro é supor que o nível de renda mais elevado das classes médias decorre das novas ocupações criadas pela expansão industrial e da posição que estas novas ocupações guardam em relação à estrutura produtiva, em termos da escala social global. Além disso, se as rendas das classes

médias fazem parte da mais-valia, elevá-las significaria debilitar a inversão e não o contrário (OLIVEIRA, 1987, p. 69-70).⁵⁵

A compressão dos salários dos trabalhadores é um requisito estrutural e não somente uma medida de contenção de classe. Ele aparece no período de 1957 a 1962, quando se amplia a taxa de lucros no sentido de expandir a economia; e, a despeito das condições adversas do balanço de pagamentos – que não ocorreu no período entre 1947/52 quando se observou igual aceleração e repressão salarial (OLIVEIRA, 1987, p. 70) – deve-se considerar a importância dos setores dinâmicos industriais que requerem homogeneidade de caráter monopolista como condição primeira de garantia de altas taxas de lucros, que afetam as variáveis de reprodução do capital e por onde se mantém a estrutura de proteção tarifária favoravelmente elevada, por onde também se fundam as formas de incentivo à capitalização e de subsídio ao capital.

Decorre que a homogeneização monopolística não apenas protege mercados, mas principalmente garante a expansão das empresas monopolísticas em áreas e setores da economia ainda não sujeitas às práticas de monopolização elevando assim a taxa de lucro potencial e formando um superexcedente nas grandes empresas em outras áreas da economia substantivado em conglomerados que fazem circular o excedente em expansão sem fronteiras.

Com a implementação do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), durante o governo militar, o objetivo era, entre outros, o de controlar a inflação, o diagnóstico era de que a alta dos preços ocorria em virtude da elevação da demanda por produtos dos últimos anos, que se efetivaria pelo aumento salarial mostrar-se superior ao aumento da produtividade, justificando-se então a contenção dos salários, medida adotada segundo os dados da tabela abaixo, que demonstra o índice do custo de vida e reajuste de salários de algumas categorias. (PERES; HUERTAS NETO; SERRÃO, s/d)

Sabe-se que o capitalismo é um regime que subordina a produção à própria produção por ser um mercado de meios de produção e, portanto o crescimento do consumo é uma componente da taxa de acumulação. Assim a taxa de mais-valia não pode ser rebaixada por um suposto “movimento autônomo” dos salários. Ou, ao recordar Marx resumem os autores:

Na reprodução ampliada do capital, visto pela ótica do esquema departamental, a expansão do setor de bens de consumo assalariado tem caráter subordinado. O seu

⁵⁵ Mas a transferência (a partir de 1966) de recursos do FGTS dos trabalhadores para as camadas médias aponta para a intervenção do Estado no sentido de requalificar a acumulação.

crescimento responde ao crescimento da massa de salários nos outros setores (bens de produção e bens de consumo capitalista). Portanto, dada a taxa de salários, este crescimento é uma resultante da expansão do volume total de emprego. Por sua vez, a taxa de salários é fixada pelo ritmo de acumulação de capital, frente a uma reserva de força de trabalho. Isto quer dizer que a dominação do capital impõe a fixação de uma taxa de salários compatível com a velocidade da acumulação. E o que permite ao capitalismo fugir a uma possível restrição imposta pela pressão dos salários é o contínuo desenvolvimento da produtividade social do trabalho. (CARDOSO DE MELLO, 1998, p. 163)

No caso brasileiro, a política econômica governamental foi elemento decisivo para a recomposição das posições relativas entre grupos e classes sociais enfraquecendo a posição relativa e absoluta de um setor da burguesia brasileira (não apenas pequena e média) em favor do grande capital internacional num processo em que a política salarial também foi importante. (IANNI, 1996)

Os lucros obtidos pelas grandes empresas que lideram o mercado e planejam os setores econômicos em médio e longo prazo são determinados por elas mesmas e dentro de certas regras, tendo em conta a pressão salarial, a política fiscal e os planos de expansão da empresa em questão (FURTADO, 1968).

[...] em uma economia com as características da nossa, em que as taxas de salários pouca relação têm com as elevações de produtividade, as empresas estão em situação privilegiada para reter em sua totalidade os benefícios do progresso tecnológico [...]. (IANNI, 1996, p. 277)

Contudo, a política salarial antiinflacionária não é o único elemento que justifica o congelamento salarial, mas, sobretudo, de um lado, com a recomposição das relações entre classes assalariadas e por outro os compradores da força de trabalho, com maior ênfase após a deposição do governo Goulart. Esse “arrocho salarial” estabeleceu-se no sentido de fazer com que a inflação desempenhasse “o papel de técnica de poupança monetária forçada. Assim, a política salarial passou a exercer a mesma função de uma política de ‘confisco salarial’ (...), favoreceu a concentração da renda [e reprodução do capital], provocando a pauperização relativa das classes assalariadas, em geral e a pauperização absoluta de uma parte do proletariado”. (IANNI, 1996, p. 278-279)

A despeito de o governo militar ter em conta certa política nacional-desenvolvimentista em oposição à democracia clássica liberal, seus mecanismos de controles foram encontrar respostas justamente naquele campo econômico.

No PAEG dos anos militares a política salarial previa fixá-lo por sistema de cálculo baseado na média salarial de 24 meses (12 meses anteriores e a inflação esperada nos 12 meses seguintes). Mesmo acrescido de uma taxa referente à produtividade o salário estaria sempre reajustado abaixo dos índices de inflação.

Sob a perspectiva da evolução da demanda, o arrocho salarial prejudicava a indústria de bens-salário, que só se recupera com o crescimento da massa de salários, este que é promovido pela expansão da indústria de bens de consumo duráveis. Se o Departamento de Bens de Consumo Duráveis e o de Bens de Capital não têm sua demanda alterada pela contenção salarial, então o arrocho torna-se compatível inclusive aos interesses do governo que estava determinado a cumprir seus gastos correntes.

Para recompor a dominação de classe, houve reformulação do sindicalismo brasileiro criando um novo padrão de organização e lideranças sindicais cujas diretrizes deveria ser o “neotrabalhismo” em oposição ao “populismo distributivista” no sentido de eliminar os “fatores de perturbação” do novo sistema (IANNI, 1996, p. 280), do que resultou na intervenção de 425 sindicatos em 1964 para 42 em 1967. Isto que foi possível com o governo oferecendo cursos de formação de lideranças sindicais, cujos temas passavam pela Previdência Social, problemas brasileiros além de cursos programados de alfabetização de trabalhadores e de educação continuada. Tais medidas possibilitaram substituir “slogans demagógicos” e as lideranças “carismáticas” dos tempos do trabalhismo populista para reelaborar as condições políticas e econômicas de funcionamento do mercado de força de trabalho, a partir de uma nova política operária capaz de reverter as expectativas de todas as categorias de assalariados e, em particular, do proletariado (IANNI, 1996, p. 281).

O discurso de conciliação de classes pode ser observado pelas palavras de Médici, em mensagem ao Governo Nacional, na tentativa de atingir a harmonia através de pactos entre o capital e o trabalho:

Governo, empresários e empregados se associam, pela conjugação permanente de suas forças, de seus recursos e do produto de seu trabalho, para um único fim – o de instaurar uma sociedade integrada, na qual seja uma realidade, e não um mito, a justiça social. (IANNI, 1996, p.284)

A compressão salarial aos trabalhadores se manteve nos anos do governo militar. Ou seja, ao contrário do esperado em relação ao Estado, a política adotada no Brasil prescreveu que os salários não deveriam ultrapassar um determinado patamar.

Neste período o movimento sindical passou a sofrer intervenção e, em alguns casos, a cassação de dirigentes, provocando a desarticulação do movimento e, a despeito de indicativos de desenvolvimento econômico, os resultados não foram colhidos pelos trabalhadores.

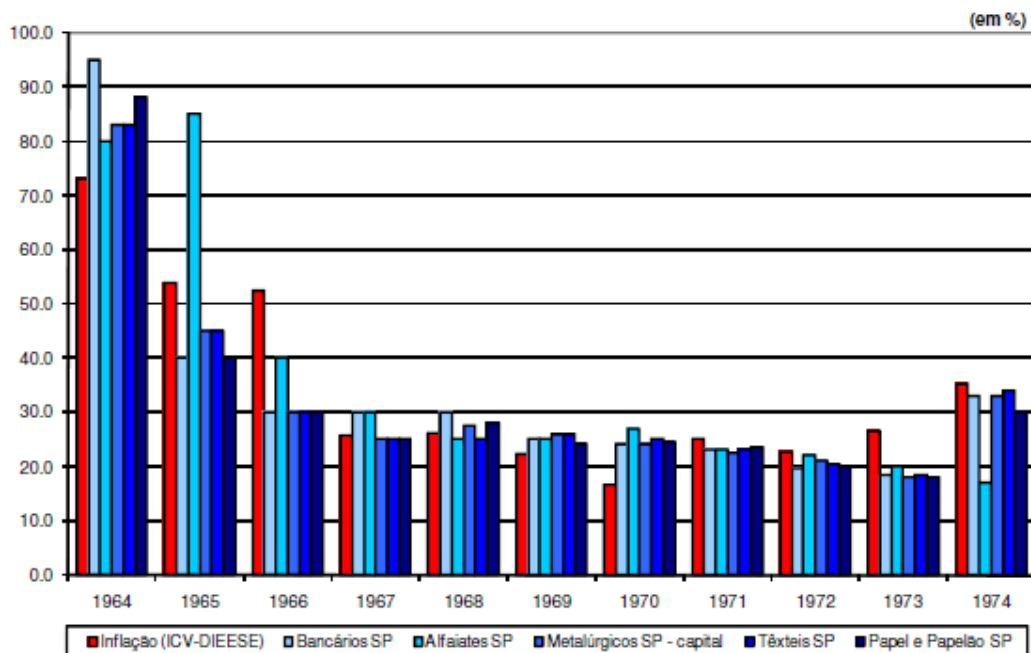


Gráfico 1 - Índice de Custo de Vida do DIEESE e reajustes salariais de categorias selecionadas - Estado de São Paulo, 1964 a 1974.

Fonte: DIEESE

Estes operários que entram em cena pelo movimento social (SADER, 1995), que vivem do mundo do trabalho⁵⁶ e que adotam a confrontação como estratégia sindical passam a exigir democracia política e social. Por ações de massa, os trabalhadores denunciam a super-exploração da força de trabalho consolidada no modelo de desenvolvimento capitalista do Brasil,

⁵⁶ O movimento social abarca desde os operários industriais a funcionários públicos, ou a classe que vive do trabalho (ANTUNES, 1995). Portanto o movimento social é a classe trabalhadora em movimento.

principalmente a partir da crise da dívida em 1981, pelo ajuste ortodoxo do FMI que exige o pagamento da dívida externa.⁵⁷

Dos fóruns intersindicais deflagrados a partir de 1978 surge a nova esquerda substantivada no Partido dos Trabalhadores (PT), ao lado de outras organizações de esquerda. E, em 1983/84 a CUT, ao lado de outras articulações intersindicais, como o CONCLAT, que geraria nas CGTs.

Em junho de 1980, com o 1º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores surge o *Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical* (o ENTOES que iria em seguida chamar-se ANAMPOS – *Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais*). Foi neste movimento que germinou e cresceu o núcleo de sindicalistas que iria fundar a CUT em 1983.

De qualquer forma, tem-se o surgimento e identidade destes grupos formando uma nova corrente de pensamento adquirido no cotidiano. Nele, o sujeito coletivo expressa a sua matriz discursiva (SADER, 1995), quer dizer, “modos de abordagem da realidade, que implicam diversas atribuições de significados (...) [cuja] produção e reprodução dependem de lugares e práticas materiais de onde são emitidas as falas.” (SADER, 1995, p. 142-143)

Da matriz da igreja, notadamente alguns setores da Pastoral Operária, Pastoral da Terra e Comunidades Eclesiais de Base da igreja católica foi o terreno fértil sob o qual germinou a consciência política dos futuros dirigentes da Central. Da esquerda marxista e do sindicalismo estão o socialismo do PT, os comunismos do PCB e do PC do B e o socialismo trabalhista do PDT que expressam as contradições sociais, no sentido de formar uma identidade coletiva que dará sustentação para o novo sindicalismo. As disputas internas pela hegemonia do movimento dos trabalhadores que ocorrerão se fará com os comunistas, especialmente com o PCB.

Contudo, parte destas disputas internas que fizeram emergir o novo sindicalismo no Brasil se refere ao fundamento ideológico da ANAMPOS, constituído, inclusive por idéias anticomunistas e anti-marxistas.

⁵⁷ Lembrar que a União Nacional dos Estudantes (UNE) vinha se destacando ao longo do governo Jango e, por isso teve sua sede invadida e incendiada pela repressão militar. Em junho de 1964, a UNE foi suspensa por seis meses e sua sede foi desapropriada. A União Metropolitana dos Estudantes também foi extinta e as greves estudantis proibidas pelo decreto-lei 4.105. Em outubro do mesmo ano foi oficialmente aprovada a lei que acabou com a UNE e a substituiu pelo Diretório Nacional de Estudantes, para o qual todos os estudantes eram obrigados a votar. Também por isso surgiram os diretórios acadêmicos, que anos mais tarde, em regime de abertura política, retomaram os Centros Acadêmicos, como órgão representante de alunos de graduação nas suas respectivas unidades das Universidades ou nas Faculdades.

Deste quadro emergem três grandes forças, o sindicalismo oficial, os “autênticos” (ou “combativos”) e a “unidade sindical”. O primeiro cooptado pelas forças da repressão; os “autênticos” em oposição à “unidade” formarão posteriormente a CUT e o PT; e a “unidade” sustentada prioritariamente pelos partidos comunistas.

Se considerada a ótica do tratamento das demandas sócio-econômicas dos setores populares tem-se que o regime militar procurou conter os grupos que daí emanava pela repressão política e, no caso dos trabalhadores, pelo sindicalismo oficial. No entanto o custo ao regime foi o conjunto de greves que eclodiram, sobretudo no ABC paulista a partir de 1977, no crescimento da campanha por reposição salarial, que não encontrou na estrutura corporativo-repressiva os canais adequados para o processamento de tais demandas. Por outro lado, as pressões de ordem econômica foram desencadeadas pela crise do “milagre econômico”, que ativaram, por sua vez, as políticas dos setores de ponta do operariado industrial.

Disto torna possível apreender que, de um lado manifesta-se a crise do Estado e do modelo de desenvolvimento econômico adotado no Brasil, e, por outro estão as oportunidades políticas, dadas pela esfera político-institucional ou diante de momentos de crise que possibilitam emanações contraditórias e antagônicas no interior da sociedade através de ciclo de mobilizações. (TARROW, 1997)

Ou seja, do ponto de vista da relação entre sindicalismo e Estado regulador salarial identifica-se a construção da teoria de classes sociais, que conformaria o Novo Sindicalismo.

A eficácia do método de participação do sindicalismo na “sociedade salarial”, pautado no *padrão de empregabilidade* e de *proteção do Estado* abriram possibilidades que consideram outros tipos de negociação social.

Pelas negociações e oportunidades políticas, o sindicalismo tem a sua construção simbólica, dada pela noção de classe social centrada na idéia mais ampla de trabalhador incorporando todos aqueles que vivem do próprio trabalho.

Independentemente do nível de renda ou do modo de inserção no mercado de trabalho, essa construção histórica do sujeito “classista”, da “classe trabalhadora” nomeada pela CUT fundamenta-se na classe operária inglesa estudada por Thompson.

A noção ampliada de trabalhador está presente ao longo do tempo nas resoluções dos CONCURTs, e a tensão é permanente, pois se referirá à “sociedade salarial” que se qualifica no

interior da central sindical. Nela, o trabalhador pôde ser reduzido à categoria do “assalariado” e, principalmente, do assalariado formalizado e sindicalizado.

Neste sentido, o *classismo* da CUT, bem como o seu trabalhador (sob a ótica da formação da consciência) é o trabalhador múltiplo, pois reuniriam de modo direto todos os trabalhadores submetidos e marginalizados por um Estado historicamente autoritário e por um “grande” patronato “atrelado” tanto àquele Estado quanto às práticas do autoritarismo intra-empresa.

A unidade de classe, bem como a definição do inimigo de classe se faz pelo antagonismo com o *usurpador*, precedido pelo epíteto *grande* (“grandes empresas”, “grande capital”). Isso justifica a diferença sobre a oposição ao *pequeno*, pois a este se refere a categoria que traz proximidade à noção de *basismo*, com quem serão estabelecidas algumas alianças.

Então, o Novo Sindicalismo, aquele protegido pelo Estado, não vê a sua crise enquanto tal, mas na sua orientação e forma de atuação.

Este sindicalismo procurará remodelar a sociedade civil a partir do seu protagonismo ou tornando-se pró-ativo, cuja eficácia de sua ação exige recursos materiais, inteligência estratégica, mas, sobretudo, capacidade de mobilizar apoio que envolva toda a sociedade.

Tem-se aqui uma ampla articulação dos movimentos populares diante da questão do custo de vida, contra a carestia. E o debate exemplifica como ocorre o processo de formação da consciência de classe do trabalhador e de classe ativa, no tocante ao aspecto teórico. Segundo o pensamento de Thompson esta seria a prova de que, o envolvimento das pessoas nos assuntos da resistência estaria surgindo a partir dos laços e convívios sociais, em espaços distintos da unidade produtiva capitalista e que por isso mesmo seriam resultado, real, dado pela experiência e justamente ela seria a responsável pela formação da consciência.

No entanto, para Lênin significaria que este espaço estaria sendo composto por trabalhadores, que trariam, de dentro das fábricas, as suas demandas sociais e reivindicariam para além das fábricas. Em outras palavras, na constituição de um bairro e de suas demandas, das necessidades mais básicas de cada trabalhador, ou de reuniões de pessoas em fluxo migratório, etc., estaria ocorrendo o trânsito de trabalhadores que se movimentam enquanto elemento da esfera produtiva, enquanto trabalho vivo, e, portanto, reivindicariam, a partir de suas necessidades materiais, aquilo que seria necessário para atender o custo de vida.

Outro aspecto a ser problematizado refere-se à atuação do movimento sindical deste período em função do seu compromisso político e ideológico enquanto classe social e, por isso mesmo, deve ser resgatada parte da história da Central Única dos Trabalhadores (CUT), considerando que houveram mudanças significativas em seu posicionamento, no que diz respeito ao encaminhamento das lutas dos trabalhadores⁵⁸

Como dito na Introdução deste trabalho, desde sua fundação, em 1983, a CUT mantém uma estreita relação orgânica com o sindicalismo estadunidense, composto por órgãos burocráticos de trabalhadores que serviram de fachada as atividades da CIA na América Latina.

Este organismo burocrático é marcado pela CIOLS, resultado da conjunção da *AFL-CIO*⁵⁹ com a *Trades Unions Congress* (TUC), central que agia na América Latina sob o nome de Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), fundada em 1951 e organicamente vinculada ao IADESIL – Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre que, além de apregoar o colaboracionismo entre as classes sociais, promovia cursos contra-revolucionários para lideranças sindicais. A CUT, assim como outras centrais sindicais brasileiras, a saber, Confederação Geral dos Trabalhadores (a CGT) e Força Sindical (FS) é filiada a CIOLS e suas principais lideranças freqüentaram os cursos promovidos pelo IADESIL.

A primeira a solicitar filiação junto à CIOSL foi a CGT em 1991. A seguir, a Força Sindical e a CUT (após sua 5ª plenária) filiaram-se em 1992.

No caso da CUT a corrente Articulação encaminhou proposta de filiação à CIOLS, não apenas porque os vínculos políticos e ideológicos com a social-democracia se estreitavam gradual e ostensivamente, mas, sobretudo para não perder o apoio financeiro que recebia dos social-democratas.

⁵⁸ As bandeiras históricas antes defendidas pela CUT se referiam ao rompimento com o Fundo Monetário Internacional, o não pagamento da dívida externa, a reforma agrária radical sob o controle dos trabalhadores dentre outras bandeiras que embalavam os sonhos dos trabalhadores e de todos os militantes de esquerda. No entanto, após a ascensão de Luís Inácio da Silva, à presidência da Federação, a CUT assumiu publicamente algumas intenções quanto à República brasileira: mantê-la como dependente e periférica diante capitalismo central.

⁵⁹ A Federação Americana do Trabalho – AFL foi fundada em 1881, tendo sido estruturada para agrupar, preferencialmente, a “aristocracia” operária norte-americana que negava a luta de classes, preconizava a colaboração de classes e defendia, naturalmente, o modo de produção capitalista. A direção da AFL estabeleceu e praticou à risca a política de cisão do movimento operário internacional apoiando-se ativamente na agressiva política externa do imperialismo norte-americano. Em 1955 a AFL fundiu-se com outra central sindical, o Congresso de Organizações Industriais – CIO. A fusão da AFL com o Congresso de Organizações Industriais – CIO exacerbou o caráter contra-revolucionário, anticomunista e colaboracionista do sindicalismo norte-americano. Surge então no cenário sindical norte-americano, a CIOSL.

E isso ocorreu na ocasião em que a social-democracia européia já aderira à política neoliberal – a mesma que nos anos de 1970 apoiara a Revolução Sandinista – desde a segunda metade dos anos de 1980, que era hegemonia na política e no governo na Europa mediterrânea e aplicava as diretrizes do neoliberalismo (ANDERSON, 1995, p. 06-07).

Como esta central internacional segue os ditames do capital, mais recentemente sofreu outra alteração. A CIOSL se reestruturou e foi criada a Confederação Sindical Internacional (CSI) em fins de outubro de 2006, a partir da fusão entre a CIOSL e a Confederação Mundial do Trabalho (CMT).

A formação da consciência do sindicalista propositivo e conciliador no Brasil não são recentes.

O IADESIL inicia suas atividades no Brasil em 1963 e formou quadros sindicalistas até o início dos anos de 1990, através da parceria com o Instituto Cultural do Trabalho (ICT).

No tempo em que permaneceu ativo sempre manteve orientação anticomunista. Entretanto, com a reorientação da política estadunidense nos anos 90, o IADESIL abandonou a exclusividade das atividades com o ICT e buscou maior aproximação com a CUT.

E, em 1997, o IADESIL foi substituído pelo atual Solidarity Center, resultado da fusão do antigo IADESIL e outras três organizações de cooperação sindical internacional até então mantidas pelo movimento sindical estadunidense.

O Solidarity Center mantém desta forma, a tradição do sindicalismo dos EUA possuir uma estrutura de representação com escritório e *staff* no Brasil há mais de 40 anos.

Não se deve esquecer também que a criação do Observatório Social do Trabalho (entidade constituída pela CUT, DIEESE, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC e a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - Unitrabalho) resultou da cooperação sindical internacional da FNV holandesa e da DGB alemã com a CUT brasileira. A DGB foi ainda importante na criação da Escola Sul da CUT em Florianópolis/SC.

Torna-se possível deduzir que, se de um lado o sindicalismo que atuou no contexto de regime militar contribuiu para o processo de institucionalização da democracia burguesa no Brasil (o que por si é menos destrutível do que a ditadura sustentada pela eliminação física de opositores ao regime), por outro lado, configurou-se a repressão militar aos movimentos revolucionários dos anos de 1970, como na Guerrilha do Araguaia e da Serra do Caparaó bem como o desmonte da ideologia sindical de combate ao patronato. Isto contribuiu de forma

decisiva para a ascensão e hegemonia do sindicalismo de fins dos anos 70 e da década de 80 e que minaram também as resistências dos quadros revolucionários, antes abrigados no antigo comunismo⁶⁰, mas que viriam a se instalar no interior das centrais sindicais.⁶¹

Por isso também importa aqui extrair o que o Marx trouxe de novo a respeito da teoria da luta de classes:

O que eu trouxe de novo foi demonstrar que: a) a *existência das classes* se encontra sempre ligada a *determinadas fases históricas de desenvolvimento da produção*; b) a luta de classes *conduz necessariamente à ditadura do proletariado*; c) esta mesma ditadura não é em si mais do que a *transição para a abolição de todas as classes* e para uma sociedade sem classes. (MARX; ENGELS, 1966. p. 456)

Por fim, vale destacar que a problemática do salário mínimo neste período em que prevaleceu no Brasil do incompleto modelo fordista de produção (considerando os dados oficiais que anunciam a redução no percentual de pobreza da década de 1970) oculta o papel da luta de classes ao inferir que a pobreza pode ser eliminada pela ascensão do estrato inferior da cadeia produtiva. Isto porque a extorsão do trabalho vivo pela classe dominante supostamente seria capaz de promover a superação das desigualdades materiais de existência que por sua vez implicaria na reconfiguração de um possível processo revolucionário de toda a sociedade ou o declínio comum das classes em luta.

Trata-se agora de analisar o sindicalismo no quadro nacional recente, das centrais diante dos governos, a característica dos sindicatos nos anos recentes, bem como realizando apontamentos sobre ações sindicais no final dos anos 2000 e início deste século.

3.2 Ação sindical

Até a segunda metade dos anos 70 as ações sindicais se faziam em defesa da estrutura do emprego, mas que começava a se fragilizar com o neoliberalismo e com o rompimento dos contratos coletivos de trabalho.

⁶⁰ A ressalva feita ao comunismo se refere ao reconhecimento da sua luta política desenhada no Brasil contra o capital. Isto não elimina a possibilidade de se refletir em outro estudo, sobre o significado do ingresso do comunismo em aparelhos de Estado burgueses, bem como de tentativas de revolução sem a tomada do aparelho do Estado, como propostas até início dos anos 20 do século XX. Isto porque a luta de classes dada cotidianamente que eliminam o aspecto teleológico do iluminismo.

⁶¹ E que hoje contribuem para as reformas do ex-governo Lula da Silva de 2002-2006 e 2006-2010 (na tramitação e aprovação de reformas que ferram a classe operária, os trabalhadores assalariados, o campesinato pobre, os aposentados e os pensionistas civis).

No Brasil a distinção das ações sindicais ocorre a partir dos anos 90, dado pelas seguintes bandeiras: greves, participação da justiça nas relações trabalhistas, sindicalização, negociação coletiva e presença do sindicato nos fóruns de políticas públicas.

Nos anos de 1980 a ação sindical foi expressa pela ampliação da taxa de sindicalização. Entretanto, a medição da taxa de sindicalizados se faz de maneira complexa. Isto porque nos mercados de trabalho não estruturados há dificuldades que se impõem na averiguação dos dados: se todos são filiados ou são filiados os que estão com o pagamento em dia em relação ao total da força de trabalho.⁶² Já os conflitos trabalhistas, individuais e coletivos se ampliaram neste período, indicando alteração no comportamento dos sindicatos patronais e de trabalhadores que eram favoráveis ao afastamento gradual da justiça externa nas relações de trabalho.

Na crise dos anos 90 e com o desemprego em alta, as centrais sindicais encamparam ações sindicais mais vinculadas à prestação de serviços ao segmento assalariado com contrato formal, mesmo registrando menor participação relativa no total da ocupação.

Na medida em que a negociação coletiva – inclusive quanto a salários (como ocorreu após a implementação da PLR) se torna menos abrangente, o padrão normativo das mudanças organizacionais deixa paulatinamente de estar associado ao ramo ou à profissão e passa a ser associado cada vez mais à empresa. Deduz-se com isto que a reestruturação produtiva é ao mesmo tempo flexível e que as empresas que adotam esta forma de regular a empresa são irreduzíveis entre si, que por sua vez desorienta as formas tradicionais de ação sindical.

⁶² Esta confusão se adensa quando se considera a filiação sindical em relação à população ocupada, ou com o total de empregados assalariados, e mesmo diante dos empregados com contrato formal.

Central Sindical ^(*)	Fundação	Nº Sindicato Agregado	(**) % Representatividade	Ação Sindical	Influência		Setores Econômicos Influentes	Relação	
					Partido	Ideologia		Governo	Congresso
Associação Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS)	2006	38	NI	Clasismo s/ romper c/ ordem	PSTU/ PSOL	E esquerda	educação e serviço público	pequena	baixa
Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)	(*) 1986/ [2004]	237	7,02	Desenv. Econ. e Trabalho	PMDB (MR- S)	Centro	prestação de serviços	média	média
Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT)	(*) 1986 (Joaquim- ção)	31	NI	Trabalho/ Educação Profes- sional	---	---	---	---	---
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)	2007	256	7,77	Trabalho e Unidade Sindical	PCdoB/ PSB	Centro- esquerda	educação, metalurgia, rural e serviço público	média	média
Central Única dos Trabalhadores (CUT)	1983	1636	38,32	Pol. Soci- ais Propo- sitivas	PT (Articulação)	Centro- Esquerda	automotivo, financeiro, serviço público e rural	grande	alta
Força Sindical (FS)	1991	946	14,12	Traba- lismo com o Mercado	PDT	Direita/Neol- iberal	metalúrgico, automotivo, construção cível e comerciário	grande	alta
Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)	2005	608	7,04	Trabalho Juros Baixos	PDT/“Inde- pendentes”	Centro- esquerda	transporte, construção e mobiliário	média	média
União Geral dos Trabalhadores (UGT)	(*) 2007	529	7,89	Desenvolv. Cidadania Inovação	PSDB/DEM/ PMDB	Centro	Comerciários, serviços e eletricitários	média	baixa

* Centrais Sindicais com representatividade no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

** Índice de Representatividade/MTE, publicado em 18 de abril de 2011 no Diário Oficial da União (DOU)

(*) em 2007 CGT, SDS e CAT passaram a compor a UGT

Fonte: Dados extraídos do DOU, abril/2011 e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Elaboração Própria

Outro fato a ser observado é que após Constituição de 1988, ampliou-se a atuação sindical em espaços de definição de políticas públicas. Este fato representou o avanço da democratização de vários fundos públicos, mas que, no entanto, também significou na cooptação sindical a outros objetivos que não os dos trabalhadores, como no caso de políticas neoliberais. (BOITO, 1999)

Com as eleições presidenciais de 2002, e a vitória do PT, o governo se propôs à medidas que reforçavam um governo de *coalizão nacional*. Este comportamento político governamental consolidou e se sobrepôs ao que o PT vinha desenvolvendo desde as tentativas de eleições à presidência de 1989, ou seja, ampliou a sua política de alianças, e, para tanto seria necessário moderar o conteúdo programático de suas plataformas eleitorais. Neste sentido, o PT converteu o tipo de composição e articulação de governo, passando do núcleo histórico do *campo democrático e popular*, para a *expressão partidária do campo em governo*. O resultado suscitou importantes alterações nas relações entre suas expressões *partido, governo e movimento sindical*.

Aproveitando as “reformas políticas” do governo FHC, o governo Lula da Silva projetou para além das demandas sociais e das exigências do capital financeiro, cedendo às pressões dos segmentos *fisiológicos* da política brasileira: (a) atendia as exigências de mercado no sentido de evitar riscos de uma desestabilização financeira e, conseqüentemente, política e (b) assumindo uma agenda social de impacto. O Programa Fome Zero foi, quanto a isso, a iniciativa de maior destaque. No campo de governo, preservou a estabilidade monetária, seguido de reformas (com destaque para a Previdência Social, que havia se iniciado no governo Cardoso) voltadas ao crescimento econômico, a partir da valorização do salário mínimo e políticas que preservassem o pacto social.

Ao sindicalismo apresentaram-se duas opções: (a) consolidação da autonomia sindical, apto às disputas e às oportunidades políticas e institucionais (consideradas “inéditas” ou (b) creditar ao governo o fundamental da iniciativa da política sindical, que significaria na prática, tornar-se parte dele. A primeira opção poderia implicar na cisão das bases de apoio ao governo, resultado em perdas ao sindicalismo, no que se refere à sua “oportunidade histórica”. A segunda opção poderia comprometer a própria representatividade e autenticidade sindical, tornando-o movimento de “chapa branca”, de difícil sustentação porque o governo (e sua expressão partidária) estaria assumindo compromissos contraditórios com as suas reivindicações históricas.

Todavia, a crítica em relação às oportunidades políticas ao sindicalismo serem “inéditas” e “históricas” vem no sentido de apontar a cumplicidade do movimento sindical com a reforma do capitalismo, a despeito da trajetória de disputas classistas no interior do movimento, ainda na década de 1980, ocasião em que se começam a esboçar o alinhamento do sindicato com as centrais internacionais reformistas de apoio ao capital, como no caso da CIOSL e o enquadramento do sindicato, submetido à corrente conciliatória do PT, a “Articulação”. Portanto, a primeira oportunidade histórica e inédita seria vencer a luta anti-classista no próprio interior do movimento sindical.

Em meio às tensões, o sindicalismo da CUT, FS, SDS e CGT estiveram ao lado do governo Lula da Silva, no diálogo (e não parceria, como no governo Cardoso). Pelo governo Lula da Silva foram criadas instâncias políticas de participação que envolveria o movimento sindical com sua plataforma política mais ampla: foram criados organismos tripartites, como o *Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social* (CDES) e o *Fórum Nacional do Trabalho* (FNT). Ambos deveriam discutir as reformas previdenciária, tributária, trabalhista e sindical, na tentativa de construir consensos em torno das questões mais polêmicas e de minimizar uma eventual reação dos trabalhadores às políticas a serem adotadas.

O CDES tinha a função de *assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas a um novo Contrato Social*⁶³.

A nomeação dos seus membros foi realizada pelo presidente da República, totalizando 93 integrantes: 11 representantes do governo federal e 82 membros da sociedade civil, com igual número de suplentes. E, com o prestígio do presidente, concebido pela sua capacidade de articulação (e não por carisma), o Governo articulou as maiores expressões dos segmentos empresarial, sindical, intelectual, religioso, entre outros.

Nos seus primeiros anos, o CDES discutiu e se posicionou sobre as Reformas Previdenciária, Tributária, Sindical e Trabalhista e sobre questões referentes ao desenvolvimento nacional que resultaram, por sua vez nas “Cartas de Concertação”. (URL: <http://www.presidencia.gov.br/cdes>)

Todavia, ao final do primeiro ano do mandato do novo governo, o Conselho perdeu relevância.

⁶³ Na argumentação de Tarso Genro (2003): “a tradição política do país é a da conciliação das elites e não da concertação social”. Assim, a *concertação social* proposta pelo Governo Lula “visa a mudança do ‘status quo’, não a sua preservação” (Folha de São Paulo, 06/02/2003).

O ano de 2003 foi conturbado ao funcionalismo público, em virtude da Reforma da Previdência social, que trazia em seu conteúdo: (a) a alteração no tempo de trabalho necessário para a obtenção da aposentadoria, através de uma combinação de tempo de contribuição e idade mínima, (b) o estabelecimento da taxaço dos inativos, (c) o fim da aposentadoria integral para os funcionários públicos e da paridade entre ativos e inativos, e ainda (d) o estabelecimento da criação de fundos de pensão para esse seguimento.

Do seu descontentamento, os servidores públicos que realizaram uma greve massiva contra a reforma, apesar da oposição da CUT que tentou evitá-la resultando, por sua vez no anúncio da criação de uma Central de Servidores Públicos (GALVÃO, 2009).

Outras medidas afetam especialmente os funcionários públicos. Apesar da instauração de mesas setoriais de negociação em 2003, destinadas a discutir reajustes salariais e plano de carreira, os servidores reclamam que não são efetivamente ouvidos e que muitos acordos celebrados não são cumpridos. Nesse sentido, a negociação seria mais formal do que a expressão de uma “democracia participativa”. Além disso, o governo elaborou um projeto para limitar o direito de greve

O Fórum Nacional do Trabalho (FNT) foi lançado em julho de 2003, com o fim de tornar-se o instrumento que promoveria o pacto entre governo, trabalhadores e empresários para a *grande mesa de concertação nacional* e por onde as centrais sindicais teriam o eixo de suas bandeiras. Assim, a atualização da legislação sindical e trabalhista ocorreria *pela via da negociação* e não *pela via da imposição*.⁶⁴

No referido acima, o governo situou-se, contraditoriamente, entre os *compromissos históricos* do seu núcleo partidário (PT) e sindicalista e os *compromissos do programa* que construiu com sua base aliada. De outro lado estavam os empresários que, desde o início dos anos 1990, defendiam a *flexibilização* da legislação trabalhista, sob a alegação de que os custos elevados do trabalho favoreciam a informalidade. Do lado das Centrais Sindicais, houveram divergências sobre questões trabalhistas e sindicais, mas, ao mesmo tempo, haviam tendências a uma nova base de convergências, pelas quais as Centrais que haviam apoiado as políticas do governo FHC, se posicionaram com maior resistência à flexibilização⁶⁵.

⁶⁴ Esta foi a intervenção do então Ministro do Trabalho, Jacques Wagner. Ver http://www.pt.org.br/site/noticias_int.asp?cod=13708

⁶⁵ A nota conjunta assinada em 2003, por CUT, FS, CGT e CGTB, em oposição à flexibilização (www.cut.org.br/informacut).

Os acordos sobre a Reforma Sindical incluíram: (a) instituição do contrato coletivo, (b) legalização das Centrais Sindicais, (c) organização sindical por ramo de atividade econômica, (d) fim do Imposto Sindical, (e) substituição do monopólio da representação por um sistema de reconhecimento sindical mais participativo e plural, (f) relativização do Poder Normativo da Justiça do Trabalho, (g) ampliação do direito de greve, e (h) criação do Conselho Nacional de Relações de Trabalho.

Em meio às divergências do movimento sindical, também ocorreram manifestações contrárias de setores do empresariado⁶⁶ e de parlamentares ligados aos partidos da base aliada do Governo e dos partidos de oposição. Foi neste ambiente que se dificultou a aprovação da emenda constitucional (PEC 369/05) e para a tramitação do projeto de lei no Congresso nacional.⁶⁷

Em resposta, o Ministério do Trabalho apresentou às centrais sindicais um projeto de lei propondo o seu reconhecimento com um critério de representatividade mínima de 100 sindicatos e a comprovação de uma representação de 5% dos trabalhadores filiados a sindicatos no país., no que resultou a Lei nº 11.648, aprovada em março de 2008, possibilitando as centrais nacionais (a) elaborar e coordenar as políticas gerais de ação das entidades sindicais a elas filiadas e (b) atuar em nome da generalidade dos trabalhadores nos fóruns, colegiados de órgãos públicos tripartites, com uma representação proporcional ao número de filiados, e a partir dos requisitos mínimos de representatividade. Assim, o projeto previa o direito das Centrais receberem 10% do total da Contribuição Sindical recolhida dos trabalhadores. (GALVÃO, 2009)

Através da composição tripartite as ações sindicais se pautariam no sentido de democratizar as relações de trabalho. E isto aconteceria por meio da adoção de um modelo de organização sindical baseado em liberdade e autonomia, capaz de atualizar a legislação do trabalho, que supostamente seria compatível com as novas exigências do desenvolvimento nacional. Em outras palavras, se trataria de estimular o diálogo e o tripartismo e assegurar aquilo que o Estado burguês entende por justiça social no âmbito das leis trabalhistas, da solução de conflitos e das garantias sindicais.

Além do “escândalo do mensalão” que implicou na subserviência do governo à política fisiologista, outro momento de fortes divergências entre as centrais sindicais e o governo ocorreu por ocasião da Reforma da Previdência, que incidiu sobre o regime especial de aposentadoria dos

⁶⁶ Como ocorreu em seminário organizado pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) em São Paulo, que reuniu 350 empresários (BORGES, 2005).

⁶⁷ Fato que seria agravado pela crise do “mensalão”, envolvendo o PT, em 2004 e que se estendeu até 2005.

servidores públicos e colocou parte das centrais sindicais (e principalmente os sindicatos do funcionalismo público) contra o governo.

Havia até então a Mesa Nacional de Negociação Coletiva (MNNC) para atender as reivindicações dos servidores federais. Por ela se constituiu o Fórum Nacional da Previdência Social. Este fórum, que congregou representantes das principais instituições de empregadores, trabalhadores e setores do Governo Federal foi incumbido de realizar *conferências ministeriais*, a exemplo das áreas do trabalho e emprego, saúde, educação, comunicação, meio ambiente e cidades.

Em virtude do descontentamento dos sindicatos representativos dos servidores públicos diante das divergências apresentadas na MNNC, houve o desgaste do último ocasionando no anúncio da criação de uma Central de Servidores Públicos que por sua vez resultou no enfraquecimento da CUT. (GALVÃO, 2009)

No que se refere às corrupções do governo Lula da Silva, por elas houveram manifestações civis solicitando punições aos responsáveis, entre eles a SDS e CAT e da posição ambígua da FS e CGT⁶⁸, além da presença de entidades empresariais, OAB, e partidos de oposição (PSDB, PDT, PFL, PPS, PP, PV) solicitando punição.

Diante de tais divergências e tensões políticas, adicionados aos episódios da Reforma da Previdência, uma parcela desses segmentos rompeu com a estrutura sindical e formou uma nova entidade intersindical, a CONLUTAS, sob hegemonia do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU. Também deixaram a CUT alguns sindicatos importantes, como o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). Na formação da CONLUTAS, o PSTU conseguiu a adesão de 16 sindicatos que se desfiliam da CUT (BORGES, 2005)

No seu aspecto mais amplo, o sindicalismo se posicionou criticamente em relação à política econômica, considerada conivente e passiva diante do capital financeiro. Mas essas críticas diminuíram no que se refere aos indicadores de emprego, de salário, de investimentos em políticas sociais, pois havia aspectos favoráveis aos trabalhadores.

Neste sentido, com a adoção por parte do governo de uma política de recuperação do poder de compra do Salário Mínimo – após o tímido reajuste obtido em março de 2003 (equivalente a 1,23% de aumento real) – as centrais sindicais se uniram em campanha nacional pelo aumento no

⁶⁸ Ambíguo, porque haviam assinado outras manifestações com a CUT e MST e entidades reunidas pela Coordenação dos Movimentos Sociais a “Carta aos trabalhadores e à sociedade brasileira”, de 11 de julho de 2005.

valor de referência do salário. E, nos anos de 2004 a 2006 realizaram três marchas a Brasília, que resultou no seu aumento em 2005. Também como resultado, foi designada a criação de uma Comissão Quadripartite (por representantes do governo, dos trabalhadores, dos empregadores e dos aposentados) visando elaborar uma política permanente de valorização da referida base salarial.

Conclui-se que o sindicalismo tem levado um posicionamento confuso e ambíguo nestas duas últimas décadas. Primeiro, por conta da sua inabilidade em promover reflexão e ação frente à alteração promovida pela reestruturação produtiva. E segundo, de ordem política, em relação ao governo federal, seja na condição de opositor “histórico” (a) na política sindical diante da elaboração de propostas da força de trabalho e (b) na política nacional e institucional, (b.1) diante do governo Cardoso e (b.2) diante do governo Lula da Silva.

Quanto aos ganhos sociais até agora empreendidos, parte deles resulta das ações sindicais. Entretanto, se no período anterior o movimento sindical se encontrava em uma posição de *resistência defensiva*, quando se tratou de enfrentar a política nacional comandada por Lula da Silva, o sindicalismo se manteve de forma *passiva* e de expectativa frente às iniciativas de concertação nacional. Comparando-se os contextos da primeira década de 2000 com os anos 1990 (e, principalmente, dos anos 1980), percebe-se que o sindicalismo perdeu grande parte da sua condição de protagonista político.

Há, portanto dificuldades dos sindicatos em conduzir reflexões, elaborar estratégias, alternativas e motivar os assalariados diante das políticas de modernização da organização do trabalho, pois o sindicalismo dos anos recentes está imerso numa situação contraditória. Todavia, é ao mesmo tempo uma instituição sólida, mas que pouco acrescenta à transformação social.

3.3 Postura do sindicato

A nova organização do trabalho se fez sentir desde o início de sua implementação na região do ABC paulista, que serviu como agente de influência e também determinando os rumos das inovações, os impactos e exigências da reestruturação produtiva no Brasil.

Especificamente em 1992, o Dieese realizou uma pesquisa com trabalhadores de 40 empresas que implementaram algum tipo de terceirização, tomando por base empresas alguns ramos de atividade em diversos estados brasileiros, resultando nos seguintes dados: 52,5% pertencem ao setor metalúrgico, 15% ao setor elétrico, 12,5% nas companhias telefônicas,

7,5% no setor de vestuários, 5% no setor bancário e 2,5% ao setor de petróleo. (SOARES, 1998, p.177).

E os efeitos foram constatados nas empresas: houve diminuição dos benefícios sociais na ordem de 72,5%, os salários mais baixos atingiram 67,5%, ausência de equipamentos e falta de segurança/insalubridade em 32,5%, trabalho menos qualificado em 17,5%, trabalho sem registro atingiu 7,5%, perda de representação sindical chegou a 5%, a jornada mais extensa chegou em 5%, empresas que mantêm subcontratação temporária em 47,5%, empresas com planos de terceirização em 65% e empresas com acordo com sindicato sobre terceirização em 5% (DIEESE, 1993, apud SOARES, 1998, p. 178)

A postura adotada pelo movimento sindical em face da reestruturação produtiva, a terceirização e às inovações técnico-organizacionais implicou na passagem de um tipo de *sindicalismo de confronto* a um *sindicalismo de negociação*, de *diálogo* e de *concertação* com o capital e a política adotada de caráter defensivo ocorreu com o estabelecimento de acordos em câmaras setoriais, pelo “tripartismo”, entre outros. (SOARES, 1998, p. 205)

Na região do ABC paulista, as montadoras e indústrias de autopeças sofrem grande influência do “novo sindicalismo”, ancorado na CUT. E entre as teses que discutiam este novo momento de relação entre capital e trabalho, três merecem destaque.

A primeira se refere a um sindicalismo neocorporativista, por onde o sindicalismo de concertação social estabelece acordos com a classe patronal através de câmaras setoriais.

A segunda tese diz respeito ao sindicalismo de caráter social-democrata, que concebe a política de acordos setoriais como medida tática para sair da crise. Nesta perspectiva caberia ao governo mediar o conflito e as dificuldades do novo processo de produção e gestão e, portanto, os acordos não aconteceriam através de câmaras setoriais.

A terceira tese, a despeito de reconhecer as mudanças impostas no mundo do trabalho (reestruturação produtiva, organização do trabalho vivo, política sindical, etc.) procura manter a noção de que o sindicalismo ainda estaria voltado para os interesses históricos da classe trabalhadora com abrangência internacional e que o trabalhador coletivo deve avançar para além das fronteiras impostas pelo capital e, neste sentido não se submeteria à setorialização.

Os traços característicos destes três tipos de sindicalismo se referem respectivamente ao modelo inglês, social-democrata de negociação (que fora atingido pelo neoliberalismo) e o modelo *japonês do sindicato-casa*, (ANTUNES, 1996, apud. SOARES, 1998, p. 206-207), e, em

todos eles não há retomada da combatividade dos trabalhadores, pois isto ocorreria com a desburocratização, desverticalização do sindicato e pela incorporação da força de trabalho dos que sofreram as ações da reestruturação produtiva (precarizados e terceirizados), ou seja, em política contrária ao que propõe o neocorporativismo da CUT e o “sindicalismo de resultados/negócios” da Força Sindical. (ANTUNES, 1996, apud SOARES, 1998, p. 206-207)

De acordo com Salerno (apud SOARES, 1998), o comportamento do movimento sindical brasileiro pode ser analisado a partir de três posturas:

A primeira que se refere a um aparente discurso radical do sindicato, que deixa aos níveis de direção da empresa a prerrogativa de definir, unilateralmente, os rumos da estrutura da gestão, uma vez que ao sindicalismo caberia discutir as questões do socialismo. No mesmo contexto, existiria, de acordo com Salerno, o “sindicalismo pelego” que, embora politicamente minoritário, teria resultados semelhantes aos primeiros, mas que se diferencia pela incapacidade política de enfrentar o problema da transformação do trabalho. (SOARES, 1998, p. 208)

A segunda postura é aquela considerada, de acordo com Salerno, predominante no sindicalismo brasileiro, qual seja a de negociar para minimizar impactos e que se caracteriza por atuar sobre os projetos já consumados pelos empresários e que estão atrelados à dinâmica da reestruturação produtiva. Então o sindicalismo atua no nível da distribuição dos ganhos de produtividade, manutenção do emprego, na “exigência” de treinamentos, entre outros. (Idem)

A terceira postura intenta antecipar as negociações para evitar maiores perdas, e tem como principais estratégias: (a) estabelecer critérios de reestruturação e negociá-los e (b) negociar com projetos próprios no sentido de ditar como se pretende realizar o trabalho. Tais estratégias passam pelas experiências das comissões de fábrica e delas para a negociação. (SOARES, 1998, p. 209)

Cabe ressaltar que a segunda postura apresentada por Salerno (apud SOARES, 1998) é considerada pelo sindicalismo brasileiro como aquela que apresenta um discurso “agressivo”. No entanto, o que se averigua é que o sindicalismo faz exigências que o torna partícipe e cúmplice da nova etapa do capitalismo. E, na tentativa de inverter o discurso, apresenta à base de trabalhadores os resultados da negociação com os empresários como se fossem conquistas dos próprios trabalhadores diante do capital, quando de fato retratam a adequação do trabalho vivo à superexploração dada pela reestruturação produtiva.

Dentre as mudanças em curso, a terceirização, acrescida de práticas de gerenciamento, inovações técnicas e organizacionais constituem-se em componentes importantes da reestruturação produtiva.

Consolidou ainda a contradição que se expressa na especialização com desespecialização. Este novo modelo exige um operário multifuncional e polivalente designado para a organização do trabalho e o processo de gestão da produção ao passo que antes, no modelo fordista (e no caso brasileiro pré-fordista) a racionalidade do trabalho visava atacar o saber complexo dos operários objetivando reduzir seus poderes sobre a produção e aumentar a intensidade do trabalho.

Então, uma pequena parcela de trabalhadores consegue se qualificar tecnicamente (em curtíssimo tempo) para operar os comandos numéricos computadorizados (CNC), cujo instrumento substitui parcela expressiva dos trabalhadores que estavam na linha de montagem, e, portanto, um trabalhador controlaria um equipamento que sentenciava o desemprego de muitos.

Diante deste novo quadro, o sindicalismo mostrou a sua fragilidade política, no tocante a lidar com a precarização dos serviços, com os altos níveis de desemprego, baixa salarial e quebra da identidade do movimento operário.

Se o quadro dos anos 90 inverteu a tendência histórica nas relações de trabalho, caminhando para a *informalização* crescente e para um padrão cada vez mais precário, por sua vez os sindicatos se encontravam fragilizados e cada vez mais pulverizados.

Então, qual é o sindicalismo dos anos 2010?

3.4 As bandeiras do sindicalismo atual

O sindicalismo brasileiro acumula alguns desafios e tem procurado conduzir reflexões, elaborar estratégias, alternativas e motivar os assalariados diante das políticas de modernização da organização do trabalho.

O cenário político e econômico do Brasil desde 2004 desponta o equilíbrio macroeconômico, de dinâmica distributiva e de desconcentração regional. Isso traz outras perspectivas para o país. Através dele, o governo tem atuado para construir espaços de negociação para se formular propostas, projetos e políticas. Os atores sociais passam a ocupar espaços previstos constitucionalmente e, em alguns governamentais com caráter deliberativo (como o CODEFAT e o Conselho do FGTS).

Neste sentido, o movimento sindical tem participado de espaços bilaterais, trilaterais e multipartites formulando propostas para enfrentar a crise internacional de 2008/2009, para: (a) fortalecimento do mercado interno, (b) manutenção das políticas de renda e reforço das políticas sociais, (c) contrapartidas sociais e trabalhistas nos investimentos e (d) desonerações fiscais, entre outras.

Quando se trata de lidar com os informais, a proposta conjunta é a de que as ocupações informais, não tipicamente assalariadas, devam adquirir status através de um sistema de promoção e proteção social constituídos.

O entendimento do movimento sindical é de que o crescimento econômico por si não traz o desenvolvimento defendido pela classe trabalhadora, pois seria necessário disputar um modelo de desenvolvimento voltado à distribuição de renda e a valorização do trabalho com capacidade de se desdobrar em políticas sociais (educação, saúde, assistência, previdência, habitação e mobilidade urbana).

Para realizar a ação conjunta, as seis Centrais Sindicais reconhecidas pelo critério de representatividade definido em Lei (CUT, Força Sindical, UGT, NCST, CTG e CGTB) tem se movimentado, sobretudo a partir de marchas⁶⁹ e debates políticos. Através das seis “Marchas da Classe Trabalhadora”, por exemplo, as centrais organizaram uma pauta de questões gerais e estruturantes de uma estratégia de desenvolvimento que tem o trabalho como elemento central.

Dessas mobilizações houve: (a) negociações dos reajustes e aumentos do salário mínimo e da tabela do imposto de renda e (b) Acordo Nacional, que fixa as regras para o reajuste do salário mínimo, transformada em Projeto de Lei pelo Executivo e em tramitação no Congresso Nacional.

Nas duas Marchas, a questão central pautada foi a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, cujo tema é central para aquilo que o movimento sindical compreende como *disputas distributivas entre capital e trabalho*.

No dia 1º de junho de 2010, as cinco Centrais Sindicais (CUT, FS, UGT, NCST, CTB e CGTB) realizaram uma grande assembléia da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora no estádio municipal do Pacaembu, em São Paulo, e que reuniu cerca de 20 mil pessoas. Nesta ocasião, foi apresentada a *Agenda da Casse Trabalhadora para um Projeto Nacional de Desenvolvimento com Soberania, Democracia e Valorização do Trabalho*. Antes mesmo, em

⁶⁹ Algo semelhante já havia ocorrido com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), quando a entidade realizou o “Grito da Terra”.

2007, as mesmas Centrais Sindicais, acrescidas da CGT, SDS e CAT (que hoje compõem a UGT), elaboraram a *Agenda dos Trabalhadores pelo Desenvolvimento*. O documento de 2007 possuía características semelhantes ao de 2010.

O documento procura servir como *referência para a ação conjunta do movimento sindical* e vem orientando muitas das intervenções das entidades.

Outras instâncias que têm reunido o movimento sindical é o Fórum Nacional do Trabalho, instância na qual se debateu e negociou um projeto de reforma sindical, e o Fórum Nacional da Previdência Social, em que se discutiu a proposta de reforma da previdência. Não obstante, o DIEESE tem assessorado as ações do sindicalismo brasileiro em suas jornadas, pelas quais se pode destacar 11 questões, a partir de *posições gerais* do movimento sindical e aquelas da *agenda cotidiana*.

No primeiro grupo encontram-se:

- 1) Equilíbrio macroeconômico necessário: para dar sustentação à política monetária, fiscal e cambial;
- 2) Incremento da taxa de investimento (formação bruta de capital fixo): para patamares que garantam que a oferta caminhe na frente da demanda, através de cadeias produtivas para gerar emprego e renda
- 3) Fundos públicos e sociais e os fundos de pensão: hoje possui um ativo em torno de R\$ 700 bilhões de reais que, participam mais de três mil representantes dos trabalhadores, que deliberam sobre uso e aplicações, bem como fiscalizam a administração. Estes fundos, em boa medida, deveriam estar alocados para alavancar o crescimento com poupança interna. A partir deste ano (2011), o DIEESE apóia as Centrais Sindicais na articulação dos dirigentes sindicais que participam dos Conselhos dos Fundos Sociais.
- 4) Incremento do mercado interno pelo aumento da massa dos rendimentos (aumento dos postos de trabalho e da renda real do trabalho): para ampliar o consumo de massa, incremento interno e *valorização do salário mínimo*.
- 5) Crescimento econômico: para pleno emprego.
- 6) Centralidade do trabalho: como política de Estado exige a conformação, o aperfeiçoamento, a qualidade e a universalidade de sistemas de proteção social.
- 7) Expansão do setor de serviços e as relações (cada vez mais) interdependentes entre os setores econômicos: para a organização sindical em novas bases e com maior representatividade.

- 8) Participação direta e ativa de grupos sociais: jovens, das mulheres, dos negros e dos velhos.
- 9) Cultura, lazer e esporte: como ócio produtivo.
- 10) Meio ambiente e a mudança climática.
- 11) Igualdade: como elemento do pensamento político orientador da formulação de uma estratégia de desenvolvimento.

No que se refere à *Agenda cotidiana*, merecem destaque:

- 1) Ações para desmontar o discurso que transfere aos trabalhadores a responsabilidade pelo desequilíbrio (como dos anos 90) agora do crescimento econômico: Carteira de trabalho, compreendida como “coisa do passado”, pois o cenário de 2010 contempla cerca de 14 milhões de novos postos de trabalho com carteira de trabalho assinada.
- 2) Exigência de oferta gratuita de educação pública de qualidade desde a infância e para a educação profissional, considerando a existência de mais de 200 centros federais de educação técnica e tecnológica que estão sendo inaugurados⁷⁰. Preparar as centenas de dirigentes sindicais que recentemente passam a compor os Conselhos Administrativos do SENAI e SESC-SENAC.
- 3) Questão salarial e condições de trabalho nas negociações coletivas: há casos em que os salários fixados individualmente podem ser mais vantajosos do que aqueles determinados pela negociação coletiva, para os profissionais cuja demanda de emprego/trabalho supera a oferta. Ao mesmo tempo, o crescimento do salário mínimo está encostado nos pisos salariais de grande parte das categorias – ou revela, mais uma vez, os baixos salários praticados.
- 4) Campanhas salariais: abrir leque de alternativas para o acordo (na composição da remuneração direta e indireta e nos demais benefícios).
- 5) Trabalho sindical com as lutas salariais e de condições de trabalho: redes de trabalhadores por empresas (nacionais e multinacionais).
- 6) Acompanhar o desempenho das 1.000 maiores empresas: identificá-las nas cadeias e no território, organizar redes e planejar ações capazes de levar o enfrentamento para um novo patamar.
- 7) Terceirização: prioridade para regulamentação.
- 8) Rotatividade: o rebatimento sobre os fundos sociais, em especial o FAT e o FGTS, não são desprezíveis.

⁷⁰ O Sistema S (em especial o SENAI) arrecada R\$ 12 bilhões para investimento em tecnologia (de transferências públicas) e cobra de seus alunos valor pouco acessível se comparado ao rendimento dos trabalhadores.

- 9) Redução da jornada de trabalho: limitação das horas extras, o banco de horas, o tempo de trabalho dedicado à formação profissional estão na agenda que trata do tempo de trabalho e estão mais presentes nas negociações coletivas.
- 10) Fundamentos e as características do trabalho decente.
- 11) Previdência Social voltará para a agenda: (a) por proteção social, (b) pelo aumento da expectativa de vida e (c) pela mudança demográfica.
- 12) Segurança e a Saúde do Trabalhador: na organização no local de trabalho.
- 13) Automação, novas tecnologias e nanotecnologia (entre outros): tendência a voltar para a agenda sindical se o crescimento se confirmar.
- 14) Fluxos migratórios: espaços territoriais associados a grandes investimentos interferem no espaço do trabalho e nas condições de vida e moradia.
- 15) Constituição efetiva de um Sistema Público de Emprego, trabalho e renda: integrar territórios às políticas de intermediação, seguro-desemprego e qualificação profissional.

Tratam-se de desafios que procuram atualizar o sindicalismo a uma pauta de desenvolvimento econômico e social capaz de resguardar as demandas dos trabalhadores e, ao mesmo tempo sinalizando ações não-corporativas. Contudo precisam ser problematizados.

Certamente um destes desafios é oferecer respostas aos postos de trabalho que deixaram de existir e ao mesmo tempo atender aqueles que surgiram, considerando que a empresa flexível é horizontalizada, o que implica em sindicatos pulverizados em unidades porque as categorias de trabalho não são tão *estáticas* e sequer os operários estão concentrados, do ponto de vista da execução do trabalho. Ou seja, o trabalho alienado assume outra forma.

Neste sentido, o sindicalismo burocratizado das centrais sindicais, como aqueles legalizados hoje, além de reverem suas próprias tessituras devem lidar com outro problema, que é a cooptação do Estado em Fóruns que dirigem as bandeiras do movimento dos trabalhadores, quando deveriam ser o contrário. Esse *peleguismo* que se sustenta pela legitimidade legal não atua no sentido de compreender a nova morfologia da classe trabalhadora, que é multifacetada.

Os interesses parcelados que fracionam as centrais sindicais, seja de caráter político-ideológico ou pragmático tem de certa maneira contribuído para a obstrução das iniciativas do governo em absorver e legitimar as demandas do movimento sindical. A este respeito comenta Galvão:

A despeito de todo o debate realizado no FNT, a reforma sindical não avançou⁷¹. As principais mudanças produzidas no âmbito da legislação sindical foram o reconhecimento e o financiamento das centrais sindicais, aprovados no segundo mandato de Lula (Lei 11.648/2008)⁷². A referida lei estabelece critérios de representatividade (como a representação de, no mínimo, 5% do total de trabalhadores filiados a sindicatos no país, além da comprovação da filiação mínima de 100 sindicatos) e assegura o repasse de 10% da contribuição sindical para as centrais reconhecidas⁷³. (GALVÃO, 2010, p. 8)

O fato de existir um espaço governamental, supostamente público e acessível às deliberações para reformas sociais e trabalhistas não impede de se tornar suscetível a algumas arbitrariedades. Como aponta Galvão:

Além da reforma sindical, a reforma trabalhista também tem contribuído para alterar o cenário sindical, tanto do ponto de vista estritamente organizativo, quanto no que se refere ao posicionamento das organizações sindicais.

Embora apresente um discurso de defesa de direitos, o governo Lula não interrompeu o processo de flexibilização da legislação trabalhista, ainda que o tenha feito em ritmo menor do que o verificado sob o governo Cardoso (Galvão, 2008). Com efeito, o governo vem realizando mudanças pontuais, sem discuti-las com a sociedade, a despeito da criação de fóruns tripartites supostamente dedicados a essa tarefa, como o FNT. Assim, implementou algumas medidas flexibilizantes, a exemplo da lei do primeiro emprego via contrato de duração determinada; da contratação de prestadores de serviços na condição de empresas constituídas por uma única pessoa (a chamada “pessoa jurídica” - modalidade de contratação que pode constituir uma forma de ocultar a relação de emprego, fraudando o pagamento de direitos trabalhistas e encargos sociais); e da lei do Super Simples, que possibilita a flexibilização do pagamento de alguns direitos trabalhistas para micro e pequenas empresas. (GALVÃO, 2010, p. 11)

O reordenamento político e organizacional do sindicalismo brasileiro vêm passando, como em outras épocas, por um processo de acomodação de força política e econômica. De um lado, ocorre em virtude dos desacordos e tensões já históricos entre algumas de suas forças internas. De outro lado, e tendo em vista a reorganização sindical proposta pelo governo a partir do FNT (por meio da chamada “reforma sindical”), as forças que buscaram se adequar apresentam variações em seus posicionamentos que seguem desde o ideológico até o mais pragmático. No entanto, o que prevalece quando a central se sujeita a barganhas dirigidas pelo

⁷¹ *Após dois anos de intensos debates no FNT, em 2005 o governo encaminhou ao Congresso uma proposta de emenda constitucional (PEC 369/2005) e apresentou um o anteprojeto de lei, cuja tramitação estava condicionada à aprovação da PEC. Para uma discussão desses documentos e uma análise crítica do tripartismo, consultar: Galvão (2004, 2005, 2007a e b), Dias e Bosi, 2005. (nota da autora)*

⁷² *Embora as centrais sindicais existissem de maneira ininterrupta desde 1983, quando a CUT foi criada, não havia na legislação brasileira nenhum instrumento jurídico que as reconhecesse “de direito”. (nota da autora)*

⁷³ *Que passaram, assim, a receber metade do montante anteriormente destinado ao Ministério do Trabalho e Emprego. (nota da autora)*

Estado ou por empresários é a sua participação nos recursos disponibilizados nestes fóruns e, portanto, a cooptação se torna um mero fato negocial.

Da mesma forma, ao reconhecimento que adquirem ao se associarem a tais medidas que normatizam a existência das centrais no país – como aferição de representatividade, estabelecimento de patamar mínimo de filiação e dotação financeira – redefinem as atribuições e prerrogativas deste sindicalismo.

Então, a passagem do reconhecimento político, do qual as centrais já dispunham, para o reconhecimento jurídico (e financeiro), obviamente implicar em direitos e deveres. Seja como for, para setores do sindicalismo isso pode limitar a organização e as ações das centrais, enquanto que, para outros, é um passo fundamental para a mudança da estrutura sindical. De todo modo, torna-se possível acessar outra chave interpretativa, qual seja, que os trabalhadores podem articular movimentos no interior ou na externalidade das limitações legais, no caso de se sentirem prejudicados por elas.

Há atividades pelas quais a compreensão do sindicato de base fordista não atinge como o setor de serviços onde o trabalho é majoritariamente feminino (telemarketing, por exemplo), cujos trabalhadores são jovens e solteiros. Então, como este jovem entende o espaço de trabalho? É um local de sociabilidade, mas que não representa seu lar, *mas que deveria*, sob a ótica da luta de classes, entender como seu espaço de atividade produtiva, por onde o conhecimento e as relações sociais se reproduzem. Portanto desqualificar o sentido *marketeiro* e empresarial de *vestir a camisa da empresa*.

Compreender o processo de trabalho a partir da dominação dos meios de produção representa assim a primeira ação sindical no sentido de se formar a consciência de classe do trabalhador.

Destaque-se que, da mesma forma que o partido político – que desfruta do poder legal-burocrático, a despeito de seu discurso contestador sob o propósito de chamamento à classe ou como termômetro da democracia (burguesa) – o sindicato também precisa identificar mecanismos de aproximação e absorção do trabalho vivo que sejam capazes de desmembrar o *iluminismo* do capital e persuadir pela ação de novas táticas. Isso ocorre para além das bases do trabalho, mas que mantém a centralidade do mesmo, uma vez que a locomoção ou acesso ao bem material de uso se dá a partir da atividade produtiva.

Há que se fazer uma consideração do ponto de vista epistêmico, qual seja, que o processo de reeducação, a estabelecer outro tipo de sociabilidade, que não a do capital, implica em desconstruir certezas que se reproduzem, sobretudo na esfera do consumo. A rigor, a resistência às mudanças se faz pela presença do *novo* e do *desconhecido* que, no seu momento não pode ocorrer se não houver algo a colocar no lugar do velho.

CAPÍTULO IV

AS GREVES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

A ação grevista é por excelência um instrumento “radicalizado” do ponto de vista de sua institucionalidade, uma ação coletiva de base de trabalhadores em processo de mobilização e pela qual o sindicato de determinada categoria deve atuar através concretizando-a após ter considerado os resultados de negociação dos interesses entre as classes, grupos e subgrupos dispostos no processo. Também é o instrumento último porque acarreta ao trabalhador grande número de privações, e, portanto, adota distintos comportamentos.

O presente capítulo trata do desenvolvimento das greves nas suas distintas fases. E, para tanto, destaca-se o primeiro momento em que as greves que marcaram o Brasil, registrando a passagem da ação direta do anarco-sindicalismo até 1930 3 deste período aos anos de 1970, momento em que surge o *novo sindicalismo*, de caráter combativo.

Posteriormente são realizadas as análises das greves em subperíodos, face às mudanças nas relações de trabalho. Este é o momento de retrocesso do movimento grevista, cujas pautas seguiram da reivindicação para a proposição e consenso com o poder público e o capital.

A análise é realizada a partir das pautas do sindicalismo, da intensidade das greves e as suas formas bem como identificando os setores atingidos.

Para tanto, são discutidas as diferenças entre o setor público e setor privado e entre os diferentes setores. E pergunta-se:

Os professores têm maior peso no funcionalismo público?

Verifica-se ainda a EC 45/2004 e a PEC 369/05, que tratam da negociação coletiva e do direito de greve, perguntando-se: *o que muda? Qual é a posição das centrais?*

Para encerrar o capítulo, a análise explora algumas questões, a saber:

Os sindicatos funcionam enfocando o essencial da luta e das reivindicações sobre o contrato de trabalho (salário, jornada, garantia de emprego) sobre as condições de trabalho?

A persistência do desemprego, acompanhada da precarização dos empregos implicou na luta e reivindicação sindical sobre o emprego?

Os sindicatos têm força para influenciar o emprego e a organização do trabalho?

Estas questões são analisadas segundo a organização do trabalho, e, portanto sobre a: distribuição e gestão do tempo de trabalho; definição de tarefas; divisão e conteúdo dos postos de

trabalho, qualificação, cadência e ritmo de trabalho, organização do coletivo de trabalho, relação entre trabalho individual e coletivo.

4.1 Greves

A manifestação paredista ocorreu em distintos momentos da história da industrialização e do trabalho no Brasil.

Industrialização e desenvolvimentismo: greves raras	
1888-1900 Abolição – fim do século (a)	2
1901-1914 Pré-guerra (a)	9
1915-1929 Da guerra à crise de 1929 (a)	8
1930-1936 Vargas – Primeira fase (a)	12
1937-1944 Estado Novo (a)	1
1945-1964 Democracia (populismo) (b)	43
1965-1968 Militares (Castello – Costa e Silva) (b)	13
1969-1977 Militares ("duros") (c)	–

Fonte: NORONHA, E. G. *Ciclo de greves, política e estabilização: Brasil, 1978-2007*. São Paulo: Lua Nova, 2009, n° 76.

No entanto E. Rodrigues apresenta outros dados acerca do primeiro período de greves no Brasil.

O período descrito por Edgar Rodrigues encontra-se num momento de completa inexistência de legislação que garantisse a qualidade da força de trabalho. Mas isto por, si, não responde às manifestações grevistas e combativas.

A passagem do século XIX para o século XX representa um período de ascensão do pensamento e práticas revolucionárias, e no caso brasileiro, impulsionadas pelo anarquismo e mais especificamente pelo anarco-sindicalismo diante de um Estado liberal com burguesia agrária e capitalismo industrial incipiente. A este respeito, deve-se destacar que a Confederação Operária Brasileira (COB) de orientação anarco-sindicalista, mantinha a pauta da I Associação

Internacional dos Trabalhadores (AIT), de orientação anarquista, sobretudo pela resolução do seu I Congresso, no ano de 1906.⁷⁴

A organização sindical, embora sem apoio das instituições públicas, desenvolvia práticas de solidariedade entre os trabalhadores; ao mesmo tempo computavam o custo e carestia de vida dos trabalhadores e boicotavam o pagamento de impostos. O recurso que seria destinado ao poder público passa a ser destinado ao que hoje se conhece por políticas sociais, construção de escolas populares com projetos de educação integral, bem como à estruturação de projetos de organização das famílias dos trabalhadores.

⁷⁴ Outro aspecto pouco observado pelos estudos do período diz respeito ao posicionamento ideológico dos sindicalistas. Embora o anarquismo sindicalista predominasse no seio da COB, uma ramificação do anarquismo desdobrava-se em proposições políticas inspiradas pelo comunismo russo, pela experiência da rebelião dos marinheiros de Kronstadt em 1921 (sufocados pelo bolchevismo de Lênin). A proposição de sindicato e greve dado pelo anarco-comunismo terá proximidade com o sindicalismo revolucionário da CGT francesa. Na tentativa de justificar o episódio, Lênin concedeu uma entrevista cedida ao correspondente do *New York Herald* e publicadas nesse periódico em 15 de março de 1921. Essas notas podem ser lidas nas Obras Completas de Lênin, 5. ed., t. 43, p. 130.

AS GREVES — DE 1720 A 1935

Ano	Número de greves	MOTIVOS					SOLUÇÕES			
		Defesa	Solidariedade	Horário	Salário	Diversos	Êxito	Acordos	Derrotas	Indefinidas
1720-1900	34	11	2	1	19	1	15	10	6	3
1900-1910	111	34	6	11	44	16	45	16	20	30
1910-1920	258	62	33	59	65	39	56	34	27	141
1921-1930	114	41	7	13	38	15	49	19	16	30
1930-1935	56	17	1	3	30	5	22	11	13	10
Total	573	165	49	87	196	76	187	90	82	214

ESCLARECIMENTOS:

- 1.º — Não se incluem as greves dos anos 1017-18, tratadas pelo autor noutra obra.
- 2.º — Este trabalho não esgotou o tema: **AS GREVES OPERÁRIAS NO BRASIL**. Restam ainda muitos elementos para futuros pesquisadores.
- 3.º — Nas greves sobre salários, incluem-se as para obter aumento e para reclamar salários atrasados.
- 4.º — Nas greves de defesa, incluem-se as de dignidade, por higiene, contra maus tratos e de protestos contra arbitrariedades patronais e policiais.
- 5.º — Em **DIVERSAS** e **INDEFINIDAS** incluem-se as que não conseguimos apurar seus objetivos nem encontrar documentos dignos de crédito sobre os resultados finais.
- 6.º — Em todos os documentos e manifestos, conservamos, na íntegra, todos os seus textos, incluindo a ortografia da época.

Fonte: Rodrigues, Edgar. *Trabalho e Conflito. Pesquisa Histórica: 1900-1935*. RJ: edição de Edgar Rodrigues, Manuel Matos, Manuel Ramos, Victoria Ramos e Fernando Neves, 1977, p. 371.

O destaque fica para o período que compreende os anos de 1910 e 1920. O total de greves deste período representou cerca de 50% das greves computadas desde o ano de 1720 e 1930, início da regularização da força de trabalho no Brasil. E suas derrotas foram em número também inferior à totalidade do período de 1720 a 1935.

Pode-se dizer que o baixo, ou incipiente industrialismo brasileiro contribuiu para o fato de a burguesia luso-brasileira estar “desarmada”. No entanto, isto não responde à capacidade de ação

dos trabalhadores. A despeito deste tema não ser objeto da pesquisa, cabe destacar que a relevância das lutas significou ao mesmo tempo organização de sindicatos livres e formação de um pensamento combativo, os quais seriam cooptados pelo getulismo dos anos de 1930.⁷⁵

Cabe lembrar que o ano de 1917, entre os dias 09 e 16 de julho na cidade de São Paulo, ocasião em que a paralisação mobilizou cerca de 100 mil trabalhadores e ficou conhecida como a “Semana Trágica”, ecoando pelo estado e inspirando ações no país. (LOPREATTO, 2000, p. 46)

As condições de trabalho nas indústrias e oficinas de São Paulo não atendiam as determinações da lei, que estabelecia que “as salas de trabalho serão instaladas de modo que sejam perfeitas a ventilação e a instalação”⁷⁶, o que levava muitos trabalhadores, em especial mulheres e crianças sujeitos às doenças provocadas pela insalubridades e num ambiente de trabalho excessivo, tornando muitos trabalhadores vítimas das engrenagens das máquinas que os deixavam mutilados e inválidos.

Entretanto, a história do crescimento econômico brasileiro mostrou que o crescimento acelerado do produto, mesmo em condições macroeconômicas favoráveis, não foi suficiente para garantir a elevação dos salários de base, este que apresentou patamares consistentes nos anos de 1950, cujo maior valor foi alcançado durante a industrialização no governo JK, em 1959, obtido em meio ao rápido crescimento do produto e do emprego, cujos esforços foram no sentido de garantir que os preços diretamente vinculados à cesta de consumo dos trabalhadores de base evoluíssem lentamente.

Já o declínio do seu poder de compra ocorreu com maior constância que, desde sua instituição nos anos de 1940.

A partir do Golpe Militar de 1964, mesmo com o “Milagre Econômico”, ou nos marcos do II PND, com taxas elevadas de crescimento econômico, forte expansão da produtividade e do emprego, elevação da arrecadação e do gasto público, o SM foi brutalmente contido. (DOS SANTOS; GIMENEZ, 2005, p.94)

⁷⁵ Não apenas isto, pois que serviria de inspiração para outra organização sindical brasileira do século XXI, a Intersindical, um desdobramento de setores descontentes com a CUT e o posicionamento do sindicalismo brasileiro, sobretudo após a vitória do governo Lula da Silva. Como visto anteriormente, a A CUT enquanto barco sindical do PT e do atual governo federal vem sendo gerenciado por um histórico membro desse partido, e que acaba de transferir a pasta do Planalto a herdeiros de mesma escola. Por intermédio da cooptação política submetida à concessão de cargos em comissão, a CUT coadjuva o papel dos quadros do governo na cooptação de classe das lideranças das outras centrais sindicais contra os intransigentes sindicatos cujas lideranças não se submeteram ao ordenamento do capital.

⁷⁶ “Regulamento do Serviço Sanitário do estado de São Paulo. Decreto nº 2.141 de 14 de novembro de 1911, art. 165”. LOPREATTO, op. cit., p. 77.

Este período é ilustrativo da problemática do salário mínimo, considerando que os dados apresentados por pesquisadores tinham que, na década de 1970 o percentual de pobreza reduziu quase que pela metade, de 68% neste período, para 35% na década seguinte, com redução absoluta de 61, 1 milhões para 41, 3 milhões de pobres, mesmo com um crescimento demográfico de 2,5% a.a.⁷⁷ (ROCHA, 2004, apud DOS SANTOS; GIMENEZ, 2005, p.94)

Também no final da década de 50, surge outro tipo de dificuldade, dado pela implicação do êxodo rural e crescimento das metrópoles, sem a contrapartida do incremento da produção agrícola.

Concomitantemente, as políticas desenvolvimentistas promoveram a transferência de renda do setor agrícola para o industrial e dos consumidores para os investidores, públicos e privados. O resultado foi a inversão populacional com êxodo rural e crescimento do consumo de bens industrializados. No entanto, de acordo com a política econômica keynesiana, para que o consumo das famílias tivesse expansão, o salário deveria ser compatível com a escalada da produção. Como isto não ocorreu, as manifestações dos trabalhadores se fizeram tendo como principal bandeira o reajuste salarial.

Entretanto, a história do crescimento econômico brasileiro mostrou que o crescimento acelerado do produto, mesmo em condições macroeconômicas favoráveis, não foi suficiente para garantir a elevação dos salários de base, este que apresentou patamares consistentes nos anos de 1950, cujo maior valor foi alcançado durante a industrialização no governo JK, em 1959, obtido em meio ao rápido crescimento do produto e do emprego, cujos esforços foram no sentido de garantir que os preços diretamente vinculados à cesta de consumo dos trabalhadores de base evoluíssem lentamente.

Para se ter idéia, nos anos 50, os produtos de origem animal tiveram os preços majorados em decorrência da escassez. O abastecimento das cidades ainda utilizava métodos arcaicos de comercialização e sofriam com a deficiência nos transportes bem como com as conseqüências de

⁷⁷ Há que se fazer uma observação. Os dados oficiais podem ocultar o papel da luta de classes quando procura transmitir a suposta possibilidade de se eliminar a pobreza pela ascensão do estrato inferior na cadeia produtiva. Primeiro, é necessário ter clareza da orientação metodológica da qual se utiliza, bem como do que é “pobre” no modo de produção capitalista e quem pode estar caracterizado nesta faixa (bem como definir a classe média). Segundo, os dados podem sugerir que o capitalismo, na sua fase ascendente, legítima, do ponto de vista econômico, o significado e o papel de justiça social, pois supostamente conferiria aos estratos inferiores o acesso aos bens materiais, que, no entanto não serão os bens suntuosos.

um congelamento de preços que atingia apenas alguns ramos da produção agrícola. O crescimento extensivo da agricultura associado à baixa produtividade e à monocultura se tornaram a justificativa para a inflação de preços dos produtos da cesta básica do trabalhador.

Por sua vez, o poder de compra do salário mínimo começou a cair a partir de 1958. Em 1955 o salário mínimo fora reajustado 14,7% acima do custo de vida. Em 1959 essa relação caiu para 3,0% e em 1969 o salário mínimo ficava 8,2% abaixo do custo de vida. (DIEESE, 1960, p.15)

Também é possível obter os números de greves apresentadas nos anos de 1951 e 1952. Em 1951 são conhecidas 174 greves envolvendo cerca de 370 mil operários, cuja maioria fazia referência ao aumento de salário, destacando-se o setor bancário de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, deflagrando uma greve que duraram 69 dias participando cerca de oito mil trabalhadores. Neste ano cerca de 550 empresas foram atingidas pelos movimentos de reivindicação. (RODRIGUES, 1993, p. 62-63)

No ano de 1952 foram computadas 265 greves, com a participação de 410 mil trabalhadores, com papel destacado aos têxteis, ferroviários, sapateiros, metalúrgicos, marceneiros e motoristas, destacando-se a greve dos mineiros de Morro Velho, no estado de Minas Gerais, apoiada pelos metalúrgicos. A maioria das paralisações referiu-se novamente aos salários, atingindo 96 greves, contra 38 por pagamentos atrasados.

Ocorreram 27 greves por solidariedade o que denota maior vínculo ideológico de trabalhadores. A este respeito, comenta Rodrigues que, segundo Venâncio Pastorini Sobrinho, o movimento operário não existia, pois estaria atrelado à direção “pelega” e aos políticos sindicalistas atrelados à ideologia do stalinismo de Moscou. (RODRIGUES, 1993, p. 64)

O ano de 1953 despertou com o aumento do custo de vida, levando à paralisação de cerca de 800 mil assalariados, com destaque para os têxteis do Rio de Janeiro por aumento de salário e dos portuários pelo pagamento das horas-extras (RODRIGUES, 1993, p. 93-95) e eclodiu em São Paulo a “greve dos 300 mil”. (MOISÉS, 1978)

As estatísticas do Ministério do Trabalho informavam a existência de 838 sindicatos, com 807.442 operários filiados e em 1956 o número de sindicatos aumentou para 1365, computando 1.340.000 trabalhadores sindicalizados, aumentando o número e federações no mesmo período, de 49 em, 1953 para 63 em 1956. (RODRIGUES, 1993, p. 120)

Em 1954, mais de um milhão de trabalhadores participaram ou foram envolvidos em greves no Brasil e novamente por aumento salarial, eclodindo, sobretudo em São Paulo e Minas Gerais, e como destaca o autor, o movimento não progredia em razão das pressões sofridas pelo reformismo do Estado e pelos sindicatos atrelados ao PCB que os empurravam aos sindicatos que dialogariam com o Estado, dificultando o avanço orgânico e ideológico do movimento grevista.⁷⁸

No ano de 1955 as greves reduziram, mas aquelas que ocorreram mantiveram as reivindicações salariais, totalizando cerca de 500.000 trabalhadores em greve. E São Paulo, pelo seu volume de indústrias, continuou como centro das greves.

Já o triênio de 1955/57 seria marcado por novos índices de greve.⁷⁹ (RODRIGUES, 1993, p. 120)

O ano de 1955 pode ser marcado também pelo surgimento da Sociedade Agrícola dos Plantadores de Pernambuco (SAPP), ou as Ligas Camponesas, que, diferentemente do PCB lutam pela reforma agrária para além das limitações legais.

Nestes anos de governo Kubitscheck e João Goulart, eleitos com o apoio do PCB, as bandeiras de greves se referiam principalmente à carestia e as negociações salariais. O destaque fica para a greve pela paridade de vencimentos entre civis e militares envolvendo cerca de 400 mil trabalhadores marítimo, ferroviário e os serviços portuários que, pelas leis 9.070 e de Segurança Nacional, não têm direito de fazer greve. Neste período, os funcionários públicos organizaram seus primeiros sindicatos, chegando a constituir 12 federações estaduais e, em 1958, fundaram a Federação Nacional dos Funcionários Públicos. (AGUENA, 2010)

Em 1957, o Pacto de Unidade Intersindical (PUI)⁸⁰ liderou uma greve que paralisou 500 mil trabalhadores em São Paulo. Em 1958, o PUI foi substituído pelo Conselho Sindical dos Trabalhadores (CST), agrupando o PUI de São Paulo, ABC, Sorocaba e o Fórum Sindical de Debates, da cidade de Santos.

Ao final do governo JK as greves recrudesceram impulsionadas pelo custo de vida e pela inflação que se acelerava. Ao surto inflacionário, somam-se: (a) a desilusão do PCB que não conseguiu sua legalidade em troca do apoio à eleição de JK e Jango; (b) a rebeldia dos oficiais

⁷⁸ Rodrigues, E., op.cit., p. 96. Segundo o autor, a imprensa registrou neste ano de 1954 mais de 1.200.000 trabalhadores envolvidos em paralisações por aumentos salariais e protestos contra a carestia de vida. Idem, p. 121.

⁷⁹ O ano de 1956 representa um processo mais acirrado de ruptura entre libertários e PCB, e também marcou as divergências internas dentro do PCB, pois existiram três correntes dentro do PCB e não duas como declarou Prestes, sendo elas (a) os Renovadores; (b) Conservadores e (c) Pântano. (RODRIGUES, 1993, p. 96).

⁸⁰ Antiga Comissão Intersindical (CIS), esta que se formou do Comando Geral de Greve (CGG) de 1953.

que aspiravam por um governo menos liberal; (c) o apoio do PCB ao general Lott; (d) a luta das entidades operárias pela supremacia sindical, e (e) a obstinação do governo em construir Brasília em curto espaço de tempo. (RODRIGUES, 1993, p. 230)

No que se refere à capacidade de mobilização dos trabalhadores observa-se que a iniciativa mais importante que houve no período dos anos de 1960 foi o movimento intersindical anti-arrocho (MIA), com várias mobilizações contra a política salarial. As greves de Contagem e de Osasco também podem ser colocadas como lutas contra a política salarial, embora sendo manifestações de greve reivindicando políticas mais amplas à classe trabalhadora que buscavam afirmar o direito de organização sindical no local de trabalho, afirmar a questão da liberdade e autonomia sindical.

A presença das diferentes correntes políticas e das militâncias no interior das empresas tinha como preocupação formar clandestinamente os trabalhadores, e tais ações vão ser a base para o surgimento de greves dos anos 70 do século XX.

É a partir deste período, sobretudo no ano de 1978, que o movimento sindical torna-se a resistência operária frente à super-exploração da força de trabalho, um dos sustentáculos do padrão de acumulação capitalista, desencadeado pelo governo militar de 1964. E a luta contra o arrocho salarial encontra no movimento grevista (impulsionados pelos metalúrgicos do ABC paulista) a referência para a mobilização da classe trabalhadora, numa ocasião em que o movimento grevista apresentava retrações (de 1978 a 1984), mas que produziam uma série de eventos de greves gerais e de greves por categorias, e ainda greves por empresas, que atingem as mais diversas expressões da classe trabalhadora e que indicam, no decorrer dos anos de 1980, o surgimento do “novo sindicalismo”.

O ciclo de greves ocorrido no Brasil entre 1978 e 1992 mostrou-se elevado no que diz respeito ao número de greves, volume de horas não trabalhadas, número total e médio de grevistas, entre outras. (NORONHA, 1998)

Esse ciclo colocou o Brasil como um dos países com maiores índices de deflagração de paralisações no globo, numa circunstância de prolongado crescimento de sua economia capitalista sob regime ditatorial em crise e que apresentava um recrudescimento da taxa anual de inflação.⁸¹

⁸¹ Caso semelhante, do ponto de vista político e econômico também passou a Espanha no mesmo período.

4.2 Novas formas de greve

Já definido o conceito de greve no início deste trabalho, cabe então encontrar tipos comuns de greves adotadas pelos sindicatos, segundo sua tipologia e forma de atuação, como a Greve Tartaruga (visando retardar o ritmo da produção); Greve Pipoca (parada alternada de seção em seção); Greve Branca (braços cruzados, sem tomar atitude); Greve Protesto (com a paralisação parcial ou total da empresa); Greve de Solidariedade (em apoio a outras categorias de trabalho); Greve Excesso de Zelo (com a utilização exagerada de tempo em determinada operação) e Greve Geral/Paralisação (que envolve toda uma região ou país).

Considerando os aspectos metodológicos, tem-se que a greve assume como caráter algumas possibilidades, quais sejam, *Propositiva*, *Defensiva*, de *Protesto* ou por *Solidariedade*.

A greve Propositiva assim qualifica-se quando são consideradas as iniciativas por novas conquistas ou avanço nas condições vigentes. Tornam-se Defensivas quando o empresariado age por motivo de descumprimento da lei ou de recusa à renovação ou ainda, por parte dos trabalhadores pela manutenção das condições vigentes. As greves defensivas podem assim ser subdivididas: (a) por descumprimento de direitos, quando as normas trabalhistas estabelecidas em lei, acordo ou convenção coletiva de trabalho não são obedecidas, e (b) por renovação ou manutenção de condições vigentes, pela manutenção ou renovação das condições vigentes, em face de ameaça de extinção ou redução.

A greve Protesto ocorre por motivos que ultrapassem o âmbito das relações trabalhistas e assim serão qualificadas e declaradas como ações paredistas pelo comando de greve. E, finalmente, a greve por motivo de Solidariedade, deflagrada em apoio ao movimento de trabalhadores de outras categorias, empresas ou setores; e, por esta razão, os grevistas, quase sempre, não têm interesse direto na pauta de reivindicação dos trabalhadores que fazem a reivindicação. (DIEESE, 2006, p. 40)

Um dos primeiros trabalhos apresentados na tentativa de sistematizar e compreender como as mudanças políticas e sociais ocorridas entre 1945 e 1990 transformaram o movimento grevista foi realizado por Sandoval (1994).

Estes elementos de descrição e caracterização geral foram estudados por Noronha⁸² (1994), autor que partiu da tese segundo a qual a ação grevista se tornou, durante a trajetória da

⁸² A tabela acima foi desenvolvida pelo autor em 2009. Ver NORONHA, E. G. “Ciclo de Greves, Política e Estabilização: Brasil, 1978-2007. SP: Lua Nova, 2009, n° 76, pp. 119-168.

economia política brasileira até os anos de 1980, no principal instrumento de redefinição das relações de trabalho no Brasil e de reconquista de espaço político aos trabalhadores.

Os dados colhidos por Sandoval levam à constatação de que a principal motivação para deflagração de greve de trabalhadores no Brasil era para obtenção de melhorias salariais.

Média anual de greves no Brasil por períodos político-econômicos

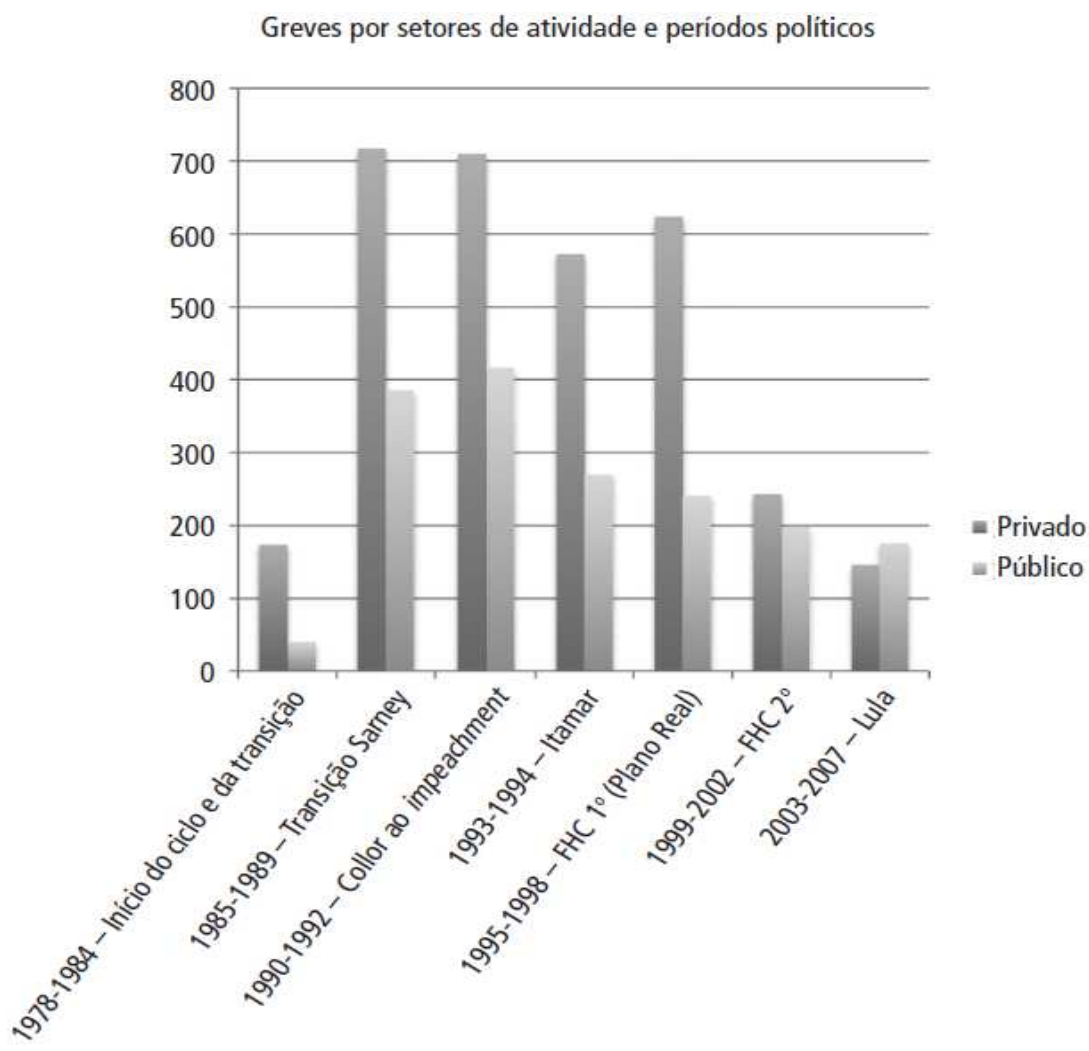
PERÍODOS	MÉDIA ANUAL
Industrialização e desenvolvimentismo: greves raras	
1888-1900 Abolição – fim do século (a)	2
1901-1914 Pré-guerra (a)	9
1915-1929 Da guerra à crise de 1929 (a)	8
1930-1936 Vargas – Primeira fase (a)	12
1937-1944 Estado Novo (a)	1
1945-1964 Democracia (populismo) (b)	43
1965-1968 Militares (Castello – Costa e Silva) (b)	13
1969-1977 Militares (“duros”) (c)	–
O primeiro grande ciclo de greves no Brasil: transições	
1978-1984 Militares: abertura e o início do 1º grande ciclo de greves (d)	214
1985-1989 Governo Sarney: o auge do ciclo na transição política sob inflação (e)	1.102
1990-1992 De Collor ao <i>impeachment</i> : greves na democracia incerta	1.126
1993-1994 O interregno de Itamar: expectativas e incertezas até o Plano Real	842
1995-1998 FHC: resistência e mudança sindical no final do 1º grande ciclo	865
A normalidade: greves na jovem democracia brasileira	
1999-2002 FHC: consolidação da economia liberal e <i>normalidade</i> das greves	440
2003-2007 Lula: das greves à presidência – da elite operária ao Bolsa Família.	322

Fontes:

(a) (Simão, 1981) *Sindicato e Estado*. Dados referem-se apenas ao *Estado de S. Paulo*;
 (b) (Sandoval, 1993) *Social change and labour unrest in Brazil since 1945*; (c) Não há informações coletadas para esse período, mas sabe-se que foram em número muito reduzido; (d) NEPP/Unicamp. Pesquisa: Acompanhamento de Greves no Brasil; (e) SAG/Dieese. Sistema de Acompanhamento de Greves.

* Este Quadro atualiza e corrige dados apresentados em Noronha (1994).

Havia ainda semelhanças entre períodos de ditadura, como do Estado Novo de Vargas e o golpe de 1964 e, segundo o autor, numa quantidade de cerca de 12 paralisações por ano com média de 01 a 02 por ano em setores tradicionais além da existência de greves descentralizadas. Estas greves tinham a abrangência de 03 a 12 dias, considerado um volume alto, comparativamente à Europa (NORONHA, 2009, p.330). No pré 1964 também houve variação expressiva no volume de greves, reflexo da industrialização dos setores mais dinâmicos e de maior composição de capital orgânico. E, entre os anos de 1978 a 1992, os dados apontam para 16.429 greves deflagradas. (SANDOVAL, 1994; NORONHA, 2009, p. 327-330)



O quadro acima (NORONHA, 2009) procura diferenciar fases do ciclo grevista, esboçando diferenças no comportamento sindical e grevista em distintos contextos históricos. Para tanto, a metodologia empregada neste trabalho apóia-se na mesma utilizada por Noronha, por onde se devem estabelecer para cada ciclo grevista alguns subperíodos, para melhor identificar as motivações políticas e conseqüentemente possibilitar a análise dos dados, segundo a efervescência de cada período: 1978 e 1979, 1980 e 1982, 1983 e 1984.

O primeiro deles está centrado nos anos de 1978 e 1979, e, por ser o início das grandes atividades grevistas em oposição ao recrudescimento do governo ditatorial, as atividades eram maiores disseminando práticas que se anteciparam às previsões do governo Geisel e Golbery. Nos anos entre 1980 e 1982 foi marcado por retração do movimento grevista em razão de alguns episódios de conjuntura política e econômica assim resumidos:

[...] o início do período recessivo, com aumento da taxa de desemprego; a instabilidade do processo de transição política, com o atentado do Riocentro; as sinalizações governamentais de que o projeto de abertura não incluiria manifestações sindicais; e o recrudescimento das relações empresariais à ofensiva sindical. (NORONHA, 2009, p. 335)

Além do período recessivo que se instaurava, as relações mais intensas de postura classista confrontaram trabalhadores e empresários, estes que passaram a se organizar mais ativamente em suas associações na tentativa de impedir a ofensiva dos trabalhadores. Da parte dos trabalhadores, houve maior esforço de organização, que possibilitou no surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), episódio que será visto adiante.

Entre os anos de 1983 e 1984 houve a retomada do movimento sindical com a ação paredista, entretanto marcado pelo fluxo que se mobilizou do setor privado para o setor público, portanto com maior intervenção do funcionalismo. Nesta ocasião, a greve passou a ser vista como recurso viável e menos sujeito à repressão que já se apresentava onerosa às lideranças políticas anteriores que pleiteavam espaço institucional num momento de construção da democracia que constataram isto por parâmetros comparativos. Com a posse do primeiro governo civil, foi consolidado o direito de greve, inserindo a prática na agenda governamental.

No período de 1978-84, a afirmação do direito sindical de defesa dos interesses econômicos dos trabalhadores era a razão de duas frentes de conflito: entre trabalhadores e empresários e entre trabalhadores e governo. A partir de 1985 o conflito passou a se dar fundamentalmente entre cada sindicato (ou associação profissional) de empregados e

as empresas ou os sindicatos patronais [...]. O mais importante, porém, era a existência do acordo informal que retirava (não sempre, mas na maioria das vezes) a ameaça da lei, e desta forma fechava uma das principais frentes do conflito entre sindicalistas e governo. Este era o ponto cuja não-solução inviabilizaria toda possibilidade de diálogo. Com a nova Constituição, o direito de greve foi reafirmado. (NORONHA, 2009, p.335-336)

Entretanto, destaca Sandoval (1994) que o ano de 1983 foi o único em que

[...] a força de greve não corresponde ao número de jornadas perdidas, quando houve um aumento, mas o coeficiente de força de greve permaneceu tão baixo quanto nos anos anteriores [...] atribuída ao fato de o indicador de jornadas perdidas ter sido fortemente afetado por greves que foram grandes no tamanho e de longa duração [...]. (SANDOVAL, 1994, p. 183)

Isto fez com que a ano de 1985 expressasse a explosão de demandas reprimidas anteriormente, ultrapassando todos os outros anos desde 1978, cujo coeficiente de força das greves foi de 227,63, comparado com 49,34 em 1980 e 29,18 em 1984. (SANDOVAL, 1994, p. 179)

Vale acrescentar que o ano seguinte foi marcado pelo Plano Cruzado e surgimento do sindicalismo de resultado, cuja expressão e fruto maior é a Força Sindical sob liderança de Medeiros.

O chamado “sindicalismo de resultados” ou “sindicalismo de negócios” está integrado aos valores do capitalismo em torno das lideranças de Rogério Magri (presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo) e Luís Antônio Medeiros (após sua eleição como presidente do Sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, em 87). Sua inspiração é o sindicalismo estadunidense e, através das ações deste modelo de sindicalismo, surgirá anos depois a Força Sindical.

A Força Sindical (FS) se formou a partir dos chamados “sindicatos de carimbo”: sindicatos pequenos, com menos de quinhentos associados, alocados em setores de pouca capacidade de pressão, dispersos pelas pequenas cidades do interior. (BOITO, 1996)

A maioria de dirigentes jamais tinha participado, até o congresso de fundação da Força Sindical em 1991, de qualquer congresso sindical. (RODRIGUES; CARDOSO, 1993, p. 40-47 e 79-81)

Embora haja coerência entre o programa da FS e o neoliberalismo a maioria dos dirigentes de seus sindicatos não tem compromisso doutrinário conseqüente com o neoliberalismo. Ideologicamente, o que os aproximam é o aspecto conservador da política pelo desinteresse em enfrentar o capitalismo sob a ótica da classe trabalhadora, bem como a atitude

defensiva frente à militância da CUT, que ameaça sua condição de diretores de sindicatos oficiais. (RODRIGUES; CARDOSO, 1993, p. 142-150) Neste sentido, a FS *está* neoliberal porque o governo é neoliberal.

Cabe lembrar que, com o fracasso do Plano Cruzado⁸³, o governo do presidente Sarney patrocinou o “sindicalismo de resultados” da FS, com Magri e Medeiros à frente, e promove a idéia de um pacto social, que foi rechaçado pela CUT. Naquela ocasião o governo Sarney colocou em prática medidas de caráter neoliberal entre elas, a privatização de empresas estatais e o controle dos gastos públicos nas áreas sociais. No entanto, permaneceu o quadro de hiperinflação, desemprego e queda nos salários.

Esta central sindical influirá na característica das mobilizações grevistas do período, como observa Noronha:

Greves curtas e ‘pragmáticas, ‘de resultados’, foram e têm sido deflagradas por sindicalistas de diversas orientações: da Força Sindical, da CUT ou das CGTs. No ano do Cruzado, porém, Medeiros tornou esse ‘estilo’ de greve como sua marca, como o símbolo de um conjunto de concepções que ultrapassavam o âmbito da greve e que ele, no ano seguinte, eleito presidente do sindicato, viria a chamar de ‘sindicalismo de resultados’. (NORONHA, 2009, 336)

As paralisações cresceram em frequência, mas reduziram seu tamanho médio quanto à duração em 75,88, ou seja, atingindo coeficiente de força de greve em 151,75, fato que se deve ao período inflacionário.

Com certeza, um dos fatores que levaram a um declínio da atividade grevista foi a redução da taxa de inflação de 235,11%, em 1985, para 65,03%, em 1986, com a introdução do Plano Cruzado. Embora a força de greve em média tenha sido inferior à de 1985, na verdade a atividade grevista se acelerou ao longo do ano, à medida que a inflação crescia. Uma vez que as formas da greve representam as médias anuais, as mudanças ocorridas no período não se manifestam de imediato. Nesse sentido, vale a

⁸³ [...] conjunto de medidas de contenção da inflação, caracterizadas por um choque heterodoxo e implementadas durante o governo Sarney, por meio do decreto lei nº 2.283 de 27/2/1986 [entre as quais se destacam]: 1) congelamento de preços nos níveis praticados no dia da publicação do decreto, inclusive o preço dos serviços; alteração da unidade do sistema monetário, que passou a denominar-se cruzado, com valor correspondente a mil unidades de cruzeiros; 3) substituição da ORTN, instituída em 1964, pela Obrigação do tesouro Nacional (OTN), cujo valor foi fixado em Cz\$106,40, congelado por um ano; 4) congelamento dos salários pela média de seu valor dos últimos seis meses; 5) congelamento do salário mínimo em Cz\$804,00 como a economia foi desindexada, instituiu-se uma tabela de conversão para transformar as dívidas contraídas numa economia com inflação muito alta para uma economia em que a inflação fosse praticamente nula; 7) criação de uma espécie de seguro-desemprego para aqueles que fossem dispensados sem justa causa ou em virtude do fechamento de empresas; 8) os reajustes salariais passaram a ser realizados por um dispositivo chamado ‘gatilho salarial’ ou ‘seguro inflação’, que estabelecia o reajuste automático de salários sempre que a inflação alcançasse 20%. (SANDRONI, 2006, p. 652).

pena observar que o declínio na forma geral da greve correspondente a 1986 só representou um prelúdio à maior atividade grevista em 1987, à medida que as ações grevistas se intensificavam ao longo do ano. (SANDOVAL, 1994, p.180)

O ano de 1987 foi marcado pelo Plano Bresser⁸⁴ no primeiro semestre e apontou para o fracasso do Pacto Social que procurava conciliar interesses de classe; entretanto outros elementos estão presentes e contribuíram para a intensificação das ações grevistas e dos conflitos atingindo a segunda onda de greves depois de 1985 a qual representou os descontentamentos contra a deterioração das relações econômicas e sociais, e, associado ao fracasso do Pacto estava a proximidade das eleições, o período ser marcado por hiperinflação. Com inflação de 1077,62% a.a. e, a despeito do número de greves retrocederem, inclusive em duração, o coeficiente de força de greve marcou 294,43, enquanto que 1987 detinham 369,08; e mesmo assim considerado alto (SANDOVAL, 1994, p. 181). Em 1989, último ano do governo Sarney, observou-se a terceira onda de greve, em oposição à hiperinflação, aumentando as disputas trabalhistas quase duas vezes em relação ao ano anterior e 1,5 vezes maior com relação à onda e greves de 1987.

Nos anos de 1990, diante da onda avassaladora de privatizações e de desmonte do aparelho produtivo nacional estruturado nos anos de 1980 houve tentativa, por parte dos sindicatos de repetir a quantidade de ocorrências da década anterior, de torná-las massivas e intensivas.

⁸⁴ *O Plano Bresser mantinha algumas características consideradas positivas do Plano Cruzado, e dizia da necessidade de realizar alguns choques de economia heterodoxa, sendo as mais importantes: 1) congelamento geral de preços e salários por 90 dias; 2) flexibilização de preços após esta primeira fase de congelamento, com reajustes mensais de preços e salário; 3) após o ajuste da flexibilização, realizaria a liberação de preços a ser regulada pelo mercado; 4) estabelecimento de um novo indexador, a Unidade de Referência de Preços (URP), fixando em NCz\$100,00 a partir de 15/6/1987, que permaneceria inalterado até o final do período de congelamento e posteriormente reajustada a uma taxa fixa determinada pela variação média mensal do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), ocorrida durante o período de congelamento. (SANDRONI, 2006, pp. 648-649)*

Participação percentual das principais reivindicações dos movimentos grevistas em relação ao total de greves dos períodos

Brasil, região urbana – Período: 1993-1997

Reivindicações	1993	1994	1995	1996	1997
Exige respeito à lei ou a acordos coletivos	23,7%	18,6%	36,8%	42,2%	43,0%
Remuneração direta ou indireta	61,5%	76,8%	49,3%	40,1%	32,4%
Participação nos lucros	n/d	n/d	9,2%	17,7%	15,1%
Reivindicações relativas a emprego	11,6%	9,7%	10,2%	9,8%	14,4%
Condições de trabalho (inclui segurança e saúde)	11,8%	8,6%	9,6%	9,8%	11,6%
Jornada de trabalho	3,4%	3,3%	4,5%	11,5%	7,6%
Relacionadas ao poder sindical	5,4%	8,2%	7,4%	2,8%	4,5%
Reivindicações políticas (não dirigidas à empresa)	6,3%	2,9%	4,4%	0,7%	3,2%

Fonte: Dieese, Banco de Dados Sindicais.

A política sindical depende essencialmente da sua capacidade de representação e, da mesma forma deve-se reconhecer que as condições nacionais institucionais foram dadas a partir da Constituição cidadã de 1988, assim como no plano da acumulação do capital internacional houve flexibilização das relações trabalhistas. Então a dúvida que permanecia até a primeira metade dos anos 2000 era se os sindicatos continuariam a utilizar a greve como recurso para obtenção de espaço político e se permanece como recurso organizacional.

Com as alterações já descritas o caminho encontrado foi de requalificar a atividade paretista, ocasionando em greves curtas e volumosas. Esta será a grande diferença de deflagração estratégica de greve entre as duas últimas décadas do século XX no Brasil.

Constatarem-se ainda alterações no interior da estrutura produtiva, bem como na atividade e, seguindo as alterações do padrão fordista-taylorista, também na geografia industrial.

Desde logo identifica-se que, se nos anos de 1980 as greves tinham se iniciado no ABC paulista, considerando ser esta a região de centro industrial ela se disseminou para outras regiões e estados, também houve diversificação no setor, ou seja, do industrial para o setor de serviços e destes, da grande indústria para a pequena e de setores modernos para os tradicionais. Para o

sindicato este novo quadro transformou o ano de 1990 em ocasião propícia a deflagração de greves cuja ocorrência fiou em torno de 2.357 greves espalhadas pelo Brasil.

A própria estratégia de enfrentamento sindical diante da crise do desemprego das categorias profissionais da indústria foi alterada. Na prática, significou a intensificação das greves por empresas, que sinalizam para as outras o nível de negociação. Ela conduziu a uma gradual descentralização da negociação – enquanto que o movimento sindical trabalha no seu oposto, ao defender o contrato de trabalho. Tal fenômeno pôde ser observado na década de 1990. O número de grevistas diminui enquanto que o número de greves aumenta, sobretudo a partir de 1992, ano de crise do desemprego.

**Número Médio de Greves e Grevistas por Mês
Brasil - 1990-96**

Anos	Greves	Grevistas
1990	163	757.056
1991	94	627.311
1992	52	234.951
1993	61	432.835
1994	94	272.173
1995	94	221.219
1996	111	224.515

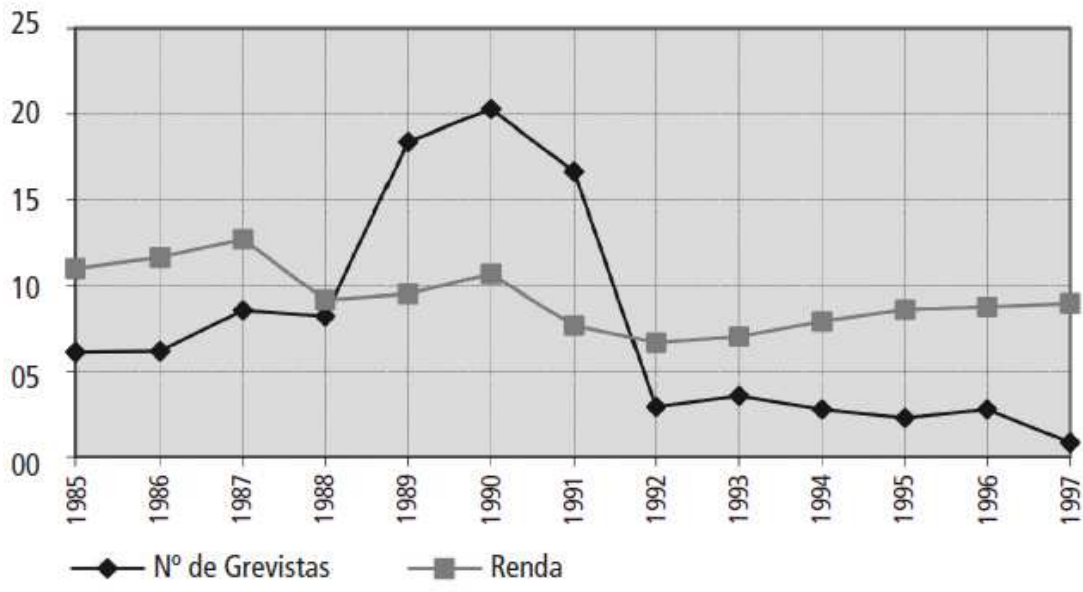
Fonte: Dieese. Anuário dos Trabalhadores, 1994 e 1996-97 e Boletim do Dieese, n. 191/fev. 97.

A década de 1990 trará realidade distinta daquela apresentada nos anos anteriores, e estará marcada pela reversão do movimento grevista, cujo número de greves, após ter atingido 3.943 paralisações no ano de 1989, no transcorrer dos anos de 1990, a evidência é a de que houve três subperíodos importantes para o movimento grevista.

O primeiro subperíodo, entre 1990 a 1993, é caracterizado pelo declínio dos indicadores das greves e por hiper-inflação e respostas dos trabalhadores se dirigia contra a corrosão dos salários, num período médio de inflação de 25% a 30% a.m. em que o governo lançou o Plano Collor I⁸⁵.

⁸⁵ Também chamado *Plano Brasil Novo*, que tratou de um plano de estabilização econômica, cujas medidas implicaram mudanças nas seguintes áreas: (a) monetária, reintroduzindo o cruzeiro (que havia sido extinto pelo Plano Cruzado) em substituição ao Cruzado Novo e mantendo-se a paridade da moeda; (b) financeira, fixando limites estreitos para a conversão de aplicações em cruzeiros no sentido de evitar a utilização do grande volume de

Relação entre número de grevistas e rendimento médio real



¹³ Uma análise mais fina, associando greves e salários de categorias específicas, poderia comprovar que o aumento salarial e de greves estão associados.

Fonte: Noronha, E. G. *Ciclo de Greves, Transição Política e Estabilização: Brasil, 1978-2007*. São Paulo: Lua Nova, p. 148.

Este período ainda teria o Plano Collor II⁸⁶, com os números de greves deflagradas sofrendo alterações, de 1.952 no ano de 1990 para 732 no ano de 1993, com presença de 7.095

recursos aplicados em curto prazo, limite de depósitos a vista ou em caderneta de poupança fixado a Cr\$50.000,00 (ou US\$1.500,00 ao câmbio oficial da época), limites em aplicações com lastro em títulos públicos ou privados com compromissos de recompra a Cr\$25.000,00 ou 25% do saldo, aplicações em fundos de curto prazo, de renda fixa e depósitos a prazo, letras de câmbio e debêntures tiveram limite de 20% do saldo do valor do resgate. O valor remanescente em Cruzados Novos ficou bloqueado por 18 meses, numa operação de seqüestro da liquidez (tornando impossível converter estes valores em cruzeiros), com o governo comprometendo-se a devolver os cruzados bloqueados em cruzeiros em 12 prestações iguais e sucessivas a partir de setembro de 1991; (c) fiscal, para aumentar a arrecadação promoveu-se a redução das despesas e o aumento das receitas, além de novos tributos (IR, IPI, IOF) entre outras medidas como redução de ministérios e extinção de autarquias; (d) de comércio exterior e câmbio, com a adoção do câmbio flutuante contrariamente à fixação da taxa de câmbio oficial do governo, liberação dos controles administrativos sobre as importações e exportações, eliminação da necessidade de licenças e desburocratizando as operações; (e) de controle de preços e salários, decretando o congelamento de preços e dos bens de serviços. Nestes casos, os salários mantiveram o reajuste em março, de acordo com a inflação de fevereiro, contudo, não houve a concessão de reajuste correspondente à inflação de março. No caso do salário mínimo ele deveria ser revisto a cada 3 meses com a correção eventual entre os reajustes fixados e a efetiva elevação de preços da cesta básica e de consumo.

⁸⁶ Vigorou a partir de 1º/2/1991 tinha o objetivo de estancar o processo inflacionário que atingia o patamar de 20% a.m. Este Plano se iniciou com medidas provisórias e decretos até ser aprovado em Congresso Nacional. A principal medida referia-se à decretação do fim da indexação, considerada como a causadora da inflação por gerar grande rigidez à baixa de preços e tornar extremamente vulnerável o sistema econômico nacional. Houve preocupação ainda

integrantes por greve no último ano. A exceção ocorreu em 1992 quando ambos, greves e número médio de grevistas, decresceram, provavelmente por participação em greves foi substituído pelas mobilizações políticas relacionadas à crise que levou ao impeachment do Presidente Fernando Collor de Melo. (SANDOVAL, 1994)

Isto significa que enquanto a hiper-inflação drenava o sangue das pessoas, um número crescente de trabalhadores aderiu às ações grevistas. Apesar de se poder ver nesta primeira fase uma flutuação no número médio de grevistas, é importante notar que, a despeito da flutuação, os grevistas representaram um crescente número de participantes. (SANDOVAL, 1994, p. 176)

O segundo subperíodo, de 1994 a 1996 tem a característica de crescimento no número de deflagração de greves, porém, com certa estabilização nos demais indicadores de greves (houve redução rápida do número médio de grevistas alcançando o menor nível desde o final dos anos de 1970). Isto se deve em parte pela aplicação do Plano Real⁸⁷ no combate à inflação.

A estabilização sob o Plano Real provaria ser um fator fundamental no desmonte da capacitação da mobilização do trabalho a partir daquela época [e] as dificuldades que o movimento trabalhista tinha, especialmente a CUT, em lidar com as novas condições sócio-econômicas criadas como uma consequência da estabilização econômica. (SANDOVAL, 1994, p. 176)

Com o Plano Real o governo adotou a elevação das taxas de juros de modo a atrair dólares, o que possibilitaria manter o equilíbrio do Balanço de Pagamentos. O implicativo para

com (a) preços e salários (com trégua no aumento de preços dos bens e serviços, depois de o governo realinhar as tarifas de todos os serviços públicos); (b) Racionalização dos gastos públicos (despesas ministeriais); (c) Redução de Despesas (empresas públicas e de economia mista deveriam reduzir 10% de seus gastos); (d) Controle das Estatais compatibilizando decisões setoriais com política macroeconômica); (e) Competitividade Industrial, seguindo o artigo 84, inciso II da Constituição, o governo criou o Programa de Fomento e Competitividade Industrial, visando o desenvolvimento de setores de tecnologia de ponta. (Sandroni, idem, pp. 649-651).

⁸⁷ Em 1º/7/1994, durante o governo Cardoso implanta-se o “Plano Real” com o qual foi priorizado o controle da inflação, a ser combatida através da contenção da demanda agregada, e a abertura comercial e financeira. *Foi lançado por meio de uma medida provisória de 30/6/1994 [e] foi precedido pela Unidade Real de Valor (URV) e pelo cruzeiro real (moeda transitória entre o cruzeiro e o real), com a finalidade de alinhar os preços e contribuir para que a transição provocada pela reforma monetária fosse menos traumática do que em oportunidades anteriores (Plano Cruzado e Plano Collor) [e] não foi acompanhado de um congelamento de preços. As principais medidas foram as seguintes: 1) mudança na unidade monetária, que passou a ser denominada ‘real’, sendo que a paridade entre esta e o cruzeiro real, que a precedeu, foi fixada em R\$1,00 = CR\$2.750,00 em 30/6/1994; 2) autorização ao Banco Central de emitir, entre junho de 1994 e 31 de março de 1995, até R\$9,5 bilhões, podendo o Conselho Monetário Nacional alterar esse valor em até 20%; 3) limitação da correção monetária contraída a partir de 1º/7/1994 à variação acumulada do IPCr (Índice de Preços ao Consumidor em Reais); 4) embora não tenha sido instituída a livre conversibilidade do real em dólar, o lastro de emissão de reais foi composto por parcela das reservas internacionais disponíveis em moedas estrangeiras e em ouro monetário, expressas suas equivalências em dólares dos Estados Unidos na paridade de R\$1,00 = US\$1,00. (SANDRONI, 2006, p. 652).*

as políticas de emprego está submetida ao complexo jogo da política econômica. Com a emissão de títulos públicos aliado à elevação da taxa de juros real foi possível gerar o crescimento da dívida pública interna, que por sua vez forçou a geração de superávits primários. Este superávit, para ser alcançado exige do setor público a promoção de ajustes fiscais no sentido de permitir o pagamento da dívida pública interna (como se torna possível deduzir, é uma das fontes de valorização do capital financeiro). Assim, a financeirização passa a subordinar as políticas macroeconômicas, de gestão de pessoal e, ao que interessa a este trabalho, as políticas de emprego.

Do ponto de vista econômico, o sucesso obtido com o Plano Real está intimamente ligado a adoção de uma política econômica heterodoxa, qual seja, a Unidade Real de Valor (URV) e, portanto, não seguindo os preceitos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

No entanto, assim que o plano alcançou seu objetivo inicial, a classe dominante compõe com o Consenso de Washington os antigos métodos da economia ortodoxa, o que aconteceria através das reformas do governo Cardoso.

Se observado o aspecto ideológico destas medidas verifica-se a coerência do governo Cardoso com a teoria cepalina e isebiana do imperialismo e desenvolvimentismo, pela qual se defende a idéia do pacto entre empresários, trabalhadores e governo que teria por missão fazer avançar o capitalismo no Brasil.

O terceiro subperíodo, que envolve os anos de 1997 a 1999 se caracterizou pelo declínio no número de greves e de grevistas; todavia, houve crescimento na jornada de trabalho perdida até o ano de 1997. Embora apresente conquistas históricas para o movimento sindical, o que se observa é sua incapacidade de impedir as transformações que precarizam as relações de trabalho em fase política neoliberal e com ações defensivas por parte dos trabalhadores ganhando maior projeção, s e comparadas às medidas proativas.⁸⁸

[As] pressões por salários mais altos desempenham papel menos importante caindo para 25% em 1998 e 28% em 1999. Por outro lado, reivindicações reativas como compromisso de contratação e segurança no emprego se tornam predominantes entre os temas levantados nas greves. (SANDOVAL, 1994, p. 178)

⁸⁸ NEPP/UNICAMP, pesquisa “Acompanhamento de Greves no Brasil”. Dados Estimados pela variação da média mensal do total do número de grevistas apresentados pelo Boletim do DIEESE.

É possível afirmar ainda a existência de relação entre a explosão de greves dos anos de 1980 com a democracia política e social do período associada à resistência operária do novo sindicalismo. Sob a ótica da conjuntura nacional do período, pode-se dizer que as greves representavam resistência de classe diante da perda hiper inflacionária, de crise estrutural do Estado capitalista brasileiro num contexto de redemocratização política e de suas instituições. Apesar destas experiências, a década posterior mostrou um novo plano da estratégia sindical, qual seja, da confrontação que partilha a relação Capital-Trabalho à cooperação conflitiva pelos operários, levando à sua convergência antagônica.

De acordo com Noronha, em 1978 foram deflagradas 118 greves, enquanto que ao fim dos anos de 1980 somavam 2188, aumentando em sessenta vezes o número anual, enquanto que o número de jornadas não-trabalhadas saiu dos 1,8 milhão para 132 milhões. (NORONHA, 1991, p. 95) Assumindo várias modalidades (greves por empresas, gerais por categoria, com ocupação de fábrica e geral), o que refletia, de certa forma, a manutenção das estratégias sindicais.

Outro destaque refere-se ao espaço de manifestação grevista que diferenciara táticas distintas entre as entidades sindicais.

De um lado há o chamado “sindicalismo de confronto”, sustentado pela CUT, cuja prática manifesta-se a partir de greves gerais por categoria, nos moldes das greves metalúrgicas do ABC. Por outro lado e em oposição a este, ocorrem as greves por empresas, alavancadas pelo “sindicalismo de resultado” da Força Sindical. No entanto, esta segunda modalidade grevista não ocorreu enquanto fenômeno apenas na Força Sindical, mas também no interior da CUT. Esta fração de política sindical que concebe a greve é que aumentou nos anos 80, segundo Antunes (1991), fazendo com que as paralisações por empresas chegassem a representar cerca de 75,5% das greves desencadeadas no ano de 1984 e 60,8% no ano seguinte. (ANTUNES, 1991, p. 17)

Apesar de seu caráter combativo, as greves dos anos 80 do século anterior não trouxeram mudanças significativas na distribuição da renda entre os assalariados, mesmo que evitando maiores perdas aos trabalhadores. (OLIVEIRA, 1993)

No entanto, o período refletiu manifestações de consciência classista, cujo momento mais elevado refere-se a 1989, com manifestações de apoio à candidatura Lula, os trabalhadores fizeram ações de curto prazo, reativo-reivindicativas. Como dito anteriormente, é necessário ter clara a atuação da CUT, suas vinculações internacionais, seu compromisso político e sua ideologia.

Outra consideração é a de que, nos anos de 1990/97, durante o governo Cardoso, as greves recuaram diante da reestruturação produtiva que implicou em desemprego estrutural, precarização do emprego e salários, instauração de um toyotismo sistêmico. E que, mesmo se mantendo elevados os números de greve, por outro lado, a redução no número de grevistas demonstrou que as mobilizações gerais envolvendo categorias de trabalhadores ou todos os trabalhadores de uma grande empresa tenderam a não ocorrer com maior frequência, significando, portanto que predominaram as greves por empresas e de certo modo reduzindo as greves nas grandes empresas. Uma das razões pelas quais esta modalidade grevista sofreu descenso está no fato de que foi na grande empresa onde ocorre o processo de reestruturação produtiva (PINHEIRO, 1998). Distou resultaram novos procedimentos de negociação com o capital⁸⁹ de um sindicalismo de confrontação à cooperação conflitiva, esta não mais em oposição ao capital, mas em relação a um novo projeto apresentado ao Brasil e que promoveria cisões internas, a partir da burocratização do sindicalismo.

Um dos primeiros estudos disponibilizados sobre as greves no novo século foi editado pelo DIEESE desde 2004.

Nele, o destaque é o elevado número de ocorrências registradas na esfera pública, equivalendo a 61% do total apurado no ano, sendo maior parte delas no setor de serviços (13 paralisações) e na indústria (12 casos). Na esfera privada o número atingiu 38% do total anual e foi por onde os trabalhadores do setor de serviços também superaram os industriários em número de paralisações (59 contra 54), correspondendo a 20% e 18% do total geral, respectivamente. (DIEESE, 2005)

**Total de greves, grevistas, horas paradas, trabalhadores X horas paradas e média de trabalhadores por greve, nas esferas pública e privada ⁽¹⁾
Brasil, 2004**

Esfera / Setor	Greves		Grevistas		Média de trabalhadores por greve	Horas paradas			Trabalhadores x horas paradas ⁽²⁾	
	nº	%	nº	%	nº	nº	%	nº	%	
ESFERA PÚBLICA	83	55,0	826.074	64,0	9.953	10.536	80,8	102.092.984	67,8	
Funcionários Públicos	70	46,4	791.920	61,3	11.313	10.232	78,5	101.439.352	67,4	
Empresas Estatais	13	8,6	34.154	2,6	2.627	304	2,3	653.632	0,4	
ESFERA PRIVADA	65	43,0	249.258	19,3	3.835	2.235	17,1	7.939.056	5,3	
ESFERA PÚBLICA E PRIVADA ⁽³⁾	3	2,0	216.000	16,7	72.000	271	2,1	40.441.900	26,9	
Total	151	100,0	1.291.332	100,0	8.552	13.042	100,0	150.473.940	100,0	

Fonte: DIEESE

Notas: ⁽¹⁾ Foram consideradas apenas as greves das quais se obteve informação sobre o número de trabalhadores paralisados

⁽²⁾ Produto da multiplicação, em cada uma das greves, do número de grevistas pelo número de horas paradas

⁽³⁾ Greves da categoria bancários, duas em nível nacional e outra na região Sudeste, que envolveram trabalhadores de bancos públicos e privados.

⁸⁹ Como ocorreu em 1997, com a corrente majoritária da CUT, a Articulação Sindical.

No ano de 2005 houve aumento da proporção de greves registradas na esfera privada – que correspondia a 38% do total - e redução da participação das paralisações da esfera pública – que representavam 61%. (DIEESE, 2006).

Em 2005, as greves empreendidas pelos funcionários públicos representaram pouco menos da metade das paralisações, entretanto foram as que mobilizaram o maior número de trabalhadores (56% do total), provocando 66% do total de horas de trabalho interrompidas e apresentaram 85% do volume de trabalhadores x horas paradas. Os trabalhadores paralisados da esfera privada representaram quase 1/4 quarto do total de grevistas; as horas paradas, 30% e os trabalhadores x horas paradas, cerca de 10%. A média de trabalhadores por greve mostra que a dimensão das paralisações do setor público superou em três vezes à apuração na esfera privada. O destaque fica para a média de trabalhadores verificada nas greves ocorridas nas empresas estatais, que sofreu influência dos movimentos dos trabalhadores da Petrobras (mais de 125 mil) e dos Correios (mais de 86 mil). Ainda chamam à atenção as mobilizações dos bancários, que, em duas paralisações envolvendo trabalhadores de sua categoria somaram cerca de 160 mil grevistas.

Total de greves, grevistas, horas paradas, trabalhadores X horas paradas e média de trabalhadores por greve, nas esferas pública e privada⁽¹⁾
Brasil, 2005

Esfera / Setor	Greves		Grevistas		Média de trabalhadores por greve ⁽²⁾	Horas paradas		Trabalhadores x horas paradas ⁽³⁾	
	nº	%	nº	%	nº	nº	%	nº	%
ESFERA PÚBLICA	74	46,5	1.380.585	68,1	18.657	6.556	69,3	204.147.942	88,3
Funcionários Públicos	64	40,3	1.137.423	56,1	17.772	6.208	65,6	196.427.062	84,9
Empresas Estatais	10	6,3	243.162	12,0	24.316	348	3,7	7.720.880	3,3
ESFERA PRIVADA	83	52,2	484.915	23,9	5.842	2.831	29,9	21.936.188	9,5
ESFERA PÚBLICA E PRIVADA ⁽⁴⁾	2	1,3	161.000	7,9	80.500	80	0,8	5.207.200	2,3
Total	159	100,0	2.026.500	100,0	12.745	9.467	100,0	231.291.330	100,0

Fonte: DIEESE

Notas: ⁽¹⁾ Foram consideradas apenas as greves das quais se obteve informação sobre o número de trabalhadores paralisados (159)

⁽²⁾ Número total de grevistas / número de greves

⁽³⁾ Produto da multiplicação, em cada uma das greves, do número de grevistas pelo número de horas paradas

⁽⁴⁾ Greves da categoria bancários em nível nacional, que envolveram trabalhadores de bancos públicos e privados.

No primeiro semestre de 2006 cerca de 902 mil trabalhadores paralisaram a produção e foi amplamente majoritária entre o funcionalismo do setor público representando 70% da atividade paralista.

A semelhança com o período anterior corresponde ao número de greves no primeiro semestre; foram 193 paralisações no primeiro semestre do ano de 2005, enquanto que foram registrados 150 em igual período em 2004.

**Total de greves, grevistas, horas paradas, trabalhadores X horas paradas e média de trabalhadores por greve, nas esferas pública e privada ⁽¹⁾
Brasil, janeiro a junho de 2006**

Esfera / Setor	Greves		Grevistas		Média de trabalhadores por greve	Horas paradas		Trabalhadores x horas paradas ⁽²⁾	
	nº	%	nº	%		nº	%	nº	%
ESFERA PÚBLICA	68	61,8	655.678	72,7	9.642	10.538	89,9	117.054.644	89,0
<i>Funcionalismo Público</i>	61	55,5	631.418	70,0	10.351	9.928	84,7	115.460.184	87,8
<i>Empresas Estatais</i>	7	6,4	24.260	2,7	3.466	610	5,2	1.594.460	1,2
ESFERA PRIVADA	41	37,3	244.727	27,1	5.969	1.117	10	14.507.243	11,0
<i>Serviços</i>	22	20,0	63.840	7,1	2.902	516	4,4	1.591.760	1,2
<i>Indústria</i>	19	17,3	180.887	20,1	9.520	661	5,6	12.915.483	9,8
ESFERA PÚBLICA E PRIVADA ⁽³⁾	1	0,9	1.500	0,2	1.500	8	0,1	12.000	0,0
Total	110	100,0	901.905	100,0	8.199	11.723	100,0	131.573.887	100,0

Fonte: DIEESE

Notas: 1) Foram consideradas apenas as 110 greves das quais se obteve informação sobre o número de adesões

2) Produto da multiplicação, em cada uma das greves, do número de grevistas pelo número de horas paradas

3) Greve que envolveu conjuntamente os trabalhadores da Refinaria de Paulínia (Replan), unidade da Petrobras, e da Manserv Manutenção e Montagem, prestadora de serviços à estatal

**Número de greves, grevistas, média de trabalhadores por greve, horas paradas e trabalhadores x horas paradas dos funcionários públicos e dos trabalhadores da esfera privada, no âmbito de empresa e de categoria
Brasil – 2007**

Esfera/Setor	Greves		Grevistas		Média de trabs. por greve	Horas paradas		Trabalhadores x horas paradas ⁽¹⁾	
	nº	% ⁽²⁾	nº	% ⁽²⁾		nº	% ⁽²⁾	nº	% ⁽²⁾
Func. Público	95	100,0	546.955	100,0	5.757	20.172	100,0	207.320.120	100,0
<i>Categoria</i>	77	81,1	519.252	94,9	6.744	16.568	83,6	199.207.368	96,1
<i>Unidade ⁽³⁾</i>	18	18,9	27.703	5,1	1.539	3.604	17,9	8.112.752	3,9
Privada	100	100,0	641.766	100,0	6.418	3.324	100,0	19.198.804	100,0
<i>Categoria</i>	16	16,0	557.426	86,9	34.839	991	29,8	16.918.748	88,1
<i>Empresa</i>	84	84,0	84.340	13,1	1.004	2.333	70,2	2.280.056	11,9

Fonte: DIEESE

Notas: (1) Produto da multiplicação, em cada uma das greves, do número de grevistas pelo número de horas paradas.

(2) Os percentuais foram calculados sobre o total de greves realizadas por funcionários públicos e por trabalhadores da esfera privada

(3) Autarquias, fundações, institutos, hospitais, universidades

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves das quais se obteve informação sobre o número de trabalhadores parados. Por motivos óbvios, não foram discriminadas as paralisações dos trabalhadores em empresas estatais – que só ocorrem no nível das empresas – e as que envolveram, conjuntamente, trabalhadores das esferas pública e privada, já descritas na Tabela 2

b) Ver observações na Tabela 1

**Distribuição de grevistas, nas esferas pública e privada
Brasil, de 2004 a 2007**

Esfera/Setor	2004		2005		2006		2007	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PÚBLICA	826.074	64,0	1.380.585	68,1	770.240	56,6	713.259	49,6
Func. Público	791.920	61,3	1.137.423	56,1	729.600	53,6	546.955	38,0
Empresas Estatais	34.154	2,6	243.162	12,0	40.640	3,0	166.304	11,6
PRIVADA	249.258	19,3	484.915	23,9	388.673	28,6	641.766	44,6
PÚBLICA E PRIVADA	216.000	16,7	161.000	7,9	201.100	14,8	82.750	5,8
TOTAL	1.291.332	100,0	2.026.500	100,0	1.360.013	100,0	1.437.769	100,0

Fonte: DIEESE

Obs.: Foram consideradas apenas as greves das quais se obteve informação sobre o número de trabalhadores parados: 151 em 2004, 159 em 2005, 178 em 2006 e 211 em 2007

No quadro abaixo, verifica-se que os trabalhadores do setor público impulsionam majoritariamente as paralisações. Segundo Noronha (1998), a década de 2000 apresentará um número de greves inferiores ao da década anterior, período em que a média anual chegou a 900 greves. (NORONHA, 1998)

**Resultados das negociações das pautas de reivindicações sobre o total de greves
com resultados informados, nas esferas pública e privada
Brasil - 2007**

Resultado	Total (145)		Esfera Pública (71)				Esfera Privada (69)	
			Func. Público (64)		Empresas Estatais (7)			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Atendimento das reivindicações	89	61,4	32	50,0	6	85,7	49	71,0
Parcial	67	46,2	29	45,3	4	57,1	32	46,4
Integral	21	15,2	3	4,7	2	28,6	17	24,6
Rejeição das reivindicações	8	5,5	4	6,3	1	14,3	3	4,3
Prosseguimento das negociações	66	45,5	40	62,5	1	14,3	22	31,9

Fonte: DIEESE

Obs: a) A soma das parcelas pode ser superior ao total, dada a possibilidade de uma mesma greve ter dois resultados combinados

b) Não estão aqui computadas as paralisações que envolveram trabalhadores das esferas pública e privada. Para cinco delas, foram obtidas informações sobre mecanismos de solução de conflitos. Destas, em quatro houve prosseguimento das negociações e em uma, as reivindicações foram parcialmente atendidas

Os resultados obtidos pelas greves no ano de 2007 apontam que, considerando 145 paralisações no ano de 2007, cerca de 86% das paralisações foram atendidas na sua totalidade ou parcialmente. Os índices que demonstram fracasso das negociações aos trabalhadores ocorreram no ano de 2004, com cerca de 7% de rejeição das reivindicações (DIEESE, 2005, p. 26) enquanto que no ano seguinte o índice foi ainda inferior, com 5,6% de rejeição aos trabalhadores (DIEESE, 2006, p. 24).

Entre os anos de 2004 e 2006, os dados apontam que 73% das paralisações foram positivas. Este percentual está próximo ao observado (70% em 2004 e 75% em 2005 e 2006) e superior ao observado em 2007 (60%). (DIEESE, 2009, p. 07)

**Número de greves, grevistas, média de trabalhadores por greve e trabalhadores x horas paradas, nas esferas pública e privada
Brasil, 2008**

Esfera / Setor	Greves		Grevistas		Média de trab. por greve	Trabalhadores x horas paradas ⁽¹⁾	
	nº	%	nº	%	nº	nº	%
Esfera Pública	107	40,4	1.305.683	63,9	12.203	114.765.776	80,0
Funcionários Públicos	89	33,6	1.103.384	54,0	12.398	99.882.120	69,6
Empresas Estatais	18	6,8	202.299	9,9	11.239	14.883.656	10,4
Esfera Privada	156	58,9	603.441	29,5	3.868	15.194.409	10,6
Esfera Pública e Privada⁽²⁾	2	0,8	134.000	6,6	67.000	13.452.000	9,4
TOTAL	265	100,0	2.043.124	100,0	7.710	143.412.185	100,0

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Notas: (1) Soma das horas paradas por cada trabalhador em cada greve

(2) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada

Obs.: Foram consideradas apenas as greves das quais se obteve informação sobre o número de trabalhadores parados

O último ano observado desta pesquisa, 2008 mostra uma continuidade na tendência apresentada pelo balanço de greves do ano de 2007, em que se observa a manutenção de greve dos trabalhadores parados na esfera privada superior a do funcionalismo público.

**Total de greves e horas paradas nas esferas pública e privada, por setor de atividade
Brasil, 2008**

Esfera / Setor	Greves		Horas Paradas	
	nº	%	nº	%
Esfera Pública	184	44,8	17.457	70,8
Funcionalismo Público	155	37,7	16.729	67,8
Federal	28	6,8	2.849	11,5
Estadual	90	21,9	11.096	45,0
Municipal	35	8,5	2.648	10,7
Estadual e Municipal ⁽¹⁾	2	0,5	136	0,6
Empresas Estatais	29	7,1	728	3,0
Serviços	11	2,7	336	1,4
Indústria	18	4,4	392	1,6
Esfera Privada	224	54,5	6.984	28,3
Serviços	80	19,5	2.362	9,6
Indústria	132	32,1	4.236	17,2
Rural	11	2,7	384	1,6
Indústria e Serviços ⁽²⁾	1	0,2	2	0,0
Esfera Pública e Privada⁽³⁾	3	0,7	232	0,9
TOTAL	411	100,0	24.673	100,0

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Notas: (1) Greves empreendidas conjuntamente por funcionários públicos estaduais e municipais

(2) Greve empreendida conjuntamente por trabalhadores dos setores industrial e de serviços

(3) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada

Obs.: Somatória da duração em horas de cada greve, com limite máximo de oito horas para cada dia de paralisação

De acordo com o Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG), do DIEESE, foram computadas 411 greves no período, sendo 224 promovidas pelo setor privado, contra 184 da esfera pública, e ainda, três mobilizações reunindo trabalhadores de ambas as esferas, paralisando cerca de 02 milhões de trabalhadores e, a despeito das greves terem sido predominantes no setor privado, será neste caso a esfera pública a mobilizar o maior número de trabalhadores, com 64%, contra 59% da esfera privada. (DIEESE, 2009, p. 02-03)

**Número de greves nas esferas pública e privada
Brasil, 2004 a 2008**

Esfera / Setor	2004		2005		2006		2007		2008	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Esfera Pública	185	61,3	162	54,2	165	51,6	161	50,9	184	44,8
<i>Funcionalismo Público</i>	158	52,3	138	46,2	145	45,3	140	44,3	155	37,7
<i>Empresas Estatais</i>	27	8,9	24	8,0	20	6,3	21	6,6	29	7,1
Esfera Privada	114	37,7	135	45,2	151	47,2	149	47,2	224	54,5
Esfera Pública e Privada⁽¹⁾	3	1,0	2	0,7	4	1,3	6	1,9	3	0,7
TOTAL	302	100,0	299	100,0	320	100,0	316	100,0	411	100,0

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada

O setor público ainda continuou com o maior tempo de paralisação, por horas paradas, com 71% da esfera pública. Com relação à duração das paralisações, 42% foram encerradas no mesmo dia em que começaram, sendo predominantemente da esfera privada, respondendo por 50%, contra 49% nas empresas estatais e 30% no funcionalismo público.

**Distribuição de greves, segundo o caráter das reivindicações
Brasil, 2004 a 2008**

Caráter	2004		2005		2006		2007		2008	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Propositivas	197	65,2	207	69,2	217	67,8	209	66,1	284	69,1
Defensivas	161	53,3	135	45,2	168	52,5	146	46,2	171	41,6
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	54	17,9	72	24,1	110	34,4	61	19,3	72	17,5
<i>Descumprimento de direitos</i>	107	35,4	70	23,4	87	27,2	101	32,0	118	28,7
Protesto	28	9,3	50	16,7	49	15,3	48	15,2	53	12,9
Solidariedade	2	0,7	2	0,7	2	0,6	1	0,3	1	0,2
Sem informação	-	-	2	0,7	-	-	-	-	-	-
TOTAL	302	100,0	299	100,0	320	100,0	316	100,0	411	100,0

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Um elemento que pode estar presente para o aumento de greves na esfera privada é crescimento econômico, iniciado desde 2004, associado ao desenvolvimento da economia do início de 2008, até a crise do subprime nos Estados Unidos. Isto pode justificar que o crescimento

econômico alavancado pelo capital constante e/ou pela adoção de políticas que incentivem a participação do capital misto pode ampliar o rendimento dos trabalhadores e a estabilidade dos mesmos.

Quando realizado o balanço de greves do ano de 2007 e comparado ao ano de 2004, ocasião em que se fez a primeira análise de greves realizada pelo DIEESE, o que se observa é que será a primeira vez que a média dos trabalhadores parados por greve na esfera privada supera a do funcionalismo público. E, um dos fatores pode ser atribuído ao desempenho do governo “Lula”, ao crescimento econômico no período, conferindo maior estabilidade ao funcionalismo público.

Neste mesmo período (2004-2007), se comparadas as distribuições de greves, pode-se observar que as greves ofensivas mantiveram um nível entre 65% e 70% da totalidade das greves e, segundo o Dieese (2007) é uma tendência contrária ao comportamento grevista dos anos de 1990 que, embora em maior quantidade naquele período, se manifestavam de forma defensiva, como já discutido anteriormente. (DIEESE, 2008, p. 32)

Estes dados, associados ao ano de 2008, reforçam que a estabilidade no emprego pode garantir maior pressão para aquisição de conquistas.

A propósito, pode-se confirmar pela motivação à greve, quando 69% dos movimentos realizados pleiteavam introduzir novas conquistas ou ampliar as já asseguradas. O percentual da esfera pública a este sentido atinge o índice de 74% das suas reivindicações, contra 69% da esfera privada que também solicitava maiores conquistas. No setor privado apenas 49% das manifestações dos trabalhadores foram defensivas, portanto inferiores às motivações ofensivas.

Esta mudança do comportamento pode estar associada à maior estabilidade conferida pelo poder público, tanto no favorecimento às linhas de crédito, quanto pela razoável estabilidade no diálogo político das instituições.

Há também características distintas, se considerados os anos de 2004 em diante. A maioria das greves econômicas dos últimos tempos ocorreu por aumentos salariais reais, portanto são greves *ofensivas* e não defensivas como vistas no período das privatizações das empresas brasileiras. No entanto ela não prevalece de maneira a conquistar novos benefícios em todos os setores.

De acordo com o Dieese, nos anos de 2004 e 2005 o setor de serviços do capital privado mantém um equilíbrio entre as greves ofensivas e defensivas, ou seja, as reivindicações por pagamento de salários atrasados se colocaram como prioridade.

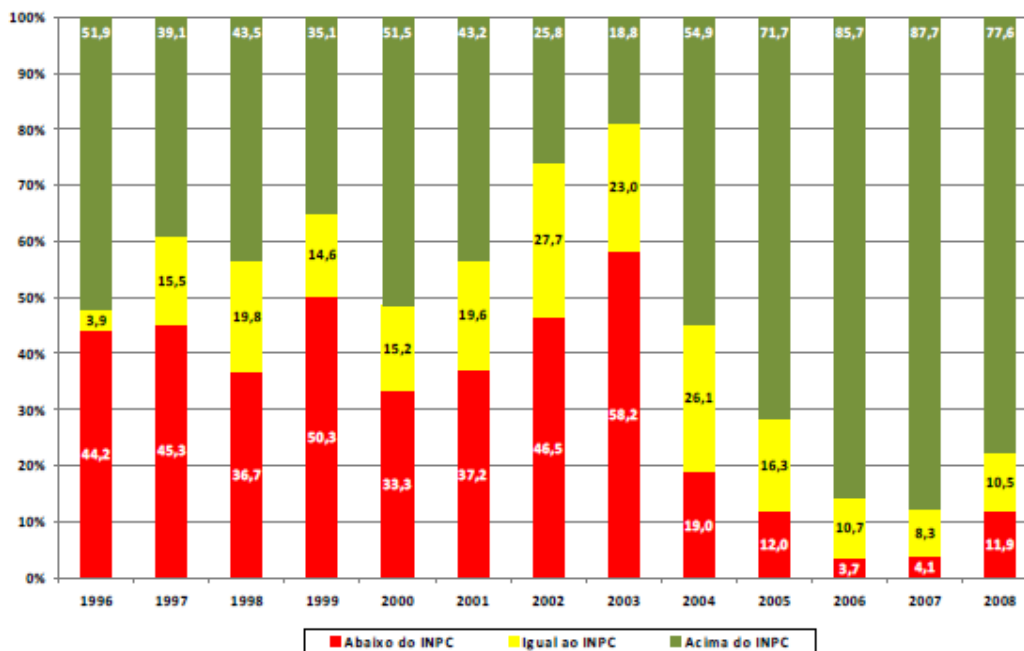


Gráfico 2 - Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE. Brasil – 1996 a 2008.
Fonte: DIEESE.

Ainda de acordo com o Dieese (2006), em 2004 as reivindicações por pagamento de salários atrasados atingiram 19% das reivindicações, o que significou ocupar o terceiro posto na lista de reivindicações. No ano seguinte o mesmo tipo de reivindicação significou 12% das paralisações, caindo para a quinta posição na hierarquia das demandas dos trabalhadores assalariados. Somadas os anos de 2004 e 2005 as greves por reajuste salarial representaram cerca da metade das reivindicações dos trabalhadores, configurando-a como defensiva.

Em contrapartida, as reivindicações que estão mais presentes são aquelas que pleiteiam aumento real nos salários associadas à ganhos pela Participação nos Lucros e Resultados (PLR). A este respeito, Noronha (2009) destaca que as greves aumentam quando os salários podem sofrer alterações para cima e não em virtude de suas perdas. (NORONHA, 2009, p. 147)

4.3 O novo ciclo grevista

O novo ciclo grevista tem como ponto inicial o ano de 2004, justamente no ano em que o número de acordos salariais com reajuste acima do INPC cresceu de 18% para 54,9%, atingindo 87,7% dos acordos acima da inflação no ano de 2007. Embora tendo retrocedido um pouco no ano de 2008, se comparado aos anos de 2006 e 2007, o índice se manteve superior desde a apresentação dos dados sobre greves nos sub-períodos da segunda metade da década de 1990.

Então, cabe perguntar, o que mudou nas greves face as mudanças nas relações de trabalho, em relação às pautas, a intensidade, as formas, os setores onde ocorriam as greves?

No que se refere à estratégia adotada para a utilização das greves, ela pode ser medida segundo Tilly, em sua frequência, gravidade e dimensão verificando-se os determinantes políticos, ou seja, *legislação, organização sindical e conjuntura* e determinantes econômicos, como *desemprego*, suscitando maior cautela por parte dos sindicatos, *salário*, pelos quais as greves se demonstraram sempre maiores e *inflação*, cujo elemento sempre foi gerador de acirramento das lutas. (TILLY, 1991)

Entre os anos de 1978 e início de 1990, o Brasil apresentou um ciclo de greves cujas características e marcadas por intensidade não encontra precedentes na história das lutas do capitalismo industrial brasileiro atingindo entre 1985 e 1992 um dos maiores níveis de paralisações da história dos países ocidentais; argumento justificado também pelo processo de transição política brasileira para a democracia (NORONHA, 1992, 1994).

Independente deste quadro, o que foi possível observar através dos dados é que houve inflexão no movimento grevista na década seguinte (dos anos de 1990). As greves se reduzem vertiginosamente, notadamente no governo Collor através de políticas de desregulação das leis trabalhistas e incentivo ao setor de serviços que preteriu a capacidade produtiva instalada das décadas anteriores.

Outra característica que distingue o sindicalismo é que há cerca de 20 anos ele estava assentado em greves. No ano de 1989 o Brasil teve mais de quatro mil greves. E hoje o sindicalismo converge temas como o fortalecimento do salário mínimo, do reajuste na tabela do Imposto de Renda, na atuação mais ativa na ampliação dos benefícios da Previdência, o que aproximou os sindicatos dos aposentados.

As greves dos anos de 1990 foram marcadas pela reversão do movimento grevista em relação ao volume de greves e de grevistas da década anterior.

Foram greves curtas e volumosas. Elas se intensificaram por empresas e reduzindo as greves nas grandes empresas. Também ocorreu gradual descentralização das negociações. Nesta mesma ocasião, o movimento sindical segue em outro caminho e procura defender o contrato de trabalho.

Portanto, outro aspecto da década de 90 diz respeito ao número de greves e grevistas e ao compromisso de suas ações.

O número de grevistas diminuiu em relação à década de 80, mas número de greves aumenta. E o fato motivador ocorreu por conta da ascensão do desemprego. E mesmo aumentando o número de greves, ocorre com certa estabilização porque, de outro lado, o sindicalismo brasileiro não sabia lidar com a estabilidade econômica do Plano Real que fora implantado nos anos de 1994-96. E reduziu o número de grevistas pelo receio dos trabalhadores engrossarem as fileiras dos trabalhadores desativados da economia formal.

Outro compromisso grevista da década de 1990 se faz pela contratação e segurança no trabalho, notadamente no final da década, já nos anos de 1998-99. Ou seja, com a onda de demissões ocasionadas pela privatização e entrada de produtos estrangeiros (que ocasionava na demissão do trabalho vivo no país associado às alterações técnicas na produção fabril), o movimento sindical não estava habilitado para impedir as transformações que precarizavam as relações de trabalho, das políticas neoliberais.

A atividade paredista da década de 1990 pode ser caracterizada pelo seu recuo diante da reestruturação produtiva que provocou desemprego estrutural, precarização dos postos mantidos e salários. Mesmo com elevado número de greves, houve redução do número de grevistas.

A década de 2000 apresentará um número de greves relativamente inferior ao da década de 1990, mas que se mostra como tendência declinante; e o mesmo ocorrendo em relação à duração das greves, apesar de um pequeno crescimento no número de dias não trabalhados entre 2004 e 2008.

Também que, se analisadas por setores produtivos, as greves podem ser divididas em dois momentos: até 2006 as greves ocorriam em maior quantidade no setor público e, a partir de 2007 e 2008 as greves são em maiores quantidades no setor privado.

As greves ofensivas foram maioria nos anos 2000, enquanto que nos anos 90 eram defensivas. Nos anos 90 ocorreram mais greves do que no ano 2000.

A maior parte das greves da década de 2000 pleiteava introdução de novas conquistas ou ampliação das já asseguradas. E no setor privado pouco menos da metade eram defensivas, ou seja, também prevaleceu o aumento ou a manutenção de melhorias no trabalho.

De forma geral de 2004 a 2007 as paralisações foram positivas, com o atendimento de parte das reivindicações em 69,5% das realizadas em 2004, 75% das realizadas em 2005 e 2006, 60% das realizadas em 2007 e em 73% das realizadas em 2008.

A partir de 2007 e 2008 as greves são em maiores quantidades no setor privado. No entanto, a esfera pública mobiliza maior número de grevistas, com maior tempo de horas paradas. Um dos fatores que explica o fenômeno está associado ao crescimento econômico que ocorreu a partir de 2004.

4.4 Análise do período grevista

Se a economia suportava as manifestações e greves da década de 1980, por outro lado ainda carregava o protecionismo das empresas, resultado do próprio Plano Nacional de Desenvolvimento dos anos de 1960, criado pelos militares. E, pela Constituinte de 1988, o Brasil agrega direitos outros à CLT, notadamente pelas convenções coletivas de trabalho.

Do ponto de vista do trabalho vivo, observado no período que compreende as décadas de 1980 e 1990, os trabalhadores organizados em sindicatos adotavam a greve como instrumento legítimo de defesa de interesses da classe trabalhadora. Ocorre que, para a grande empresa, com a desregulação do trabalho e a adoção de novas tecnologias voltadas à produção houve reflexos à organização e gestão do capital constante que se mantinham pelo padrão fordista, o que apontou para sinais de suposto esgotamento desse modelo. E diante destas alterações ocorrem diferentes formas de se manifestar o descontentamento dos trabalhadores.

A greve é historicamente o instrumento que possibilitou maiores conquistas aos trabalhadores e que, de forma geral, se constrói segundo uma metodologia de ação coletiva, pela qual se desenvolve, de um lado o

[...] conhecimento do mundo da classe trabalhadora, das bases organizativas da ação, da efetividade das diferentes formas de repressão, da estratégia dos trabalhadores; por outro

lado, uma linguagem de ordem e desordem, de atitudes de bons e maus trabalhadores. (TILLY, 1991, p. 149-179)

Diante da realidade brasileira, a greve se mostrou eficiente, ao menos em três aspectos. O primeiro, enquanto instrumento legítimo da classe trabalhadora. O segundo para a própria organização sindical e por fim contribuindo para o sindicato tornar-se um ator político, que por sua vez se inseria na Constituição de 1988.

As greves serviram tanto para ações cuja demanda era a de redefinição das relações de trabalho, mas, sobretudo e quase que invariavelmente para obtenção de maiores salários. Cabe observar que a flutuação do salário real não explica a flutuação das greves, portanto, o fato de uma greve ser “justa” e ter bons motivos para se realizar ela deve possuir liderança e base sindical que a realize.

É neste sentido que podem ser descritas as primeiras diferenças que ocorreram a partir dos anos 80, a saber, de sua evolução histórica, de um padrão de atividade grevista subdivididos entre setores e categorias, que por sua vez sofreram alterações profundas, além do significado das greves bem como a sua eficácia política.

As greves também ocorreram (e tem ocorrido com variações) segundo características gerais que envolvem variáveis políticas, como legislação, organização sindical, conjuntura específica e variáveis econômicas que estavam circunscritas em ambiente político determinado que implicou na observância do desemprego, da condição salarial e uma modificação do comportamento inflacionário.

Na relação capital-trabalho, ou seja, da oferta de emprego e procura pelo mesmo, o desemprego se torna um inibidor de ações grevistas, da mesma forma que o emprego propicia condições favoráveis. Entretanto, as organizações sindicais não perdem sua capacidade de organização, a despeito da redução no número de adesão. Portanto, mesmo em conjunturas desfavoráveis a organização sindical e a pressão dos trabalhadores não deixarão de existir, mesmo que haja maior volume e crescimento de setores de serviços, pelo fato de que a relação conflituosa entre capital e trabalho é inerente ao modo de produção capitalista. Deduz-se por outro lado que o movimento dos trabalhadores não está capitulando, como quer acreditar Rodrigues.

A questão salarial, embora seja um forte motivador para se deflagrar a greve, deve ser considerada como factível, sobretudo pela eficácia política, como geradora de coordenação

sindical e base de sustentação, pois a adesão do trabalhador à ação grevista pode se dar por distintas motivações pessoais, ou seja, por acreditar em sua eficácia, por acreditar que pode alcançar através dela maior projeção política, por acúmulo de experiência, entre outras.

Da mesma forma, elementos negativos podem representar um fator motivacional, como a incerteza de estabilidade na profissão que esteja fortemente ameaçada. Neste sentido, a questão salarial torna-se um forte elemento de estímulo à participação, salientando-se que, grosso modo num primeiro momento o participante não ingressa por consciência política, mas por interesse pessoal.

A inflação tem um forte impacto sobre a capacidade de pressão dos trabalhadores diante das negociações coletivas e, por isso mesmo ela se torna um elemento desestabilizador, pois retira a capacidade de previsão econômica dos atores envolvidos, e, portanto, pode significar que as pressões sobre o empresariado devam ser retomadas em outras circunstâncias, implicando em reativar sua base de trabalhadores, inclusive em momentos de refluxo destes movimentos.

Entretanto, quanto mais alta a taxa inflacionária, maior será o acirramento entre os trabalhadores e empresários, cujo percentual de negociação pode sofrer grande variação e, por isso mesmo, o mais provável é que uma das partes possa “blefar” para não perder o parâmetro de negociação, o que será garantido por um misto entre “blefe” e “parâmetro”⁹⁰. Entretanto, há que se destacar que os salários não são causa das inflações, como já discutido anteriormente.

Sob a ótica da análise da entidade sindical e de suas manifestações grevistas, a década de 2000 pode ser dividida em duas partes. A primeira, com o sindicalismo em oposição às políticas liberalizantes do governo Cardoso até 2002, ocasião em que prevaleciam greves defensivas. Posteriormente, com Lula da Silva (2002-2010), o diagnóstico das greves altera-se para ações ofensivas.

Com as movimentações dos trabalhadores na segunda metade dos anos 2000 tornou-se possível identificar que as greves no Brasil se intensificaram e, do ponto de vista político-ideológico, sobretudo no âmbito do governo federal a lógica é não negociar com trabalhadores do funcionalismo público e estatal. No entanto, houve menos número de greves neste período, se comparado com os anos de 1990.

⁹⁰ [...] os valores negociados giram em torno de 20%, 50% ou mesmo 200% dos salários, como ocorreu em 1989 ou mesmo em 1994. (NORONHA, 2009, p. 348)

Mesmo com menor negociação, o funcionalismo teve mais peso nas greves. A sua densidade expressiva foi responsável, na década de 1990, pelo maior número de jornadas de trabalho perdidas, a saber, mais de 2/3 das horas de trabalho envolvidas nas greves no setor público. Embora o número de greves ou dias parados pouco informem sobre as estratégias de luta e as pautas selecionadas, cerca de 90% das greves que ocorreram entre 1990 e 1996 foram orientadas pela defesa de salários, afetados pelas políticas de ajustes macroeconômicos desenvolvidas pelo país desde a década de 1980 oitenta (SOUZA, 1997, apud SOUZA, 2006, p.11)

A despeito da divisão exposta acima, o ciclo de greves neste último período ainda manterá mobilizações com características semelhantes à fase anterior, embora as principais centrais sindicais (majoritariamente a CUT e a reboque o sindicalismo de resultado da Força Sindical) tenham sido cooptadas pela ascensão do PT, cuja origem está estreitamente relacionada com o desenvolvimento do sindicalismo pós-1980, sobretudo da CUT.

Para exemplificar o caso descrito acima, tem-se a omissão da CUT frente à permanência do fator previdenciário, a desvinculação dos salários dos aposentados do reajuste do salário mínimo, dos ataques aos direitos dos aposentados, o brutal endividamento público do país, o uso do FAT e do FGTS para financiar o PAC (um mecanismo de transferência de renda pública para as grandes empreiteiras que extraem recursos financeiros do Estado desde os idos dos anos 60 do século XX).

Há que se considerar as táticas de paralisação nas empresas reestruturadas pelo capitalismo recente pelas quais os trabalhadores adotaram outras formas de organização e que ocorrem de forma distinta às greves, como aquelas que surgiram na França, designada por *debrayage*, para indicar a paralisação de apenas um setor da empresa, mas um setor cuja inserção estratégica permite comprometer a produção ou o funcionamento da empresa como um todo. (BÉROUD, 2008)

Sob a ótica da economia, greves mais duradouras e de menor circunscrição (por empresa) do setor público em relação ao setor privado aponta para as semelhanças entre os governos Cardoso e Lula da Silva, referente ao contexto de crescente desemprego e desestruturação do mercado de trabalho também, apesar da melhoria das condições desse mercado.

Do ponto de vista político, uma explicação plausível sobre a redução do conflito grevista em um contexto mais favorável aos trabalhadores, pode estar associado a dois fatos: o primeiro,

da persistência de dificuldades para a mobilização sindical (em decorrência das mudanças do mundo do trabalho já apontadas), bem como da *aproximação orgânica* entre sindicatos ligados às principais centrais sindicais e Governo. O segundo refere-se à alteração estratégica da CUT, que paulatinamente se dirige à ação negocial e propositiva, que por sua vez contribuiu para a menor disposição dos dirigentes sindicais em radicalizar nas negociações e empreender esforços para a ação paredista.

Outro episódio deve ser explorado um pouco mais detalhadamente, a saber, as diferenças entre o setor público e setor privado. E também, qual a categoria profissional do funcionalismo público pode ter maior relevância.

O ano de 2007 apresentará uma característica distinta dos anos anteriores no que concerne à paralisação do setor produtivo. No funcionalismo público (sem incluir os trabalhadores das empresas estatais) o número de grevistas é inferior ao número de trabalhadores do setor privado.

A justificativa pode ser atribuída, entre outras razões, por eventos políticos que se intercalaram, mas substancialmente porque houve o lançamento do PAC, com o qual foi estabelecido que o limite para o reajuste salarial dos funcionários públicos teria como parâmetro o índice de inflação acrescido de 1,5% por um período de 10 anos (GALVÃO, 2009), portanto, apesar da experiência de constituição de mesas negociação com o funcionalismo, o governo tem mostrado a sua incapacidade em todas as esferas (inclusive da esfera federal).

Não obstante, a profissionalização das negociações tem se tornado um fator essencial de diferenciação entre os setores público e privado o que por sua vez interfere no tempo médio necessário para encontrar soluções aos conflitos entre os dois setores. Por estas razões, o descontentamento do funcionalismo público se estendeu pelos dois mandatos do governo Lula da Silva e a inoperância das mesas de negociação contribuiu para a deflagração de greves massivas.

Quanto aos resultados dessas paralisações, a maioria delas gerou negociação entre as partes, enquanto uma porcentagem menor (em torno de 30% em média) teve sua resolução encaminhada à Justiça do Trabalho. A análise das greves, para as quais se obteve informações, mostra que os resultados foram positivos na maioria dos casos. (DIEESE, 2009a, p. 7)

Entretanto, há outras medidas que demonstram a diferença Entre os diferentes setores, como alerta Galvão:

Outras medidas afetam especialmente os funcionários públicos. A despeito da instauração de mesas setoriais de negociação em 2003, destinadas a discutir reajustes salariais e plano de carreira, os servidores reclamam que não são efetivamente ouvidos e que muitos acordos celebrados não são cumpridos. Nesse sentido, a negociação seria mais formal do que a expressão de uma “democracia participativa”. Além disso, o governo elaborou um projeto para limitar o direito de greve de funcionários públicos, que estabelece a necessidade de aviso-prévio de 72 horas para a deflagração de greve; apresenta uma ampla lista de atividades consideradas essenciais, exigindo que as entidades sindicais assegurem a continuidade desses serviços e atividades durante a greve; possibilita a contratação temporária de servidores para substituir grevistas [...]. (GALVÃO, 2010, p. 11)

A realidade pela qual se apóia o pagamento de salários aos setores públicos e privados depende de fatores que não são necessariamente de caráter econômico determinado pelas ofertas e demandas de mercado.

Há fatores históricos, políticos e institucionais que explicam as diferenças de salários existentes entre o setor público e o setor privado e que se tratam, sobremaneira do *juízo de valor* aplicado às diferentes faixas de rendimento que existem entre as profissões, que por sua vez está associada intimamente à teoria do valor de uso e troca desenvolvido por Marx.

Entretanto, é comum encontrar argumentos que procuram avaliar as diferenças salariais supondo que trabalhadores com características similares deveriam receber rendimentos similares, independentemente do setor em que exerçam seu trabalho. Esta polêmica foi ajuizada pelo Comunicado da Presidência no final de 2009.

Recente reportagem publicada no jornal *Valor Econômico* cita dado obtido em estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP) que afirma que o salário dos servidores federais estatutários (os quais têm direito aos benefícios do regime jurídico único da União, como estabilidade no emprego e aposentadoria integral) superou em 101,3% os salários dos funcionários da iniciativa privada em 2008. O texto salienta também que, em 2002, essa diferença era igual a 78,9% em favor do salário do funcionário público federal. (VALOR ECONÔMICO, apud IPEA, 2009, p. 2)

O *Comunicado da Presidência* acima mencionado considera como um dos fatores que definem a diferença entre setor público e privado o grau de instrução dos trabalhadores nos diferentes postos de trabalho. Os dados se apóiam nas informações metodológicas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como referência para a análise e, portanto, sempre considerando o universo delimitado pela metodologia desta pesquisa, ou seja, somente assalariados, somente pessoas com idade entre 25 e 59 anos e apenas os que contribuam para a previdência.

No caso do setor público federal e a esfera privada há que se atentar a um cuidado metodológico que se refere ao fato de que as primeiras instituições têm maior porte, em média, do que as instituições do setor privado (que incluem empresas de pequeno e médio portes). Já na esfera estadual e na municipal a realidade evidencia a distinta natureza da composição do emprego nas esferas de governo subnacionais.

O que os estudos do IPEA evidenciam é que o setor privado aumenta a rotatividade nos postos de trabalhos de menor qualificação, algo que não acontece no setor público em virtude da estabilidade na carreira e pela existência de melhores salários a esta faixa, especialmente quando a comparação se dá nos estratos de baixa e média qualificação dos trabalhadores. (IPEA, 2009, p. 14)

No que se refere à qualificação do profissional os dados apontam para um mercado de trabalho privado com as melhores oportunidades de carreira e de progressão profissional, e por onde se pode encontrar rendimento mais elevados que no setor público, sobretudo nos casos daqueles que trabalham em empresas privadas de grande porte, nacionais ou transnacionais. (Idem)

Portanto, além das significativas diferenças no trabalho das esferas de governo (federal, estadual e municipal), existe também a grande diferença em termos de distribuição dos ocupados em cada setor segundo o grau de instrução da força de trabalho e também o fato de que o setor público, quando avaliado segundo as esferas de governo (federal, estadual e municipal).

A despeito destas considerações, não existe expressiva diferença de salário entre setor público e setor privado quando a mesma é avaliada em cada um dos distintos graus de instrução da força de trabalho. E quando ocorre a diferença de renda média entre estes setores, ela se justifica porque o perfil do trabalhador do setor público (especialmente no âmbito federal) é substancialmente superior do que no setor privado. (IPEA, 2009, p. 14)

Se considerados em seus conjuntos, nas ocupações que exigem formação de nível superior a diferença de rendimentos em favor do setor público é menor que a média da diferença de renda existente entre os setores, enquanto que as ocupações de qualificação dada pelo ensino médio (como técnicos em geral, escriturários, trabalhadores de atendimento ao público, entre outros) a diferença de rendimento salarial em favor do setor público tende a ser maior, como sugerem as informações da tabela abaixo:

Índice da Renda Média (BASE Privado=100) dos ocupados segundo escolaridade e por setor, dos empregados com carga horária integral, de 25 a 59 anos de idade e que contribuem para a previdência - Brasil

Grau de instrução	1998				2008			
	Privado		Público		Privado		Público	
	Empregados	Índice	Empregados	Índice	Empregados	Índice	Empregados	Índice
Ens. Fund. Incompleto	46,9	100	25,7	89	27,7	100	13,4	96
Ens. Fund. Completo	18,6	100	12,8	103	17,8	100	8,9	108
Ens. Méd. Completo	25,2	100	35,6	99	42,6	100	45,2	127
Ens. Sup. Completo	8,6	100	25,3	82	11,4	100	32,2	107
Não determinado	0,6	100	0,6	96	0,5	100	0,4	72
Total	100,0	100	100,0	133	100,0	100	100,0	156

Fonte PNAD
Exclusiva a área rural da região Norte
Elaboração Ipea

Fonte: IPEA. *Salários no setor público versus salários no setor privado no Brasil*, 10 de dezembro de 2009, p. 6.

Observa-se também que vem aumentando o peso relativo das ocupações que exigem maior grau de instrução, tanto no setor público quanto no setor privado. Contudo, ainda se mantém expressiva diferença em favor do setor público.

Considerando ainda os setores de forma agregada (sem distinção segundo grau de instrução da força de trabalho vivo) entre os anos de 1998 e 2008, o salário médio real do setor público cresceu mais do que o do setor privado. Isto fez saltar a diferença salarial de 33% em favor do setor público em 1998 para 56%, em 2008 (IPEA, 2009, p.15).

Se o interesse em apresentar dados no sentido do governo estudar políticas de renda inferiores ao setor público às futuras contratações e/ou a novos postos de trabalho – seja por motivação política ou por pressão de setores do capital privado, então o fundamento dado pelo Comunicado da Presidência, a despeito de possuir conclusões relevantes, perde o fundamento para se mencionar no rebaixamento dos salários a futuras contratações.

4.5 Categorias do funcionalismo público e pressão do movimento grevista

Esta observação segue no sentido de apontar que o emprego público está intimamente associado àquelas atividades vinculadas ao consumo coletivo (educação, saúde, etc.), à

administração dos poderes (executivo, legislativo e judiciário), à segurança e defesa públicas e ao emprego em empresas estatais.

Contudo, a estrutura do emprego público no Brasil tem mudado consideravelmente e mais enfaticamente na esfera federal. Com a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, o que se observa é que ela “modifica o regime e dispõe sobre os princípios e normas da administração pública, servidores e agentes policiais, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal”. (Diário do Congresso Nacional, sessão conjunta, 5 de junho de 1998).

Através desta emenda constitucional decretou-se o fim do regime jurídico único para os contratos de trabalho, o fim da isonomia salarial, o fim da estabilidade, supressão da garantia de irredutibilidade de salários, entre outros. E como ação de governo, a década de 1990 trouxe a redução de investimentos e de políticas sociais, como destaca Neri de Souza:

Na década passada foram várias as medidas para restringir o emprego no setor público, dos quais destaco os Planos de Demissão Voluntária (PDV), a suspensão de concursos públicos, as políticas de reorganização das redes públicas de educação básica. O emprego público caiu, no conjunto dos estados brasileiros, de 45% (em 1992) para 40% (em 1999), segundo Cerqueira (2005). Em contrapartida o emprego nos municípios cresceu de 35% (em 1992) para 40% (em 1999), como resultado, principalmente, do processo de municipalização da saúde e educação; e da criação de novos municípios. Se o emprego público, na década passada, se manteve estável no seu conjunto foi consequência da transferência dos empregos para as esferas municipais. (SOUZA, 2006, p. 2)

Deve ser considerado que um dos elementos na determinação do volume total da força de trabalho pode ser compreendido pela evolução dos níveis de participação das mulheres, e mais ainda do peso que ela representa enquanto profissional da rede de ensino. E, mesmo nestas condições, e a considerar a relevância do professor na formação educacional e profissional, ainda assim, o investimento na educação é reduzido.

Em 2004 os professores, da educação infantil ao ensino superior, representavam 1,8% do total da população economicamente ativa (PEA), enquanto que o emprego direto e indireto no setor público representava 12% do total da PEA (Cerqueira, 2005, apud SOUZA, 2006).

A participação dos professores no total da população ocupada (dos que tem trabalho, remunerado ou não) durante todo ou parte do período da coleta de dados pela PNAD de 2004, representavam cerca de 2%, enquanto que os professores e instrutores da educação profissional representam menos que 2% do total de professores que lecionam em instituições educativas

públicas e privadas. Os professores empregados pelo setor privado são numericamente superiores (3%) aos do setor público (1,3%). (SOUZA, 2006, p. 3)

Os dados do INEP/MEC de 2003 apresentados por Souza também são esclarecedores sobre a importância da manutenção do professor no ensino público.

[...] apesar da predominância das instituições e professores do setor privado na educação profissional, é no ensino técnico (nível médio) que o setor público se distingue: 56,6% do total dos estudantes estão matriculados em escolas técnicas públicas, 43,4% são instituições públicas e 57,2 % do total das conclusões são deste setor. O setor privado se distingue pela atuação na educação profissional de nível básico (aprendizagem) e tecnológico. E, dentre as instituições públicas, são aquelas subordinadas aos governos estaduais mais expressivas numericamente: o ensino médio (nível técnico) estadual corresponde a 71,7% das escolas técnicas brasileiras, 72,7% dos cursos e 65% das matrículas. (Souza, 2006, p. 4)

Na PEA de 2004 existia no Brasil 7,6% (6.899.991) da população economicamente ativa com escolaridade igual ou superior a 15 anos de instrução. E entre os professores do ensino básico e superior representavam 1,8% (1.640.500) da população economicamente com ensino superior. Dentre aqueles que estavam ocupados (82.816.911), 8,1% possuíam escolaridade equivalente ao ensino superior e os professores, com nível superior é 2% da população ocupada no Brasil.

Em 2008, a taxa de participação da força de trabalho ocupada ou apenas procurando trabalho remunerado era de 80,5% para homens e 57,6% no caso das mulheres. Segundo os dados do IBGE – PNAD de 2004 e 2008, entre 2004 e 2008, constatou-se pequena queda da participação dos homens. A PEA aumentou expressivamente neste período, atingindo 2,2% a.a. no caso das mulheres e 1,8% no caso dos homens. A participação das mulheres na PEA elevou-se de 43,3% para 43,7% e, do aumento total da PEA, nesses quatro anos, as mulheres representaram 49%.

Neste quadro, é importante o papel do mercado de trabalho para as mulheres, pois que, em 2004 elas representavam 78,2% do total de professores brasileiros, sendo que no setor público representavam 82,1% do mercado de trabalho enquanto que no setor privado atingia 68,0%.

Outra diferenciação entre setor público e privado é apontada por Souza e diz respeito ao processo seletivo pelo qual o professor ingressa na atividade, bem como ao nível que deverá lecionar.

A diferença entre o setor público e setor privado se deve a inúmeros fatores, dos quais destaco o fato de que o setor público tem maior participação (77,3%) na oferta de educação para o ensino básico, é neste nível de ensino que trabalham a maioria das mulheres; e o recrutamento e a seleção de professores se fazem mediante concurso público de provas e títulos que não permite a identificação das concorrentes. (SOUZA, 2006, p.5)

Embora haja falhas recorrentes em processos públicos de seleção, ainda é o mais confiável, no que diz respeito ao distanciamento pessoal que existe entre o contratante e o profissional de área, o que, por sua vez exige que a capacidade técnica do professor seja comprovada publicamente através de publicações oficiais.

Os profissionais da área da educação necessariamente postergam o seu ingresso no mercado de trabalho porque a profissão exige escolaridade de nível superior, enquanto que outros profissionais podem ingressar no mercado desde as primeiras idades estabelecidas pela PEA. No entanto, há que se destacar que entre os diferentes grupos sociais, os jovens são os que encontram maior dificuldade para ingressar no mercado de trabalho. Dentre os jovens de 16 a 24 anos houve um crescimento do número de desempregados de 3,5 milhões para 4,2 milhões desempregados, entre 2000 a 2006. (PRONI, 2007)

Para o ano de 2004, dentre os trabalhadores com mais de 50 anos situados entre a população ocupada os professores representam 16,7% diante dos 18% do total desta população, e como bem alerta Souza, isto “permite apresentar a hipótese de que a reforma da Previdência Social, embora tenha mantido a aposentadoria especial para os professores, elevou a idade mínima para o gozo deste direito, estabelecendo uma similitude entre o setor privado (CLT) e o setor público (estatutário)”. (Idem, p. 6)

E conclui a autora:

A emenda à Constituição Federal 19/1998 permitiu a flexibilização na contratação de trabalhadores para o setor público, as novas formas de contrato não se limitam ao “Regime Estatutário Único”, no qual os trabalhadores assumiam o vínculo de estatutário. Compõem o quadro de funcionários públicos tanto trabalhadores celetistas (contratados com base na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), estatutários, como também aqueles sem o estabelecimento de vínculos formais de contrato (os sem carteira). Comparativamente, talvez o mercado de trabalho no campo do ensino seja o mais formalizado; **83,8%** dos professores tinham, em 2004, no Brasil, um contrato de trabalho formal (CLT ou estatutário). Mas, os dados da PNAD da década passada (1992 - 2001) evidenciam um movimento de precarização do trabalho mais forte que nos anos recentes desta década (2002-2004). No início dos anos noventa eram 87,6% dos professores que tinham um contrato de trabalho formal, este índice caiu para 78,6% (em 2001); no setor público se observa o mesmo movimento (de 91,3% em 1992 declinou

para 82,7% em 2001). Nos primeiros anos desta década houve uma recuperação dos contratos formais de trabalho perdidos durante a década passada e parece haver uma estabilização dos contratos formais (de 83,1% em 2002 para 83,9% em 2004). Entretanto, o setor público apresenta um movimento descendente (em 1992 eram 86,1% com contratos formais e em 2004 passam para 85,7%); diferentemente do setor privado, que passa de 82,4% (2002) para 83,6% (2004). (SOUZA, 2006, p. 7)

A despeito dos salários dos professores não serem baixos se comparados aos demais trabalhadores brasileiro, há que se terem alguns cuidados para aferi-los. Isto porque existem diferentes jornadas de trabalho, embora a maioria dos professores lecionem em média 32,5 horas por semana no setor público e no setor privado 29,3 horas por semana.

Utilizando o salário mínimo como indicador para a compreensão da distribuição salarial dos professores, torna-se possível observar que cerca de 2/3 dos professores brasileiros recebiam (em 2004) de 1 a 5 salários mínimos (74% dos professores do setor público e 54,6% do setor privado). Aqueles (27,2%) que tinham salários superiores a 5 salários mínimos eram 22,8% dos professores que trabalham no setor público e 38,9% do setor privado. (Idem, p. 10)

Em 2002 a taxa de filiação sindical dos professores do setor público era de 47,2%, dos 15% do total sindicalizado; enquanto que professores que trabalham em instituições privadas apresentam taxas menores de filiação a sindicatos (39,7% do total de professores deste setor).

As dimensões que assumem mudanças nas relações de trabalho e na organização dos trabalhadores (no sentido de valorizar o profissional da área de educação) estão contidas no projeto de lei para o Plano Nacional de Educação para o próximo decênio – 2011 a 2020 (PL 8035/2010). Segundo o Artigo 2º. Uma das diretrizes do PNE – 2011/2020 (alínea IX) é a valorização dos profissionais da educação. (SOUZA, 2011, p.1) A este respeito, esclarece Souza:

Para atender a diretriz o PNE propõe quatro metas (meta é um termo emprestado das empresas): duas referentes à formação (garantir a todos os professores licenciatura de nível superior; 50% dos professores em nível de pós-graduação *lato e stricto sensu*; e, formação continuada a todos); uma sobre salários (o rendimento médio do profissional do magistério, com mais de 11 anos de escolaridade, será aproximado ao rendimento de trabalhadores com a escolaridade equivalente) e outra sobre carreira (garantir planos de carreira para todos os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino). São as *metas 15, 16, 17 e 18*. Assim, valorização se concretiza mediante a formação profissional, salários e carreira. Para assegurar estas quatro metas enumeram-se estratégias. Dentre elas propõem-se “estruturar os sistemas de ensino buscando atingir, em seu quadro de profissionais do magistério, 90% dos servidores nomeados em cargos de provimento efetivo”. (SOUZA, 2011, p.4)

Entretanto, a questão levantada por Souza procura entender se as metas não revogariam a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, pergunta que é justificada pela autora:

Esta emenda provocou mudanças substantivas nas relações de trabalho e no emprego no setor público, possibilitando as contratações pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)⁹¹, e o fim do regime jurídico único. O objetivo da Emenda Constitucional nº 19/1998 era construir a semelhança entre normas que regulavam o mercado de trabalho no setor privado com o setor público, com ênfase na flexibilização dos contratos, nas formas de recrutamento e seleção dos funcionários. A criação da figura jurídica do “emprego público” foi uma das importantes mudanças nas relações de trabalho no setor público. O processo de equiparação das relações de trabalho no setor público e privado se apresenta, portanto, como homogeneização perversa do mercado de trabalho. Além dos estatutários e contratados pela CLT, segundo a PNAD/IBGE (2007), quase ¼ do funcionalismo público em âmbito federal e estadual possuem contratos precários, isto é contratos por tempo determinado ou em caráter emergencial para realizar trabalhos na área social (educação, saúde), em infra-estrutura urbana, entre outros. No ensino são professores substitutos, estagiários, eventuais ou avulsos. O Projeto de Lei para o novo PNE não faz referência à retomada da concepção de regime jurídico único para contratação de professores, portanto podemos inferir que se mantém a flexibilização dos contratos de trabalho? Ou seriam somente os 90% dos contratos por estatuto da função pública que seriam de provimento de cargos? E os demais?

A figura jurídica “servidor”, utilizada no Projeto de Lei para o novo Plano Nacional de Educação, refere-se aos contratos estatutários. Os empregados no setor público possuem contratos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tal como os demais trabalhadores do setor privado. Como ficarão os empregados do setor público que possuem postos de trabalho (e não cargo ou função)? E os contratos temporários? E os “sem contratos”, isto é, os eventuais ou intermitentes, aqueles que não possuem vínculos de emprego?

Analisando as demais estratégias da *meta 18* – que propõe “assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira” – não há nenhuma referência às mudanças nos processos de flexibilização dos contratos de trabalho atualmente existente. Assim posso concluir que a diversificação das formas de contratação flexível no Brasil está e será mantida.

As formas flexíveis de contratação, implantadas com a colaboração de políticas públicas, objetivam a redução dos custos e ou aumento das possibilidades de o empregador empregar ou demitir trabalhadores, tornando o trabalho inseguro e instável. (SOUZA, 2011, p.4-5)

A legislação trabalhista, no Brasil tem demonstrado certa regularidade no que se refere à possibilidade de contratação de trabalhadores eventuais, temporários, ou terceirizados para situações em que o trabalho não é regular.

Até meados de 2007 no Brasil, havia cerca de 2 milhões de empregados e ou funcionários públicos com contratos atípicos (funcionários demissíveis). Além destes outros 2 milhões que eram demitidos no decorrer do ano (contratados não ativos), casos que os colocavam, via de

⁹¹ Decreto lei no. 5.452, de 1º. de maio de 1943 aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho. (nota da autora)

regra, com menores direitos em relação aos demais trabalhadores (KREIN, 2007, apud SOUZA, 2011, p.6)

Portanto, o projeto de lei para o novo plano nacional de educação (PL 8035/2010) não indica o fim dos processos de precarização do emprego no campo do ensino, caracterizado por contratos flexíveis garantidos pela Emenda Constitucional nº 19/1998. Se esta emenda pôs fim ao regime jurídico único, também implantou mecanismos de avaliação de desempenho dos trabalhadores no setor público e aumentou do tempo de experiência para três anos. Ainda que a Emenda Constitucional não tenha eliminado a estabilidade no emprego público, inseriu a possibilidade de demissão em decorrência de avaliação periódica de desempenho. No ano seguinte, em 1999, foi promulgada a lei 9.801 que permite a exoneração de servidores estáveis em decorrência do excesso do gasto público. Portanto, o funcionário público, estatutário, pode ser demitido por excesso do gasto público e/ ou por desempenho considerado insuficiente. (SOUZA, 2011, p.6)

As relações de trabalho apresentam características próprias da desregulamentação das normas legais, com rebaixamento de direitos dos trabalhadores. E a competição entre os trabalhadores acaba gerando um ambiente pelo qual as competências pessoais justificam privilégios. O resultado mais grave é que primeiro justifica as desigualdades das relações sociais e de produção e de forma particular responsabiliza os próprios trabalhadores pela existência da estrutura meritocrática e personalista. Em segundo porque esconde a característica de hierarquia e desigualdade na atividade coletiva – e que coincide cada vez mais com a hierarquia de salários e dos rendimentos – de modo que as pessoas não conseguem imaginar como poderia ser diferente. Neste sentido, a lógica da racionalidade introduz artificialmente as diferenciações que rompem com a cooperação entre os trabalhadores, particularmente pelo aspecto econômico.

Deste modo cabe perguntar se os sindicatos funcionam enfocando o essencial da luta e das reivindicações sobre o contrato de trabalho (salário, jornada, garantia de emprego); sobre as condições de trabalho?

Há certamente, um posicionamento contraditório do sindicalismo, que, no entanto, se reforça pela sua complexa relação com o governo do PT. Neste sentido, o que prevalece é a cautela para não identificá-lo com o quadro adverso anterior, sobretudo do governo Cardoso. Todavia a cautela não se justifica quando o assunto se reporta à conversão de lideranças sindicais em quadros do governo, pois é justamente ela que contribui de maneira decisiva para a postura de dependência do governo. Sendo assim, a CUT, enquanto bastião operário e sindical do PT atua de forma cúmplice e em grande sintonia com o Governo, que por sua vez produziu dissensões em seu interior.

A subserviência cutista enquanto “movimento de chapa branca”, entretanto, minimiza rivalidades antigas e assim coloca ao mesmo lado CUT e FS em que prevalece o posicionamento voltado para uma atuação propositiva no campo das políticas sociais, como no Conselho Nacional de Seguridade Social, que gere o programa Fome Zero.

Através de mesma perspectiva conciliatória, as centrais sindicais evitam ações de enfrentamento com o poder público, resultando na obstrução de possíveis greves e manifestações mais amplas, como correu por ocasião do encaminhamento da Reforma da Previdência.

No campo das políticas sociais a dubiedade prevaleceu a despeito de o sindicalismo ensaiar críticas pontuais a aspectos da política econômica, particularmente quanto aos juros elevados e contra a flexibilização e retirada de direitos, resultando na perda de oportunidades políticas que poderiam lhe conferir um status mais próximo e condizente à formação da consciência dos trabalhadores.

Quanto aos ganhos sociais, se é possível afirmar que as lutas sindicais exerceram influência significativa a partir dos moldes do sindicalismo oficial, não menos importante é o tipo e política adotada pelo governo que reforça a sua intencionalidade em agregar valores à produção no capitalismo. Dito de outra forma, se pressão exercida pelas centrais sindicais teve importante influência quanto à correção da tabela do imposto de renda, ao aumento de recursos destinados à agricultura familiar⁹² e ao persistente aumento do salário mínimo, não menos verdadeiro é que o governo de articulação do PT sustentou ampla base de interesses da burguesia (nacional e internacional) através de capital misto, sustentadas pela cartilha do desenvolvimentismo embrionário associado ao modelo de regulação do Estado. Do que se torna possível dizer que a agenda do sindicalismo impôs conquistas que seriam conciliatórias com a burguesia, caso contrário, os assentos dos representantes sindicais poderiam estar ameaçados. Basta recordar que no período anterior ao governo Lula da Silva o movimento sindical se encontrava em uma posição de *resistência defensiva*, atitude que se tornou passiva e de expectativa frente às iniciativas do Governo do PT. A questão que se coloca então é: qual a posição que um governo de trabalhadores adotaria frente à própria classe trabalhadora?

⁹² No Programa Nacional de agricultura Familiar (PRONAF) foram destinados R\$ 6,1 bilhões de reais no biênio 2004/2005, uma expansão de 154% em relação aos R\$ 2,2 bilhões aplicados no biênio 2002/2003. Para safra de 2005/2006, a dotação prevista no orçamento é de R\$ 9 bilhões.

Independente disso, o que prevalece é a suposição de que os ganhos sociais se situaram para além do que o sindicalismo e que foi capaz de suscitar a partir de sua ação e da imposição de uma agenda de novas conquistas.

Comparando as três últimas décadas sobressai o fato de que o sindicalismo perdeu a condição de protagonista político e no momento atual o sindicalismo encontra grandes dificuldades no sentido de pautar o debate político do país a partir de suas demandas. Ao contrário, tem de um lado administrado uma agenda de negociações diretas (com certos ganhos) e outra (nem sempre de modo associado à primeira) voltada à participação em espaços institucionais públicos e sindicais.

Em meio à esta situação o sindicato atravessa pelo refluxo imposto pela metamorfose do capital.

Os indicadores têm mostrado que as mutações na estrutura sindical são comumente associadas aos trabalhadores “*estáveis*”, *sobretudo* do setor industrial, cujo setor sofreu importantes transformações tecnológicas na organização e produção.

Entretanto, com o avanço da “subproletarização” (ANTUNES, 1997, p. 44), traduzida em desregulações e informalidade do mercado de trabalho, os sindicatos vinculados a uma categoria profissional e mais corporativos e, portanto de estrutura vertical, perdem gradativamente sua capacidade de aglutinação coletiva apresentando enormes dificuldades de aproximação dos trabalhadores desempregados.

Da mesma maneira, o mercado de trabalho tem sido dinamizado (mesmo que paulatinamente) pelo setor de serviços e pelo progresso técnico. Em contrapartida, diminuiu a participação relativa da indústria na oferta de trabalho, contribuindo para o enfraquecimento da sindicalização, fazendo com que, a partir dos anos de 1990⁹³, o setor terciário tenha conquistado maior importância como demandador de força de trabalho.

Por outro lado, a indústria de transformação, que participava com cerca de 20,4% do total dos trabalhadores ocupados no ano de 1982 tem percentual reduzido para 14,4% no ano de 2001. O setor de serviços inversamente apresentará um crescimento médio dos trabalhadores ocupados de 47,4%, em 1982, para 54,6%, em 2001. A Pesquisa Mensal do Emprego, do IBGE, após 2001,

⁹³ A isto se associa a inflação como fator conjuntural.

alterou sua metodologia; e, a despeito das distorções apresentadas nos seus dados, verificou-se a mesma tendência de crescimento do setor de serviços como principal setor de ocupação.

Disto resultará no enfraquecimento do sindicato movido pela taxa de filiação, uma vez que ele se pauta por trabalhadores formais (estatutários ou celetistas), enfraquecendo assim a sua base, que é de trabalhador industrial.

No entanto, há estudos que apontam de um lado a uma correlação negativa entre desemprego e sindicalização e, por outro, positiva entre inflação e sindicalização (RODRIGUES, 1999, p. 190-194), que, por sua vez acarretaria em fim catastrófico ao sindicalismo.

De acordo com Rodrigues, a elevação das taxas de desemprego dos anos de 1980 e a não reversão deste quadro nos anos de 1990 podem ter contribuído de forma negativa para (1) redução das mobilizações dos trabalhadores, sobretudo na deflagração de greves; (2) diminuir as taxas de sindicalização e, conseqüentemente abalando as finanças sindicais, (3) gerar maior instabilidade e insegurança aos trabalhadores, reduzindo a filiação e, conseqüentemente a participação em atividades sindicais bem como na sua filiação sindical, uma vez que os trabalhadores que mantêm seus empregos são menos propensos a aderir aos sindicatos (idem, p. 191), num contexto distinto, que mais sugere à escusas para a não-participação na vida política e sindical.

A baixa mobilização pode ser interpretada como um forte indicativo de uma greve, *a priori* analisada como alvissareira ou auspiciosa. Quer dizer, a pouca mobilidade dos trabalhadores sinaliza ao governo e ao patronato o seguinte: (1º) uma reduzida organização sindical. (2º) o baixo interesse e até mesmo desinteresse dos trabalhadores pelo movimento paredista, e (3º) a possibilidade imediata de intervenção da Justiça do Trabalho na greve.

A rigor, o que se oculta com as palavras de Rodrigues transcritas logo abaixo é, mormente no setor público, o baixo nível ou ausência de consciência de classe e duvidosa compreensão da dinâmica do funcionamento do capitalismo de Estado.

(...) a elevação dos níveis de desemprego veio junto com baixas taxas de inflação. A queda da inflação ajudou a tornar mais complexas as funções de representação dos sindicatos e, de certo modo, a favorecer a segmentação das reivindicações e contrato. (RODRIGUES, 1999, p. 178)

O rebaixamento dos níveis de filiação sobre o poder sindical reflete comportamentos do sindicato enquanto movimento social e como instituição política de combate. No primeiro caso,

apoiado nas ações ligadas à uma classe (ou a seus segmentos) opondo suas demandas em relação ao patronato e/ou a autoridades governamentais. Neste caso, exigiria da entidade sindical empenho para a formação da consciência de classe dos trabalhadores a ela vinculados. No segundo caso, o sindicalismo como aparelho ideológico do Estado desloca seu funcionamento para dentro da sociedade política, considerando para isso, funcionários, recursos financeiros, direitos e deveres dentro de uma estrutura burocrática e como sistema de dominação. Em ambos os casos – e diante das características desta “sociedade pós-industrial”⁹⁴ – o sindicato apontaria com maior facilidade para o declínio ao invés de crise. (RODRIGUES, 1999)

É correto afirmar que o sindicalismo perdeu filiados e reduziu suas atividades reivindicativas, sobretudo na década de 1990; entretanto, a despeito destes índices, não se pode concluir que o sindicalismo estaria em refluxo em todo o globo, pois há dados que demonstram o contrário. (BOITO JR., 2003, p. 323)

A inscrição do sindicalismo na história recente aponta para um quadro em que o movimento sindical está submetido às alterações dadas a partir das novas formas de organização da produção, na configuração do mercado de trabalho e na precarização das condições e das relações de trabalho (SANTANA; RAMALHO, 2003). Neste sentido, os sindicatos foram impelidos a alterar substancialmente as suas pautas de reivindicação, assim como as suas estratégias de enfrentamento e de resolução de embates.

A problemática sindical descrita acima se refere a uma provável crise do sindicalismo, que se agrava na década de 1990 e que se configura a partir de algumas características, a saber:

Uma que percebeu o recuo político das organizações de trabalhadores decorrente de uma nova investida planetária do capital na produção e na organização do trabalho [...] evidenciando a sua dimensão estrutural; outra que viu a transição de um sindicalismo de enfrentamento para um sindicalismo de tipo defensivo como resultado, essencialmente, da nova conjuntura político-ideológica do país, enfatizando a subordinação dos movimentos pela “ideologia neoliberal” predominante; e uma última, que procurou nos encaminhamentos dos dirigentes, a origem do vazio da luta política no centro da ação sindical. (LIMA, 2006, p.157-158)

De forma ampla, a crise do sindicalismo e o refluxo das suas lutas sugerem que o modelo de acumulação capitalista supostamente triunfou perante outras tentativas, como à de um Estado cujo regime político mostrou-se burocrático e estatal alicerçado pelo sistema econômico

⁹⁴ Conceito usado por Rodrigues. (RODRIGUES, 1999)

socialista de economia planificada, ou de regime democrático sustentado pelo capitalismo desenvolvimentista ou ainda do Estado de Bem-Estar Social.

Cabe lembrar que a ascensão do movimento sindical – de suas lutas e conquistas no globo, ocorreu durante a fase gloriosa⁹⁵ de Estado de Bem-Estar Social e do desenvolvimentismo keynesiano paralelamente à projeção de um tipo de projeto socialista que ameaçava o capitalismo. Quer dizer, que o sindicalismo, como meio pelo qual os trabalhadores se organizam mesmo se desenvolvendo em países capitalistas pode encontrar convergências e cumplicidades com outros movimentos distintos, como é o caso socialismo.

E será pela organização dos trabalhadores em suas bases de trabalho e instâncias de participação política que se produzem as ações contra a ofensiva do Capital. Assim, a greve que mobiliza trabalhadores no ocidente capitalista pôde se alimentar historicamente do avanço das experiências e idéias do socialismo do leste.

Todavia, o sindicalismo atual não encontra o mesmo ambiente político, econômico e social dos anos de ouro do capitalismo citado acima, mas liderados por trabalhadores imersos na base produtiva flexível onde ocorre um tipo de reapropriação do conhecimento a partir da nova dimensão do exercício do trabalho associado à flexibilização das leis trabalhistas (CLT) que coloca todos os trabalhadores em situação desfavorável na negociação de contratos coletivos e na expansão de direitos.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

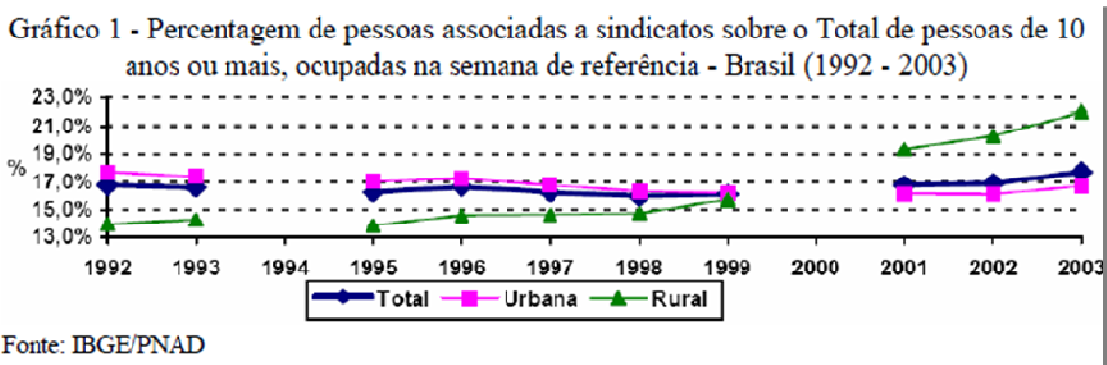
Conjunto de normas constitucionais que regem as relações entre empregados e empregadores. O código, promulgado em 1º de maio de 1943, mediante o decreto-lei nº 5.452, reúne toda a legislação trabalhista elaborada após a Revolução de 1930. A CLT sofreu, ao longo de seus anos de vigência, uma série de alterações que não lhe modificaram, no entanto, o substrato básico. (SANDRONI, 2006, p.150)

Como destaca Boito e Marcelino (2008), há exemplos, como por conquista salarial e de direitos, promovido pela ação sindical de trabalhadores subcontratados por centenas de empresas e nas mais variadas funções dentro da Refinaria de Paulínia (São Paulo-BR); a reivindicação por isonomia salarial e Participação nos Lucros e Resultados (PLR) que colocou em 84 dias de greve cerca de oito mil funcionários de 40 empresas prestadoras de serviços à Refinaria de Duque de

⁹⁵ Os “trinta anos gloriosos” – quer dizer, o período que compreende desde a Segunda Guerra Mundial à “revolução mundial de 1968”, tem razoável equivalência com a crise do dólar do início dos anos de 1970 e trata-se também de um contraponto do capitalismo às políticas sociais implementadas na ex-União Soviética e leste europeu.

Caxias/RJ (Reduque, Petrobras) (DIEESE, 2007, p. 8); a greve que uniu trabalhadores precários e “estáveis” na luta por um único contrato de trabalho, mobilizando cerca de 185 mil trabalhadores da *United Parcel Service* (UPS), Estados Unidos, em 1997 (Fantasia, 1997); na França, entre os anos de 2000 e 2003, as lutas nos setores de *fast food*, comércio e limpeza por jovens em trabalhos precários; em 2000, greve no *Mc Donald’s* do Boulevard Saint-Germain; em 2001 greve na *Pizza Hut* do Ópera; em 2002, greve de 112 dias no *Mac Donald’s* de Strasbourg Saint-Denis para a reintegração de trabalhadores demitidos na FNAC da Champs-Élysées; entre março de 2002 e fevereiro de 2003, das trabalhadoras da limpeza do grupo Accor, empregadas no Hotel Arcade (Perrin, 2004).

Embora seja verdade que tenha ocorrido o refluxo efetivo do sindicalismo e das greves nos anos de 1980 e 1990 no plano internacional⁹⁶, ao tratar do sindicalismo brasileiro, a questão sugere não apenas a colaboração entre o capital e o trabalho como discutido por Marx em “O Capital”, mas também a cooptação de uma parcela de trabalhadores organizados em sindicato possibilitado pela estrutura sindical corporativa de Estado.



Os dados acima apresentados pelo IBGE/PNAD demonstram a recuperação do sindicato brasileiro em relação ao número de filiados já no final da primeira metade dos anos 2000. E se mais não houve, possivelmente é reflexo da intervenção branca do governo federal no movimento sindical, tornadas gradualmente suas lideranças ocupantes de postos bem remunerados no

⁹⁶ Esta afirmação se refere ao mundo do trabalho no ocidente apresentada pelos autores POCHMANN (1998), BAUMARD e BLANCHOT (1994), CAIRE (1990), LEITE (1994), RODRIGUES (2002), entre outros, mas não problematiza o avanço das forças produtivas e desenvolvimento das relações de produção na Ásia, sobretudo na China, país que tem recebido cada vez maior número de trabalhadores nas bases produtivas instaladas e já apresenta sinais de conflitos na relação entre Capital-Trabalho.

primeiro, segundo e terceiro escalões da máquina governamental. A cooptação de lideranças sindicais se impõe como mecanismo de ocultação das mazelas do governo em detrimento dos anseios, demandas e objetivos da classe trabalhadora.

No que se refere à investida da financeirização da economia e sua contribuição à alteração de normas de trabalho, trata-se de um fenômeno internacional, o que pode ser expresso de forma simples:

[...] no capitalismo, o trabalhador é explorado, trabalha coletivamente, possui liberdade pessoal e vincula-se ao processo produtivo através de um contrato de trabalho. Todos esses fatores permitem e podem até estimular a organização sindical. Claro que há precondições. O tempo de maturação é um fator importante. Outro é a situação política. Mas, apesar da existência muito recente e do momento político desfavorável, em alguns dos novos setores de serviços já surgem importantes manifestações sindicais. (BOITO JR., 2003, p. 329). [Então] O erro teórico do raciocínio que estamos criticando consiste em analisar a classe operária e o sindicalismo separadamente do processo político nacional e internacional. Toda classe social deve ser analisada em sua relação com as demais classes sociais, nunca isoladamente. (BOITO, 2003, p. 331)

Ademais, o sindicalismo, enquanto movimento social tem-se articulado por bandeiras cada vez mais amplas, no sentido de relacionar-se com a população, a despeito das diferenças de propostas que começam a aparecer entre as centrais sindicais. Neste aspecto, pode significar o crescimento do sindicalismo na razão direta contra outro sindicato e não contra o capital e as políticas de Estado. Ou seja, mesmo que permaneça no capó da reforma, o sindicalismo continua crescendo e encontrando alternativas para sua sobrevivência. E medidas conciliatórias visando a reforma do Estado, através de ações propositivas e/ou de resultados começam a agregar cada vez mais trabalhadores, como se comprova pelo lançamento dos dados desde 2003.

CAPÍTULO V

CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE E MOVIMENTO PAREDISTA

Diante do quadro exposto e face às mudanças nos movimentos grevistas, como as greves possibilitam a construção da consciência de classe?

Trata-se agora de analisar a complexidade que envolve a formação da consciência do trabalhador diante das relações entre reivindicações sindicais, mobilização de assalariados e a organização do trabalho. Antes mesmo, será contextualizada a relação dos trabalhadores diante do Estado no período recente.

5.1 Sobre a consciência dos trabalhadores diante da conjuntura política e econômica

As grandes mobilizações sociais têm origem e desenvolvimento em transformações básicas na estrutura do Estado e de classe da sociedade, acompanhadas e conduzidas por bases populares, cuja reivindicação *pode encontrar êxito* a partir de certas condições estruturais da classe que se rebela, da sua relação com outras classes e com o Estado. Associado a estes fatores está a debilitação da capacidade repressiva do antigo regime.

Grosso modo essas grandes mobilizações sociais tornam-se paliativas em favor da reforma do Estado, o que, por sua vez não atende as demandas populares no sentido de romper a relação entre capital e trabalho. Elas quase sempre se exercem de modo rebelde (1) contra decisões do Estado e do Parlamento contrárias as interesses das camadas populares, a saber, da classe operária, trabalhadores assalariados e camponeses pobres, e (2) contra atitudes monocráticas do patronato.

A forma capitalista de cooperar pressupõe, desde o princípio, que o trabalhador assalariado livre, venda sua força de trabalho ao capital possibilitando a sua cooperação aparecer sob uma forma histórica peculiar do próprio processo de produção capitalista, portanto distinta especificamente da cooperação fundamentada na propriedade comum das condições de produção e na cooperação circunstancial do indivíduo isolado de sua comunidade.

Ao mesmo tempo, a eliminação da propriedade privada dos meios de produção libera os trabalhadores da direção do patrão, visto que ela se coloca como agente de exploração no sistema capitalista. Ou seja, se a reunião da massa dos trabalhadores ocupados faz crescer sua resistência,

o capital aumenta sua pressão para superar essa resistência, quando aumenta sua capacidade de direção, ou seja, nasce da natureza do processo social de trabalho e pertencente a ele.

O espaço privilegiado de disputa entre o capital e o trabalho é a unidade produtiva no processo de desenvolvimento do capitalismo, pois ela é a célula de sua acumulação de capital e o seu desenvolvimento. O antagonismo presente na relação entre capital e trabalho deixa claro que o empreendimento capitalista representa o nexos contraditório entre a acumulação privada e estabilidade da classe trabalhadora, e, portanto o fortalecimento da última não significa a superação do modo de produção capitalista, ao contrário, caberia aos trabalhadores do empreendimento produtivo construir a ação coletiva nas circunstâncias em que o capitalismo se desenvolve com prejuízo das conquistas sociais adquiridas num determinado processo histórico. Até aqui, o crescente bem-estar dos povos não tem sido senão um subproduto eventual da industrialização.

Se, de um lado a reestruturação produtiva no Brasil gerou a eliminação de postos de trabalhos de plantas instaladas do então modelo fordista-taylorista, notadamente da grande empresa capitalista, também foram criados outros para atender a esta nova tecnologia e demanda. Este fato teria aquecido alguns setores da economia, sobretudo o de serviços, bem como atendendo *posteriormente* as demandas de micro, pequenas e médias empresas (MPEs), por trabalharem em rede em virtude do interesse por diminuição de custos. No entanto esta constatação é polêmica.

Esta unidade produtiva na sua forma de grande empresa se desenvolve por capital social básico e externo por onde amplia-se sua atividade produtiva e conseqüentemente a acumulação. Quando ela não é realizada pelo setor privado então o poder público confere capital para garantir a acumulação, tornando-se misto ou estatal. Sendo o Estado a burguesia organizada em classe na sua condição de classe dominante e o capital privado a burguesia financeira e produtiva, as frações de classe se articulam no poder convergindo a dominação política à exploração econômica.

Por outro lado os empreendimentos de menor porte vêm ocupando cada vez mais espaço na esfera produtiva. Para se ter idéia da dimensão e importância que o assunto das MPEs teria para as décadas seguintes aos governos federais, segue alguns indicativos. Para os adeptos da economia heterodoxa, as MPEs são consideradas uma espécie de “colchão de amortecimento” da grande empresa, que possibilitam, em períodos de crise, manter as últimas intactas ou com menor

descompasso possível na economia. Do ponto de vista da economia neoliberal, os pequenos negócios se destacam pela sua capacidade de gerar emprego e renda. Esta é uma das razões pelas quais surge a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar nº 123/06) que permite ao poder público municipal apoiar esta forma de empreendimento e que quer depor favorecendo à desregulação das leis do trabalho. E por isso mesmo se intensificaram sobremaneira no governo FHC e intensificadas na gestão Lula da Silva neste final de primeira década do séc. XXI.

Os dados que associam gestão pública e iniciativa privada foram apresentados no Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa (DIEESE/MTE, Sebrae, Rais, 2008) e podem assim ser observados: em 5,9 milhões de micro e pequenas empresas formais (computando 97,5% do total das empresas brasileiras), com 51% da força de trabalho urbana empregada no setor privado, equivalente a 13,2 milhões de empregos formais e 38% da massa salarial, ocupando assim 20% do PIB. Disto associa-se a 10,3 milhões de empreendedores informais e 4,1 milhões de estabelecimentos rurais familiares (85% do total dos estabelecimentos rurais, que por sua vez podem adquirir laços com os centros urbanos). Entretanto, há um clima adverso associado à fragilidade do porte das MPEs com o qual se soma a concorrência com grandes empresas, exigindo esforços de seus empreendedores para que consigam se manter competitivas e sobreviverem de forma sustentável na economia. Isto porque, as empresas de base tecnológica se encontram nas fases menos avançadas da tecnologia e do mercado, em ocasião que há incerteza no que se refere à tecnologia e sistemas de produção. Por outro lado, argumenta-se que os processos inovativos, tanto no produto quanto no processo de produção, possibilitam às empresas um maior dinamismo, competitividade e lucratividade no mercado e conseqüentemente prolongando sua sobrevivência.

A justificativa do desenvolvimento social resume-se, portanto, ao grau de desenvolvimento das estruturas, que por sua vez serão mais rígidas politicamente quando a burguesia é fraca para atender interesses do seu subgrupo no poder que disputa com outras frações burguesas. Tornar-se-á mais complexa forte e sutil na medida em que o capital constante torna-se hegemônico no aparelho de Estado e mais avassalador ao trabalho quando o capital agrega tecnologia submetendo o modo de produção às formas de produção externas mais flexíveis. Ou seja, o problema não é o desenvolvimento tecnológico ou o desenvolvimento das forças produtivas, mas a apropriação dele pela fração capitalista enquanto classe dominante no

poder, que torna-se ainda mais destrutivo aos trabalhadores quanto mais a economia estiver regulada pelo mercado, a saber, pela expansão do neoliberalismo e do capital fictício.

Se considerado o período de produção de escala no capitalismo, observa-se que foi desta maneira que o modo de gestão de acumulação de capital alicerçado na economia de escala fordista garantiu à empresa um tipo de capital com um modo específico de submissão do trabalho e organização dos trabalhadores e, num momento posterior alterou as suas formas de gerenciamento e de produção ampliando a articulação entre as grandes empresas e destas com as médias e pequenas (e entre estas menores) rompendo as fronteiras tecnológicas que agilizam a produção com redução de custos e afetando diretamente os trabalhadores que, por sua vez, deverão reinterpretar politicamente as alterações nas relações sociais e de produção impostas pela reestruturação produtiva. Disto resulta que as ações dos trabalhadores estarão contidas pela dinâmica do capital variável, levando o operariado enquanto classe à ação defensiva.

Então, se a lógica de maior investimento e gasto público significa maior salário e maior articulação da cadeia produtiva (cuja racionalidade se fez originalmente pelo taylorismo), por outro lado se fortalece a decisão política de se manter um exército industrial de reserva, o que colocaria os capitalistas em condições vantajosas de negociação com os trabalhadores.

Quando se trata de analisar a formação da consciência dos trabalhadores e as suas ações reivindicatórias frente à classe patronal, é necessário compreender que alguns conceitos podem gerar confusão, tanto do ponto de vista do pesquisador quanto no emprego de determinada terminologia pelo próprio trabalhador, cujo conceito pode ser distorcido. Não se trata, portanto, apenas de um fim metodológico, mas, sobretudo, de subsidiar teoricamente o estudo a partir de conceitos e referências históricas presentes na formação da classe operária e da formação da consciência dos trabalhadores.

O caso se refere especificamente ao emprego da terminologia adotada e que caracteriza a pessoa que executa alguma ação e realizar a distinção entre operário e trabalhador, quando apresentado o arcabouço teórico de Tarrow (1997). Isto porque o conceito de operário, sendo mais amplo, adéqua-se de forma menos custosa em relação ao termo preciso de “trabalhador” e “proletariado”, comumente empregado pela teoria marxiana.

O operário é aquele que atua, opera ou agencia negócios alheios. É ainda a pessoa que produz ou desencadeia determinada ação. É também o indivíduo pago por um país estrangeiro para espionar ou executar alguma ação dentro de outro país; espião. Pode ser aquele que infringe

a lei penal; operário do crime ou intermediário que representa artistas, diretores, escritores, músicos etc., retendo para si uma porcentagem de cada cachê ou salário do cliente. Membro de uma corporação policial. No nosso vernáculo esse verbete não aparece como sinonímia de trabalhador ou operário. De todo modo, se todo trabalhador é um operário por atuar sobre a transformação da natureza, não se pode dizer que todo operário seja um trabalhador. Até porque o capitalista e o banqueiro agenciam negócios e não são trabalhadores, pois nada transformam.

5.1.1 Movimento sindical e Estado

Com o enraizamento de certa ideologia populista no período de 1943 e 1964, a base social no Brasil estava constituída por alguns subgrupos, notadamente pela pequena burguesia urbana, aristocracia sindical, oficialato militar e burocracia estatal, cujo princípio defendido por eles era o colaboracionismo de classes.

Se até os anos de 1930 o sindicalismo tinha como predicado a combatividade e o classismo de um tipo de sindicato livre e revolucionário, este segundo momento do sindicalismo se caracteriza pelos interesses corporativistas e de conciliação no sentido de, (i) garantir o capitalismo no país, (ii) firmar-se com um perfil jurídico-legal e assistencialista e (iii) impulsionar o capital a partir do consenso dirigido pela burguesia organizada no Estado.

O sindicalismo promoveria de um lado a política estatal e por outro se tornaria uma poderosa barreira ao desenvolvimento da consciência de classe operária independente, portanto de um corporativismo subserviente às elites brasileiras e ao capital internacional, cujas bases se faziam no campo de apoio ao governo.

A cumplicidade entre partido político e sindicato levaria uma parcela significativa dos sindicalistas à candidatura para as eleições parlamentares que, ingressando no PTB, faria deste partido o canal para promover as negociações entre a cúpula sindical, as instâncias patronais e governo.

A estrutura sindical corporativista, montada e assegurada pelo governo de Vargas, foi, portanto, o grande instrumento de conciliação de interesses em favor do capital submetendo atraso da consciência de classe e organização dos trabalhadores brasileiros.

Vale destacar que, nos anos de 1960 o sindicato recebia influência dos comunistas (alinhados com a União Soviética) e que teriam importante papel na breve governo Jango. Este

serviria, aliás, de pretexto para que determinados setores das forças armadas fomentassem o golpe de 1964.

Por ocasião em que Jango chega ao governo e enfraquecido politicamente, ele assume compromissos com os sindicatos, que garantiram sua posse, a despeito de Jango ter aceitado uma manobra de conciliação proposta pelo Congresso. No entanto, o governo de Jango dependia do apoio dos sindicatos, que por sua vez se engajavam em lutas por soluções mais profundas nas reformas de base. Um exemplo dessa relação entre Jango e sindicalismo ocorreu em julho de 1962, quando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), ligada ao PTB-PCB, exigiu que Jango nomeasse um ministro do trabalho e um primeiro-ministro, ambos aliados dos trabalhadores.

Para efetivar sua reivindicação, as lideranças sindicais teriam combinado uma greve nacional com o então presidente, convocada pela CNTI, pelo Pacto de Unidade e Ação (PUA) e por outras articulações regionais. Com a sua vitória e um mês depois, o Congresso, pressionado pelos trabalhadores, instituiu o 13º salário. Após essa grande greve de 1962, o Comando Geral de Greve (CGG) convoca o IV Congresso Nacional dos Sindicatos e transforma-se no Comando Geral de Trabalhadores (CGT), que possuía um caráter mais político do que sindical.

A mobilização dos trabalhadores esboçava maior consistência política e formação da consciência de classe. No entanto, estes fatos, somados às mobilizações no campo, com as Ligas Camponesas e com reivindicações pela reforma agrária foram o pretexto que os setores mais conservadores das forças armadas precisavam para dismantelar a ação sindical. E, mesmo diante deste quadro, as greves se mantiveram por centenas de categorias profissionais.

O final dos anos 60 uma comissão de fábrica formada na metalúrgica COBRASMA, em Osasco mobilizou uma greve que alastrou a oposição sindical, que, no entanto foi duramente reprimida pela ditadura.

Com o descenso do sindicalismo surgiram as novas lideranças que permaneceram nas diretorias sindicais, não pela combatividade, mas pela submissão à ditadura. Os antigos dirigentes sindicais foram cassados e substituídos por interventores nomeados pelo governo e as centrais sindicais foram abolidas. Mas, com o início do crescimento econômico em 1974, as manifestações voltam às ruas e, como abordado em outro capítulo, eram na sua maioria econômicas, embora estivessem presentes as lutas pela autonomia sindical. Então, por se caracterizarem por demandas em sua grande maioria imediatas, de compra e venda da força de

trabalho, estas greves pouco contribuíram para que houvesse algum desdobramento no plano da subjetividade dos trabalhadores. (ANTUNES, 1992)

Mas há também outra chave sociológica que pode ser apreciada, pois, com a intensificação das greves de espectro imediatizador, que não aprofundam as contradições do capitalismo, mas que ao contrário, tornam freqüentes as manifestações imediatistas, contribuirá para que, durante os anos subseqüentes também possam emergir quadros de sindicalistas aptos à negociação.

O sindicalismo dos anos 80, o “novo sindicalismo” é caracterizado pela intensificação da luta com o capital e, dele surgirá a CUT, como entidade sindical majoritária no Brasil. No entanto, também como já observado, esta central, desde seus primeiros anos de existência, também será marcada por outro aspecto de caráter antagônico, respaldado pela colaboração de classes, sustentado pelas seções da CIOSL no Brasil. Ou seja, torna-se possível deduzir, que esta última apenas se faz presente se houver espaço e oportunidade política para sua atuação. Portanto, da mesma forma que o caráter imediatista das lutas faz referência direta com o rendimento dos trabalhadores (e com razão, a considerar o arrocho salarial e desemprego crescente), pode-se deduzir que a central sindical também precisa de recursos para sobreviver e impulsionar suas lutas. Neste sentido, os recursos de origem estadunidense e da social-democracia européia serão determinantes para formar a consciência política e supostamente de classe da nova estrutura sindical.

Se, de um lado com o novo sindicalismo resultará em quadros de sindicalistas voltados à radicalização das lutas, por outro lado emergirá também a direção sindical que se beneficiará da estrutura corporativa no sentido de promover alianças e pactos através de oportunidades políticas que colocam o movimento dos trabalhadores voltado às bandeiras sociais mais amplas e de menos pressão sobre o capital.

No que se refere à atuação das comissões de fábrica neste período, havia divisão de posições, entre os grupos reformistas, que entendiam que o papel das comissões seria intervir, participando no controle da produção, sob a hegemonia capitalista. Por outro lado, a corrente revolucionária, defendendo a necessidade do controle da produção pela classe operária e reconhecendo que o campo da produção era o espaço da luta de classe. Este debate acirrou-se quando levado para o interior da CUT, ao se discutir a prática sindical a ser adotada diante do quadro de reestruturação produtiva em que se encontrava o país.

As comissões de fábrica promoveram uma onda de greves. Ocorre que, alguns fatores foram determinantes para o seu esvaziamento, entre eles, a pequena experiência e incipiente consciência de classe, a ausência de perspectivas dos trabalhadores, a repressão patronal (diante do número incontável de membros das comissões demitidos) e o descaso (ou mesmo o ataque) dos sindicalistas oficiais.

Ademais, as comissões de fábricas eram observadas pelos dirigentes alocados no “sindicato amarelo” (de intervenção com pelegos) como um concorrente incômodo, que não agrega sustentação política e financeira do sindicato e, portanto, quando os sindicatos assumiram o controle das lutas, desmobilizaram os efeitos daquela experiência. Mesmo assim, nos anos seguintes ainda haviam comissões, especialmente a dos metalúrgicos de São Bernardo, São Paulo e, posteriormente, de Santo André, São José dos Campos, Guarulhos.

Há outras formas de organização existente dentro da fábrica, como os grupos de fábrica, os delegados sindicais, as comissões de compensações de horas, de fiscalização de acordos e as próprias CIPAs (Comissão Interna de Prevenção de Acidente).

Com a reestruturação produtiva do final dos anos 80 para 90, houve a retomada das experiências das câmaras setoriais mecanismos de negociação tripartite (entre os trabalhadores, empresários e o Estado), que, no entanto, funcionaram em grande parte do tempo sem a presença dos trabalhadores, por opção destes, fato que se alteraria com a entrada da base cutista, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a despeito de ser questionável no que diz respeito ao avanço da consciência de classe dos trabalhadores.

As relações de exploração que existem no mercado de trabalho estão permeadas pela estreita conexão de idéias de *sujeito* e *cidadania*. No primeiro caso por referir-se a um tipo de organização societária cuja existência depende da existência de sujeitos.

À cidadania está implícita a consciência do trabalhador no sentido de pertença à empresa (e ao Estado, sobretudo) e, conseqüentemente de responsabilidade pelos rumos daquela vida coletiva e mais precisamente do sucesso do empreendimento. Isto, contudo, deve estar aliado ao discurso de “democracia”, no sentido de garantir aos membros a possibilidade de realizar o debate em torno dos problemas que possam colocar empecilhos ao empreendimento produtivo.

Neste sentido, o que mobiliza a ação coletiva não é apenas a consciência dada pela razão posta pela legalidade e os desdobramentos jurídicos que implicam na participação do sujeito, ou ainda em princípios universais, mas antes, refere-se ao sentimento de possuir direitos e *tornar-se*

igual aos outros. Então é uma necessidade também subjetiva que é capaz de suscitar a adesão e mobilização em defesa daquilo que se julga por direitos.

No caso do movimento dos trabalhadores, ele conduziu a associação de direitos sociais com a tomada da consciência de classe e pela defesa de princípios gerais contra um tipo de dominação. Estes direitos para efeito de mobilização dos trabalhadores são ao mesmo tempo particulares em seu conteúdo e geral/universal em seus princípios.

Desta associação, o movimento dos trabalhadores se apropria com a intenção de atuar diante da organização do trabalho e utilizando das mesmas prerrogativas do sentido de pertencimento e utilização da democracia, procurará estabelecer o nexo contraditório entre o capital e o trabalho.

Há com toda certeza no momento atual a legitimação da ideologia e da política neoliberal que procura introjetar no sindicalismo pontos fundamentais da política neoliberal, e fazê-lo, por assim dizer, desviar de maneira muito adequada das luta pelos direitos e conquistas sociais.

Para se ter um exemplo, a CONLUTAS, se forma pelo classismo inter-relacional no sentido de construir no interior do Estado burguês algumas alternativas que se marcam por ações sindicais. Ela o faz a partir da centralidade do trabalho. Em decorrência da absorção de demais movimentos populares aumenta-se a filiação, o que pode ser compreendido também como uma medida para absorver trabalhadores que estão na informalidade, além de agremiações estudantis que se coloquem de forma contrária ao desenvolvimento do capitalismo.

Então, esta central não atingirá a ruptura com a sociedade do capital, mas determina um campo explícito de confronto e conflito expressos no mundo do trabalho. Como sua atuação não rompe com a institucionalidade, a CONLUTAS poderá ter, como agravante máximo, a criminalização de suas ações e conseqüentemente do seu movimento a partir das regras impostas pelo Estado.

Por outro lado, existem aquelas organizações que assumiram um posicionamento explícito de reformar o Estado a partir da colaboração com o poder público. De um lado refere-se ao momento político em que uma suposta linha operária tem a dominação das instituições burguesas. É o caso do reformismo propositivo e conciliador da CUT e da FS. No entanto, a segunda tem características distintas da anterior no sentido de que a sua ideologia se aproximar do aspecto conservador da política neoliberal bem como pelo desinteresse em enfrentar o capitalismo sob a ótica da classe trabalhadora. Isto confere à FS maior margem de manobra no

capitalismo e por isso mesmo tem grande poder de pressão e penetração, tanto no governo federal, quanto apoio no Congresso.

As medidas conciliatórias visando a reforma do Estado, através de ações propositivas e/ou de resultados agrega cada vez mais trabalhadores em torno de idéias que promovem a conexão entre cidadania e sujeito, da consciência de classe.

O novo procedimento de organização do trabalho e das forças produtivas reeducou os trabalhadores e conseqüentemente o sindicalismo. Fato este observado nos resultados vindouros, sobretudo a partir dos anos de 1940-50, período em que a política sindical se organizava pelas necessidades do capital e do Estado regulador em particular, transformando assim o movimento sindical e absorvendo bandeiras e demandas respaldando-as como se os trabalhadores tivessem obtido conquistas.

À medida que o Estado consegue definir suas políticas públicas e implementá-las frente às forças sociais, legitima sua inserção e autonomia visto que obtém-se – mesmo que pelo constrangimento, que também pode ser uma ação racional benéfica – a aprovação condicionada.

De acordo com Poulantzas (1977), o Estado tem autonomia relativa e controle de frações de classe burguesa e, portanto, ele não tem autonomia *a priori*, porque tem relação simbiótica com o mercado ao mesmo tempo em que sustenta autonomia com a sociedade que não tem condições de intervir. (POULANTZAS, 1977)

Tem-se então que, no capitalismo a vinculação entre superestrutura e infra-estrutura aponta para a direção de domínio de uma classe política a partir da exploração econômica.

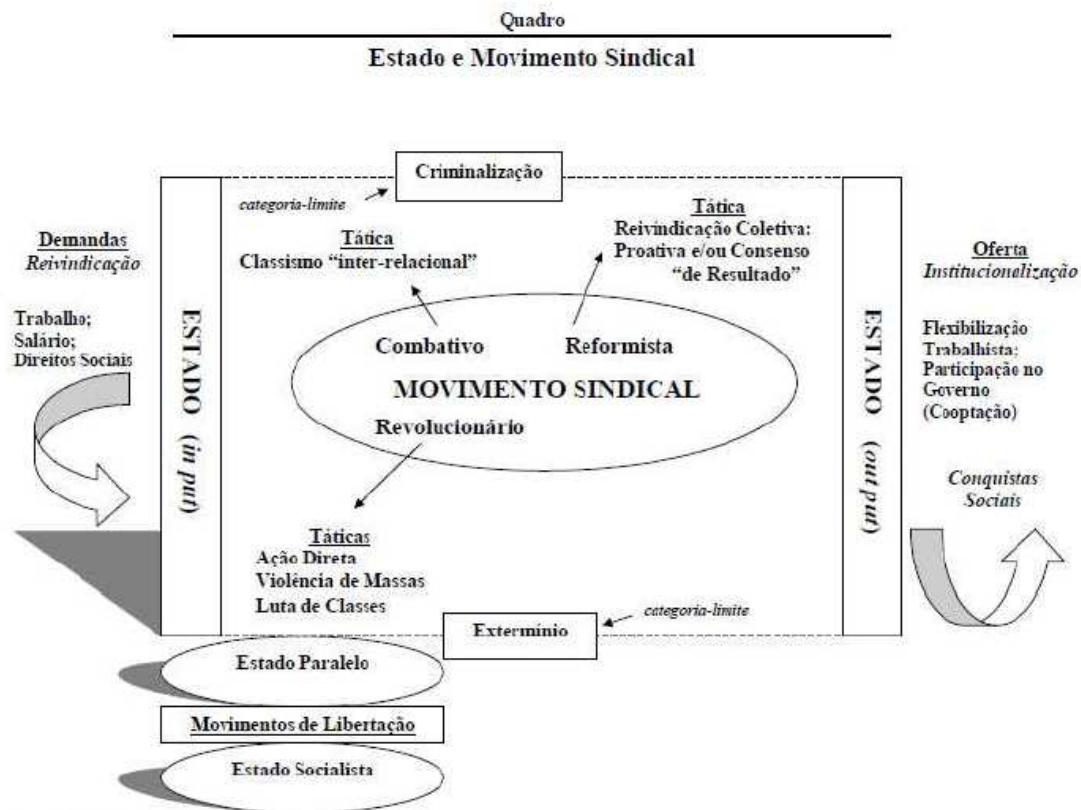
Os agentes de produção são apreendidos como os atores-produtores, como os sujeitos criadores das estruturas; as classes sociais, como os sujeitos da história. A própria distribuição dos agentes em classes sociais está relacionada ao processo – de fatura historicista – de criação – transformação das estruturas sociais pelos homens. Ora, esta concepção desconhece dois fatos essenciais. Em primeiro lugar, que os agentes da produção, por exemplo, o trabalhador assalariado e o capitalista, enquanto personificações do trabalho assalariado e do capital são considerados por Marx como os suportes ou os portadores de um conjunto de estruturas. Em segundo lugar, que as classes sociais jamais são teoricamente concebidas por Marx como a origem genética das estruturas. (POULANTZAS, 1977, p. 63)

Na condição exposta acima, o Estado capitalista defende os interesses das classes dominantes e a contradição de classes está em todos os níveis das relações sociais e da luta de

classes. Portanto, não apenas no interior das relações de produção, enfatizando, dessa forma, que existem práticas sociais das classes, distintas das estruturas econômicas, políticas e ideológicas.

Resulta, pois, na característica segundo a qual uma classe social não pode ser identificada em nível estrutural particular, e sim, enquanto efeito do conjunto dos níveis.

No caso de análise do Estado desenvolvimentista, o que caracteriza a autonomia inserida é o inverso da dominação aplicada pelo Estado Predatório. Ela dependerá de uma combinação de insulamento burocrático e inserção na estrutura social. Para que ação institucional obtenha êxito, há necessidade de se estabelecer coerência corporativa entre as burocracias, estabelecer redes informais destas junto ao conjunto da sociedade bem como manter mecanismos institucionais aptos a canalizar as negociações. Da mesma forma, o comportamentismo se manifesta nas redes pessoais de corporação que formam valores aliando-se à elite burocrática a partir dos canais institucionalizados.



A tutela do Estado, por sua vez, conduziu as demandas dos trabalhadores obrigando-os a um tipo de diálogo que respeitasse determinadas regras, impostas pela CLT. O resultado foi a acomodação do trabalho vivo, cuja pauta política passou da reivindicação com conquistas obtidas pela *ação direta* para *ações propositivas* que não superam a sociedade do capital, como vem ocorrendo desde o enfraquecimento do *novo sindicalismo* dos anos de 1970-80, mas que submeteu-se ainda mais com as três últimas eleições à presidência da república.

E quando tais requisitos do Estado não são atendidos, então o movimento sindical passa a ser criminalizado. Sendo absorvido inclusive pelo governo (enquanto fração de classe dominante no Estado burguês), a outra parte é vista pela população como se suas demandas já tivessem sido atendidas e que os trabalhadores fazem exigências desnecessárias e então estes mesmo trabalhadores demonstram não saber o que significa a “responsabilidade de se governar” um país e atender a tantas diferenças. Disto resulta num movimento sindical de “chapa branca”, caso em que, além das bandeiras de luta, os próprios trabalhadores atuam na esfera pública e institucional conferindo legitimidade ao Estado e ao capitalismo sua responsabilidade na organização dos trabalhadores.

A ação cuja intencionalidade visa ampliar direitos ou conquistar novos caracteriza-se, como visto, pela sua forma combativa e classista. Este movimento, por sua vez, encontrará resistência entre as frações de classe burguesa. Disto resultará na tentativa das instituições absorverem estas demandas e transformá-las de acordo com os interesses do capital. Ocorre que uma das medidas de segurança da classe dominante se refere a fragmentar o grupo popular. Para tanto, deverá contemplar apenas algumas reivindicações e ainda, de forma parcelar, cujo objetivo é de fracionar os interesses do coletivo insurgente ou desgastá-lo a ponto de perder sua resistência e/ou legitimidade diante da população.

Como se observa no quadro acima, as demandas são confrontadas com o Estado e a absorção das bandeiras confere legitimidade ao Estado democrático e de direito que tenha permitido a realização das manifestações.

Não sendo possível controlar o movimento reivindicatório combativo, então o Estado atua de acordo com os preceitos da legalidade, empurrando o movimento até a sua criminalização. No caso de um movimento revolucionário o mecanismo adotado pela classe dominante é o extermínio do seu oponente.

No caso de movimentos contestatórios voltados à reforma do Estado, eles são absorvidos facilmente pelas instituições democráticas e suas lideranças passam a compor o jogo de poder de um tipo de democracia participativa, pela qual os interesses de classe cristalizam ao mesmo tempo em que as lideranças sociais (e neste caso, sindicais) se afastam da sua base política. A contrapartida é que se fortalece a classe dominante.

Este último caso pode ser identificado pela atuação das centrais sindicais que compõem o poder público no atual governo.

5.2 Consciência de classe diante das complexas relações dadas na organização do trabalho

Uma das características que define a nova fase do capitalismo diz respeito à necessidade de potencializar o trabalho vivo para que amplie a extorsão da mais-valia. E o que representou esta mudança foi a possibilidade de conjugar o modo de se produzir fordista-taylorista com a flexibilização das estruturas de organização e gestão do trabalho, sobretudo nos países em que permaneciam a dependência desigual e combinada aos países de economia central.

Com as formas de se administrar e medir a escala da produção foi necessário conciliar políticas próprias do mundo do trabalho que atendessem ao descrito acima e ao mesmo tempo atendessem à materialidade da classe trabalhadora. Neste sentido, as leis trabalhistas podem representar não apenas conquistas sociais que dizem respeito à manutenção da vida (como valor universal), mas, sobretudo para garantir uma força de trabalho adequada àquela tecnologia bem como ao prolongamento da vida útil do trabalhador, enquanto componente de capital variável.

As leis trabalhistas, assim como as preocupações com a saúde do trabalhador, a necessidade de alguma educação capaz de possibilitar ao trabalhador utilizar os equipamentos decorrem da necessidade de maior concentração do capital e não o contrário. Disto resulta numa primeira diferenciação já apontada em outro momento deste trabalho: na primeira fase (até 1930) haviam conquistas dadas a partir do enfretamento direto com o capital enquanto que no segundo momento são direitos do trabalhador em relação às necessidades de expansão do capital e não da demanda do trabalhador. Ou seja, a relação entre oferta e demanda não está presente apenas na lógica do produto, mas na relação direta com a existência do trabalho vivo.⁹⁷

⁹⁷ Não por outra razão que nos dias de hoje se tem a mesma preocupação com o trabalhador, na ocasião em que se trata da sua qualidade de vida. Um trabalhador descansado e subsumido pelo capital transforma o ócio produtivo em mais mercadoria.

São necessários então que os valores subjetivos do capital se desenvolvam a partir de um tipo de consciência que aceite como *natural* a existência de *sujeitos*, e estes como *portadores de cidadania*, que possa primar pela legalidade, cooperação, participação democrática entre outros princípios.

A justiça do trabalho, como secretarias locais de saúde, escolas públicas, etc., se de um lado deve sua existência às demandas exigidas pelo trabalhador, não é menos verdade que elas, quando arbitradas pelo Estado, são colocadas sobre regras da acumulação para ampliar a propriedade privada.

A legalidade instituída passa a representar o espaço privilegiado de intervenção dos trabalhadores, pelo qual o sindicalismo, a partir do corporativismo Estatal atua sobre estas regras definidas pela fração burguesa industrial representada no Estado.

Isto foi notado com a permanência da consciência legal no período do *novo sindicalismo* evidenciando o crescimento do número de processos trabalhistas na época, do que resulta, pois, na necessidade de se relativizar a caracterização tradicional do grupo sindicalista em ascensão e da sua ação combativa.

Se o discurso do novo sindicalismo pleiteia *autonomia sindical* e realiza a crítica à legislação trabalhista, em especial a lei de greve, a direção sindical não se eximiu das leis e da Justiça do Trabalho quando elas se revelaram armas eficazes ou possíveis no enfrentamento com o patronato.

O mesmo ocasionou no momento recente, por ocasião da construção de “identidades próprias” das diversas centrais sindicais no sentido de se tornarem representativas diante do Ministério do Trabalho e Emprego. Elas se definiram durante o embate entre os sindicalistas alinhados às diferentes tendências políticas, entretanto isto não foi obstáculo para que as centrais estabelecessem alianças estratégicas e de solidariedade em ações pontuais.

Com a fragilização crescente das regulações trabalhistas, as novas formas contratuais de trabalho não reconhecem as desigualdades que existem entre trabalhadores e burguesia, na medida em que se estabelece a flexibilização das leis trabalhistas e fragmentam-se as relações sociais no interior do processo produtivo. Conseqüentemente a maneira pela qual o trabalhador construía sua consciência, com a flexibilização das relações de trabalho, um novo *ethos* é introduzido para promover uma nova forma de organização a obstar que as insatisfações do conjunto da classe trabalhadora não venham a ser revertidas em ações insurrecionais de massa.

As incertezas, portanto, seguem no campo legislativo e no processo de trabalho e por onde se intensificam formas precárias de realização da atividade produtiva.

Nesta parte da discussão verifica-se a possibilidade de produção de consciência dos trabalhadores, num primeiro momento pelas relações dadas no mercado de trabalho e, em segundo momento a partir do ambiente de trabalho. Por fim, há uma breve reflexão sobre as manifestações de trabalhadores que ocorrem isoladamente diante do empregador.

5.2.1 Relações no mercado de trabalho

As ocorrências de greve em virtude da flexibilização das leis que envolvem o mercado de trabalho tornam-se oportunidades de formar a consciência do trabalhador na medida em que as reivindicações também refletem sobre a sua conjuntura. Estas greves se mostraram defensivas dos direitos dos trabalhadores.

As manifestações incidiam contra as contratações temporárias atípicas que ocorreram com maior intensidade a partir de 1995, afetaram os trabalhadores pela utilização dos contratos rebaixados e afetando as conquistas que protegiam o trabalhador contra forma provisória de contratação, que foi observado pelos trabalhadores como precarização das relações de trabalho, tanto do ponto de vista das relações de trabalho quanto de sua formação e capacidade de representação sindical.

Foi notado que o emprego disfarçado fragiliza o sindicalismo quando se aumentam as contratações nos setores de base, onde há maior incidência de força de trabalho desqualificada. Também porque a contratação feita sob a forma de Pessoa Jurídica refere-se a um tipo de contrato comercial e não de contrato de trabalho, implicando por sua vez em perda de direitos formais.

O desenvolvimento de programas de remuneração variável possibilita a empresa a realizar ajustes que consideram o custo de trabalho, permitindo à empresa maior apropriação do tempo de vida do trabalhador, através de dois mecanismos: (a) pela invasão do tempo de trabalho sobre o tempo de reprodução social das pessoas e (b) pelo emprego de tecnologias e gerenciamento como forma sofisticada de controle sobre a jornada. Recorde-se o exemplo dado no capítulo sobre mercado de trabalho, sobre o funcionamento e controle das operações de um supermercado.

Dentre as formas de resistência do movimento sindical destacam-se dois tipos de reação. A primeira, a reação coletiva na relação entre o capital e o trabalho, diante da regressão no

quadro de emprego com implicações fortes na capacidade de barganha do sindicato. A reação que predomina dos trabalhadores é a de resistência ou reação de barganha para se perder menos. Ações caracterizadas por movimentos diferenciados, do ponto de vista dos trabalhadores que, mesmo sendo defensivas com vários atores, observa-se que faz muita diferença em existir um sindicato organizado no interior das empresas para reagir e não ter este instrumento como poder de negociação no interior das empresas, neste processo de ajuste.

Existem diferentes concepções táticas no interior do sindicato no sentido de reagir, e, a despeito de suas especificidades é possível constatar que onde há sindicato para mediar o conflito na relação entre capital e o trabalho as empresas terão maior preocupação em saber qual será a reação dos movimentos dos trabalhadores, inclusive porque ela precisa manter a atividade do processo produtivo. Neste sentido, a empresa vai estabelecer algum grau de negociação com este sindicato, mesmo que a resistência se mostre baixa e/ou pouco eficiente, mas a negociação será feita como medida alternativa e de precaução da empresa no processo de flexibilização fazendo com que o empresariado evite um conflito mais forte com o sindicato.

Isto é importante porque, havendo a demissão anunciada, a empresa apresentará medidas “compensatórias” pelas quais se procura realizar algum tipo de negociação antes mesmo da demissão anunciada, introduzindo assim um mecanismo que permita à empresa realizar o ajuste neste novo quadro econômico.

O que prevalece nestas negociações são o banco de horas, a redução da jornada de trabalho, da suspensão do contrato, entre outras já apresentadas, e quando isto ocorre é, invariavelmente sob condições estritas e de curto período, mesmo com esta negociação⁹⁸.

As contrapartidas serão pequenas e por vezes se obtém o retorno do trabalhador ao local de trabalho em até 03 meses, em que prevalecia a suspensão do contrato (KREIN, 2009). Trata-se de compensações relativamente pequenas e se faz no sentido de antecipar um quadro negativo em curso, portanto, se a recessividade econômica da atividade não sofre alterações, o próximo passo será a demissão.

Mesmo em caso de efetivação da dispensa do trabalhador, as empresas mantêm as medidas de flexibilização, como a suspensão de assistência de saúde por mais tempo, elevação do valor de multa, aviso prévio, etc.

⁹⁸ O período tem média de 2 a 3 meses.

De certa forma, o sindicato pode minorar o processo de ajuste ou retardá-lo no interior da empresa em condições de dar mostras de acordos coletivos. No caso em que não há esta possibilidade, ou seja, com a presença do órgão sindical, torna-se comum efetivar a despedida, prevalecendo a arbitragem da empresa, conforme estabelecida pela própria legislação do trabalho. Ou seja, há diferenças para enfrentar a flexibilização no momento de crise. Há, entretanto sempre uma ação defensiva.

O que a crise deixa claro é que o enfrentamento destes problemas no mercado de trabalho não são possíveis no âmbito apenas da categoria profissional, mas está colocado no crescimento econômico e diante do papel do Estado, e é por onde também se começa a aparecer o segundo campo da ação sindical, ainda de forma tímida, a pressão sobre o Estado e sobre o governo em particular, com políticas econômicas que preservem o nível de atividade econômica e o emprego.

Esse campo de ação no período de crescimento não foi caracterizado pela realização de grandes mobilizações, e o sindicalismo, como ator central, não foi capaz de realizá-las. Houve manifestações contra taxas de juros, mas não de solicitação de inversões do capital. Os sinais apresentados pelos trabalhadores neste sentido podem ser notados pelo que aparece com maior sensibilidade, como na unidade entre as centrais sindicais brasileiras no dia 30 de abril de 2009, exigindo mudança econômica e preservação do emprego. São bandeiras políticas em períodos de crise e diante das minúcias das empresas no processo produtivo real.

E segundo, a referência se faz aos pós-keynesianos; se existe este campo das instituições públicas que atuam na área do trabalho, deve-se então transformar as mobilizações paredistas em políticas a serem efetivadas pelo Estado, que até então sinaliza com algumas ações de caráter social e estruturante, como as medidas paliativas e compensatórias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Dito de outra forma trata-se da sintonia entre a velha pretensão do sindicalismo economicista com o Estado no campo das instituições públicas.

Entretanto, considerando que o Estado representa uma determinada classe e submetido a um processo de inserção na economia internacional, caberia ao sindicalismo canalizar e construir um processo de mobilização mais amplo. Todavia essa perspectiva não será realizada em virtude de que as principais centrais sindicais brasileiras aderiram ao reformismo e elas mesmas fazem coro com o governo a partir da “aristocracia” operária.

Pressupõe-se então que se não reverter a situação de crise mais geral o sindicato não terá força posterior. Este é o grande desafio, não só contra o Estado, mas um desafio de identificar, na

construção do processo de luta, alternativas de projetos para a sociedade e não só a para conquista do emprego imediato, ou seja, pelo exercício, mesmo que de “reformas” neste primeiro momento, construindo questões para infra-estrutura, questão social, habitação, que, por sua vez pode ser um fator de mobilização social, como pode também ser de oportunidade política, como sugere Tarrow (1997).

Para isto é imprescindível a alteração do comportamento político e institucional do sindicalismo brasileiro, no sentido de apresentar projetos de desenvolvimentos para o país e que seja capaz de, ao mesmo tempo enfrentar a volta do crescimento econômico e de sociedade em outras bases num momento posterior. Este é o desafio sindical, e, neste sentido é a unidade do movimento sindical que está sendo desafiada para garantir a reversão da condição econômica, que por sua vez possibilitaria ao sindicato o seu fortalecimento e de sua central cujo apoio estaria sustentado pela sociedade e não exercendo funções de assistência social que estão distantes da sua natureza, mas que tem sido muito eficiente para mantê-lo sob jugo de uma fração de classe dominante.

5.2.2 O ambiente de trabalho

No ambiente de trabalho, as empresas provocam a forma *inovadora* dos trabalhadores, conferida pela mudança no status do trabalhador na fábrica e na consciência que *tradicionalmente* se desenvolvia.

Como consequência, as empresas procuram fortalecer um discurso de esvaziamento da teoria das classes sociais vistas como categorias de análises marxianas.

Exemplificando, o discurso corporativo-empresarial afirma *ser o trabalhador quem articula seu interesse no trabalho*, e que individualmente procura estabelecer uma relação *humana* entre condições no trabalho e na sua vida social.

Pelo discurso do empresário, o status dos trabalhadores se amplia em favor do capitalismo na medida em que o trabalho vivo reconhece nesta “nova” firma a superioridade dela em relação ao padrão fordista. Pois até então estes trabalhadores estavam subjugados pelo trabalho repetitivo e massificante das linhas rígidas da produção; contudo o que supostamente prevalece é o conhecimento, a criatividade e um tipo de trabalho que conferem o crescimento intelectual aos trabalhadores.

Se no “antigo” modelo de organização o conhecimento global da atividade produtiva se tornava um risco ao processo de acumulação, nesta fase ele impulsiona o trabalho vivo no sentido de eliminar o antagonismo entre o capital e o trabalho. E, conseqüentemente procura retirar os fundamentos da luta de classes.

A despeito da intencionalidade do capital se manter intacta, para não dizer fortalecida, o que importa é identificar a complexa relação entre a formação da consciência dos trabalhadores diante do mercado.

No interior da fábrica, quer fazer crer o capitalismo, os trabalhadores – fortalecidos nas suas competências técnico-intelectuais (e psíquicas) – não seriam mais resistentes à manipulação pela ideologia do capitalismo progressista e conseguiriam articular melhor, em dimensões políticas, contrapropostas concretas na fábrica. Neste sentido, as reações dos trabalhadores não ocorreriam de maneira “egoísta”, pois, como *self-developer* eles saberiam articular a violação dos seus interesses trabalhistas em conjunto com seus colegas *solidários*.

Do ponto de vista da organização do mercado de trabalho esta forma de compreender a consciência do trabalhador (competente, pró-ativo diante do discurso democrático-comunicativo e coletivo como cidadão), caracteriza-se pelo esvaziamento dos conflitos sob mediação direta do mercado.

A legislação trabalhista confere flexibilidade do mercado de trabalho, ou seja, na liberdade que o empregador tem de determinar as condições de uso e contratação para o trabalho, e a segunda, pela liberdade que as empresas desfrutam para realizar os ajustes necessários à redução do custo do trabalho. Esta flexibilidade que desregulamenta as leis trabalhistas, por sua vez, não significa, necessariamente que há supressão de regras e leis, uma vez que pode traduzir-se em novas leis que visam a reconhecer diferentes tipos de contratos de trabalho mudanças nas condições de venda e uso da força de trabalho, que significaria, em última instância, a garantia de direitos.

Da mesma forma, o mercado de trabalho exige cursos profissionalizantes, voltados, de um lado à capacitação do profissional, pelos quais se ensinam inclusive as técnicas para atender com agilidade o setor de recursos humanos, ensinando elaborar currículo, posicionar-se agilmente diante das demandas de mercado, entre outras. E de outro lado formar trabalhadores propensos à cidadanização, responsabilidade e protagonismo empresarial, portanto, em oposição à construção da consciência de classes.

Visto sob a ótica da formação da consciência classista o que se caracteriza é que se amplia a submissão do trabalho vivo à lógica da produção e à intensificação da mais-valia.

Os mecanismos que são utilizados para garantir a extorsão do trabalho vivo se faz por meio da flexibilização das relações de produção, pela qual se conduz o auto-policiamento entre os trabalhadores, o que elimina os antigos “sensores” da fábrica fordista.

Pelo novo modelo de trabalho em célula, um trabalhador obterá maiores rendimentos na medida em que outro trabalhador da célula se esforçar também na sua produção, do que resulta num trabalhador polivalente, com conhecimento técnico para atender a agilidade e produção imediata do mercado, sem perdas de produtos e sem o consumo de tempo desnecessário, pois a flexibilização do horário de produção permite ao capital eliminar as porosidades da produção. sem vínculo ideológico para transformação social.

No que se refere à formação política dos trabalhadores, o sindicato encontra o desafio de trabalhar a consciência de classe dos trabalhadores sob as novas formas da submissão, na perspectiva de reconstruir a consciência coletiva de solidariedade classista ou voltar-se definitivamente à mediação como instrumento de mercado para atender um novo tipo de trabalhador, o *experto*.

O perfil do trabalhador que chega ao sindicato é oriundo do processo de externalização e os egressos da PEA.

No primeiro caso estão aqueles sem contato de trabalho e que atendem a demanda parcelizada (o que impede de refletir sobre o valor agregado e conseqüentemente sobre o valor do trabalho no total da produção).

Estes trabalhadores realizam trabalhos externos ou na planta enxuta, onde operam poucos trabalhadores, cujos postos são ocupados, em geral, por trabalhadores de baixa idade em condição de estudo. Diferentemente daqueles que não tem tempo para se formar (os quais fazem parte do grupo que se situa entre os mais baixos rendimentos), a geração que ocupa as atividades externalizadas se cresceu íntima da linguagem tecnológica, o que lhe confere maior agilidade para manusear máquinas complexas.

Do outro lado estão os trabalhadores com idades mais avançadas, próximos da aposentadoria (ou em condição de aviso prévio por não conseguir se especializar de acordo com as exigências do mercado).

Em ambos os casos se envolve o problema da Previdência Social. Quando se faz o depósito para a previdência o que se supõe é que os que depositaram durante a sua vida ativa contemplará os que estão por se aposentar, concluindo que o mesmo acontecerá com eles. Também é um tipo de poupança pela qual se garante a vida do trabalhador após egresso do mercado de trabalho. Contudo, e como visto em outra parte deste trabalho, a fórmula adotada pelo fator previdenciário resulta quase sempre na redução do valor do benefício.

Por isso mesmo o sindicalismo que atua de forma a não exprimir a luta de classes – mas antes, no sentido de promover ações que eram funções do Estado (assistência social e de promoção de balcões de emprego) – alcançou projeção política institucional e de participação no Estado como colaborador de classe.

O sindicato contemporâneo, encimado na política propositiva e de resultado torna-se um instrumento sindical de tipo neo-corporativo, cuja função é tão somente negociar com os capitalistas nos limites dados de uma indústria, empresa ou ramo de atividade torna-se compatível com as pretensões do capitalismo neoliberal e de redução do papel do Estado (no âmbito das políticas sociais) e por onde os direitos e conquistas sociais serão debilitados pela lógica da reprodução com transferência do fundo público ao capital a dizer, de parte significativa do erário aos capitalistas, ou como remessa de lucros com impostos não cobrados ou como pagamento de juros e serviços da dívida pública. Em caso de divergências e até mesmo de antagonismo surgido / explicitado durante a negociação, o novo perfil da direção sindical pode, em detrimento da maioria absoluta dos seus sindicalizados tornar-se inclusive parceir dos capitalistas. (OLIVEIRA, 1999)

5.2.3 Patronato e táticas isoladas de reivindicação

O interesse das empresas em relação aos seus empregados diz respeito tanto à utilização da sua força física e da sua habilidade em favor da produção como também das suas “*potencialidades*” e da sua capacidade cognitiva, caracterizando a organização do trabalho nessas empresas pelo aperfeiçoamento do taylorismo-fordismo com a inclusão da inteligência e do saber do trabalhador como um “capital imaterial” também a ser explorado. Esta prática, que não substitui de maneira total o fordismo-taylorismo pelo toyotismo, é facilitada pelos altos níveis de desemprego que conferem um grande poder às empresas nas relações de trabalho. (BERNARDO, 2009, p. 03)

Se as empresas e o Estado (via governo federal) se empenham em utilizar mecanismos visando à desmobilização dos trabalhadores, então os sindicatos também buscam novas estratégias para obter o efeito contrário postulando um lugar próprio tornando-se a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças.⁹⁹

Não é a permanência do trabalhador em atividade produtiva que lhe permite formar a consciência de classe que, também não pode ser dada integralmente externamente ou fora da luta de classes. A entidade sindical deverá buscar por mecanismos distintos para convencer os trabalhadores de sua força coletiva, seja utilizando meios mais tradicionais (panfletos distribuídos nas portas de fábrica) ou de estratégias similares às adotadas pelas próprias empresas, como a permanência de diretores do sindicato no interior das grandes fábricas e as atividades de militantes junto aos colegas de trabalho, particularmente os novatos a quem serão dirigidos cursos de formação política e sindical.

O fato de o trabalhador estar em um espaço onde se reconheçam com a entidade sindical, possibilita aos seus dirigentes e militantes apresentar as propostas de atuação do sindicato, seu histórico e sua maneira de ver a relação com as empresas (BIRH, 1998, p.186). A isto se referirá os cursos de formação política e sindical, bem como as formas de defesa das demandas dos seus sindicalizados. A isto cabe a descrição de entrevista realizada por Bernardo:

Tal afirmação está em conformidade com o que afirmou um dos poucos trabalhadores entrevistados que eram militantes sindicais. Ele questiona o fato de o sindicato, muitas vezes, utilizar um discurso “muito político” (no sentido da crítica ideológica à relação Capital-Trabalho) que, em sua opinião, não é bem recebido pelo pessoal do chão-de-fábrica e dizia que um movimento que focalizasse os problemas cotidianos dos trabalhadores, como as humilhações e o ritmo de trabalho, teria muito mais chance de sucesso. (BERNARDO, 2009, p. 07)

Seguindo o raciocínio do trabalho entrevistado admite-se como imprescindível a realização sistemática de cursos de formação política e sindical com os quais a direção sindical procura sensibilizar seus sindicalizados para compreender (1) a histórica relação de conflitos entre capitalistas e trabalhadores e (2) a imprescindível aglutinação dos trabalhadores como garante (embora, nem sempre) de greves exitosas.

⁹⁹ Define-se como “o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (...) pode ser isolado”. (CERTEAU, 1996, apud BERNARDO, 2007, p. 05)

As táticas utilizadas pelos trabalhadores no cotidiano dizem respeito tanto a respostas individuais impulsivas diante de situações extremas como às ações que envolviam mais pessoas, embora não organizadas. Tais ações astuciosas correspondem àquilo que Bernardo identificou em Certeau (1996) ao denominar por “táticas”.¹⁰⁰, ou seja, reações ao poder sem um planejamento prévio, mas regidas pela astúcia do trabalhador como último recurso, comandada pelos acasos do tempo sendo determinada pela ausência de poder (assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder). Bernardo esclarece que, de acordo com Certeau, a tática refere-se,

[...] a ação calculada que é determinada pela ausência de um [lugar] próprio. Então, nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E, por isso, deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’ [...] e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. (CERTEAU, 1996, p.100-101, apud BERNARDO, p. 5)

A este respeito, comenta Bernardo,

Esse trabalhador também fala da astúcia utilizada para conseguir executar essas ações sem ser descoberto. Mas, sem dúvida, ele sabia que estava correndo sério risco de ser demitido por justa-causa se isso ocorresse. Depois de alguns anos na empresa, diz ter ficado mais “consciente” e, assim, evitar esse tipo de reação, privilegiando as estratégias de organização coletiva. No entanto, tal relato mostra que, apesar de todas as características que compõem o discurso gerencial da era da flexibilização, que busca atribuir um maior nível de responsabilização ao trabalhador, ainda é possível encontrar táticas de sabotagem utilizadas desde o início do capitalismo industrial, conforme mostra Thompson. (BERNARDO, 2009, p. 08)

A diferença da análise acima exposta em relação ao pensamento leninista é a de que, considerando que haja o curso de formação ao trabalhador, ele deverá sê-lo em condições de alavancar o projeto revolucionário. Assim, a análise dialética de uma ação (sindical e partidária e, sobretudo militar) afirma que a “estratégia” está intimamente relacionada o objetivo finalista, enquanto a tática ou as táticas estão identificadas com a ação, o meio ou o método usado à consecução do objetivo alvo. Disto resulta que, a uma determinada estratégia corresponderá

¹⁰⁰ Diferentemente de estratégias, que utilizam cálculos objetivos.

determinados cursos de formação política e sindical enquanto elemento tático, a primeira não se realiza sem as segundas.

O modo de produção capitalista, se de um lado exige racionalização da produção associada cada vez mais à flexibilização do trabalho, em determinadas medidas para garantir sua acumulação, e em outras ocasiões de forma tática (para gerir negócios e para acumular), também sugere que o mercado e capital financeiro, em ambos os casos contenham trabalhadores dispostos à produção, a realizar a produção material e de valor agregado intelectual (de onde há interesses pelas empresas em patentear este conhecimento, portanto sempre de forma produtiva mesmo o valor de uso se realiza enquanto teoria do valor material).

No caso brasileiro, assim como há resistências para se alterar questões internas na própria estrutura sindical e da mesma forma que se apresentam dificuldades para se alterar a legislação, há o sentido de pertencimento e de organização que impõem resistências para se abandonar o sindicato como projeto histórico de transformação das relações entre capital e trabalho. Mesmo porque, no modo de produção capitalista, de acumulação privada, o pressuposto é de que parte da força produtiva realize o trabalho enquanto outra parte, a proprietária dos meios de produção (a parte positiva da contradição) sobreviva apenas com o supérfluo.

A despeito da insatisfação do empresariado em negociar com os sindicatos porque isto significa um empecilho à sua maior acumulação. Neste caso, a estrutura de dominação capitalista requer um interlocutor para que as manifestações paredistas possam se tornar, senão previsíveis, ao menos reguladas pelo capital e/ou obstruídas por ele, ou “amortizadas”, como sugeria Vargas; ainda mais quando a sociedade se estabelece numa relação cujas forças produtivas se realizam na contradição entre capital e trabalho e no antagonismo de classe.

5.3 Formação da consciência em movimentos sociais paredistas

Retomando os conceitos de classe social e consciência de classe apresentados no início deste trabalho tem-se então que a classe operária surge a partir da luta antagonica entre capital e trabalho e contraditória no interior da própria estrutura econômica do modo de produção capitalista.

O potencial desta classe segue em momentos específicos operando a ação vinculada à massa de operários no sentido de trabalhar a consciência dos trabalhadores, cujos interesses e limites são precisamente aqueles do proletariado. Portanto, há um processo de conscientização

dos trabalhadores organizados em classe social que definem a consciência de classe (ou seja, a formação da consciência de classe).

Neste sentido, a consciência se apresenta a partir de questões práticas do cotidiano até chegar aos grandes temas sócio-históricos, criando propostas alternativas à ideologia hegemônica. Portanto, a forma de elementos concretos – em si mesmos – adquire a forma de consciência de classe na medida em que, reunindo forças de representações contrárias da estrutura mental se tornam claras às massas e quando estas massas reconhecem aqueles que podem oferecer respostas a tais demandas de forma impessoal.

Para se produzir a consciência de classe, e mais, a revolucionária, os trabalhadores devem reconhecer a existência de seus direitos diante dos mais distintos problemas sociais diante do seu antagonico, a saber, a civilização burguesa.

A despeito da consciência que se forma a partir das relações sociais e reprodução do modo de produção, as lutas sociais que antecedem o nascimento do capitalismo já estavam presentes nas questões concernentes a sua autonomia e estratégia para se opor às classes dominantes¹⁰¹. Tal feito ocorre agravando-se na transição do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial. E serão os interesses, ou o nível de seu desenvolvimento que dirão exatamente o que são conquistas do movimento dos trabalhadores e também definirão as formas pelas quais os trabalhadores utilizarão para enfrentar o capital.

No caso brasileiro, o meio pelo qual os trabalhadores encontram para agir coletivamente, ou seja, pelo sindicalismo, mostrou que ele se manteve mesmo com o arrefecimento das lutas – e conseqüentemente houve diminuição nas manifestações grevistas.

Entretanto, a greve enquanto instrumento de combate deve ser atualizado, segundo as alterações endógenas do capitalismo e de sua recuperação cíclica.

De um lado a greve sugere a paralisação de parte da produção no momento em que os trabalhadores, enquanto parcela da força produtiva, não são atendidos como esperavam e, de outro, significa capacidade de luta e expansão de classe, organização e absorção dos trabalhadores.

No entanto, por emanar das bases populares em resposta a um determinado modo de exploração da força de trabalho (cujas faces são em determinados momentos desconhecidas), a

¹⁰¹ Ainda que, somente com o mundo moderno, se desenvolverá a cultura capaz de reconhecê-los como indivíduos, classes e atores sociais aptos a introduzir formas de organização econômica e social.

greve é um instrumento de resistência dos trabalhadores voltada também aos novos momentos das lutas. Ou seja, a tese defendida é a de que a greve ainda possui, não apenas a eficácia, mas também é capaz de mobilizar e servir como termômetro do movimento dos trabalhadores.

Da mesma forma, a greve é um instrumento que permite a percepção da formação da consciência de classe dos trabalhadores, pois, emanadas das bases populares e de forma organizada, as greves passam a compor o espectro das demandas dos movimentos sociais. Estes movimentos podem ser definidos a partir de uma dupla perspectiva, a saber, diacrônica e sincrônica. No primeiro eixo porque o movimento social está centralizado no processo. Neste sentido, não está programado, ele é factual e contingente; não segue caminho uniforme, linear ou circular, mas através de uma “espiral” e irregular, porque o fim de um período (neste caso, grevista) não significa o regresso ao ponto de partida. Por isso mesmo é sincrônico.

Por isso existe a necessidade de estabelecer uma periodização, capaz de indicar as principais etapas, cada uma delas com extensão própria e estruturação particular, evidenciando as continuidades e rupturas, as singularidades de uma fase e seu ritmo específico.

A periodização descrita acima pode ser observada a partir de três tendências nas lutas dos últimos períodos: (1) variedade de conjunturas entre os temas de reivindicação; (2) extensão das formas de ação. Tem-se como exemplo a compreensão segundo a qual a interrupção do trabalho traz prejuízos e só é eficaz se for coletivo. Isso favorece a outras formas de luta, como as micro-greves, ocupações, seqüestros, etc.; e (3) diversificação dos níveis de ação (local, regional, nacional, associados às dinâmicas mundiais). Todavia, permanece a referência ao território, valendo-se a regra do mundo sindical a despeito da ação do capitalismo globalizado. (MOURIAUX; BÉROUD, 2005)

Portanto, existem vínculos estruturais entre os conflitos no âmbito do trabalho e as lutas mais transversais. Isto não nega que as organizações sindicais encontrem dificuldades para oferecer sentido coletivo a um movimento, cuja qualificação não é evidente.

A dificuldade em explicar os mecanismos adotados na ação de greve converte-se num problema a compreender a conduta de apenas um ator (os trabalhadores), com poucas concessões aos interlocutores (imprensa, por exemplo). Por esta razão dirá Tilly:

Ainda que os modelos construtivos, tal e como se tem esboçado, acomodam relações de conflito e de cooperação, no fundo descrevem a mudança de estado de apenas um ator [...] com predisposição unitária e, portanto [...] não nos dizem quase nada sobre as

relações entre atores, e em especial sobre as mudanças nessas relações. (TILLY, 1991, p. 164)

As pesquisas definem, segundo Tilly, propensões à ação coletiva e objetivando descobrir as condições que determinam a sensibilidade a essa condição, o que reforça a ilusão de que as explicações dos acontecimentos jazem em características dos rebeldes e revolucionários, descuidando tanto das características de seus oponentes como nas relações entre os grupos em conflito.¹⁰²

Portanto, ao caracterizar a forma de equação simples que descrevem frequência, tamanho e/ou duração das greves que coincidem implicitamente como aspectos da conduta dos trabalhadores, tem-se excluído a representação da interação entre trabalhadores e empresários¹⁰³.

Entre os fatores a ser considerados para explicar o contexto das greves estão aqueles que se referem ao problema das iniciativas coletivas e individuais durante o processo de mobilização e a avaliação de conflito industrial, como observaram Batstone e Frankel (1978):

Em primeiro lugar, é essencial reconhecer que as greves, como expressão do conflito industrial, refletem a subordinação dos trabalhadores na indústria e, de fato, na sociedade em geral. [...] Em segundo lugar, as instituições de negociação coletiva, as formas de integração política e social em geral, e a empresas e a organização sindical têm alguma importância em relação à probabilidade de ação grevista. Sem embargo, à medida em que as greves realmente acontecem estará determinada imediatamente pelo processo de negociação entre os trabalhadores mesmos. Por esta razão, compreender a distribuição de poder entre os trabalhadores e os tipos de linguagem empregados é crucial para uma análise das greves. (BATSTONE, 1978, p.4)

Tal equação, por suposto evidencia que os trabalhadores estão conscientes de sua existência enquanto classe e da dificuldade de manter seus interesses; da mesma forma que reconhecem que a interação entre os múltiplos atores, embora “acidental”, é constitutiva da ação coletiva.

A ação coletiva para o movimento paredista torna-se instrumento para “desfatalizar” a realidade social a partir da análise da desagregação e despersonalização social. (VAKALOUIS, 2005)

¹⁰² Sobre os distintos tipos de interpretação de lutas pelo poder na atividade grevista – campo em que os modelos formais tem-se desenvolvido bastante, Sugere o autor: ASHENFELTER & JOHNSON (1983), ASHENFELTER & JOHNSON (1969), KOPI (1978), ROUTLEDGE & KEGAN (1978; 1983); HIBBS (1976; 1978) EDWARDS (1981)

¹⁰³ Ver REES (1952).

A caracterização dos movimentos sociais dado pelas classes deve, portanto, compreender a dinâmica da ação coletiva e considerar os limites externos, a saber (a) o desemprego em massa e (b) as características das ações contemporâneas em prolongar suas ações, e desde logo reconhecendo que o antagonismo social e ação coletiva são colocados pelo movimento social enquanto expressão do conflito social.

O conflito que é próprio dos movimentos sociais se dirá, pelo senso comum, que caminha no sentido da conquista dos direitos pelo cidadão. Contudo, numa sociedade onde a opinião pública é formada pela classe dominante, ou seja, de cima para baixo, torna-se necessário compreender o que é ou quem é cidadão na cidade da superexploração do trabalho e da dominação política.

O cidadão é aquele indivíduo que, membro de um Estado, usufrui os direitos civis e políticos garantidos pelo mesmo Estado e desempenha seu o dever que, nesta condição, lhe é atribuído.

Essa dicotomia foi antecipada por Marx na *Questão judaica*, quando aborda *les droits de l'homme* distintos de *les droits du citoyen*, para análise das sociedades capitalistas contemporâneas:

O *citoyen* é declarado como servo do “homem” egoísta, a esfera em que o homem age como ser genérico vem degradada para a esfera onde ele atua como ser parcial; e que, por fim, é o homem como *bourgeois* e não o homem como *citoyen* que é considerado como o *verdadeiro* e *autêntico*. (...) Toda emancipação constitui uma *restituição* do mundo humano e das relações humanas ao próprio *homem*. A emancipação humana só será plena quando o homem (...) tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (*forces propres*) como *forças sociais*, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força *política*. (MARX, 1989, p. 45)

Mantida a histórica dicotomia entre o *l'homme* et *le citoyen*, o conceito cidadão ou cidadania isolado da restituição expropriação para a classe operária, restituição si do mundo humano, controle e administração sobre o mundo do trabalho – produção, distribuição e consumo dos bens materiais e intelectuais.

Problema semelhante se enfrenta quando o movimento grevista atinge interesses “na” sociedade e “da” sociedade. Existe aqui outro elemento capaz, de um lado, gerar conscientização dos trabalhadores em greve e, por outro contribuir para que sua plataforma e/ou demanda possa efetivamente atribuir ao movimento grevista o status de Movimento Social, ou, como dito

anteriormente, fazer-se pela compreensão de que o antagonismo social e ação coletiva são colocados enquanto expressão do conflito social.

A sociedade é segundo Marx uma abstração à medida que se despreza, por exemplo, as classes de que se compõem. (MARX, 1983)

A distinção não se refere ao emprego técnico do conceito ou sociedade jurídica, mas da sua utilização para exprimir e/ou expressar a sociedade antiga, medieval, burguesa, mas genérico tal como é conhecido, mas determinar especificamente aquilo que se entende precisamente neste âmbito. (STUCKA, 1968)

Trata-se, preliminarmente, de um *grupo* mais ou menos extenso de *homens e mulheres*, que mantêm relações recíprocas, ou melhor, uma determinada esfera das próprias relações mútuas em que entram estes homens e mulheres. (STUCKA, 1968, p. 26)

Todavia, a definição no círculo da sociologia (ciência da sociedade) suscita uma diversidade, e por isso no seu significado, ela se evapora instantaneamente. (STUCKA, 1968, p. 26)

Tomando como base desta polémica a Grécia clássica, localiza-se no pensamento aristotélico o pressuposto donde ele parte para elaborar seus estudos, isto é, o homem como animal político (*zoon politikón*, não esquecer, era o homem da classe dominante, o escravo sendo considerado uma máquina falante).¹⁰⁴

Se para os pensadores antigos, as *relações sociais* se configuravam claras e evidentes, para os intelectuais burgueses contemporâneos elas são verdadeiros fetiches. Sucedâneo dessa forma de pensar surge e se sucede sem cessar a escola *mecanicista*, a escola *biológica* ou escola *orgânica* – de corte antropológico e/ou zoológico –, enfim, a escola *psicológica*.

Conforme pensavam o homem como uma máquina ou um organismo essas escolas fizeram avançar o estudo das relações entre indivíduos de determinada sociedade entendida como “a totalidade dos seres humanos na terra, em conjunto com suas culturas, instituições, capacidades, idéias e valores” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996. p. 713).

Continuando, o conceito no final do século XX incorporou outros significados, mantidos no início deste século: *sociedade* protetora dos animais, *sociedade* civil, *esportiva*, *nacional*, *política*, *alta sociedade*, *sociedade* maçônica etc..

¹⁰⁴ Não é fortuito e nem coincidência que Auguste Comte, fundador da sociologia (é interessante assinalar), não considerava a “sua” ciência como ciência da sociedade, mas como ciência do *homem* enquanto membro da sociedade. Esta perspectiva permanece vazando todas as teorias do contrato social.

Embora a confusão seja enorme. Neste século são dois os significados mais utilizados pelos estudiosos: sociedade com aspecto negativo, pejorativo, o outro é laudatório. No primeiro, sociedade é contraposto depreciativamente à comunidade; no segundo, sociedade é oposta ao poder soberano do Estado político. (OUTHWAITE, 1996, p. 714)

Lato sensu “sociedade é o conjunto de indivíduos entre os quais existem relações organizadas e serviços recíprocos”, mas *strictu senso*

é o conjunto de indivíduos cujas relações estão consolidadas em instituições e mesmo quase sempre garantidas pela existência de sanções, quer codificadas, quer difusas, que fazem com que o indivíduo sinta a ação e o constrangimento da coletividade. (LALANDE, 1993. p. 1046)

A sociedade considerada como o centro do mundo é contraposta ao indivíduo, e nesta falsa beligerância perde-se a possibilidade da transformação das relações sociais de produção. Seguindo a tradição marxista, o conceito de formação sócio-econômica caracterizada por um regime econômico historicamente determinado e uma superestrutura política, jurídica e ideológica que lhe corresponde, e as formas particulares de consciência social.

Todavia, a base de toda formação sócio-econômica é o *modo de produção da existência*, modo de produção de bens materiais e intelectuais, tal como o sistema de relações sociais de produção que lhes são imanentes.

O marxismo introduziu na polêmica uma ilação conclusiva extraída das revoluções burguesas. Destarte, a essência da sociedade passa a ser entendida como o *conjunto de fenômenos que mudam e se desenvolvem segundo leis específicas e imanentes próprias*. Marx e Engels partiram dos seguintes pressupostos: homens vivendo em conglomerados, logo o que eles eram / são e/ou como eles pensavam / pensam é o produto da vida material, à medida que estabeleceram / estabelecem relações determinadas entre si. Depreende-se daí, que

As relações de produção formam no seu todo aquilo que se chama de relações sociais, a sociedade e, concretamente, uma sociedade com um determinado grau de desenvolvimento histórico, uma sociedade de caráter peculiar distinto. A sociedade *antiga*, a sociedade *feudal*, a sociedade *burguesa*, são outros tantos conjuntos de relações de produção, cada um dos quais representa, por sua vez, um grau especial de desenvolvimento na história da humanidade. (MARX, 1981. p. 163)

Prosseguindo, Marx (1991) pergunta se os homens seriam livres árbitros de suas forças produtivas, base de toda a sua história, vez que toda força produtiva é adquirida, isto é, produto de uma atividade anterior. E, de acordo com o próprio autor,

as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, porém esta mesma energia é determinada pelas condições em que os homens se encontram colocados pelas forças produtivas adquiridas, pela forma social anterior a eles, que não foi criada por eles e que é produto das gerações anteriores. (...) a história social dos homens não é mais que a história de seu desenvolvimento individual, tenham eles ou não consciência disto. Suas relações materiais formam a base de todas suas relações (...) materiais [que] são as formas necessárias sob as quais se realiza sua atividade material e individual. (...) Portanto, as formas econômicas sob as quais os homens produzem, consomem e trocam, são *transitórias e históricas*. Ao adquirir novas *forças produtivas*, os homens trocam seu modo de produção, e com o modo trocam todas as relações econômicas, que não eram mais que as relações necessárias daquele modo concreto de produção. (MARX, 1991, p. 163)

Para Harnecker,

As forças produtivas não seriam aparentemente senão os elementos do processo de trabalho considerados do ponto de vista de sua potencialidade produtiva, especialmente a força de trabalho e o meio de trabalho. (Então) Chamaremos de forças produtivas propriamente ditas as forças que resultam da combinação dos elementos do processo de trabalho sob relações de produção determinadas. Seu resultado é uma determinada produtividade do trabalho. (HARNECKER, 1971. p. 66-69)

É possível concluir, por ser cada dia mais evidente, que na sociedade burguesa ou capitalista

as relações de produção desenvolvidas não têm um caráter uniforme e simples, senão um duplo caráter; que dentro das mesmas relações em que se produz a riqueza, se produz também a miséria; que dentro das mesmas relações em que se opera o desenvolvimento das forças produtivas, existe assim mesmo uma força que dá origem a opressão. (HARNECKER, 1971. p. 100)

A caracterização dos movimentos sociais dado pelas classes em luta deve, portanto, compreender a dinâmica da ação coletiva, considerar os limites externos a eles, reconhecer o antagonismo social e a ação coletiva que são enquanto expressão do conflito social definido a partir de uma dupla perspectiva (diacrônica e sincrônica) em que os homens, organizados pelas suas próprias forças, alteram um conjunto de fenômenos e se desenvolvem segundo leis específicas e imanentes próprias construindo uma nova sociabilidade.

Resta agora caracterizar que a ação dada pelos movimentos sociais e, neste caso paredistas, ocorrem num modo de exploração capitalista, por onde se detém a propriedade privada dos meios de produção. A rigor, o que sustenta a exploração é justamente a propriedade privada.

A exploração do trabalho vivo é um fato comum no capitalismo, independente da fase que este já tenha atravessado. Esta exploração ocorre pela propriedade privada dos meios de produção, ou seja pelos meios de trabalho e os objetos de trabalho. Sabe-se que a posse dos meios de produção e a contratação dos trabalhadores assalariados produz a mais-valia e no entanto, o máximo que o trabalhador recebe não é o total do que produziu.

Comumente, a greve não paralisa a totalidade dos trabalhadores de uma certa categoria. Nem mesmo, quando convocada em *greve geral* a adesão, somente em casos excepcionais, adquire quase que a totalidade dos trabalhadores (como em 1917), e mesmo nestes casos não é total.

Isto porque, encontram-se também na própria economia capitalista outras características que podem possibilitar a formação de um campo de interesses comum entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores.

Na sociedade capitalista o operário pode, visando preservar seu emprego ou aumentar seus ganhos, ter interesse no crescimento da empresa capitalista ou setor no qual ele trabalha, fazendo frente comum com os capitalistas dessa empresa ou setor e ao mesmo tempo concorrendo com os operários que trabalham em outras empresas ou setores. O corporativismo sindical, no sentido gramsciano de egoísmo de fração é a manifestação mais clara e geral desse fenômeno. Logo, na economia estão presentes potencialmente tanto as classes antagônicas quanto grupos sociais paradoxalmente que ponderam entre si a defesa de uma empresa ou setor e do próprio modo capitalista de produção.

Uma eventual consciência pró-capitalista pode ser, portanto, o reflexo no seio do proletariado de sua condição econômica particular e uma ilusão cujo fundamento é econômico. A noção de falsa consciência tem nesse fundamento sua sustentação fática.

O antagonismo entre proprietários e trabalhadores é apenas latente e potencial para que a classe que existe apenas em potência no terreno da economia capitalista adquira uma existência ativa. É necessário então a combinação de inúmeros fatores de ordem econômica, política, ideológica, como por exemplo, a situação de emprego e salário, situação de sistema de alianças

que sustenta o bloco do poder burguês, etc. A classe social só existirá como coletivo organizado, quando o antagonismo latente tornar-se manifesto.¹⁰⁵

No processo de formação da consciência de classe o problema significa reconhecer que a falsa consciência é irracional, portanto, não consistente, efêmera, e mesmo sendo uma construção social e não apenas psicológica individual, é deslocada, ou seja, apartada da realidade imediata onde se localiza em condição de subalternidade e opressão.

Neste sentido, a crise econômica torna visível aquilo que sempre existiu e possibilita ao operariado construir a consciência de classe na medida em que essa crise evidencia para o operariado o fato de que o capitalismo é um sistema, uma totalidade que não é passível de reformas estruturais. Em outras palavras, a crise econômica não apresenta nada de rigorosamente novo, por exemplo, em relação ao desemprego.

Neste sentido, deve-se pensar nas causas circunstanciais e conjunturais que é a análise sobre a crise revolucionária. (LENIN, 1979)

A crise revolucionária, acima de tudo ela, e algumas situações particulares da sociedade capitalista, permitem a formação do operariado como classe (e a própria ação do operariado).¹⁰⁶

No enfoque leninista de aquisição da consciência socialista, a crise é algo totalmente novo afetando a economia, a política e o antigo modo de vida de todas as classes, frações e camadas sociais. Coloca-as numa situação muito diferente daquela que vive em tempos de capitalismo normal. Ao romper a unidade burguesa, agravam-se as condições de vida das massas laboriosas, desenvolvendo-se ações históricas que ao mesmo tempo são *independentes* das ações dos trabalhadores, e, no entanto, produzem ações históricas dos trabalhadores; então essa crise poderia configurar como uma crise revolucionária.

No caso acima descrito, classe revolucionária se constitui como a resultante de um conjunto de fatores no decorrer da crise, no bojo de uma situação singular distinta da situação de normalidade. A situação revolucionária é a situação típica da constituição do proletariado em classe (ou, se preferir nos termos lukacianos, na constituição do proletariado em “classe em si”).

¹⁰⁵ Na visão economicista de Lukács este problema não está colocado. A aquisição da consciência verdadeira é um mero ajuste entre a realidade primeira da economia e a realidade derivada da consciência, que desde cedo deveria ter refletido a eco.

¹⁰⁶ Também na história da formação do sindicato, do partido e da Revolução.

5.3.1 Consciência de classe e caracterização das greves

As greves, cumpre dizer, fazem parte de um repertório de ações de enfrentamento direto na relação entre o capital e o trabalho ou reivindicativas no sentido de ampliar direitos e/ou manter aqueles já adquiridos.

Então, para fins metodológicos, as greves serão caracterizadas de acordo com a sua aplicação na história do desenvolvimento das lutas sociais e do trabalho no Brasil para a obtenção de (a) conquistas e (b) garantias que signifiquem ampliação e/ou manutenção de direitos.

Referem-se às conquistas, aquelas ações cuja intenção e esforço caminhou no sentido de *confrontar* propostas de organização social e intensificar o *conflito* das relações sociais e reprodução do modo de produção, ou seja, na relação entre o capital e o trabalho.

As garantias sociais são vistas de maneira diferenciada das conquistas dos trabalhadores. Isto porque as garantias compreendem o aspecto político e legal da dominação institucional pelas quais o Estado assegura regulação. Há, portanto, a possibilidade de existir o confronto entre as classes, mas que, em dado momento histórico se reflita em aquisições (específicas ou ampliadas) e não necessariamente em rupturas com determinada ordem. Da mesma forma, podem existir garantias derivadas das ações dos trabalhadores que visam tão somente assegurar direitos que estejam sob ameaça.

Os direitos são vistos sob a ótica da produção do trabalho vivo, ou seja, com a exigência por parte do trabalhador da extorsão da mais-valia. Portanto, o trabalhador não apenas tem a oportunidade de compreender as etapas do trabalho, mas também produzir consciência capaz de mobilizar ações que lutem pela tomada do processo produtivo e contra a propriedade privada. Por outro lado significa também a ação sindical sob a tutela do Estado e, portanto em condições de deste último em arbitrar as demandas dos trabalhadores enquanto classe social organizada e pela qual as instituições políticas e jurídicas reconhecem a sua existência para um campo de “diálogo”.

Assim, as greves empregadas por meio da *ação direta*, se constituíram como **conquistas ofensivas** combativas e *classistas*, para desmontar o modo de produção do capital. A referência à sua aplicação data do final do século XIX até o entardecer dos anos de 1920. O marco que faz a distinção é o início da industrialização organizada pelo Estado e o nascimento da Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1933.

Já as greves por **garantias** (no campo da legalidade) também se tornaram **ofensivas**, e datam com do pós-1930, cujas manifestações se constituíram por ações combativas no sentido de ampliar direitos. Estas ocorreram com intensidade no final dos anos de 1970. Apesar da sua oposição ao regime militar, as manifestações sindicais não se apresentavam com a finalidade de alteração do modo de produção e, portanto, ocorriam no sentido de obter direitos no interior do modelo capitalista de produção.

Nas duas caracterizações acima também ocorreram manifestações de solidariedade de classe, com destaque ao primeiro período, em que havia grande exploração do trabalho infantil, do trabalho da mulher e a grande jornada de trabalho. Isto demonstra como será apresentado mais adiante algum aspecto de formação da consciência de classe.

As greves **defensivas** fazem referência à garantia de emprego e manutenção de direitos adquiridos, que ocorreram com frequência, sobretudo na década de 1990, diante da onda de privatizações e de flexibilização das leis trabalhistas.

Assim é possível identificar que a formação da consciência de classe revolucionária das décadas anteriores passa para o campo da legalidade, em que os direitos são considerados como conquistas pelos trabalhadores. Há uma sutil inversão de propósitos. As conquistas são aquelas advindas do campo das contradições entre o capital e o trabalho, ao passo que os direitos representam o enquadramento dos trabalhadores sobre as regras do Estado.

Não se trata aqui de negar a necessidade de melhorias de condições aos trabalhadores, uma vez que se refere à certa reposição do capital perante a venda da força do trabalho vivo. Ocorre que as leis tinham por objetivo, de um lado garantir que a organização da produção pudesse ser escalonada no sentido de obter maior acumulação do capital pela burguesia e pelo Estado. Para tanto seria necessária a organização dos trabalhadores com o fim de atender a este tipo de demanda.

O mesmo ocorre com a necessidade de se trazer serviços de saúde e padronização do salário, pois há necessidade de se administrar o tempo de vida útil do trabalhador.

O trabalhador então passa a reivindicar direitos no campo da legalidade, para que sua força de trabalho pudesse continuar sobre o regime de super-exploração a um capital nacional dependente da acumulação dos países industrializados. Outro fato que corrobora com a afirmação é a de que a CLT serviu para o assalariamento dos trabalhadores urbanos e não do campo.

Quando sindicalismo varguista propõe à base de trabalhadores a ampliação de conquistas não o faz com o interesse de preservar a relação dual entre capital e trabalho, mas antes, de ampliar seus direitos a partir de manifestações paredistas que alimentam o discurso.

De certa forma, mesmo que involuntariamente, a ação sindical deste período contribuiu para deslegitimar a ação direta e revolucionária dos trabalhadores das décadas anteriores, cuja justificativa seguia no sentido de que o Brasil não possuía ainda, no período anterior a Vargas, uma base industrial e por isso as lutas teriam adquirido caráter fratricida. Esse discurso, que bem serviu aos governantes foi transferido aos trabalhadores.

Portanto, da consciência classista, combativa e revolucionária seguiu-se para o sindicato corporativista, de perfil urbano-industrial.

Mais recentemente, foram adotados outros aspectos metodológicos, em virtude das novas faces do capitalismo, e a greve assume como caráter ações: *Propositiva*, *Defensiva*, de *Protesto* ou por *Solidariedade*.

A greve Propositiva assim qualifica-se quando são consideradas as iniciativas por novas conquistas ou avanço nas condições vigentes. Tornam-se Defensivas quando o empresariado age por motivo de descumprimento da lei ou de recusa à renovação ou ainda, por parte dos trabalhadores pela manutenção das condições vigentes. As greves defensivas podem assim ser subdivididas: (a) por descumprimento de direitos, quando as normas trabalhistas estabelecidas em lei, acordo ou convenção coletiva de trabalho não são obedecidas, e (b) por renovação ou manutenção de condições vigentes, pela manutenção ou renovação das condições vigentes, em face de ameaça de extinção ou redução.

A greve Protesto ocorre por motivos que ultrapassem o âmbito das relações trabalhistas e assim serão qualificadas e declaradas como ações paredistas pelo comando de greve. E, finalmente, a greve por motivo de Solidariedade, deflagrada em apoio ao movimento de trabalhadores de outras categorias, empresas ou setores; e, por esta razão, os grevistas, quase sempre, não têm interesse direto na pauta de reivindicação dos trabalhadores que fazem a reivindicação. (DIEESE. 2006, p. 40)

Há que se considerar ainda as táticas de paralisação nas empresas reestruturadas pelo capitalismo recente pelas quais os trabalhadores adotaram outras formas de organização e que ocorrem de forma distinta às greves, como aquelas que surgiram na França, designada por *debrayage*, para indicar a paralisação de apenas um setor da empresa, mas um setor cuja inserção

estratégica permite comprometer a produção ou o funcionamento da empresa como um todo. (BÉROUD, 2008).

Sobre o exposto metodológico, para fins desta pesquisa, descrito acima, há que se realizar uma advertência

O fato de existir dois momentos históricos com características específicas de atuação do movimento dos trabalhadores, com maior ênfase para a combatividade e classismo do primeiro período, não significa que a atuação sindical está condenada, como que a sofrer do mal das reformas políticas sujeitadas ao comportamento do mercado. O sindicalismo *está* propositivo, mas *não o é* necessariamente.

No momento atual existe a legitimação da ideologia e da política neoliberal que procura introjetar no sindicalismo pontos fundamentais da política neoliberal, e fazê-lo, desviar-se adequadamente das luta pelos direitos e conquistas sociais.

Asseguradas estas caracterizações, cabe verificar, de forma geral, como estes dois períodos podem gerar consciência de classe, primeiro, a partir do ambiente em que se desenvolve a greve e posteriormente o desenvolvimento das ações que geram o aprendizado e a conseqüente formação da consciência de classe em relação aos assalariados.

5.3.2 Participação na mobilização grevista

De acordo com Lênin, as greves representavam uma manifestação explícita do desenvolvimento da consciência revolucionária da classe trabalhadora, entretanto, ressaltava seus limites como um entre os vários meios de luta dos operários: “toda greve infunde com enorme força aos operários a idéia de socialismo”. (LÊNIN, apud ANTUNES, 1988, p. 192)

Por outro lado, Rosa Luxemburgo (1976, 1979, 1985) alertava para o risco de se realizar classificações esquemáticas imperfeitas e superficiais sobre as greves. Estas paralisações adquirem caráter multifacetado. (ANTUNES, 1998, p. 194)

No Brasil as greves que antecedem as leis trabalhistas eram orientadas pela Confederação Operária Brasileira (COB), organização anarquista e sindicalista de aderência da I Internacional anarquista. Para esta organização internacional, a greve, seguida de ação direta dos trabalhadores era considerada um tipo de sublevação capaz de colocar em relevo a coordenação das ações, número de integrantes, locais definidos como inimigos de classe e capacidade da repressão.

Como dito em capítulo anterior, as greves eram consideradas ricas em ensinamentos. E, um dos traços que distinguem de outro período é que se referiam em grande parte às ligas de ofícios, cujos profissionais ainda detinham maior conhecimento de processo de produção num período em que a especialização de tarefas estava reservada a parcela de trabalhadores urbanos. No entanto, o nível de mobilização se mantinha elevado, como pôde ser visto no quadro do mesmo capítulo citado.

Muitos dos trabalhadores já haviam participado de manifestações grevistas, desde o início do século XX, sofrido perseguições policiais e prisões. (LOPREATO, 2000). Estas ações conferiam aos trabalhadores a experiência necessária para as práticas de agitação e organização. A este respeito relembra a autora:

[...] o operariado foi adquirindo consciência de si e de sua força, afirmando a autonomia operária no campo social e da política e forjando sua identidade de classe como proletariado urbano-produtor e não como proletariado-cidadão. (LOPREATO, 2000, p. 218)

As manifestações grevistas não ocorriam de forma pragmática ou motivada por uma relação utilitarista em relação ao capital, mas por resistência a ele e por reconhecer que as leis teriam como propósito a defesa dos interesses de classe burguesa.

O aspecto dialético presente na afirmação refere-se ao fato de que as manifestações, de um lado impulsionavam maiores conquistas (com estaque aos salários), o que reforça a presença do Capital, mas por outro lado, o processo das lutas indicará ao trabalhador que tais contradições vividas geram consciência da estrutura do processo produtivo e da necessidade de sua coletivização.

Recorda-se ainda que as ligas operárias financiavam a formação dos trabalhadores que deveriam compor o quadro de trabalho vivo. Surgiram neste período algumas escolas espalhadas pelo país, nas quais se desenvolveu o conceito “educação integral” da Escola Moderna de Ferrer y Guardia (FERRER GUARDIA, 1976). O princípio era de *educar para a liberdade*, portanto, muito distinto de se *educar na liberdade*.

Por este “método libertário”, a educação era compreendida como instrumento de libertação pelo qual o educando ingressava no processo, estudando os diversos conhecimentos do ensino oficial concedido aos subgrupos de classe mais ricos e, ao mesmo tempo questionando o mundo capitalista, e realizando proposições para superação do modelo do capital. Este “modelo”

apresentava seus conteúdos sob a forma interdisciplinar: de educação física (por exemplo, desenvolvera motricidade associada ao desenvolvimento da sensibilidade e cognição, com ensino de música); educação *profissional*, que deveria colocar o educando em processo de debate sobre a capacidade produtiva e da apropriação do trabalho pelo capital; e educação moral, aspecto da sociabilidade libertária que se verificava no cotidiano, do processo de aprendizado do educando.

O efeito, para fins de greve e ação direta foi que uma destas escolas foi fechada pela polícia sob a alegação de que os educandos estavam construindo bombas para ações de massa.

Da característica revolucionária, classista e combativa, o sindicato caminhou para as garantias ofensivas que se marcavam pela presença do Estado. Este novo período segue da década de 1930 e se estende até a primeira metade da década de 1980 evidenciado que os conflitos coletivos do trabalho interferiam no próprio *status quo* social, que por sua vez requeriam “novos esquemas sociais e de organização do trabalho e das relações entre o poder operário em afirmação”. (SIMÃO, 1966, apud LOPREATO, 2000, p. 218)

O período é marcado pelo ingresso das técnicas e organização da produção fordista no Brasil e com ele surgem formas de greve que indicam sua característica específica. O trabalhador, do “chão de fábrica” passa o compor de forma compartimentada e não completa do processo de produção. Contudo não desconhecia do potencial político que representava e por isso mesmo desenvolveu ações que atingiam o ritmo da produção. De um lado demonstravam força diante do capitalismo e de outro obtinha a eficácia política desejada, capaz de gerar confiança aos demais trabalhadores e conseqüentemente aumentar o números de insurgentes.

Além dos tipos de greve já comuns desde o início do século XX, como greve geral, greves de braços cruzados e ou de paralisações parciais e de solidariedade, as greves adquiriram variações, reflexo da atuação política dos trabalhadores, como retardar o ritmo da produção no interior da fábrica, alternar paralisações em diferentes seções da linha de produção e utilizar exageradamente o tempo de trabalho para executar determinada operação.

Estas manifestações possibilitam gerar a consciência de classe na medida em que se reforça a participação coletiva no cotidiano do trabalhador e evidenciando seus problemas, colocando-os para debate coletivo e dele gerando propostas de encaminhamento da solução, que são encaminhadas pelas lideranças. Coloca em discussão o que são direitos dos trabalhadores na sociedade atual (fazendo relação com as lutas do passado) e, no que depender das oportunidades políticas e da complexidade de consciência adquirida pode-se tornar revolucionária.

A greve produzida no modelo fordista tem impacto sobre a produção pelo papel que o trabalhador ocupa na atividade produtiva. Este é um dos aspectos que concedia ao trabalhador o poder de obstruir o trabalho. Portanto, não é o exercício na máquina que gera consciência, mas no conhecimento do papel do capital constante para o modelo fordista taylorista. Dito de outra forma, se a propriedade dos meios de produção for coletiva espera-se que o trabalhador saberá operar a máquina, contudo a produção e o seu destino não são gerados para resultar na acumulação do capital.

É neste sentido que os ciclos de protestos podem intensificar conflitos no sistema.

Existem no interior do movimento grevista formas importantes do processo organizativo e esforço empregado à construção/organização que leva à paralisação: a ação exige que, com frequência se promova acordos entre os agentes do processo. Não menos importante para realizar a manifestação significa compreender ainda (i) que os trabalhadores em situação de greve se reúnem nas ruas; (ii) o objeto de sua atenção (comumente um símbolo, uma organização, um militante importante ou uma bandeira de luta), (iii) os espectadores diretos e (iv) a base social que os manifestantes asseguram representar. Devem-se considerar ainda as autoridades (policiais, agentes infiltrados dos órgãos de repressão, os veículos de informação (uma vez que a comunicação pressupõe o diálogo e parece não ser este o caso) de massas, funcionários de entidades classistas, entre outros) que observam os manifestantes e as manifestações de apoio e retaliação decorrentes, bem como a participação de outros grupos populares.

A debilitação inicial que proporciona a oportunidade da demanda grevista pode ser agravada também pela posição do Estado nas estruturas internacionais¹⁰⁷ fazendo com que o regime entre em colapso possibilitando o surgimento de situações radicalizadas.

Nestas circunstâncias o Capital maneja o proletariado setorialmente e em tal contexto, os sindicatos e outros aparatos de controle e divisão de classe mantêm a paz social enquadrando suas lutas enquanto manifestações típicas do jogo político e econômico.

Há, portanto uma aparente contradição; as “greves” e “manifestações”. De um lado, este tipo de mobilização leva à interpretação de que seu feito não questiona a paz social, ao mesmo tempo em que o partido político – de apoio intelectual e orgânico simultaneamente (histórico da contra-revolução), utiliza a greve de braços cruzados e as manifestações pacíficas como formas

¹⁰⁷ Quando pressionado por nações mais poderosas política, econômica e militarmente a fim de impulsionar setores que possam extrair mais privilégios, procura extrair rapidamente recursos extraordinários de sua população e não conseguindo (pelo fato de ser uma economia atrasada).

por excelência de canalização e esgotamento das energias proletárias. Por outro lado, alguns militantes compreendem que elas representam um instrumento capaz de visualizar capacidade organizativa e tática de dado movimento e assim atribuir-lhe maior força no sentido de consolidar a consciência de classe.

Conduzidas por lideranças reformistas e pelegas, a força proletária é comumente canalizada para reivindicações que não atacam fundamentalmente a exploração¹⁰⁸ de forma a obstruir a relação orgânica entre operários de determinado setor e os de outro.¹⁰⁹

Certamente, a postura adotada por atores coletivos tem, mesmo que de maneira não planejada promovido o divisionismo com vitórias moleculares (pequenos ganhos) consideráveis, ao mesmo tempo em que esvaziam o fenômeno de massa internacional, e conseqüentemente a luta de classes regrediu para baixos níveis de tensão social; o que está fazendo até mesmo setores da intelectualidade marxista repensar o conceito de classe.

Não é por outra razão que as transformações do capitalismo e a ofensiva neoliberal acabaram por contribuir para a desorganização de bases reivindicativas, com forte apelo ao reformismo operário.

Entretanto a fé na possibilidade de alteração da ordem foi revista no contexto de abertura democrática e esta, por sua vez, ocorreu verticalmente. O desafio passa por olhar para o Capital, substantivado pelo exercício das fianças e do Estado como ator, no sentido de que a aproximação entre o aparelho sindical e demais aparelhos de Estado não necessariamente rompe com as características fundantes dos sindicatos. De outro lado, compreende-se que nem sempre o movimento sindical estará no campo do pensamento de esquerda e que podem comumente corroborar com iniciativas de grupos políticos dominantes de direita.

O trânsito entre conquistas e absorção das lutas produzidas pelo movimento sindical permite identificar ainda que este registro refere-se à análise da “eficácia política” e a compreender que autonomia não significa ausência de relação, mas sim de estabelecer seus objetivos. Portanto, o que estabelece uma hegemonia é um complexo sistema de relações e de mediações, ou seja, uma completa capacidade de direção. (GRAMSCI, 1991)

¹⁰⁸ Será comum encontrar vozes que diga que é preciso “ser responsável frente às necessidades da economia nacional”.

¹⁰⁹ Nos países onde a concorrência capitalista se desenvolve com base nas lutas separatistas ou nacionalistas, usa-se exaustivamente essa manobra para aumentar a divisão dos proletários.

A compreensão da problemática da não participação do trabalhador em dada instância de classe e nas atividades que decorrem da exploração própria à estrutura produtiva capitalista parte de uma primeira questão ou interrogação: “Que carências materiais são suficientes para mobilizar as pessoas?”.

Para esta interrogação, estando posta ela na teoria estadunidense da mobilização de recursos tem como uma primeira resposta: motivações ou carências materiais se configuram como *fatores objetivos* que, por si sós, podem não atuar como gatilho de uma greve. Apenas quando associados aos *fatores subjetivos* (1) uma teoria política e sindical e (2) a constituição de um sindicato forte e combativo, seria o fulcro concreto da deflagração não apenas de um movimento paredista, mas de uma greve geral como prenúncio de uma reviravolta política e econômica no país.

Neste caso o Brasil seria um espaço privilegiado em constante tensão social. No entanto, apenas essa tensão não pode ser considerada suficiente à realização de uma ação coletiva duradoura. Analiticamente as carências materiais não são razões suficientes às ocorrências do processo de mobilização mesmo e a partir do qual será realizada a intervenção. Assim, estabelece-se outra incógnita que parte de um pressuposto analiticamente distinto: São apenas as motivações materiais que mobilizam os trabalhadores à ação grevista?

Na primeira questão está presente um aspecto corrente da teoria da Mobilização de Recursos, cuja racionalidade está presente em todas as teorias do paradigma norte-americano. Nesta vertente de análise da mobilização de um dado movimento, ela se utiliza do ponto de vista empresarial, e pergunta-se *como* mobilizar os indivíduos egoístas – visto que os benefícios serão dados tanto aos que se mobilizarem quanto aos que não se mobilizam – e evitar os “caronas”. A resposta estaria no oferecimento de incentivos seletivos de curto, médio e longo prazo para aqueles que, por exemplo, se filiares ao sindicato de sua categoria. O racionalismo da teoria se expressa no indivíduo como medidor da relação custo-benefício (em relação à sua participação no movimento e os objetivos propostos e conquistados) e, ainda segundo a lógica racional, a formação da liderança dentro de uma ótica hierarquizada e embasa nos conceitos das corporações econômicas e os líderes devem atingir metas e objetivos a partir de estratégias que avaliam custos e benefícios das ações.

No segundo caso refere-se a algo já apresentado anteriormente, com base nas categorias de análise marxistas, qual seja considerar que a formação do operariado enquanto classe ocorre

em conjunturas específicas que se decidem em processo de lutas e ainda, que não há no plano das relações de produção e das forças produtivas capitalistas (que representam o nível econômico do modo capitalista de produção), nada que torna inevitável a formação da classe operária enquanto classe ativa. Neste caso, as circunstâncias conjunturais dadas pela estrutura de dominação burguesa mostram-se perenes e, portanto de hegemonia duvidosa¹¹⁰; resultando num tipo de oportunidade política produzida quando se demonstram a existência de aliados e revelam a vulnerabilidade de seus oponentes.¹¹¹

Então, os operários políticos constroem ações coletivas por meio de repertórios já conhecidos, disputas e criação de inovações (contudo não é fator de sensibilização de uma parte significativa e combativa do sindicalismo contemporâneo). De acordo com essa proposta teórica, pode-se influenciar os movimentos, mas eles são mais influenciáveis pelas formas organizacionais e ideológicas existentes entre os insurgentes. A estrutura das oportunidades políticas torna-se mais produto da interação dos movimentos com o meio do que o simples reflexo de mudanças que ocorrem em determinado lugar.

No contexto dos movimentos sociais, e em específico do movimento sindical, há um fenômeno que, em termos analíticos, pode-se distingui-lo enquanto sendo ator político frente às instituições políticas e frente a outros atores políticos; e que o movimento sindical adquire uma dinâmica própria interna e que tal dinâmica é composta por lideranças e estruturas organizacionais. Sob a ótica interna o sindicalismo perceberá em grande medida que sua eficácia é também resultado da dinâmica entre a realidade, sua manifestação externa ou geral e sua manifestação interna ou particular, de modo que para concretizar sua eficácia são identificados três contextos que estão intercalados, e analítica e fenomenologicamente diferentes.

¹¹⁰ Para ser hegemônico do ponto de vista militar, segundo Arrighi (2006), a categoria hegemonia está associada a invulnerabilidade. E hegemonia do ponto de vista econômico significa capacidade de colocar o produto no mercado interno do país vizinho a preços mais baixos que o vizinho tenha condição de produzir para ele mesmo, no seu mercado interno. Então significa uma situação muito desigual de poder. Do ponto de vista militar, claro, os EUA são líderes, mas não a ponto de ser invulnerável, e o 11 de setembro mostrou que não. Que um grupo pequeno pode construir uma situação dramática, e foi uma grande mostra de que 1968 foi o ano que não terminou, por várias razões, e uma delas é mostrar que este hegemônio militar é vulnerável politicamente, que não aceita grandes baixas nas suas fileiras e a situação torna-se insustentável mesmo que o oponente tenha sido dizimado. E esta é uma das razões dos EUA não invadir Cuba, porque sofreria reveses. Historicamente, nunca houve no sistema capitalista um império que vencesse de fato as contendas contra o seu poder. Toda tentativa imperial dentro do capitalismo resultou em derrota. Assim foi a França napoleônica, como foi na Alemanha nazista. Portanto não há precedentes que coloquem os EUA em situação de invulnerabilidade. (ARRIGHI, 2006)

¹¹¹ O conceito de oportunidade política tem várias interpretações e definições, daí a debilidade desse paradigma na análise dos movimentos sociais na América Latina. Para este trabalho são consideradas as abordagens de Tarrow (1997).

O primeiro sociologicamente identificado por *conjunturas*. Refere-se ao movimento sindical frente às instituições políticas, frente a outros atores coletivos. Mas têm-se ainda um tipo de contexto chamado de grau ou contexto específico; por uma história de sua emergência específica com os tipos de desafios ou formas que estão tentando resolver, que são historicamente específicos. Por um lado reflete a sociedade como um todo e por outro ele é qualitativamente diferente por haver pessoas inseridas num outro contexto.

A despeito da lógica da exploração referir-se à apropriação por parte do capitalista do valor produzido pelo trabalhador, a partir da mais-valia absoluta, mais-valia relativa e salário, a relação dada no processo produtivo produzirá experiências distintas, dadas não apenas pela posição em que os trabalhadores ocupam na produção, mas também na natureza da atividade da organização, o que resultará, por sua vez em processos distintos de conscientização dos trabalhadores. Isto quer dizer que, no movimento sindical, um trabalhador vive o capitalismo de uma forma diferente se ele trabalha numa determinada montadora automobilística daquele que trabalha numa outra fábrica ou setor produtivo. E não é possível pensar que por tratar-se de uma relação capital-trabalho que o contexto destes trabalhadores será igual.

Sob a ótica da participação dos trabalhadores no sindicalismo, eles apresentarão diferenças porque o operário que pretende intervir deverá perceber que a empresa automobilística é um ator complexo, em contexto diferente daquele trabalhador que atua numa outra esfera produtiva. Num empreendimento econômico-solidário, por exemplo, a cooperativa adquire status diferenciado de uma empresa anônima ou limitada. . Desde sua relação jurídico-institucional com o poder público e privado, até sua participação na esfera administrativa, no chão de fábrica, na organização do processo produtivo, entre outros. Um trabalhador de empresa privada ou estatal desfruta de regularidade celetista, estatutária ou terceirizada e o trabalhador filiado ao sindicato rege-se institucionalmente pela CLT, enquanto que o cooperativista dependerá dos rendimentos líquidos extraídos do empreendimento coletivo, da produção ou do trabalho.

Dentro destes diferentes contextos, os trabalhadores têm distintas situações de vida social, experiências familiares, afetivas, entre outras; da mesma forma, que num ambiente fabril os trabalhadores vivem situações do capitalismo por diferentes situações, em contato com grupos e indivíduos que também estão envolvidos com outros grupos e setores produtivos. Assim, há aspectos que devem ser considerados por aqueles que pretendem agir visando a mobilização grevista e gerar, a partir dela, um tipo de consciência de classe que o coloque em situação de

discordância com as propostas do capital, que venham no sentido de reduzir os benefícios e/ou garantias já conquistadas.

Há certos aspectos que devem ser considerados. A complexidade da ação sindical para mobilizar trabalhadores e sociedade diante de uma greve implica que o sindicato coloque uma grande quantidade de pessoas nas ruas. Ele, de alguma forma, conseguiu afinar diferentes compromissos e contextos; e os participantes conseguiram resolver problemas em contextos de diferentes situações. Tal situação pode ser exemplificada se compreendermos um episódio e que uma trabalhadora de jornada dupla tenha priorizado seguir à manifestação grevista ao invés de “oportunamente” se beneficiar do tempo da ausência no posto de trabalho para dedicar-se à organização do espaço privado.

Normalmente identifica-se que estas pessoas lidam com suas situações de vida individualmente ou em pequenos grupos e procuram utilizar os recursos que eles dispõem para resolvê-los. Segue-se a mobilização quando começam a reconhecer que, primeiro, as carências são generalizadas; segundo, que os poucos recursos que utilizam não resolvem os problemas da carência. O que significa dizer num caso específico, que uma trabalhadora oriunda de estratos populares sabe que, colocar outro filho na escola, ou retirar um deles para trabalhar porque o custo de vida está elevado, ou porque o marido está desempregado, não oferecerá resolutividade ao problema em última instância. Identifica-se, portanto que há limitações por ausência de possibilidades a fazer frente a estas questões e que são as soluções coletivas capazes de impulsionar a equação. E isso remete ao fator de conscientização entendendo sua distinção em relação a outros atores.

A conscientização não será vista a partir de uma consciência alienada porque estes sujeitos não desconhecem a estrutura social e suas situações de explorados. Mas sim pessoas que, (i) sabem que não podem fazer muito sobre isso e (ii) não sabem como encaminhar qualquer proposta para resolver estes problemas.¹¹² O que existe é uma reduzida elaboração de sua parte das realidades que os cercam e que faltam alternativas de como agir coletivamente sobre estas realidades. Neste sentido é que se fala de conscientização enquanto um processo pedagógico

¹¹² O contrário à situação analisada é a característica que se refere ao tema da culpabilização sob aspecto psicologizante. Nela identifica-se o deslocamento do real motivo de desestruturação social e a eficácia normativa, do campo das estruturas das relações sociais para a personificação no sujeito, pois, sob esta perspectiva, a cidade do capital afirma que *a culpa é dos empregados*. Quando os próprios trabalhadores assumem individualmente uma responsabilidade decorrente de uma estrutura de dominação, acreditando que o problema surgiu por serem “velhos”, não terem formação ou qualificação técnica.

porque os tipos de desafios colocados refletem situações complexas mesmo em situações emergenciais.

É possível entender que através de um processo de conscientização adquire-se gradualmente o domínio sobre o conhecimento necessário com a possibilidade de conquistas. Este processo mesmo oferece aos atores o sentimento de capacidade e eficácia política; diferentemente do que ocorreria se, ao invés deles mesmo, um operário desconectado de suas realidades revelasse em seus lugares as dimensões dos desafios em que estão inseridos. Esta segunda possibilidade tornar-se-ia um fator desestimulador em virtude da complexidade mesma destas proporções a serem desafiadas. E ao se unirem efetivamente para uma determinada ação coletiva sentem-se lisonjados por detectar os problemas e saber como solucionar questões que os rodeiam.

Do ponto de vista da eficácia percebe-se que este é um processo que exige maior articulação e sistematicidade orgânica por parte dos atores coletivos, ou seja, torna-se mais desgastante. Contudo sob a ótica da conscientização constrói-se uma dinâmica própria, capaz de fortalecer seu vínculo comunitário (TAYLOR, 1991). A constatação incide em outro aspecto do problema; as pessoas aprendem que autoridade que exerce poder e domínio sobre elas (o patrão, o prefeito ou outra representação de classe) não dispensa significativa atenção aos seus problemas (ao menos o quanto esperam) e como resolverão, porque estão envolvidos em outras questões.

O processo pedagógico de participação ocorre em diversas situações. Numa assembléia, por exemplo, discutirão o formato da manifestação: se uma passeata ou caminhada. A diferença entre elas está na tomada de consciência que o grupo atingiu. Aqueles que pretendem realizar a caminhada ainda não se conscientizaram que farão passeatas e mobilizações. Então o primeiro passo mostra que se realiza a caminhada com a concentração de todos os participantes num determinado ponto estratégico da cidade, para que não sejam importunados por autoridades que efetuarão a repressão; e por certo as pessoas poderão realizar outras atividades, efetivamente, manifestações e ocupações.

Por outro lado há que se ter cuidado. Considerar que em determinados momentos, as marchas pacíficas, mesmo que se aceitem certas expressões radicais (mas, bem enquadradas), com reivindicações parciais e que em geral contam com a tolerância das forças da ordem, servem, enquanto tática de manipulação, como simulacro de protesto, que por sua vez pode promover um

esvaziamento de forças de ação do grupo social e o desgaste das energias operárias, fato que não passa despercebido pelas bases que estão no processo de mobilização e conscientização.

Em alguns casos, a divisão do trabalho entre os aparatos de repressão e manifestantes permite inclusive certas doses de violência minoritária estéril, dado que não ataca em absoluto a ordem burguesa. Assim, enquanto a maioria da manifestação se enquadra pacificamente em interminável linhagem discursiva, tolera-se (em muitos casos, promove-se) que uma parte radical da mesma vá enfrentar as forças especiais da polícia previstas para tais situações. A burguesia e sua propriedade ficam bem salvaguardadas e, de passagem, aproveitam para espancar os proletários radicais e fichar os ativistas. Assim, cada força estatal cumpre sua função, a uns a repressão violenta, a outros entretenimentos (o que não quer dizer, obviamente, que os sindicatos não utilizem às vezes a repressão aberta). E a força proletária, por ser incapaz de se dirigir para objetivos próprios, de aplicar a violência minoritária contra os verdadeiros inimigos de classe, se desgasta sem questionar o Capital.

Ao perguntar-se sobre a possibilidade dos trabalhadores organizados adotarem dispositivos de segurança em relação aos aparatos repressivos, Tilly (1991) aponta as falhas nos modelos que analisam a prática de vigilância¹¹³ adotada até então:

(...) Essencialmente, os mesmos das teorias contemporâneas da ação coletiva popular. Em primeiro lugar, em comum saltam das predisposições dos indivíduos as predisposições dos grupos, sem aportar razões convincentes do processo que as conecta. Em segundo lugar, de modo característico tratam a conduta de apenas um ator, a pessoa ou grupo mais propenso a protestar, rebelar-se, exigir ou atacar; os modelos subjacentes deixam de lado a intenção social. Em terceiro lugar, comumente são estáticos, carecendo de especificações dos meios pelos que altera a ação e produz resultados. Em quarto lugar, suas considerações da conduta de seus antagonistas são causais em lugar de intencionais, apesar de que suas análises detalhadas levam as táticas repetidamente em consideração. Estas debilidades quiçá sejam compreensíveis nos participantes em uma interação cujo interesse principal seja antecipar e controlar a conduta de seus interlocutores. No trabalho dos analistas que tratam sistematicamente com a ação coletiva popular, estabelecem barreiras insuperáveis à compreensão. (TILLY, 1991, p. 159)

¹¹³ Trata-se de análises contidas em sua obra “Models and Realities of Popular Collective Action”, Social Research, vol.52, núm. 4, inverno de 1985, pp. 717-747. (“Modelos y Realidades de la Acción Colectiva Popular”, in Aguiar, Fernando (org.). “Intereses Individuales y Acción Colectiva”. Madrid: editorial Pablo Iglesias, 1991, pp. 149-179). O texto baseia-se na obra do mesmo autor: “Action Collective Mobilisation Individuelle publicado em 1985, compilado por Pierre Birnbaum e Jean Leca, “Sur L’individualisme”, Paris, Press de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

Portanto, uma primeira questão é saber que o processo de conscientização refere-se à aprendizagem em que os indivíduos alteram a forma como percebem a sua realidade e percebem a sua capacidade de agir coletivamente e como agem coletivamente todos os dias com os seus recursos individuais. Isto porque mudam sua noção de sentimento de eficácia política refinando a percepção de como os adversários estão dispostos (ou não) a utilizar este poder a favor delas. E este processo de conscientização conduz a motivações para continuarem participando. (SANDOVAL, 2004)

Neste sentido, há etapas que promovem (i) o desenvolvimento da consciência e (ii) a criação de vínculos sociais como conseqüência de uma nova crença compartilhada.

[...] tal racionalização faz surgir de imediato duas objeções importante: primeira, que não explica como e porquê um indivíduo ignora seu interesse individual por sua segurança e a minimização de seu esforço; e segundo, que carece de uma especificação do processo social que produz o passo de uma etapa para a seguinte [...].(TILLY, 1991, p. 162)

Ao dialogar com o “estruturalismo”, Tilly (1991) denomina-o por “racionalismo construtivo”, supondo a existência prévia de uma estrutura social conectada à maioria dos indivíduos, que se altera, voltando-se então reelabora como resultado da comunicação repetida entre indivíduos. Assim ele comenta:

[...] Nesta linha de pensamento, os vínculos podem multiplicar-se e reforçarem-se entre si no curso da ação coletiva, mas os laços prévios formam a base principal para a mobilização e a ação coletiva. Ademais, a divisão de interesses que motivam a ação coletiva descansa especialmente nas cisões que já configuram a vida cotidiana social [...]. (TILLY, 1991, p. 162)

O impedimento à mobilização não se restringe imediatamente com a utilização de incentivos seletivos (TAYLOR, 1991). O que existe é um processo bastante solidificado de como lidam com os problemas do cotidiano, em resolver primeiro individualmente e caso não haja soluções, adota-se um processo coletivo (dificilmente procura-se por soluções coletivas de imediato); e dentro do processo de conscientização orientam-se pelo processo coletivo.

Este é o processo de conscientização, pois deve ser incorporado nas formas de ações. Assim é que aponta dois objetivos aos trabalhadores, à organização sindical e, mais especificamente em situação de greve.

Um primeiro objetivo são as metas de envolvimento, enquanto que o segundo deve ser uma instância pedagógica, onde aprendam e desenvolvam a conscientização.

Esta construção exige que as metas do sindicalismo não se limitem às “bandeiras de luta” entendendo assim que um processo conflitivo de facções produz conscientização, porque os acontecimentos que ocorrem nestes espaços não ocorrem no vazio e demonstram a viabilidade de cada posição adotada e a capacidade operativa daquele movimento. Surgem interrogações do tipo “*mas afinal de contas, se eu não entendo e os outros que são mais esclarecidos não se entendem, porque é que eu vou me meter numa enrascada?*”. É conscientização porque está vivendo concretamente aquela experiência, realidade da qual diz respeito a eles, e estão buscando esta realidade.

Portanto, todo ato do movimento tem um efeito conscientizador sobre as pessoas. Porém, não necessariamente tenha um efeito mobilizador. Por isso, o operário que está no movimento sindical sob experiência grevista deve estar atento, porque não é claro se o ganho é mobilizador para impulsionar novas metas; e não está claro se uma derrota desmobiliza efetivamente.

E em grande medida, quando há “fluxo” e “refluxo” do sindicalismo, diz-se de diferentes consciências que definem num dado momento sua retirada ou permanência e ainda definem noutro momento seu engajamento.

Estes fenômenos coletivos podem referir-se tanto a certa condição social quanto a uma mobilização transitória que se define, sobretudo por objetivos. Nestas situações e desligados de categorias sociais específicas serão aqueles a explicitar o caráter cultural do conflito e expostos à marginalidade evasiva, à integração ao mercado e à cultura de massas. E, diante da racionalidade instrumental restitui-se, por um lado, o homem à ação e por outro é negada a possibilidade de superar determinada situação material de existência que não signifique ação e eficácia pragmáticas.

Quando o movimento sindical procura tornar visíveis os seus conflitos poderá superar sua especificidade e seu universo simbólico. Portanto, latência e visibilidade são condições permanentes e em constante trânsito nos movimentos sociais.

Nesta passagem, alguns atores desaparecem, outros se formam, consolidam-se processos de institucionalização e de modernização, mas nascem também novos problemas e se revelam novos espaços de conflitos. [...] (MELUCCI, 2001, p. 123)

Ao pensar nos movimentos sociais como um fenômeno político constata-se que assume significado – em termos de avaria ou quando consegue ter mobilizado um número elevado de pessoas – então a conscientização se torna de fato uma peça chave porque será atendido pelas autoridades apenas mediante a sua capacidade de atrair pessoas, ou seja, “quantas pessoas são colocadas numa praça pública anunciando interesse comum?”. E isto implica força de conscientização a partir da permanência das pessoas no movimento. Este dado remete à segunda questão, pois se refere ao fator de motivação à participação e permanência no interior dos movimentos sociais.

Parte-se do pressuposto de que não há objetivo de movimento social que consiga êxito numa primeira reunião. Numa primeira Assembléia, por exemplo, numa primeira ação coletiva, é visto pelas para as autoridades – seja patronal ou pública – simplesmente como indício de capacidade de realização. Do ponto de vista do sindicalismo, deve-se repetir a façanha e, portanto, como os operários coletivos conscientizam as pessoas para garantir seu retorno e participação e como continuam conscientizando os trabalhadores a continuarem participando.

O desdobramento da problemática sugere a terceira questão, ou seja, o enfoque dado à permanência dos trabalhadores ao longo do tempo em que eles estão engajados. O grevista termina uma experiência de paralisação conscientizado de que deveria participar de outro evento quando emergir. Isto porque ele é um indivíduo com uma consciência de que sua participação é importante para alcançar vitórias. Esta é outra abordagem de destaque, ou seja, a incorporação e captação de novas metas ao movimento sindical e dentro do processo de conscientização.

O processo de mobilização no interior dos movimentos torna-se também um processo de conscientização. Os trabalhadores envolvidos neste processo realizam atividades e refletem sobre elas; e saem destas experiências com as impressões dos seus significados. Por isso, fazer parte, organizar coletivamente, preparar faixas, entre outras atividades, também são momentos de conscientização, de como agir coletivamente, como colaborar e delegar funções, e o que se espera dos demais. São atos também de solidariedade. Neste sentido, o trânsito no interior do movimento oferece continuidade à participação tanto na atividade específica como também no que considero não menos importante, mas difícil de ser colocado em prática – em reuniões de lideranças e ativistas – que é justamente oferecer continuidade e participação em termos gerais à mobilização e em termos de conteúdo, de conscientização.

Desta maneira, portanto, o grevista refletirá pouco sobre o conteúdo de conscientização produzido pela última atividade; contudo este é um ponto chave no movimento sindical, visto que o sentido de seu trabalho está no fato de sua capacidade em operar com o maior número de pessoas.

Cabe destacar ainda que uma greve feita em ano eleitoral e cujo dissídio ocorreu antes mesmo da paralisação, pode, não necessariamente, indicar ou sugerir especulações de que o movimento grevista estaria agindo segundo interesses de coligação política, tanto no sentido de não afetar o andamento das articulações da entidade sindical diante da campanha de um candidato e/ou partido político ou também significando que o “bom senso”, que mandaria a greve ocorrer antes do dissídio, teria os índices pleiteados em greve já barganhados entre lideranças de trabalhadores e empresariado.¹¹⁴

5.4 Sindicalismo e militância sindical

Como visto, a participação dos trabalhadores no movimento grevista coloca em relevo as suas contradições materiais de existência. E pela vivência da ação coletiva, eles desempenham funções e desenvolvem a consciência de massas. (REICH, 1976)

Por outro lado, resta ainda identificar a construção da consciência da direção da classe social trabalhadora. A análise a seguir é proposta no sentido de verificar os aspectos que envolvem o perfil do militante sindical e as formas pelas quais a estrutura sindical contribui para a construção da consciência das lideranças, na instituição corporativa de classe.

Para associar estes aspectos com a formação da consciência diante dos demais trabalhadores, do Estado e do empresário, a discussão a seguir sustenta-se na pesquisa de Cunha (2006).

Um dos aspectos presentes que identificam a formação da consciência de classe do trabalhador se refere ao conceito empregado, e neste caso, tratado enquanto categoria de análise marxiana.

¹¹⁴ A greve dos bancários de outubro de 2010, por exemplo. Ela ocorreu em ano das eleições ao executivo nacional e estadual, senado e legislativo federal e estadual. A paralisação ocorreu em outubro; no entanto, o dissídio da categoria ocorreu no mês anterior. E não foi difícil encontrar trabalhadores da categoria que sugeriam que o índice de reajuste de 11% já havia sido estabelecido como meta pelos banqueiros; o que tornaria a greve um grande teatro no sentido de conter as manifestações descontentes, mostrar “eficácia política” do sindicato, ao mesmo tempo em que não agrediria os interesses do grande banqueiro.

O estudo de Cunha (2006) partiu da elaboração do conceito de consciência de classe confrontando-o com o sindicato. Em seu estudo, a autora estudou como militantes e dirigentes sindicais brasileiros dos setores de serviços públicos e bancário constroem o conceito de sindicato e como se relacionam os elementos conceituais e os elementos da consciência. Para tanto, a autora aplicou um questionário a diversos militantes sindicais, cujos depoimentos foram submetidos a uma análise do discurso. (CUNHA, 2006)

A partir de então foi estabelecido um debate com os argumentos apresentados na pesquisa da autora citada, aproximando-o com a bibliografia estudada e o propósito desta dissertação.

5.4.1 Aspectos do perfil do sindicalista

Há também alguns aspectos a serem analisados, que envolvem o perfil do sindicalista brasileiro, no sentido de verificar se há aproximação deste liderança diante daquela que Reich (1976) qualificou por *dirigente das massas*, capaz de elaborar a teoria de classe às massas (REICH, 1976). Para tanto, serão utilizadas as características elaboradas por Cunha, a qual define o sindicalista por *Sujeito Sindical*, a saber, “aos participantes do movimento sindical” e demais pessoas ligadas ao sindicalismo “considerando-se o conjunto de suas características ‘pessoais’ e ‘sindicais’” (CUNHA, 2006, p. 127). De qualquer forma, a caracterização da autora se assemelha aos níveis de comprometimento que um militante sindical assume em organização política.

O *sujeito sindical* foi visto como ativo, determinado, experiente politicamente e alegre, entre inúmeras outras características que, ao contrario da atribuição dada pelo senso comum os entrevistados de Cunha demonstraram um nível político e cultural acurado e possuindo curso universitário completo. (CUNHA, 2006, p.128)

As características para os *outros militantes* foram percebidas como sendo aquelas *positivas* aos demais militantes e pelas quais os sindicalistas demonstram identificação (de forma concreta ou em seu imaginário). Por outro lado, dentre as características negativas, recebem destaque aquelas que se referem ao enfraquecimento dos aspectos éticos, morais e ideológicos encontradas “a maioria dos sindicalistas”, do que resulta na diferenciação entre as identidades e aponta para elementos com os quais se identificam e passam então a excluir os “outros” (CUNHA, 2006, p.131)

No que se refere às *dificuldades da militância sindical*, são destacados: (a) o trabalho com as bases sindicais, (b) a não identificação das bases com o sindicato, (c) a dificuldade de

mobilização dos membros de sua classe e (d) aquelas dificuldades resultantes da própria conjuntura política, da estrutura sindical e dos preconceitos. (CUNHA, 2006, p.133)

Vale o depoimento de Cunha:

De acordo com os nossos entrevistados, dentre as inúmeras responsabilidades políticas de que as direções sindicais têm se eximido estão as tarefas políticas com os trabalhadores das bases sindicais, sendo esta, segundo eles, um dos pontos mais nevrálgicos do movimento sindical brasileiro. O trabalho orgânico com as bases para os entrevistados constitui uma das funções que um movimento forte de organização política dos trabalhadores não pode, em nenhum momento, prescindir. Uma forma de desarticular o movimento dos trabalhadores é minar a atuação sindical nos locais de trabalho, já que a cúpula do sindicato não se sustenta politicamente no isolamento. Neste sentido, os entrevistados apontaram como evidência disso o significado que ainda assume na atualidade, para o movimento dos trabalhadores, os sindicatos cartoriais. Segundo eles, o Novo Sindicalismo representou um exemplo vivo de mudança e fortalecimento da relação entre a direção do sindicato (ou da oposição sindical) e as bases. A política neoliberal, para se estabelecer, necessitou, entre outros fatores, quebrar a “espinha dorsal” do sindicalismo e, para tal, a cooptação e a desarticulação das diretorias sindicais com as bases, entre outras coisas, foram tarefas de suma importância que as autoridades parecem ter conseguido, segundo os entrevistados, executar de forma magistral. Neste caso, a despolitização e a desinformação foram essenciais para se atingir uma profunda desmobilização política. (CUNHA, 2006, p.133)

No que se refere às *modificações históricas no sindicalismo: antes e hoje*, pelas quais se percebe certa identificação com as características do antigo sindicalismo, ao mesmo tempo em que se estabelecem críticas e denúncias ao grupo “marginal”, (que procura se beneficiar pessoalmente com a atividade sindical) ao sistema atual por eles denunciado. (CUNHA, 2006, p. 138)

Quando se trata dos *aspectos do perfil sindical relacionados com a consciência de classe*, Cunha identificou que, havia manifestações de aspectos indicativos de um perfil sindical ideal e que poderiam estar relacionados a consciência político-sindical do sindicalista. Entre os aspectos subjetivos (sonhos e projetos de vida) e objetivos (atuação político-sindical) existe, de alguma maneira, certa perspectiva classista, voltada para a transformação social e que alguns deles, denominaram revolucionárias. (CUNHA, 2006, p.139)

De forma geral, pode-se concluir que os estudos de Cunha apontaram que houve substancial alteração no conceito de sindicato e nas funções da entidade sindical, às quais foram reduzidas às demandas básicas, *econômicas e corporativas*, voltadas para as necessidades de sobrevivência, e as *políticas*, que se referem não apenas ao valor da força de trabalho, mas às

possíveis alternativas frente ao capital. E nesta situação, a militância sindical adquire importância significativa para se constituir a consciência política.

No que se refere à relação entre a política sindical e a política em geral, a despeito de algumas ressalvas, houve grande denúncia da interferência dos partidos políticos na vida sindical, e em especial, no que se refere ao desvio de verbas para campanhas partidárias (CUNHA, 2006, p.143), bem como do atrelamento dos sindicatos e de suas lideranças aos partidos políticos e às diversas esferas do poder do Estado, caracterizando um movimento dos trabalhadores em quadro de baixa qualidade da luta sindical no Brasil, com grande parcela de responsabilidade da CUT, pela história que ela carrega e pela (i) capacidade de absorção que adquiriu nos períodos de lutas mais intensas quanto (ii) no seu atrelamento ao governo nos dias de hoje, como “braço” do governo federal.

Quanto às perspectivas, ainda que as avaliações do movimento sindical tenham sido bastante pessimista e grande desilusão com relação ao atual quadro do sindicalismo, as expectativas para o futuro, de modo geral, foram bastante positivas¹¹⁵.

Quando se trata da conceituação de sindicato supõe-se uma dinâmica que, embora não seja única, parte de elementos pessoais/sociais que vão se internalizando, ou seja, dos elementos considerados “mais” individuais da(o) militante (motivações e preocupações) que, a partir da militância, incorporaram aspectos da vivência do coletivo sindical, do trabalho e da classe trabalhadora, o que representa na acepção dos trabalhadores a ampliação da sua consciência política, no sentido de abraçar lutas de “maior envergadura” da classe trabalhadora.

No que se refere à formação da consciência de classe, predomina como fator de maior responsabilidade aqueles que são capazes de modificar a consciência política do trabalhador, que estão ligados à experiência na militância e à formação política, que podem ser aprofundados pelos estudos teóricos desenvolvidos, na participação em congressos e em ações diretas vividas na militância.

Quando a referência é dirigida à pessoa que possui consciência política despertada, ela tem se expressado por elementos particulares e pessoais, ao círculo mais próximo dos trabalhadores, como aos familiares. E quando adquire a percepção da necessidade de se organizar

¹¹⁵ O que não vem se comprovando desde 2006, dada de publicação da tese da autora, exceto se considerar que as mudanças “positivas”, sejam aquelas “propositivas” e de consenso.

politicamente e inicia a sua militância no sindicato, a sua consciência é despertada para lutas corporativas e econômicas.

No que se refere à relação entre os aspectos que comporiam um perfil sindical e a consciência de classe a partir dos entrevistados de Cunha, torna-se possível identificar características que referendam à consciência de classe avançada como aspectos que podem estar relacionados a um perfil sindical classista e até mesmo revolucionário, se considerada a importância da transformação social. Quanto aos aspectos subjetivos e objetivos e, em alguns relatos, os sonhos representavam seus anseios de ver uma sociedade melhor para todos, além de mais livre dos preconceitos e do racismo (CUNHA, 2006, p.149).

Entretanto, ao contrário do que alguns anunciam (para a construção de uma sociedade “socialista”), o sindicalismo está efetivamente num caminho oposto ao que colocariam em conflito as relações de dominação burguesas e de superexploração da taxa da mais-valia.

5.4.2 Consciência e reivindicação sindical

A complexidade das relações entre reivindicações sindicais, mobilização de assalariados e a organização do trabalho é permeada pela construção do conceito de sindicato e do seu papel na reprodução das relações sociais e na reprodução do modo de produção.

A relação do sindicato na sociedade do capital adquire legitimidade por reconhecer e fazer frente ao capital e ao caráter social dos produtos que é assumido pela relação social “fetichista” entre os produtos do trabalho (e não pela relação social entre os trabalhadores), que por sua vez definem o estado de consciência da classe trabalhadora.

A classe trabalhadora se constrói, por assim dizer, pelas condições materiais de existência e são, em parte, engendradas pela classe que exerce a dominação, e efetivamente são transmitidas por ela. Como asseveram Marx e Engels, “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 1996, p.39). Ou seja, a consciência de massas é de início, um produto social e o será enquanto existirem homens. (REICH, 1976)

Neste sentido, aquele que ingressa no sindicato adquire, gradualmente a consciência política que o torna apto à compor a direção da classe trabalhadora.

No entanto, o exercício da direção sindical apenas se efetiva estando em acordo com a consciência das massas trabalhadoras, pois “a direção nunca o conseguiria, se essa consciência não estivesse já lá, ainda que de forma espontânea”. (REICH, 1976, p. 16)

A rigor, de acordo com Reich, o militante que ingressa na vida sindical tem *a priori* a consciência de massa. E, atuando como dirigente sindical desenvolve a consciência de dirigente. Neste sentido, pode-se afirmar que ele partirá de um tipo de consciência cujos elementos foram transmitidos socialmente e internalizará gradualmente valores políticos; e, através deles, formará a consciência de classe, portanto pela sua vivência sindical.

Pelo processo acima descrito, as ações políticas envolvem inicialmente a vida pessoal do militante em relação aos seus familiares se referem à ocasião em que ele busca por satisfazer as próprias necessidades, geralmente de cunho econômico.

Contando com um princípio de formação de consciência de classe, estes militantes demonstram paulatinamente ultrapassar a condição da “consciência política”¹¹⁶ (ou seja, as preocupações não estavam mais centradas nos problemas pessoais), despertando para a consciência de classe formada com a atividade sindical e com os grupos de trabalho e percebendo que a luta dos trabalhadores se tornaria mais efetiva quando a ação fosse coletiva.

Deduz-se que a vivência corporativa tem importante papel na formação da consciência de classe (CUNHA, 2006, p. 106-107)

Lênin, ao tratar da questão dos sindicatos, o faz com a seguinte compreensão:

- (1) o sindicato não é “uma organização coercitiva do Estado (socialista); a sua finalidade é educar e preparar; é uma escola, uma escola de gestão, uma escola de direção, uma escola de comunismo” (LENIN, 1975. p. 9);
- (2) os sindicatos situam-se entre o Partido e o poder de Estado (Idem, *ibidem*);
- (3) os sindicatos são os elos entre a vanguarda e as massas, e cujo objetivo diário é convencê-las que elas compõem a única força capaz de demolir o capitalismo e edificar a sociedade comunista (LENIN, 1975. p. 10);
- (4) no Estado operário o papel dos sindicatos consiste em defender os interesses materiais e morais da classe operária (LENIN, 1975. p. 15);

¹¹⁶ Cunha estudou como militantes e dirigentes sindicais brasileiros dos setores de serviços públicos e bancário constroem o conceito de sindicato e como se relacionam os elementos conceituais e os elementos da consciência. De acordo com a autora, para se atingir a consciência de classe, antes se deve passar por consciência política, ou seja, partindo do senso comum até chegar ao que considera a verdadeira consciência de classe. E tomando a definição de IASI dirá: *Este estudioso explica que a verdadeira consciência de classe é fruto de uma dupla negação: “num primeiro momento o proletariado nega o capitalismo assumindo a sua posição de classe, para depois negar-se a si próprio enquanto classe, assumindo a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra o capital.* (p.38). (CUNHA, 2006, p. 92)

(5) uma das tarefas mais importantes dos sindicatos é a de defender, em todos os domínios e por todos os meios, os interesses de classe do proletariado na luta contra o capital (LENIN, 1975. p. 165).¹¹⁷

Atuando numa organização proletária, Rosa Luxemburgo lançou papel distinto aos sindicatos e, de acordo com a autora, estas organizações poderiam ser decisivas numa situação considerada revolucionária, afirmando – sobre as experiências dos *soviets* russos de 1905 (bem como do papel da base e da direção) – que seriam as bases organizadas que se encontraria a garantia da unidade real do movimento operário, bem como de sua força política transformadora. (LUXEMBURGO, 1976)

O sindicato se constitui tendo por base o espaço da produção e amplitude para atuar para além da esfera corporativa.

No entanto, inserido na lógica do capital aceita por membros aqueles que vendem sua força de trabalho em empresas e ramos produtivos aos quais estão ligados. Trata-se, portanto, de operar com as demandas de negociação dos grupos específicos de vendedores de força de trabalho (na forma de salário).

Resulta, pois que, comumente, o trabalhador tem a percepção do sindicato como instrumento para auferir maiores rendimentos e não como produto de um processo de produção. É possível deduzir certa fragilidade na formação da consciência que o trabalhador possui do mundo do trabalho e da sociedade capitalista.

Assim, atuando somente no nível dos efeitos do capital (relação de compra e venda da força de trabalho por meio do salário e benefícios, como planos de saúde, seguros contra acidentes de trabalho, etc.) o sindicato desconsideraria as causas da exploração capitalista. E não das condições materiais de existência.

Considerando que o espaço da produção é um espaço privilegiado onde ocorrem as contradições dadas pela reprodução social e reprodução do modo de produção, é também onde

¹¹⁷ Cabe recordar que este trabalho não opera com a dimensão dos partidos da teoria de Lênin. Na teoria do autor citado, os sindicatos são as organizações de massas que, submetendo-se à hierarquia massa-sindicato-partido, atuam como “correio de transmissão” entre o partido e seus membros, concedendo uma dimensão política às lutas que, de outro modo, não a teriam. Para efeito deste trabalho, o sujeito coletivo define sua identidade complexa através da mediação e articulação de práticas relativamente autônomas, que têm características particulares, e tendem a se desenvolver assimetricamente, através de uma multiplicidade de práticas históricas institucionalizadas e não institucionalizadas, as quais não podem ser sintetizadas pela sua característica multidimensional e de dimensões assimetricamente desenvolvidas.

surge a possibilidade aos trabalhadores para se perceberem como classe como parte da totalidade social que deve ser transformada.

Pela razão apresentada acima, o espaço de produção torna-se privilegiado para se realizar a intervenção política e por onde é possível a ação organizada e consciente de forma dialética, uma vez que, ao mesmo tempo que é a unidade de produção onde se desenvolve a capacidade criativa dos trabalhadores, a mesma encontra-se alienada e com baixa complexidade de sua consciência. (REICH, 1976)

Portanto, a consciência de classe da liderança sindical não é necessariamente revolucionária. Ela assim se torna na medida em que os diferentes elementos objetivos e subjetivos se desenvolvem com o propósito de superar o modo de produção capitalista. E neste caso, se torna imprescindível a congruência e sintonia da política das lideranças (aqui referidas às lideranças sindicais) com os anseios dos trabalhadores, cuja consciência (das massas) está presente (REICH, 1976), mas que não dispõem de recursos materiais, objetivos e subjetivos, elaborados de forma complexa e suficientes para superar a condição de exploração que sofrem diante do capital.

Disto resulta num conceito de sindicato atual que se desenvolveu a partir do conjunto de políticas que foram empreendidas pelos diferentes governos brasileiros (em especial, de Collor de Melo). Então, a consciência de classe não é uma determinação histórica, e não está na natureza do processo histórico, ao contrário, a tarefa sindical e de sua direção emerge da realidade e correspondência a uma tendência objetiva de desenvolvimento histórico; embora a maturação de condições concretas possa tornar essa tarefa possível, não a torna necessariamente inevitável.

De certo, a precarização das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e o ataque ao sindicalismo e à classe trabalhadora explicam, em parte, as táticas sindicais adotadas desde os anos de 1980, caminhando para a suposta conciliação entre as classes, visando a manutenção dos empregos e dos direitos trabalhistas.

Não por acaso que, como observado em outro momento deste trabalho, resultou no fortalecimento do “sindicalismo de resultados” e de proposição de classes incidindo no enfraquecimento e alterando a sua ação específica de emergência operária, da identidade sindical, da classe trabalhadora e sua própria consciência de classe.

No atendimento às suas novas funções, o sindicalismo tem mostrado a existência de divisão entre os trabalhadores no que se refere aos objetivos das lutas. Decorrem deste quadro as

disputas nas instâncias sindicais, pelas quais se destacam dois grupos: os econômicos (“quantitativos”), voltados para a defesa dos interesses materiais, e os políticos (“qualitativos”), que, na concepção de muitos militantes, referem-se à elaboração de estratégia revolucionária. Entretanto, a luta econômica não descarta a política, podendo ser, como afirma Lênin, um embrião para o desenvolvimento da consciência de classe, se conduzida pela política socialista.

Lênin afirma que o economicismo em si, como os das *trade unions*, é uma falsa política, por fazer crer aos trabalhadores que apenas este objetivo poderia elevar ao máximo a sua consciência. (LENIN, 1981)

Então, ainda neste momento o sindicalismo tem a chance de produzir a consciência de classe, pelo embate teórico que se manifesta nas instâncias deliberativas e pela resolução e encaminhamento das estratégias de luta. Portanto, a elaboração teórica se torna imprescindível ao sindicalismo que procura avançar nas contradições entre o capital e o trabalho, no sentido de formar a consciência da massa trabalhadora.

Por outro lado, a discrepância entre capital e trabalho não está sendo o tema central do modelo de sindicalismo contemporâneo, mas a *possível* colaboração entre as forças antagônicas visando a reforma do Estado. Seja pelo tipo de dependência que o sindicato adquiriu do capital e das suas metamorfoses, ou por interesses outros, o seu significado para os trabalhadores vem sofrendo profundas alterações, como se pode constatar pela adoção de bandeiras mais amplas.

A adoção de ações sindicais de maior amplitude e abrangência não é o elemento que por si não desqualificaria o sindicato, haja vista que as relações sociais não se limitam ao chão de fábrica e, portanto das demandas de políticas sociais tem sua legitimidade. No entanto, relegando à segundo plano as políticas e ações sindicais que historicamente substantivaram o sindicato como força de resistência dos trabalhadores, gradualmente o quadro dirigente sindical descumpra a obrigatoriedade de formação da consciência de classe diante do capitalismo que se materializa no patronato e nas condições de subordinação da classe trabalhadora.

Portanto, o problema reside na forma e na emergência pela qual o sindicalismo incorpora em sua pauta as demandas sociais, que, a rigor, deveriam se submeter às necessidades da classe trabalhadora. De outra forma, o movimento sindical transforma sua finalidade e existência migrando definitivamente a outros setores e redefinindo sua inserção.

O problema se desdobra à outra subcategoria de análise, a saber, a possível contribuição dos dirigentes sindicais para a consciência de classe. O pressuposto é de que a militância sindical

é uma atividade importante para o crescimento da sua consciência de classe, no sentido de descobrir diferentes aspectos do mundo do trabalho. (CUNHA, 2006, p. 115)

Neste sentido, existem críticas de parcela do movimento sindical, notadamente na CONLUTAS, ao tipo de sindicalismo que se desenvolve no Brasil e mais diretamente pela aproximação e enquadramento da atividade sindical ao governo, enfatizando, sobretudo a aproximação da CUT com o governo Lula da Silva.

Para elaborar tais críticas, a CONLUTAS atribuiu um significado de luta caracterizado pela independência e classismo ao seu sindicato, equivalente a um estado avançado de consciência de classe¹¹⁸.

A consciência de classe que se forma a partir da atuação sindical depende do patamar de enfrentamento antagônico entre o trabalho e o capital procurando resistir ao avanço do segundo. E ainda, postas as definições do sindicato conferida por Lênin (1975), a questão da atuação dos sindicatos é mais delicada, pois ela depende de uma ampla e profunda reforma estrutural da sociedade. Os sindicatos, com raras exceções, são ou têm sido aquilo que a classe dominante espera que sejam.

Então, considerando as alterações da estrutura sindical dada segundo momentos da acumulação do capital, a perspectiva do sindicalismo brasileiro dependerá, pois (a) da relação entre as políticas sindical e a política geral, (b) das mudanças ocorridas no movimento sindical, e (c) das perspectivas do movimento de organização dos trabalhadores.

No que se refere à relação entre as políticas sindical e a geral, os sindicatos são considerados como instância de legitimidade política. No entanto, os trabalhadores reconhecem que a grande parte dos dirigentes sindicais tem dedicado grande parte do tempo às questões (políticas) específicas que lhes dizem respeito, ou seja, a interesses corporativos. Neste caso, a despeito da legitimidade política do sindicato, o que se tem é a perda da credibilidade dos mesmos pela base dos trabalhadores e, no seu conjunto, os aspectos negativos superaram aqueles considerados como positivos, dentre os quais se destacam ações da política sindical que levam ao “aparelhamento” dos sindicatos pelos partidos políticos, se tornando uma das ações mais corrosivas da integridade da política sindical. (CUNHA, 2006, p. 118)

¹¹⁸ A despeito da prerrogativa de “independência” do sindicalismo da Conlutas, ela se acentua em bases centralistas tendo majoritariamente no seu quadro diretivo o trotskismo do PSTU. Mas o avanço desta central em relação às demais está no fato de absorver parcelas significativas de outros movimentos sociais e das críticas ao modelo de sindicalismo oficial adotado no Brasil.

A mudança no mundo sindical se fez sentir pela aproximação do sindicalismo com o governo e o conseqüente aspecto reformista que se aprofunda.

A classe trabalhadora, em sua constituição, conta, tanto nas direções dos movimentos como nas suas bases, com indivíduos mais conservadores que, na hora de ir à luta, assumem posições mediadoras, não entrando em confronto com o poder instituído. Por outro lado, em um outro extremo, existem aqueles militantes mais à frente politicamente, a nosso ver, que são mais revolucionários. Na disputa, em determinados momentos, a classe está mais acuada e tende a ouvir e a seguir o reformista. Em outros momentos, entretanto, quando a conjuntura explicita contradições em maior número e mais exacerbadas, o grupo acha-se mais forte e pronto para agir, podendo então escutar e seguir as propostas das posições de vanguarda, supostamente mais revolucionárias. (CUNHA, 2006, p.120-121)

O movimento sindical transforma sua finalidade e existência migrando definitivamente a outros setores e redefinindo sua inserção, ou como observa Cunha:

A inclusão dos interesses da sociedade de maneira geral nas concepções sindicais tem relação com um dado da realidade bastante visível neste momento, o fato de muitos quadros sindicais se afastarem da militância para assumirem postos administrativos nos diversos espaços da política nacional. Ao se dedicarem a funções direcionadas para a sociedade, de modo mais amplo, a consciência destes ativistas tende, com a incorporação das tarefas administrativas, a aglutinar os aspectos relacionados a ambas as questões, sindicais e sociais, sem discriminar os espaços e objetivos da causa dos trabalhadores e aqueles da sociedade. A partir do momento em que os militantes se tornam administradores da burocracia estatal, passam a indicar como objetivo do sindicato “lutar para o desenvolvimento da sociedade como um todo” – o que esteve bastante presente nesta pesquisa –, assumindo a palavra de ordem do Estado, ao qual estão atrelados. Esta posição se identifica com o reformismo, forte tendência que disputa posição política com as demais tendências existentes no interior dos movimentos da classe trabalhadora. (CUNHA, 2006, p. 114)

Ao analisar a presença de sindicalistas no governo federal, D’Araújo identifica a intervenção do sindicalismo na administração pública:

A expressiva presença de sindicalistas e sindicalizados junto ao governo tem a ver com três processos que podem estar conectados: o amadurecimento democrático do país com a conseqüente incorporação dos trabalhadores e dos sindicatos como atores legítimos do sistema político; a intensa sindicalização no setor público a partir dos anos 1990; e a eleição de um ex-operário sindicalista para presidente da República em 2002. Ao analisar o engajamento desses dirigentes públicos sindicalizados em partidos políticos, centrais sindicais e movimentos da sociedade civil, constatamos que há nesse grupo um pertencimento a várias outras associações da sociedade civil que é percentualmente muito superior àquele observado na sociedade brasileira em geral. E ao atentarmos para a que categorias profissionais pertencem esses dirigentes, detectamos que eles representam setores tradicionais do corporativismo sindical brasileiro e categorias profissionais tipicamente de classe média. (D’ARAUJO, 2009, p. 57)

A distribuição dos sindicalizados em cargos do governo federal podem ser observados na tabela abaixo:

Ministros (1985-2008) Presença de Sindicalistas no Governo

Presidentes	Nº de Sindicalistas no Ministério	% em relação ao total de ministros por governo
Sarney	4	8,0
Collor	3	8,6
Itamar	4	9,3
FHC 1	2	5,0
FHC 2	2	3,6
Lula 1	16	26,2
Lula 2	6	15,8
Total	37	11,5

Fonte: D'ARAUJO, M. C. *A elite dirigente do governo lula*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009, p. 118

É um número significativo, em comparação com os demais governos. Todavia, o procedimento demonstra a visibilidade política que esses ministros sindicalistas acabaram obtendo. O benefício concedido a correligionários não é uma prática exclusiva do PT e revela coerência política. No entanto, não é sinônimo de eficiência política ou condição para alterar a materialidade da correlação de forças, sobretudo se considerar que

O velho Estado, tal e como o haviam constituído inclusive as melhores e mais democráticas das repúblicas burguesas, nunca foi nem pode ser, repito, outra coisa que a ditadura da burguesia, isto é, dos donos das fábricas, dos instrumentos de produção, da terra, das ferrovias, em suma, de todos os recursos materiais, de todos os instrumentos de trabalho sem cuja posse o trabalho segue na escravidão (LENIN, V. I. *Informe apresentado ao II congresso dos sindicatos de toda a Rússia*. Obras Completas em cinquenta e cinco tomos, t. 37. 5. ed. Moscou: Progresso, 1986. p. 457).

Ministros (1985-2008) Filiação Partidária por Governo

	Sarney	Collor	Itamar	FHC 1	FHC 2	Lula 1	Lula 2	Total
PC do B						3	1	4
PDT			1			1	1	3
PFL-DEM	10	7	4	4	7			32
PL		1				3	1	5
PMDB	32	1	6	7	7	6	7	66
PP			1			1	1	3
PPS			1			1	1	3
PSB		1	2			3	2	8
PSDB		4	9	7	17			37
PT			1			33	18	52
PTB		1	1	4	1	1	2	10
Outros	1	2		3	3	1	3	13
Total	43	17	26	25	35	53	37	236

Fonte: D'ARAUJO, M. C. *A elite dirigente do governo lula*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009, p. 122

Da atuação dos dirigentes sindicais na estrutura de governo resultou no enfraquecimento da expressividade do papel histórico do sindicato e, ao mesmo tempo lançou metas que mesclavam papéis políticos e sociais:

[...] nos anos 1990 os sindicatos começaram a associar o papel clássico da ação sindical, ligada a temas como salário, condições de trabalho e redução da jornada de trabalho, ao da responsabilidade financeira, e para tanto contaram com o apoio de importantes líderes do PT. Passou-se a planejar, inclusive, que as duas maiores centrais sindicais, CUT e FS, criassem seus próprios fundos de pensão, que passaram a ser vistos pelos sindicalistas como “domadores do capitalismo” e ainda como instrumento legítimo para a inclusão social. (D'ARAUJO, 2009, p. 75)

Em 2003 o quadro político sindical já pautava na estrutura pública e no governo federal:

Sessenta e seis (66) destacados antigos dirigentes da CUT ocupam altos cargos na gerência do estado burguês-latifundiário. Um é o presidente da República, nove são ministros, três são secretários de Estado e outros cinquenta e três ocupam postos-chave nos ministérios e no Palácio do Planalto. Isso sem falar nos diversos líderes da CUT que ocupam cargos federais nos estados, no Itamarati, nas empresas estatais e até na direção de conselhos de entidades de caráter nitidamente patronal, como o SESI (Serviço Social

da Indústria) — caso de Jair Meneguelli, primeiro presidente da CUT. Já no poder parlamentar burguês (Congresso Nacional, assembleias legislativas dos estados, câmaras municipais de vereadores) e prefeituras pululam centenas e centenas de ex-sindicalistas, alçados a esses cargos pelo trampolim da CUT. Do rol desses velhacos, destaca-se a triste figura do pelego Vicentinho, avalista, na época que presidiu a CUT, dos ataques aos direitos previdenciários dos trabalhadores executados por Cardoso, e que agora é um dos maiores defensores das chamadas reformas do governo Lula-FMI (<http://www.anovademocracia.com.br/no-11/1109-8o-congresso-nacional-da-cut-o-fim-de-um-ciclo-de-traicao-do-sindicalismo-amarelo>).

O desenvolvimento desse quadro conduziu à propositura do Projeto de Emenda Constitucional - PEC, nº 369/2005, enviado ao Congresso cujo conteúdo encerrava alterações na Constituição Federal, especialmente tocante aos direitos trabalhistas. As alterações tinham como endereço certo os art. 8, 11, 37 e 114, cujo escopo era limitar (1) o direito de greve e (2) excluir da CLT o dispositivo que garante aos trabalhadores a aplicação da norma mais benéfica, para possibilitar a ampla retirada de direitos.

Essa retirada de direitos dos trabalhadores tem sido a tática dessa gerência, haja vista as várias medidas provisórias que a antecederam e que se sucedem sucessivamente sem cessar e tudo para ferrar os trabalhadores.

Como exemplo tem-se a Medida Provisória – MP nº 293, que reconhece as Centrais Sindicais como entidades representativas dos trabalhadores. Acontece que esta MP inverte a lógica da estrutura sindical com graves conseqüências políticas e organizacionais para os trabalhadores:

Em primeiro lugar, *fortalece* o sindicalismo de cúpula. As centrais tornam-se o centro de poder da estrutura sindical, concentrando a atribuição de negociação, contratação, arrecadação e controle da representação sindical, enfim, um movimento sindical pela cúpula, alijando a base.

Veja-se que o art. 1, inciso II da MP 293, atribui às centrais o poder de “conduzir o diálogo social e fomentar as negociações”, abrindo espaço para negociar os direitos dos trabalhadores, do âmbito local ao nacional, já que podem participar de qualquer espaço de discussão que se refira às questões sindicais e de interesse dos trabalhadores (art.1, II).

Em segundo lugar, *neutraliza* o sindicalismo classista e combativo. Ai estabelecer rígidos critérios de representatividade para o reconhecimento jurídico da Central, a MP na prática legaliza as Centrais pró-estatais ou estatais servis à gerência do capital e ao patronato. O propósito da MP 293 é fazer com que as Centrais não aceitem a filiação de sindicatos de base combativa, ficando impedidos de atuar juridicamente em espaços onde as Centrais já estejam

atuando. Quebra-se assim a unicidade sindical (tal como está posto no art. 8º, II, da Carta da república).

O que se observa é a profunda alteração que os dirigentes sindicais vêm realizando após a sua inserção num dos aparelhos ideológicos do Estado. Porque a fração de classe que ora está acomodada nas esferas administrativas da União, a despeito de possuírem uma determinada formação de classe, como observado, desde as origens da CUT, não consideram que o Estado mantém a dominação de classe, pois o que prevalece é a sociedade do capital, ou, de acordo com Lênin (1986),

Na sociedade burguesa, os trabalhadores são governados pela burguesia mediante formas mais ou menos democráticas; são governados por uma minoria, os possuidores, os que participam na propriedade capitalista e transformaram a *educação* e a *ciência*, esse baluarte supremo e flor da civilização capitalista, em um instrumento de exploração, em um monopólio para submeter à escravidão a imensa maioria do povo. (LÊNIN, 1986. p. 458)

Sob a ótica da identidade sindical, o interesse por “domar” o capital é um propósito digno de se elogiar, pois ao sindicato cabe conquistar influência nos assuntos públicos (LÊNIN, 1979), não fosse a história construída pelas centrais sindicais mencionadas. É algo parecido com o que ocorre com o contrabando ideológico, mas se diferencia pelo fato daquele ocorrer entre subgrupos da mesma classe e com propostas teórico-metodológicas distintas, neste segundo caso, o que se faz é legitimar uma instância burguesa como um instrumento de dominação de classe dos trabalhadores, mesmo se considerar que o partido dos “trabalhadores” (sic) é aquele que controla a administração pública.

Se a Previdência oferece problemas não é por outra razão que não seja a de alocação de recursos e não por desconhecimento do seu papel e da habilidade em se administrar aquela burocracia. Então, o papel do sindicato seria o de pressionar no sentido da manutenção do emprego com estabilidade e direitos adquiridos e não assumir funções de Estado e/ou apêndice do mesmo. Os objetivos das centrais se tornam mais claros quando se observa que o gerenciamento de determinadas políticas sociais – e que compõem as bandeiras do movimento sindical brasileiro – são transferidos aos setores da economia privada com o interesse do mesmo sindicalismo internacional que contribuiu decisivamente para formar a consciência da elite sindical brasileira da década de 1980, como observou D’Araújo:

Em 2001 foi criada a Anapar, Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão, que em seu site diz ter nascido “da necessidade de unificar a luta de todos os participantes dos fundos de pensão brasileiros, ativos e aposentados, vinculados aos fundos fechados ou abertos, sejam eles patrocinados por empresas públicas ou privadas, ou pelos governos federal, estadual e municipal. O objetivo da Anapar é representar e defender os interesses dos participantes de fundos de pensão junto aos poderes públicos – Executivo, Legislativo e Judiciário –, junto às empresas patrocinadoras e às entidades de previdência. Está habilitada, inclusive, a representar judicialmente seus associados”.¹¹⁹ A Anapar dedicou-se também a qualificar pessoas para atuar nesse ramo de trabalho e para tanto fez parcerias nacionais e internacionais, entre elas com a AFL-CIO. Dava-se com isso uma mobilização de sindicalistas para preparem profissionais competentes para atuar na sofisticada área previdenciária em tempos de capitalismo financeiro global. (D’ARAÚJO, 2009, p. 76)

Quando se trata das perspectivas do movimento sindical, há indícios que apontam contrariamente ao observado nas avaliações do movimento sindical, e se revelaram bastante otimistas. Significa dizer que, se a análise do comportamento sindical contemporâneo partir da direção sindical, torna-se possível concretizar a reação dos trabalhadores no sentido de passarem novamente da defensiva para a ofensiva. (CUNHA, 2006, p.125-126)

Isto não significa que o sindicato de adquirido um estado avançado de consciência de classe. Mas este percurso, mediado pelas ações sindicais se intensificam na medida em que as oportunidades políticas se apresentarem no interior do jogo institucional, que envolvem o comportamento do mercado de trabalho, da legislação trabalhista, da organização dos trabalhadores na esfera pública e privada.

E, destaque-se com respeito ao citado acima que, o mercado de trabalho é quem vem determinando as ações sindicais; sobretudo porque as políticas de geração de emprego e renda se constituem pela demanda da produção. No entanto, o que se espera no caso de uma ação ofensiva é a produção de eventos e ações políticas da classe trabalhadora que invertam a esfera de prioridades, ou seja, que o trabalho, a qualidade no exercício da atividade produtiva, a capacidade produtiva, o conhecimento gerado pelo trabalhador, e ainda, o produto final agregado, sejam eles a determinar a dinâmica local/nacional da produção. Este tipo de ação se torna determinante para gerar uma política pública de emprego e/ou geração de trabalho com qualidade. E não o seu contrário.

Para efetivar este tipo de medida seria necessária a formação teórica da classe no sentido da entidade sindical adotar mecanismos distintos de persuasão dos trabalhadores e de sua força coletiva, fazendo da formação teórica a atividade indispensável para produzir formação política e

¹¹⁹ http://www.anapar.com.br/o_que_e_anapar.php (nota da autora)

consciência de classe e, em particular aos novatos a quem serão dirigidos cursos de formação política e sindical.

Este é um tipo de pressão que segue num caminho contraditório ao comportamento do sindicalismo atual, mas que aproxima a direção da classe trabalhadora e promove a formação da consciência das massas operárias e da direção dos trabalhadores.

Contudo, os resultados das pesquisas apontadas por Cunha já indicavam que os trabalhadores defendiam em 2006 (data da pesquisa da autora) a formação de uma nova central sindical, como alternativa, ou pelo menos paralela, à CUT haja vista que ela não atende mais aos interesses e às necessidades dos trabalhadores (CUNHA, 2006, p. 125-126)

Tomando por base os preceitos de Lênin, este novo sindicalismo tem por fim educar e preparar as massas trabalhadoras enquanto instrumento de classe e de ação frente ao poder de Estado, pelo qual a direção e as massas se articulem no sentido de compor uma força capaz de desmontar o capitalismo.

O fracionismo da classe trabalhadora ocupa um assento de grande importância na teoria marxista. Ele se refere às implicações das cisões no movimento sindical e como advertência aos trabalhadores em luta contra a política deletéria de cisão do movimento sindical (e para Lênin, também partidário).

Toda gente sabe que os grandes desacordos explícitos (resultantes de um conflito de opiniões ou de interesses contrariados) nascem, por vezes, de divergências mínimas, mesmo insignificantes. Sabemos que uma pequena ferida ou mesmo uma arranhadura, como toda a gente já teve dezenas na vida, pode degenerar numa doença perigosa e mesmo, seguramente mortal, se a pequena ferida se infecta, se uma septicemia se declara. É o que se produz em todos os conflitos, mesmo nos conflitos puramente pessoais. É o que se passa também na política. Toda divergência, mesmo insignificante, pode tornar-se politicamente perigosa se corre o risco de assumir as proporções duma cisão, sobretudo tratando-se precisamente dum gênero de cisão susceptível de abalar e deitar por terra todo o edifício político ou fazendo o risco de fazer descarrilar o comboio. (LÊNIN, 1986. p. 279)

Hoje, essa lavra histórica serviria como advertência sobre o papel jogado pelas Centrais Sindicais em suas diversas manifestações sobre a problemática situação da república brasileira e, sobretudo ao próprio sindicalismo.

A cisão do movimento sindical equivale à cisão do proletariado. Assim, cindida em partes que se agridem e se refratam, confusa, a classe operária não compreende que as contradições sociais cada vez mais exacerbadas e em andamento neste país são imanentes ao modo de

produção capitalista e não apenas meros tropeços conjunturais dados por uma determinada equipe econômica ou pelo desvario de liderança carismática.

De acordo com o pensamento leninista, o tipo de ação do movimento sindical de hoje é determinada pelas influências da ideologia pequeno-burguesa que ataca o movimento de libertação do proletariado e defende o capitalismo travestido de social-democracia.

Todos os comunistas dos sindicatos devem dedicar uma maior atenção a luta ideológica contra as influências, tendências e desvios pequeno-burgueses nos sindicatos... É imperiosamente necessário intensificar a luta contra as influências pequeno-burguesas sobre a classe operária. (LÊNIN, 1986, p. 363)

Sob a ótica da formação da consciência tem-se ainda que, ao adotar ações ampliadas de forma a desconsiderar o antagonismo de classe, o sindicalismo continua “acreditando que a ‘democracia’, a ‘liberdade’ e a ‘igualdade’ em geral que predicam, não têm caráter de classe” (LÊNIN, 1986, p. 363). É o aspecto dialético do presente momento do sindicalismo brasileiro.

O exemplo dado a esta problemática pode ser visto no tipo de ação sindical das principais centrais com índice de representatividade no Brasil, a saber, o trabalho com cidadania e inovação da UGT, política de juros baixos da NCST, trabalhismo, mercado e resultado da FS, políticas sociais de consenso e pró-ativas da CUT, trabalho com desenvolvimento econômico da CGTB, e trabalho com educação da CTB. Todas estas ações se mesclam entre as centrais sindicais e caminham para uma agenda comum, mas que, no entanto, não questionam a estrutura de subsunção formal e real do trabalho ao capital. Como visto no capítulo anterior, a pauta das centrais sindicais caminha com maior firmeza e articulada com o Estado.

Do pensamento propositivo decorrem assertivas que determinam convergência entre as centrais sindicais e a burguesia reforçando os ajustes técnicos da política econômica de inspiração neoliberal que ratificam a extorsão do capital sobre a força de trabalho. Estes acertos ferem, *ex abrupto*, os interesses de classe operária e reforçam os objetivos estratégicos da burguesia industrial, financeira e fundiária nacional.

A estrutura do novo corporativismo despolutiza o movimento sindical e realiza a concepção e estratégia de sindicalismo propositivo na base mesma da central sindical. Este novo comportamento representa a legitimação da política e ideologia neoliberal no sentido de esvaziar a luta sindical por direitos sociais. A este respeito, veja-se as observações de Boito:

Vejam os trechos abaixo, que enfocam principalmente a relação entre as empresa e os trabalhadores, a relação da economia brasileira com o mercado mundial e o papel do Estado no crescimento industrial, retirados do documento que orientou a intervenção dos sindicalistas de São Bernardo na negociação do primeiro acordo do setor automotivo em março de 1992. “A Câmara Setorial representa uma alternativa como fórum de discussões amplas, onde, a despeito das inevitáveis divergências de diagnósticos e propostas entre os vários segmentos que compõem o setor, existe a perspectiva de significativos avanços.” “O aumento da produtividade é fundamental para melhorar a competitividade da indústria brasileira no mercado internacional.” “Acreditamos que compete a uma nova política industrial, antes de mais nada, basear-se numa estratégia para o tipo de inserção do Brasil no novo cenário da economia mundial.”¹²⁰. O agente desse discurso não é a classe operária e tampouco a classe trabalhadora. São os metalúrgicos, pensados como parte funcional de um todo mais importante que é o “setor automotivo”. Nesse todo não há contradições entre interesses de classe, mas apenas “divergências de diagnósticos” entre os “segmentos” que compõe o setor. Em última instância, o agente do discurso é o setor automotivo, e não os metalúrgicos. O adversário ao qual se opõe esse agente é o mercado internacional. A contradição foi expelida para fora do “setor automotivo”. O obstáculo a ser superado pelo setor é a baixa produtividade do trabalho. O projeto pelo qual se luta é a modernização do setor automotivo, modernização cujo objetivo são os ganhos de todos – trabalhadores (salários), empresários (mercados e lucros) e Estado (crescimento da arrecadação pela via da renúncia fiscal que estimula a produção). A ideologia que informa esse discurso sindical é organicista: a unidade de interesses e de ação das classes que compõe o setor automotivo, unidade essa que se dá com a participação no e do Estado – a Câmara Setorial e suas decisões incorporadas à política econômica. Temos aí um tipo de organicismo corporativista¹²¹. (BOITO, 1996, p.276)

O novo corporativismo é o corporativismo de mercado e não do Estado, pelo qual se promove a conciliação de classes, não mais pelos princípios tecnocráticos, mas pela própria regulação, tornada pública e consciente do mercado através de entidades representativas e autônomas da sociedade civil (sindicatos e associações empresariais) das quais o Estado se tornou o árbitro.

Disto resulta na obstrução do desenvolvimento da consciência de classe no sentido também de enfraquecer o antagonismo entre o capital e o trabalho, e assim, a luta de classe migraria para a esfera da circulação, da troca de mercadorias, consolidando a ação espontânea do sindicalismo cuja defesa incorpora o fetichismo da mercadoria como artilheiro da própria

¹²⁰ *Reestruturação do complexo automotivo brasileiro – as propostas dos trabalhadores na câmara setorial*, documento produzido e editado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, março, 1992, p. 15, 21 e 22. (nota do autor)

¹²¹ *Esse organicismo é distinto daquele que corresponde ao corporativismo populista. O corporativismo de Estado populista é estatista. O Estado tutela o movimento dos trabalhadores justamente para protegê-lo da “sanha exploradora os tubarões”. No neocorporativismo societal e setorial das câmaras, os sindicatos imaginam controlar as decisões do Estado para o “seu” setor. Aspira-se influenciar o Estado, e não a tutela do Estado sobre o sindicalismo. O Estado deve ser posto a serviço do setor, que é um todo homogêneo, e não proteger os trabalhadores numa sociedade atravessada pela contradição entre ricos e pobres. Esse novo corporativismo vem crescendo no Brasil, sem que tenha se desvencilhado da estrutura sindical herdada do populismo.* (nota do autor)

sobrevivência da institucionalidade sindical, mantendo-se, por opção ideológica, no horizonte dos valores capitalistas.

CONCLUSÃO

O estudo partiu da permanência do conceito de classes sociais e da sua centralidade no processo de reprodução das relações sociais e reprodução do modo de produção capitalista. Por ele obteve-se algumas evidências. Primeiro, a divergência no que se refere à caracterização de formação da consciência e do processo de conscientização. Por outro, que os trabalhadores organizados em movimentos sociais ocorrem pelas classes em luta e compreende a dinâmica da ação coletiva enquanto expressão do conflito social.

A destruição do passado, ou melhor, a destruição dos mecanismos que vinculam as experiências atuais às das gerações passadas torna-se um dos fenômenos mais característicos do capitalismo e que dificultam a formação da consciência de classe.

O caráter contraditório da realidade da classe trabalhadora sob o primado do capital reside no fato da necessidade de permanecerem na atividade produtiva, tão somente para garantir sua sobrevivência e emprego ao mesmo tempo em que assimila o processo de transformação das relações de produção, que pode resultar na tomada de consciência da exploração econômica e da dominação política às quais se encontra submetida segundo a lógica do capital. Neste quadro podem se manifestar novas formas de resistência, embora tal fenômeno ocorra, nem sempre, de forma articulada e coerente.

Estas duas “consciências teóricas” como definiu Gramsci (2004, p. 103) possibilita ao trabalhador adquirir uma relativa apreensão crítica da realidade da qual faz parte, e assim questionar e/ou garantir a reprodução das relações sociais e reprodução das relações de produção. No entanto, esta consciência contraditória deriva, segundo Thompson (1998, p.21 e 21.), da conformidade com o *status quo*, que mantém a ordenação do capital, e neste caso do empregador, bem como do “senso comum”, de onde a exploração e as dificuldades são compartilhadas entre os trabalhadores, mas que, no entanto suas manifestações ocorrem pela crítica à esta submissão e pela reduzida manifestação de revolta.

Se o fordismo exigiu, como afirma Gramsci (1984, p. 405), um tipo de trabalho racional e intensificado, pela adequação de um processo em que o trabalhador é coagido segundo a combinação do consentimento e persuasão, o padrão toyotista torna esta combinação mais orgânica porque, de um lado há coação do trabalhador associada à exigência de um trabalhador que se envolva com os objetivos da empresa no sentido de garantir maior rentabilidade de capital

e anular formas de resistência dos trabalhadores. De uma coação objetiva através da simplificação de tarefas para um engajamento subjetivo dos trabalhadores que não dispensa o “espírito operário” num ambiente de desafio contínuo, tal é o enfrentamento analítico que o trabalhador deve desenvolver para agir em direção a uma consciência que possibilite adotar novas estratégias a partir das suas experiências contraditórias.

Tal fenômeno torna-se central a ponto de alterar as relações sociais e a reprodução do modo de produção fazendo com que valores que se sustentam no campo da ação coletiva e de pertencimento de classe perdem espaço na práxis e de reflexão teórica para a valorização de manifestações do indivíduo. Este “processo civilizatório” baseado na apropriação privada da riqueza denuncia a luta histórica e os mecanismos utilizados materialmente por uma classe dominante em transformar os opositores do capital em indivíduos a serem assistidos pelo Estado e pelos setores privados sob a chancela da “responsabilidade social”. Portanto não se trata do fim da história; ao contrário é o desenvolvimento do capital sob a intensificação da miséria humana.

O antagonismo entre proprietários e trabalhadores é ao mesmo tempo latente e potencial, tornando-se necessária a combinação de inúmeros fatores de ordem econômica, política, ideológica (situação de emprego e salário, situação de sistema de alianças que sustenta o bloco do poder burguês, etc.) para sua existência ativa.

No tocante ao processo de conscientização dos trabalhadores gerado em ambiente de luta a partir da ação grevista sabe-se que gera experiência aos envolvidos e pode também traduzir-se em maior unidade ao movimento sindical e ampliação das suas bases. No entanto, o período recente faz surgir algumas questões e observações. A primeira diz respeito à condição em que o trabalhador transforma e requalifica o significado de sua participação na estrutura produtiva.

No que diz respeito às ações grevistas que são capazes de contribuir para a formação da consciência de classe diz respeito à atuação do trabalhador assalariado durante o seu desenvolvimento.

As greves colocam em evidência o conflito da relação entre o capital e o trabalho. Então a ação organizada e planejada evidencia o inimigo de classe, a capacidade organizativa e tática do movimento grevista e a sua força no sentido de consolidar a consciência.

Um dos primeiros obstáculos a ser superado é vencer o fracionamento da classe entre os trabalhadores e, no ambiente do trabalho significa aos trabalhadores receberem formação política do sindicato que pontuem as condições impostas pelo capitalismo, sobre o mercado de trabalho,

sobre a condição operária, e a posição do sindicalismo frente às políticas neoliberais, ou seja as questões do mundo do trabalho.

Disto decorrerá na forma pela qual o sindicato da categoria se aproxima da sua base. A situação reflete um quadro em que estão envolvidas as ações pragmáticas, portanto com maior possibilidade de penetração entre os assalariados. Isto porque os trabalhadores foram educados, por décadas, a atuar profissionalmente considerando o processo produtivo como local de venda da sua força de trabalho e não como elemento que o coloca sobre exploração.

Mesmo que reconheça que está sendo explorado, o assalariado entenderá ser uma relação com o empregador e não por uma complexa lógica do sistema. O que se evidencia é um entendimento de que o seu chefe não é um “bom patrão”. Segue-se que os trabalhadores com baixa complexidade de consciência entenderão o sindicato como um mediador na sua relação com a empresa e o discurso contra o sistema capitalista se torna algo abstrato.

A greve, por ser um elemento de ação imediata e cujas conseqüências são verificadas no seu desenrolar, envolve os trabalhadores no desconforto das ameaças da perda de salário, de reposição de horas paradas e principalmente da demissão. Estas conseqüências são discutidas coletivamente pelo comando de greve e nas assembléias dos trabalhadores. Também é discutida a forma pela qual os trabalhadores devam se organizar para efetivar a greve e perceberem-se como sujeitos coletivos e não com interesses particulares. O que está em evidência é o sentido de *pertencimento*, capaz de produzir a reflexão do trabalhador sobre o encaminhamento da sua vida e das opções dos demais *companheiros em luta*.

Compreendida a forma de aproximação, os próximos obstáculos são as resistências pessoais dos trabalhadores que estão sob jugo do capital na fábrica e sob intensa propaganda de consumo nas demais relações sociais e procurando conforto para as mazelas sociais na igreja. Assim, a vida social do trabalhador pode se tornar um obstáculo maior à formação da consciência. Então, uma ação grevista que “desestabilize” sua rotina acaba se tornando um aspecto negativo ao grevista.

A seu turno, a greve será explicada a estes trabalhadores no sentido de sobrepor aos obstáculos pessoais que imperam na vida dos trabalhadores em greve. Afinar diferentes compromissos em contextos de diferentes situações de enfrentamento/ação grevista, cuidar da vida pessoal e ao mesmo tempo do setor de imprensa, ou segurança de uma greve, por exemplo. Ou seja, capacidade de superar limitações pragmáticas do cotidiano e articular-se em ações

coletivas. É diferente de ter consciência da existência de determinado problema, mas não dispor de recursos para superá-los. Este último é reflexo do isolamento do debate crítico acerca das prioridades do capitalismo.

A consciência de classe pode ser gerada na ação grevista quando há necessidade de se assumir funções na divisão de tarefas, inclusive para atender aquelas que são “indesejáveis” (que envolvem nível de conflito que coloca os trabalhadores em contradição com os seus valores), ou desgastantes tanto física quanto intelectualmente (ficar acordado como *vigia* em turno de greve, ir à audiência junto com advogado no Tribunal de Justiça do Trabalho). Por outro lado, as dificuldades que decorrem das ações grevistas contribuem para medir (a) a capacidade de intervenção do movimento paredista e (b) a capacidade de participação em contextos adversos dos seus integrantes. Em ambos os casos a consciência de classe se constrói em processo (REICH, 1976). Então, a eficácia política dependerá do domínio parcial ou total das condições necessárias para se efetivar a greve e obter conquistas.

Tanto a eficácia na ação quanto o fracasso decorrente da mesma gera consciência de classe porque o trabalhador atravessa determinadas experiências pela quais ele atuou, e de forma coletiva. A sua ação bem como a dos demais integrantes serão avaliadas coletivamente (pelo comando de greve e as assembléias grevistas). Ou seja, aprende-se inclusive com os erros ou com a força demonstrada de seu oponente.

As táticas empregadas determinam o grau de consciência classe. Isto porque a ação grevista deverá reconhecer quando uma ação se torna “irresponsável” (de acordo com a sua força e não em relação ao que a classe dominante julga ser correto e de bom senso) ou quando é necessária a sua radicalização. O que pode estar envolvido são jogos de interesse ou solicitações que os trabalhadores reconhecem que haverão maiores resistências por parte do empregador. Em outras palavras: se determinado grupo que compõe a greve entende ser esta uma oportunidade de ascensão política ou de garantia de visibilidade; se “vai pedir mais” sabendo que “vai ganhar menos”; se a solicitação grevista abstêm-se de determinada mediação (por considerá-la como mecanismo de cooptação de classe).

Trata-se, portanto de identificar também as táticas que o podem ser distorcidas e utilizadas pelos empregadores para (i) absorver as demandas dos trabalhadores, e (ii) oferecer respostas pontuais que fragilizam a ação grevista e promovem a cisão porque alguns se sentirão satisfeitos por ter obtido algo, e outros não querem continuar por medo da repressão ou por perder o

emprego, ou porque estava prestes a receber um aumento salarial. Neste caso a conjuntura está mais forte que a consciência e as questões pragmáticas individuais ainda dominam o repertório do trabalhador em greve.

As reivindicações parciais servem ainda de medição/termômetro para medir o poder de fogo do movimento paredista (penetração de classe e convencimento público) bem como a estrutura disponível do inimigo. Também o desgaste gerado na luta não passa despercebido: é um termômetro para medir a ação paredista.

O nível de violência de massas empregado também é um indicativo de força, e de consciência de classe porque os trabalhadores deverão avaliar o impacto das ações diante da greve, da população, de como a imprensa burguesa realizará a divulgação e sobretudo da confiança que os trabalhadores em greve adquiriram de seus companheiros para este tipo de ação.

Estas ações geralmente decorrem quando os canais de diálogo foram esgotados, ou quando a força proletária é muito intensa, ou serve como estopim para novas ações. As três formas são ofensivas ao oponente, mas há que se dizer das ações defensivas, no sentido de obstruir o avanço do capital, ou seja, algo como associar o boicote com a greve. Seja como for, a consciência de classe se forma na medida em que todas as alternativas avaliaram a capacidade de intervenção da repressão e de como o movimento grevista realizará a sua auto-avaliação, passada a atividade de violência de massas.

Trata-se de *violência de massas* e não *violência revolucionária* porque a segunda implica na destruição de determinada estrutura do seu oponente, ou como a mídia burguesa costuma caracterizar pejorativamente: por *terrorismo*. Mas neste último caso se trataria de terrorismo “seletivo” (pois tem um inimigo-alvo). No primeiro caso, a intervenção se realiza por amplo apoio construído por setores do comando de greve e os danos são eminentemente materiais.

A consciência de classe, no caso acima faz referência à forma pela qual sua mensagem chegou à população, pois o nível de repressão será elevado, o que pode resultar em manifestações conservadoras, seja por parte da população, seja no interior do movimento grevista.

Resumidamente, a conscientização dada pela ação grevista ocorre através da práxis, pelo aprendizado que o trabalhador adquire no contexto e dinâmica da greve e a forma como percebem a realidade social. Quem pratica uma ação refletirá pouco sobre o conteúdo de conscientização produzido, por isso a necessidade de plenárias e instâncias de deliberação. Também é indício de conscientização em processo a busca por respostas coletivas para assuntos

de abrangência de classe social e a incorporação de novas formas de ação, bem como perceber a complexidade das metas de envolvimento e das instâncias pedagógicas que envolvem a ação grevista: fazer caixa/recursos, chamar a atenção popular/imprensa, estabelecer responsável pela interlocução jurídica, formatar discurso de modo a não permitir que a mídia burguesa manipule informações, tanto na edição quanto antes da declaração ao jornalista, relatórios de registro das ações, análise e mapeamento dos espaços a serem realizados a greve.

O desdobramento deste estudo poderia pressupor algumas questões ainda poderiam ser desenvolvidas. O nível de formação da consciência de classe adquirido pelos trabalhadores foi suficiente para promover alterações no padrão normativo institucional das relações de trabalho ou foi a ingerência de políticas de Estado, a partir de negociações e ações propriamente legais que garantiram novas conquistas aos trabalhadores? Dito de outra forma, considerando a origem sindical de membros do Executivo, contribuiu para uma incipiente formação da consciência dos trabalhadores no sentido de promover senão, rupturas, mas avanços no campo dos direitos nas relações de trabalho? Sindicato conquistou com suas bases ou as supostas conquistas foram frutos de barganha com o Estado? Em caso positivo da segunda alternativa, a origem de ex-militantes sindicais favoreceu negociações? Este movimento dos trabalhadores em relação ao Estado, ou ainda, da luta entre capital e trabalho, absorve os trabalhadores em favor de políticas neo-institucionais e transforma o movimento sindical em “colarinho branco” ou a mescla produzida é condição para avanço das forças do trabalhador?

As lutas avançaram menos do que o esperado, considerando a origem sindical dos trabalhadores no governo. De um lado pela pressão do capital enquanto subgrupo no poder de Estado capitalista e por outro a acomodação do sindicato frente à nova composição de forças no executivo e no parlamento.

No primeiro caso, cabe destacar que uma greve que se faz em ano eleitoral e cujo dissídio ocorreu antes mesmo da paralisação, pode indicar ou sugerir especulações de que o movimento grevista estaria agindo segundo interesses de coligação política, tanto no sentido de não afetar o andamento das articulações da entidade sindical diante da campanha de um candidato e/ou partido político ou também significando que o “bom senso”, que mandaria a greve ocorrer antes do dissídio, teria os índices pleiteados em greve já barganhados entre lideranças de trabalhadores e empresariado. A greve dos bancários de outubro de 2010, por exemplo. Ela ocorreu em ano das eleições ao executivo nacional e estadual, senado e legislativo federal e estadual. A paralisação

ocorreu em outubro; no entanto, o dissídio da categoria ocorreu no mês anterior. E não foi difícil encontrar trabalhadores da categoria que sugeriam que o índice de reajuste de 11% já havia sido estabelecido como meta pelos banqueiros; o que tornaria a greve um grande teatro no sentido de conter as manifestações descontentes, mostrar “eficácia política” do sindicato, ao mesmo tempo em que não agrediria os interesses do grande banqueiro.

No segundo, pela omissão do sindicato em promover ações que culminariam com a perda de conquistas sociais e trabalhistas (como a flexibilização do trabalho) como aquela verificada em 2008, pela experiência de São José dos Campos, em que os trabalhadores se viram obrigados a negociar a situação de greve para não perderem o emprego, (pois a Prefeitura local comprou a posição da empresa e pressionou os trabalhadores a cancelarem a greve, caso contrário a empresa migraria para cidade vizinha).

A existência dos conflitos interclasses corresponde a uma doutrina de dominação capitalista incoerente porque a regulamentação trabalhista ao mercado de ideologia neoliberal acarretará numa presença crescente de serviços sociais privatizados. Incoerente também porque sua existência enquanto prática política está intimamente relacionada à intervenção do Estado na economia. É também o consenso imposto pelas elites financeiras indiferente às necessidades sociais.

A crítica marxista e leninista, marxista-leninista, ainda não chegou ao conjunto dos trabalhadores deste país, ou seja, não perpassou o mundo do trabalho. Eis que ainda se faz greve por setor ou por ramo de indústria ou de serviços – metroviários, rodoviários, aeroviários, ferroviários, bancários etc.

Os operários não lutam contra a classe dos capitalistas, mas contra determinado capitalista ou contra o governo, neste caso sem compreender que deveriam lutar contra o Estado. Neste estágio de consciência o proletariado ainda não superou o nível de “classe em si”. Como disseram Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, nesta etapa quando os inimigos são as mercadorias estrangeiras e as máquinas, “os operários formam uma massa disseminada por todo o país e desagregada pela competição”. (MARX; ENGELS, 1981. p. 118)

Os conflitos podem ser vistos com mais clareza na transição dos últimos 16 anos de governo federal, ou seja, oito anos de liberalização da economia brasileira seguido de oito anos de continuidades associadas às tentativas de retomada do Estado no controle da economia. E os

dados oficiais e estatísticos mostram a vantagem do governo de Lula da Silva em relação a Cardoso.

O modelo adotado nos anos 1930, 1950 e 1970 apresenta respostas da economia voltada ao desenvolvimentismo, a despeito do diálogo com a corrente liberal. Entretanto, manteve-se a subordinação do país ao capital internacional, desde a dependência da infraestrutura dado ao incipiente desenvolvimento local (a despeito de 1929 o Brasil ter saído da crise com práticas “keynesianas” antes mesmo de Keynes), até o inchaço do Estado no governo militar dos anos de 1960, sem promover a transferência de renda, mas associado à “deserção do capital” (LESSA, 1988). Há que se considerar, como um elemento que compõe a subdivisão das classes em frações de classe que, no capitalismo do II PND a deserção do capital se deu por conta da ausência de infraestrutura a impulsionar as grandes empresas nacionais o que manteve a incompletude departamental.

Sublinha-se que o “keynesianismo” desenvolvimentista brasileiro deve, para atingir seus objetivos, justificar alternativas à fórmula neoclássica de política econômica (cuja versão doutrinária é o neoliberalismo) que fracassou no Brasil e na América Latina.

Assim o discurso neo-desenvolvimentista das últimas três décadas tem como inimigo o baixo crescimento proporcionado pela economia liberal neoclássica.

A administração econômica neo-desenvolvimentista tem repudiado a sobrevalorização do real, o que conduz o país à crescente especialização no setor de *commodities* agrícolas e industriais (que por sua vez tem baixo valor agregado, tanto no que se refere ao trabalho vivo como na utilização de tecnologias). Como o mesmo vigor, não é desejável para os neo-desenvolvimentistas que o padrão de desenvolvimento venha atrair capital estrangeiro especulativo, que por sua vez oneram pesadamente as finanças públicas.

Deve-se lembrar que as análises em termos dos três departamentos (DI, DII e DIII apresentados por Marx e posteriormente Kalecki), o problema da acumulação de capital, o entendimento da economia nacional como “mista” foram um padrão dos desenvolvimentistas. Vide, por exemplo, os estruturalistas cepalinos.

Disso resulta num discurso da necessidade de desvalorização cambial, pois, com a taxa a dois dígitos (uma das maiores do planeta, quando nos EUA a taxa é 0% ou negativa), aqui se dá o contrário, e será supostamente isso que desencorajaria os investimentos nos distintos setores produtivos.

Contudo, e do ponto de vista econômico, o discurso neo-desenvolvimentista não pode exigir algo que os burgueses neoclássicos não se propuseram a realizar.

A fundamentação das alternativas neoclássicas propostas se acha, dizem os desenvolvimentistas, nos maus resultados. Entretanto, não existe nelas embasamento teórico que tenha por fim demonstrar que as políticas neoliberais que estiveram em curso no país estão erradas; pelo fato de que os neoclássicos ignoram a especificidade do crescimento retardatário. Mas ao contrário, os neoclássicos pretendem conduzir o crescimento a partir de fórmulas que se revelaram eficazes nos atuais países desenvolvidos até a chegada da crise do *subprime*, em 2008. E os maus resultados, por sua vez, poderiam ser facilmente corrigidos (no caso específico da bolha financeira de 2008 dos países desenvolvidos foi o dinheiro público que salvou os bancos, montadoras de automóveis, entre outros, o que prova o poder político de *Wallstreet*).

De acordo com a orientação sugerida, o fracasso da proposta neoliberal, codificada no Consenso de Washington, se deve exclusivamente ao fato de as instituições existentes nos países subdesenvolvidos não serem adequadas ao crescimento econômico.

Portanto, o discurso do desenvolvimento fortalece seu opositor, uma vez que as propostas do neoliberalismo continuariam plenamente válidas se fossem complementadas com um esforço de aperfeiçoamento institucional. Isto seria uma espécie de Consenso de Washington Ampliado.

E se observada sob a ótica da política verifica-se que os resultados obtidos pela fórmula neoliberal já comprovaram que a política econômica tem endereço certo, que é o de abastecer financeiramente a alta burguesia internacional. , as variantes desenvolvimentistas que tem no Estado o papel de interventor desejável (e respeitando as recomendações do próprio Keynes) não propõem muita novidade nos sentido de se alterar o quadro.

No entanto, o caminho contrário também não é encorajador, considerando que o objetivo seja o de incentivar a indústria local, através de capital público, misto ou privado.

O financiamento do capital privado nacional (ou misto) preferirá a segurança pela liquidez e /ou rendimento em capacidade produtiva instalada que se localiza na matriz, fora do Brasil. Em outras palavras, qual investidor teria disposição de aplicar capital de médio e longo prazo para fomentar uma eventual capacidade produtiva instalada, se o mercado financeiro tem dado mostras eficientes da metamorfose do capital, mesmo após 2008? Portanto ocorre algo muito semelhante ao que Lessa chamou, em pleno II PND, de “deserção do capital”. (LESSA, 1998)

Da mesma forma, no recente governo Lula a burguesia nacional não conta com investimento público de médio e longo prazo o que faz com que determinados setores, ao arrecadar benefícios que deveriam seguir para o capital constante nacional, isto não ocorre, ao contrario, migra para o capital especulativo, este é outro indicio de que a taxa *Selic* pode favorecer inclusive o capital nacional e a ausência de seu controle no país não se faz só por via economia, mas com medidas de contenção de saída e confisco.

Com o aprofundamento da dependência e subordinação das economias nacionais ao capital financeiro, a força de trabalho ativa que antes se manifestava como um contingente de exploração de trabalhadores incluídos, seja no trabalho formal quanto na sua condição de exército industrial de reserva em quadro reversível, tornou-se um fator estrutural do mundo do trabalho e se manifesta como exclusão real.

Em 2010 o Brasil pagou cerca de R\$806 bilhões em impostos (10% mais que em 2009) e, além de investimentos pífios em programas sociais via PAC, não há qualquer possibilidade de um governo articulado pelo partido “dos trabalhadores” mencionar a inversão de capital.

O MTE apresenta dados de que as contratações com carteira assinada em 2010 atingiram cerca de 2,5 milhões. Em 2009 não chegava a um milhão. E é a maior taxa de crescimento da economia nos últimos 24 anos, desde 1986. A classe média vem se compondo por rendimento médio que varia de 4 a 10 salários mínimos. Espera-se um crescimento médio de 5,5% a.a. na economia e o emprego chegando entre 3,5% a 4%.

Há críticas em relação ao número de empregos gerados no governo Lula, no que se refere à metodologia empregada, pois os dados apresentados pelos ministros Mantega e Luppi é de que foram considerados não apenas os 10 dias do mês, mas conta com outros 20 dias que o procedimento atual não conta, sugerindo assim que os dados poderiam ter sofrido manipulação, um problema que já havia ocorrido com Delfim Neto, por ocasião de seu ministério durante o regime militar. No entanto, os dados sobre as contratações apresentados por Luppi foi justificado que este operava dentro do limite legal do governo. De forma prática e sem este método de Luppi seriam cerca de 380 mil postos que não deveriam ser computados.

Do ponto de vista político revela, de um lado a deterioração dos espaços de luta e de incorporação dos trabalhadores enquanto grupo organizado e da transformação do processo revolucionário em meras relações de sobrevivência cotidiana; enquanto recorte sociológico significa maior estratificação social e a intensificação da exploração do trabalho vivo. No campo

da economia do trabalho deve-se observar o caráter da informalidade da força de trabalho em oposição ao crescimento e desenvolvimento econômico. E, invariavelmente, compreender a acentuação do mecanismo da exploração do trabalho enquanto elemento central de acumulação do capital, sob confirmação histórica da apropriação provada do capital hegemônico pelo imperialismo capitalista.

Há que se dizer ainda dos modelos econômicos adotados e que interferem na regulação do trabalho e da riqueza nacional. Ao se avaliar os impactos dessa nova ordem mundial liberal que se conformou a partir da década de 1980 e seu impacto do desenvolvimento nos países apresentam avaliações divergentes tem-se, de um lado a literatura do banco mundial e dos defensores do neoliberalismo, afirmando tratar-se de um período rico do ponto de vista do desenvolvimento econômico, da redução da pobreza e crescimento da economia mundial e de outro lado referindo-se a este período como desfavorável ao crescimento econômico.

Uma das argumentações que defende o neo-keynesianismo no Brasil é de que a intervenção estatal na economia pode contribuir para um sistema menos justo no que se refere as questões sociais e, para isso espelha-se no modelo de economia mista asiático, sobretudo o chinês que sofreu crescimento nos últimos 25 anos.

A natureza das reformas chinesas estaria, segundo os neo-keynesianos, na política econômica que Deng Xiao-Ping fez-se de forma gradual, com inspiração, não em Thatcher ou Reagam, mas em Lênin e na Nova Política Econômica adotada Rússia, de 1921 e 1922, com reformas e estatização na economia Rússia.

Para Deng Chiao Ping foi necessário restaurar o campesinato com a pequena produção independente, com terra para produção e pagando uma quantia de imposto e o resto vende ao mercado, o que fez dar um salto na produção agrícola na China. Ou seja, quem produziu o desenvolvimento não o fez sustentado pelo comportamento econômico liberal.

No entanto, não se pode esquecer de que as relações de trabalho dadas naquele país contribuem, e muito para a deterioração da qualidade de vida do trabalhador, com superexploração da força de trabalho. A este respeito cabe perguntar se, do lado do trabalhador, não seria necessário contratar fiscais bem pagos e formados no sentido de coibir os abusos dos empresários; esta é esta é uma medida reformista, mas oferece dificuldade à classe dominante quando se trata de depreciar ainda mais a força de trabalho assalariada.

Outra advertência é a de que a tese que defende o crescimento econômico produzindo um capital misto (público e privado sobre a suposta regência do Estado) deve passar por um olhar cauteloso, sobretudo considerando que, com a exclusão do setor produtivo formal tem-se, em contrapartida a inclusão do setor de serviços concretizando a reabsorção dos trabalhadores a partir de outras relações sociais historicamente impostas pelo capital induzindo ao longo do seu processo de dominação, padrões materiais e ideológicos de consumo e de comportamentos que instituem novas expressões de status social e, sobretudo de barbárie desenvolvida pelo capital no âmbito mundial.

A política econômica do proletariado enquanto classe vem sendo feita de acordo com as oportunidades políticas. E, enquanto classe, o proletariado está em contradição com os capitalistas. De um lado o projeto político de sociedade do proletariado que objetiva a expansão do mercado interno, pela política salarial e de outro os empresários cuja meta é a expansão do mercado externo para manter (ou elevar) suas taxas de lucro, estabelecendo, a partir da práxis, a luta entre os trabalhadores e os possuidores dos meios de produção.

Quando há desemprego significa ao empresário o poder de pressão e controle dos trabalhadores. Pois, se todos estiverem empregados conseqüentemente reduz-se (com tendência a eliminar) o exército industrial de reserva, o que obrigaria o patronato ter de negociar remunerações, salários e direitos dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, implicaria em maior participação desde o início, dos trabalhadores em questões mais pragmáticas de sua vida produtiva (jornada de trabalho, recurso para sustento familiar, etc.), o que estimularia a sua organização e à construção da consciência de classe pelo exercício da práxis, como a ação grevista por melhorias de condições sociais.

No caso brasileiro, as oportunidades políticas dadas pelas ações dependem do contexto nacional em que o movimento se insere.

Na ação grevista torna-se possível afirmar que todo capitalista individual conhece seus interesses de classe e regra geral age nos limites dados por estes interesses. Também o operário pode, visando preservar seu emprego ou aumentar seus ganhos, ter interesse no crescimento da empresa capitalista ou setor no qual ele trabalha, fazendo frente comum com os capitalistas dessa empresa ou setor e ao mesmo tempo concorrendo com os operários que trabalham em outras empresas ou setores. O corporativismo sindical, no sentido gramsciano de egoísmo de fração é a manifestação clara e geral desse fenômeno. Logo, na economia estão presentes potencialmente

tanto classes antagônicas quanto grupos que ponderam entre si em defesa de uma empresa ou setor.

Já o sindicato não sobrevive sem a relação entre o capital e o trabalho e da mesma forma que o capital avança, o sindicato aspira ao monopólio da oferta de mercadoria força de trabalho que padecerá por uma força incorrigível, a saber, que a força trabalho quase sempre foge à sua regulamentação. E será neste sentido que o sindicato procurará pela luta sindical conquistar contrato de trabalho justamente porque o operário transfere valor de uso.

Aceita a hipótese de que o sindicato é uma entidade de defesa de interesses específicos que está envolvido em disputas e conflitos internos e diante da sociedade, e que as greves representam os interesses de um grupo de trabalhadores, então torna-se possível deduzir que a confiança interpessoal indiscriminada não faz parte das características dos seus integrantes. Ou, dito de outra forma, a mobilização política pode ser gerada pela desconfiança em relação a outros operários e pode ser impulsionada para certo tipo de ação coletiva.

A referência de luta revolucionária dos trabalhadores segue até anos 30 do século XX. Depois houve tentativas de mudança a partir da estrutura institucional capitalista. Tem-se uma esquerda cooptada, a despeito do avanço das lutas contra a ditadura e colaboracionismo de setores do sindicalismo, contribuindo para enfraquecer o processo de formação da consciência. O direito instituído ao exercício de greve também adquire relevo que procura minimizar o controle do Estado frente à organização sindical, o que gera outra polêmica no interior do movimento sindical.

A trajetória do sindicalismo no Brasil de 1978 a 1998 aparece como uma passagem, da luta de classes na produção para uma convergência em que o sindicalismo de participação social. Com a Constituição de 1988 os sindicatos se aproximam da agenda do Estado é o período também que assume maior relevo o interesse do sindicalismo reformista contra a liberdade sindical.

No que se refere ao exercício de greve, ele ocorre com maior reflexão dos trabalhadores sobre o evento, acumula experiência e desenvolve o processo de conscientização.

Quando ocorre uma greve ou um ciclo de mobilização paredista se faz porque os trabalhadores de algum modo têm a percepção da injustiça, associada à necessidade de expandir suas conquistas e alargar os seus direitos. No entanto, é necessário distinguir os interesses dos operários envolvidos no processo de produção da existência, uma vez que é possível observar que

a ressonância a uma solicitação de greve nem sempre foi atendida e quando ocorreu manifestaram-se interesses político-partidários, de políticas sindicais além daquelas observadas e materializadas pelos trabalhadores na ação grevista.

Como alerta Noronha (2009, p. 161), é necessário distinguir os determinantes de um ciclo de greves das variáveis que explicam o comportamento das greves dentro de um ciclo, pois há variações consideráveis no volume de conflitos de um ano ao outro num mesmo ciclo, bem como aparentes reversões de tendências do ciclo num determinado ano: redução das greves dentro de um movimento ascendente ou crescimento quando a tendência do ciclo é de queda. Tais variações, embora imprevistas, não são casuais.

Para a manutenção da greve como instrumento de resistência do trabalhador deve considerar estas alternâncias que ocorrem no interior do sistema capitalista e de seu modo específico de produção e de quais oportunidades políticas a base de trabalhadores podem encontrar.

Em primeiro lugar, deve-se reconhecer que as greves representam o conflito entre capital-trabalho e assim refletem a subordinação dos trabalhadores no modo de produção capitalista. Este antagonismo deixa claro que o empreendimento produtivo representa o nexos contraditório entre a acumulação privada e estabilidade da classe trabalhadora, e, portanto o fortalecimento da última não significa a superação do modo de produção capitalista, ao contrário, caberia aos trabalhadores construir a ação coletiva nas circunstâncias em que o capitalismo se desenvolve com prejuízo das conquistas sociais adquiridas num determinado processo histórico. Até aqui, o crescente bem-estar dos povos não tem sido senão um subproduto eventual da industrialização.

Mesmo com o arrefecimento das greves elas servem de “termômetro” da capacidade de mobilização dos trabalhadores. E, quando utilizada para a reivindicação salarial, deve-se ter em conta que a forma salário de remuneração dos trabalhadores torna-se, do ponto de vista do desenvolvimento das políticas sociais, um requisito estrutural e não somente uma medida de contenção de classe, pois está submetido ao capital variável. Como se sabe, o salário aparece no Brasil no período de 1957 a 1962, quando se amplia a taxa de lucros no sentido de expandir a economia.

Em segundo lugar, os operários envolvidos na negociação coletiva deverão considerar em que conjuntura haverá possibilidades de greve e, no momento em que se deflagrar a greve

compreenderá a repartição de poder entre os trabalhadores e os tipos de linguagem empregados para a análise das greves.

As ações dos trabalhadores estarão contidas pela dinâmica do capital variável, levando o operariado enquanto classe à ação defensiva em momento específico, portanto não de extinção. Isto porque o trabalho, enquanto capital variável está submetido à decisão da composição orgânica do capital e suas medidas históricas que visa garantir a sua sobrevivência e expansão, portanto de acumulação. Dito de outra forma, a saída de sobrevivência dos trabalhadores não está na possibilidade de se corrigir os “abusos” do capitalismo – como querem os keynesianos desenvolvimentistas – que supostamente possibilitaria na consecução de um “capitalismo mais civilizado” e em condições de se fortalecer a classe trabalhadora para que então, de forma gradual se conquiste a democracia e por ela se decidir uma possível transição do capitalismo a outro sistema. Menos ainda se considerar a flexibilização das regulações do trabalho que ficaria a mercê do livre comércio.

Vale acrescentar que o revisionismo de Nikita Kruschov¹²², ainda que não se admita ou não saibam por ignorância histórica, vazou os partidos de esquerda no Brasil, do PT ao PCdoB, como relatou o sociólogo Fausto Arruda sobre a tese das “Três Pacíficas e Dois todos” edificada no período em que Kruschov, ocupava a função de Secretário Geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS):

Três Pacíficas e Dois Todos — Em sua essência o revisionismo de Kruchov advogava:
(1) A “Coexistência pacífica” não como Lênin a definira nos primeiros dias do Poder Soviético como relações somente entre países de regime social diferentes, mas para regular todas as relações entre classes antagônicas e entre os países dominados e o imperialismo;
(2) A “Transição pacífica” com que revisava o conceito marxista de violência revolucionária, afirmando não ser mais possível realizar as transformações sociais pela via revolucionária, dado a existência da bomba atômica e o perigo duma guerra termonuclear, e mais, que a via parlamentar passara a ser o caminho para se chegar ao socialismo;
(3) A “Emulação pacífica” com que completava sua revisão do marxismo-leninismo sobre a luta de classes, propugnando que a competição pacífica do desenvolvimento econômico e social entre socialismo e capitalismo levaria aos homens de forma geral a compreensão sobre a superioridade do socialismo e conseqüente definição por ele.
Com os “Dois todos”, (1) “Estado de todo o povo” e (2) “Partido de todo o povo” destituía do caráter de classe proletário o Estado Socialista e o Partido Comunista.

¹²² Secretário Geral do partido Comunista da extinta União Soviética, entre 1953 e 1964. Foi substituído na URSS por sua perspectiva reformista, cargo que veio a ser ocupado pelo conservador Leonid Brejnev.

Assim, Kruchov revisava a concepção marxista-leninista sobre o Estado, segundo a qual este é um fenômeno da sociedade de classes, sendo nada mais que "o instrumento especial de repressão" da classe dominante.

Segundo o novo revisionismo de Kruchov o Estado no socialismo, a Ditadura do Proletariado, perdera a razão de ser e passara a ser Estado de "todo o povo", pois no socialismo não existiriam mais classes sociais. Conseqüentemente, para esta concepção, derivava que nos países capitalistas a democracia burguesa em sua forma parlamentar deixaria de ser a Ditadura da Burguesia, passando à condição de "Estado de todo o povo", devendo ser disputado e ocupado pacificamente pelo proletariado. Quanto ao Partido Comunista este de partido revolucionário do proletariado deixara de ter caráter de classe proletária e se tornara o partido de "todo o povo". (ARRUDA, 2011)

O desenvolvimento social resume-se, portanto, ao grau de desenvolvimento das estruturas que associa o desenvolvimento tecnológico ao desenvolvimento das forças produtivas, mas a apropriação dele pela fração capitalista enquanto classe dominante no poder o torna destrutivo aos trabalhadores quanto mais a economia estiver regulada pelo mercado, a saber, pela expansão do neoliberalismo e do capital fictício. Neste sentido caberia perguntar se a reversão do capital, associado a um sindicalismo combativo não poderia ser o primeiro indício de mudança de um sistema que superexplora o trabalho vivo a outra forma de organização societal. Hoje, o desafio sindical é conquistar a unidade do movimento sindical que está sendo desafiada para garantir a reversão da condição econômica.

Então a reivindicação sindical depende da construção teórica adquirida pelos trabalhadores da direção, os quais elaboram as estratégias de ação frente ao capital, e dos trabalhadores que integram a massa consciente acerca das ações sindicais. Se a greve vem perdendo espaço é de um lado pelo avanço do capitalismo a partir de outra forma de organizar a produção e gestão da empresa. E por outro lado pela identidade sindical construída pelos militantes que a compõe.

Assim, tem-se avanço de pautas mais amplas que contemplam o mundo do trabalho, mas que procuram absorver trabalhadores para as questões do seu cotidiano, ou seja, previdência social, formação profissional com qualidade e com intervenção e deliberação do sindicato.

No entanto, o sindicalismo, não caminha no sentido da libertação da forças do capital. Primeiro porque a grande união promovida pelo movimento sindical se tornou conciliatória e de resultado, o que mostra que as bandeiras e intenções programáticas, se não são detergentes, apontam para tomada de poder que fragmentam a classe trabalhadora. E se fragmenta porque a referência não está sendo condizente com os propósitos classistas dos trabalhadores. Por outro

lado, são os interesses da cúpula sindical que estão em jogo. O que se evidencia pela articulação que tem com o governo e pelo pacto que fizeram com o capital.

O movimento sindical reformista defende o capitalismo em favor de políticas doutrinárias do keynesianismo e também as desenvolvimentistas. No seu entender, isso manteria de certa forma a perspectiva de trabalho do operariado fabril assentado no fordismo (no caso brasileiro, pré-fordismo).

O pacto do sindicalismo com o governo Lula mostrou isso e a composição ministerial da Dilma também. Tanto Lula da Silva quanto Dilma Roussef fazem frente com o capital misto de uma fração da burguesia, que até certo ponto aceita a interferência do capital financeiro para obtenção de lucros e valorizar ativos, a despeito do investimento em *commodities*.

Presume-se que o sindicato deva buscar forças também com os trabalhadores que não são fabris, mas que crescem no setor de serviços. Por isso também que se ampliam suas bandeiras. De forma equivalente, a legislação é trabalhada no sentido de absorver a demanda de mercado pelo qual cresce o setor de serviços.

Embora o sindicato ofereça resistência à flexibilização, ela tem sido feita no sentido de um lado a não perder direitos e de outro porque perderia sua base de sustentação e o apoio financeiro do Estado. O papel do sindicato adquire assim outra *carteira de identidade*, aquela que faz a ponte de interesses entre Estado, trabalhadores e empresários, ao mesmo tempo em que se esforça para condicionar os trabalhadores à lógica do capital, investindo em formação que não conteste a estrutura do capital, mas que alimenta este mesmo sindicato

Daí a parceria ser fácil entre as instituições públicas as empresas e sindicato, porque o interesse do trabalhador já foi deixado de lado há muito tempo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BALIBAR, E. **Da luta de classes à luta sem classes?** Campinas: Unicamp/IFCH, nº20. Fevereiro de 1996.
- BARAN, P. A.; SWEEZY, P. M. **Capitalismo monopolista. ensaio sobre a ordem econômica e social americana.** Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Global, 1986, 2 ed.
- FREITAS, F. M. C. **Lênin e a educação política: domesticação impossível, resgate necessário.** Campinas: Unicamp, Faculdade de Educação, tese de doutorado, 2005.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol. 5.
- GRAMSCI, A. **Americanismo e fordismo.** In, Gramsci, A. (org.) **Cadernos do cárcere**”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol. 5.
- GRAMSCI, A. **Americanismo e fordismo.** In, Gramsci, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, 2ª ed.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, 9ª ed.
- KALECKI, M. **Aspectos políticos do pleno emprego,** in Kalecki, M. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas.** SP: Hucitec, 1977.
- KALECKI, M. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas.** São Paulo: Hucitec, 1977.
- LENIN, V. I. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1979.
- LENIN, V. I. **A doença infantil do ‘esquerdismo’ no comunismo.** Obras Escolhidas em três tomos, t. 3. Lisboa: Avante / Moscou: Progresso, 1979.
- LENIN, V. I. **A questão dos sindicatos.** Coimbra: Centelha, 1975.
- LENIN, V. I. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo.** Obras Escolhidas, vol. V.
- LENIN, V. I. **Informe apresentado ao II congresso dos sindicatos de toda a Rússia.** Obras Completas em cinquenta e cinco tomos, t. 37. 5. ed. Moscou: Progresso, 1986.
- LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LENIN, V. I. **O Estado e a revolução.** São Paulo: Hucitec, 1979.

LENIN, V. I. **O perigo político das cisões no movimento sindical.** Obras Completas em cinquenta e cinco tomos, t, 42. 5ª. ed.. Moscou: Progresso, 1986.

LENIN, V. I. **Que fazer?.** Obras Completas em cinquenta e cinco tomos, t. 6. 5ª ed. Moscou: Progresso, 1981.

LENIN, V. I. **Sobre os sindicatos.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LENIN, V.I. **Sobre las huelgas.** In: Obras Completas. Argentina: Cartago, 1958.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação de capital.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LUXEMBURGO, R. **Greve de massas, partidos e sindicatos.** Rio de Janeiro, Global, 1976.

LUXEMBURGO, R. **Greve de massas, partidos e sindicatos.** São Paulo: Kairós, 1979.

MARINI, R. M. **Vida e obra.** In, TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (orgs). São Paulo: Expressão popular, 2005.

MARX, K. **18 Brumário de Luís Bonaparte.** In, MARX, K. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann.** São Paulo: Paz e Terra, 1986.

MARX, K. **Capítulo VI inédito.** São Paulo: Moraes, s/d.

MARX, K. **Carta a Weydemeyer.** In MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas em três tomos, t. II. Moscou, Progresso, 1966.

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto comunista.** São Paulo: Global, 2006.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **O capital.** (tomo I, II, III). São Paulo: DIFEL, 1985.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** (livro terceiro: o Processo Global de Produção Capitalista, volume V). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MOURIAUX, R., BÉROUD, S. **Para uma definição do conceito de ‘movimento social’.** In: LEHER; R.; SETÚBAL, M. (org.). **Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: Diálogos para uma Nova Práxis.** São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, F. **A crítica à razão dualista.** Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista.** São Paulo: Brasiliense, 1976.

OLIVEIRA, F. et. al. (orgs.). **Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras.** São Paulo: Novos Estudos Cebrap, nº 36, jul, 1993.

OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita.** Petrópolis: Vozes, 1998.

- OLIVEIRA, F. **Privatização do público, destituição da fala e anulação política: o totalitarismo neoliberal.** In, OLIVEIRA; F.; PAOLI, M. C. (org.). **Os Sentidos da Democracia: Políticas do Dissenso e Hegemonia Global.** Petrópolis, 1999.
- POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- POULANTZAS, N. **Hegemonia y dominación em el Estado moderno.** Cordoba: Pasado y Presente, 1969.
- POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 23ª ed., 6ª reimpr., 2001.
- PRADO JR., C. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 12ª ed., 1970.
- REICH, W. **O que é a consciência de classe?** Porto: Textos Exemplares 6, 1976.
- RODRIGUES, E. **Entre ditaduras: 1948-1962.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1993.
- RODRIGUES, E. **Alvorada operária. Os congressos operários no Brasil.** Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.
- RODRIGUES, E. **Trabalho e conflito. Pesquisa histórica: 1900-1935.** Rio de Janeiro: edição de Edgar Rodrigues, Manuel Matos, Manuel Ramos, Victoria Ramos e Fernando Neves, 1977.
- STUCKA, P. I. **Direito e luta de classes.** São Paulo, Acadêmica, 1968
- TARROW, S. **El poder em movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política.** Madrid, 1997.
- TILLY, C. **Modelos y realidades de la acción colectiva popular.** In, AGUIAR, F. (org.). **Intereses Individuales y Acción Colectiva.** Madrid: editorial Pablo Iglesias, 1991.

BIBLIOGRAFIA

- ABET, IPEA, OIT. **1988-2008: Vinte anos de Constituição cidadã no Brasil. Avanços, limites e perspectivas para o mundo do trabalho no século XXI.** Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ. 25 e 26 de Setembro, 2008.
- AGUENA, P. **O ressurgimento das lutas sindicais depois do Estado Novo.** URL Original: www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=5134&ida=0. Publicado em 23/5/2006 19:12:00. Acesso em 14/9/2010 15:05:28.

- AGUIAR, F. (org.). **Intereses individuales y acción colectiva**. Madrid: editorial Pablo Iglesias, 1991.
- AMORIM, R. L. C. **Macroeconomia neoclássica contemporânea: novos-keynesianos e novos-clássicos**. Porto Alegre: Ensaios FEE, v. 23, n.1, 2002, p. 31.
- ANDERSON, P. **Balanco do neoliberalismo**. In SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995.
- ANTUNES, R. **A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80**. Campinas: UNICAMP, 2ª ed.,1992.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997, 4ª ed.
- ANTUNES, R. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARRIGHI, G. **O longo século vinte**. São Paulo: Unesp, 2006.
- ARRUDA, F. [Saudemos o 25 de março de 1922 - parte 2](#). In *Jornal A Nova Democracia*. Ano IX, nº 76, abril de 2011. (<http://www.anovademocracia.com.br/no-41/1568-saudemos-o-25-de-marco-de-1922>)
- ASHENFELTER, O.; JOHNSON, G. **Bargaining theory, trade union and industrial activity**, *American Review*, 40, 1969.
- ASHENFELTER, O.; JOHNSON, G. **The democratic class struggle**. London Routledge & Kegan Paul, 1983.
- BAKUNIN, M. **Conceito de liberdade**. Porto, Rés, 1975.
- BALTAR, P. **Crise econômica. Impactos no trabalho e na estrutura social**. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Seminário abril de 2009.
- BALTAR; P.; KREIN, D., **Crise econômica. Impactos no trabalho e na estrutura social**. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Seminário abril de 2009.
- FAUSTO, B. (org.). **O Brasil republicano. Sociedade e política (1930-1964)**. São Paulo: Difel, 1986, 3º volume.

- BATSTONE, E.; BORATSON, I.; FRENKEL, S. **The social organization of strikes**. Oxford, Blackwell, 1978.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BERNARDO, M. H. **Estratégias e táticas de resistência de trabalhadores industriais em tempos de flexibilização do trabalho**. XI ABET: A crise mundial e os dilemas do trabalho, 2009.
- BÉROUD, S.; et al. (2008). **Entre grèves et conflits: les luttes quotidiennes au travail**. centre d'études de l'emploi, Nozy-le-Grand, **Rapport de Recherch**. In Boito, A.; MARCELINO, P. **O sindicalismo deixou a crise para trás? Notas sobre o caso brasileiro**. Campinas: Unicamp, XI Encontro da ABET (Associação Brasileira de Estudos do Trabalho) setembro de 2009
- BERSTEIN, A. B. **Behind the anxiety over globalisation**. Business Week, april, pp38-44, in EVANS, P. **Fighting Marginalisation with Transnational Networks: Counter-Hegemonic Globalisation**. 2000, Contemporary Sociology, 29 (1), pp. 230-241.
- BEYNON, H. **O sindicalismo tem futuro no século XXI?**. In SANTANA, M. A.; Ramalho, J. R. (orgs.) **Além da Fábrica. Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 5ª ed., p. 33.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.
- BIRH, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BOITO Jr, A. **Política neoliberal e sindicalismo Brasil**. SP: Xamã, 1999.
- BOITO Jr., A. **A Crise do Sindicalismo**, In SANTANA, M. A.; Ramalho, J. R. (orgs.) **Além da Fábrica. Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- BOITO Jr., A. **Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, revista Crítica Marxista , nº 3, 1996.
- BOITO, A.; MARCELINO, P. **O sindicalismo deixou a crise para trás? Notas sobre o caso brasileiro**. Campinas: Unicamp, XI Encontro da ABET (Associação Brasileira de Estudos do Trabalho) setembro de 2009.

BRAGA, R. **A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea**. SP: Xamã, 1996, p. 213. Ruas, R., et al. **Avanços e impasses do modelo japonês no Brasil**. In, HIRATA, H. S. (eds.). *Sobre o Modelo Japonês*. São Paulo: Edusp, 1993.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

CARCANHOLO, M. D. **Novos-clássicos e novos-keynesianos: uma nova roupagem para um velho debate**. Uberlândia: Economia Ensaios, v. 9-10, nº 2, nº 1, p. 67-63, jul.-dez. 1995.

CARDOSO DE MELLO, J. M. e BELLUZZO, L. G. M. **Reflexões sobre a Crise Atual**, in BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil. Ensaios sobre a crise**. Campinas: Unicamp, IE, 1998 (30 Anos de Economia – Unicamp, 9.

CARDOSO DE MELLO, J. M. **O Estado Brasileiro e os Limites da estatização**, in OLIVEIRA, F. (et. alli.). **Ensaios de opinião**. Rio de Janeiro: Inúbia, 1977

CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. Campinas: Unicamp/IE, 1998.

CARDOSO, F. H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

CARVALHO, F. J. C. **Keynes e o Brasil**. Campinas: Economia e Sociedade, v. 17, nº especial, p. 569-574, dez, 2008.

CARVALHO, R. Q.; SCHIMITZ, H. **O fordismo está vivo no Brasil**. Novos Estudos Cebrap, nº 27, julho/1990.

CERTEAU, M. H. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1996, 2ª ed.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COGGIOLA, O. Neoliberalismo, futuro do capitalismo? In, COGGIOLA, O; KATZ, C. (orgs.). *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1996.

CONCEIÇÃO TAVARES, M.; SERRA, J. **Más allá del estancamiento: una discusión sobre el estilo del desarrollo reciente de Brasil**. Revista Latino- Americana de Ciencias Sociales, n 1-2, p. 2-38, jul/dez/1971.

CRUZ, M. C. V. **Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café**. Rio de Janeiro, 1905-1930. Revista Afro-Asia nº 24, 2000.

CUNHA, E. F. C. **A construção do conceito de sindicato, identidade sindical e consciência de classe para bancários e servidores públicos.** Rio de Janeiro: UFRJ/ EICOS, 2006.

D'ARAÚJO, M. C. **A elite dirigente do governo Lula.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.

DAIN, S. **Empresa estatal e capitalismo monopolista.** Campinas: Unicamp, 1986.

DIEESE. **Balanço das greves em 2007.** São Paulo, Estudos e Pesquisas. 2008

DIEESE. **Balanço das greves em 2008.** São Paulo: Nota à Imprensa, 23 de julho de 2009.

DIEESE. **Boletim do DIEESE**, N° 7, nov. 1960.

DIEESE. **O movimento grevista em 2004.** Estudos e Pesquisas, ano 2, n°20, maio de 2006.

DIEESE. **O movimento grevista em 2004.** Estudos e Pesquisas, n°12, outubro de 2005.

DIEESE. **O movimento grevista em 2005.** Estudos e Pesquisas, ano 2, n°20, maio de 2006.

DIEESE2009a. Disponível em: Acesso em: http://cspb.org.br/UserFiles/files/DIEESE_EST_PESQ_45_greves_2008_resumovalido.pdf, p. 7).

DIREITO CONSTITUCIONAL. São Paulo: Atlas, 2000, 7ª ed.

DOS SANTOS, A. L.; GIMENEZ, D. M. **Política de salário mínimo e as finanças públicas no Brasil**, in Baltar, P.; DEDECCA, C. S.; KREIN, J. D. (orgs.) **Salário Mínimo e Desenvolvimento.** Campinas: Unicamp/IE, 2005.

DOS SANTOS, T. **Imperialismo e corporações multinacionais.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DRAIBE, S. M. **Avaliação da descentralização das políticas sociais no Brasil: saúde e educação fundamental.** Santiago: CEPAL, Série Reformas de Política Pública, 1998b .

DRAIBE, S. M. **Rumos e metamorfoses — Estado e industrialização no Brasil: 1930/1960.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo.** In CHESNAIS, F.; DUMÉNIL, G.; L, D.; WALLERSTEIN, I. (orgs.). **Uma nova fase do capitalismo?**. São Paulo: Xamã: 2003.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

EDWARDS, P. K. **Strikes in the United States, 1881-1974.** Oxford, Blackwell, 1981.

EVANS, P. **O Estado como problema e solução.** São Paulo: Lua Nova, revista de cultura política, n° 28-29, abril de 1993.

FAGNANI, E. **Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964/92.** Campinas: Economia & Sociedade, Campinas, n° 8, p. 183-238, jun. 1997.

- FERRER Y GUARDIA. **La escuela moderna**. Madrid: Júcar, 1976.
- FIORI, J. L. **Os moedeiros falsos**. In: FIORI, J. L. (org.) **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Moraes, 1980, 3.ed.
- FREITAS, F. M. C. **Ética e educação na cidade do capital**. Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/56159/1/ETICA-E-EDUCACAO-NA-CIDADE-DO-CAPITAL-/pagina1.html#ixzz1AjY1q6jt> Acesso em janeiro de 2011.
- GALVÃO, A. **A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula**. Outubro, nº 18, 1º semestre, 2009.
- GALVÃO, A. **O movimento sindical no governo Lula entre a divisão e a unidade**. Ciudad de Mexico, VI Congreso de La Asociación Latinoamericana de Sociología del Trabajo (ALAST), 20-23 de Abril del 2010.
- GALVÃO, A. **O neoliberalismo na perspectiva marxista**. Campinas: V Colóquio Internacional Marx e Engels, 2007.
- Galvão. A. **Reforma sindical: as polêmicas por detrás de um falso consenso**. São Paulo: Revista PUCVIVA, nº23 – Janeiro a Março, 2005.
- GARCIA, V. **Antologia del anarcosindicalismo**. Caracas: RUTA – B.A.S.E, 1988.
- GERMER, C. **O sistema de crédito e o capital fictício em Marx**. Porto Alegre: Ensaio FEE, v. 15, n. 1, 1994.
- GOMES, F. G. **Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil**. RJ: RAP 40(2): 201-36 Mar./Abr. 2006.
- HARNECKER, M. **Os conceitos elementais do materialismo histórico**. Santiago, 1971.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992, 5ª. ed.
- HIBBS Jr., D. **Industrial conflict in advanced industrial societies**. American Political Science Review, 70, 1976, p. 1033-1058 k.
- HIBBS Jr., D. **On the political economy of long-run trends in strike activity**. British Journal of political Science, 8, 1978.
- HOBSBAWM, E. **Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo**. In: HOBSBAWM (org). **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. I, 1983.

- HOBBSAWN, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- http://www4.pucsp.br/eitt/downloads/viii_ciclo_debate/VIII_Ciclo2010_Art_Miguel_Huertas.pdf
- IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996, 6ª ed.
- IPEA. **Salários no setor público versus salários no setor privado no Brasil**. 10 de dezembro de 2009.
- JOHNSTONE, M. **Marx y Engels y el concepto de partido**. In: Cuadernos de Pasado y Presente/7. Teoría Marxista del Partido Político/I, 10ª ed. México: Siglo XXI, 1987.
- KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.
- KEYNES, J. M.; SZMRECSÁNYI, T. (org.). **A teoria geral do emprego**. São Paulo: Ática, 1978.
- KOPI, Walter. **The working class in welfare capitalism: work and politics in Sweden**. London, Routledge & Kegan Paul, 1978.
- KREIN, D. **Crise econômica. Impactos no trabalho e na estrutura social**. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Seminário abril de 2009.
- KREIN, D. **O avanço da contratação flexível**. Campinas: UNICAMP/IE/CESIT, Carta Social do Trabalho. nº 6, maio a agosto 2007.
- LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LEITE, M. P. **A classe operária e a questão sindical**. In FLEURY, M. T. L.; FISCHER, R. M. (coords.) **Processo e relações do trabalho no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1987.
- LEITE, M. P. **Classe, ideologia e o trabalhismo**. Coleção cadernos CEDEC, nº 8, 1987.
- LEITE, M. P. **O movimento grevista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, coleção tudo é história, 1987.
- LESSA, C. **A estratégia de desenvolvimento, 1974/76. Sonho e fracasso**. Campinas: Unicamp, IE, 1998 (30 anos de Economia – Unicamp, 5), 2ª ed.
- LIMA, I. C. **O sindicalismo diante das transformações no mundo do trabalho: o**
- LIPIETZ, A. **Miragens e milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.
- LOCKWOOD, D. **El trabajador de la clase media: un estudio sobre la consciencia de clase**. Madrid: Aguilar, 1962.

- LOPREATTO, C. **O espírito da revolta. A greve geral anarquista de 1917.** São Paulo: Annablume, 2000.
- LUKÁCS, G. **História e consciência de classe.** Porto: Publicações Escorpião, 1974.
- MACHADO, M. H. **Brasil a vapor: raça, ciência e viagem no século XIX.** Tese apresentada para o concurso de Livre-Docência. Departamento de História. FFLCH-USP. São Paulo, Agosto de 2005.
- MARRAS, J. P. **Relações trabalhistas no Brasil.** São Paulo: Futura, 2001.
- MASSEY, D. **The geography of power.** Red Pepper, Julho, pp. 18-21. PANICH, L. Reflections on Strategy for Labour? Socialist Register, 2001. London, Merlin Books, pp. 367-392.
- MEDEIROS, M. **A trajetória do welfare state no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos 1990.** Brasília: IPEA, textos para discussão nº 852, 2001.
- MELUCCI, A. **A invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- MÉSZÁROS, I. **O Poder da ideologia.** São Paulo, 1996.
- MILLS, C. W. **A nova classe média.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MOISÉS, J. A. **Greve de massa e crise política (um estudo sobre a greve dos 300 Mil em São Paulo – 1953-1954).** São Paulo: Polis, 1978 (Coleção Teoria e História, 3).
- NAGLE, J. **Educação e sociedade na primeira república.** São Paulo: EPU & Edusp, 1974.
- NEPP/UNICAMP. **Acompanhamento de greves no Brasil.** Dados estimados pela variação da média mensal do total do número de grevistas apresentados pelo boletim do DIEESE, s/d.
- NORONHA, E. G. **A explosão das greves na década de 80.** In: BOITO JR., A. O Sindicalismo Brasileiro nos anos 90. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1991.
- NORONHA, E. G. **Ciclo de greves, política e estabilização: Brasil, 1978-2007.** São Paulo: Lua Nova, 2009, nº 76.
- NORONHA, E. G. **Explicações para um ciclo excepcional de greves: O caso brasileiro.** Artigo apresentado no XXI International Congress (LASA). Disponível em <http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/GarutiNoronha-Gebrine-Elias.pdf> Acesso em novembro de 2010.
- NORONHA, E. G. **Greves e estratégias sindicais no Brasil.** In, COMIN, A. A.; NASCIMENTO, A. M. (et. alli.). **O Mundo do Trabalho. Crise e Mudança no Final do**

Século. São Paulo: Ed. Página Aberta; Scritta; Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit/IE/Unicamp); MTE, 1994.

NORONHA, E. G. **Informal, ilegal, injusto. Percepções do mercado de trabalho no Brasil.** RBCS, vol.18, nº 53, outubro/2003.

OLIVEIRA, E. **Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ORIONE, M. **Extinção do fator previdenciário é uma medida necessária.** Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, em 25/02/2011.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (et al.). **Dicionário do pensamento social do século XX.** Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PELIANO, J. C. et. alli. **Automação e trabalho na indústria automobilística.** Brasília: UNB, 1987.

PERES, C. L.; HUERTAS NETO, M; SERRÃO, R. S. **50 anos de luta dos trabalhadores por reajustes salariais.**

POCHMANN, M. **Adeus à clt? O eterno sistema corporativo de relações de trabalho no Brasil.** São Paulo: Novos Estudos, nº 50, 1998.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.** São Paulo: Boitempo, 2001.

PRONI, M. **A inserção do jovem no mercado de trabalho brasileiro.** Campinas: Cesit/Unicamp, Carta Social e do Trabalho. nº 6, maio/agosto de 2007.

PROUDHON, P. J. **O que é a propriedade?** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

QUADROS W. **O “milagre brasileiro” e a expansão da classe média.** Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, tese de doutorado, 1991.

QUADROS, W. **Estrutura social melhora, mas classe média fica “estagnada”.** Campinas: Jornal da Unicamp, 3 a 9 de novembro de 2008.

REES, A. **Industrial conflicts and business fluctuations.** Journal of Political Economy, 60, 1952, pp. 371-382.

RODRIGUES, L. M. **Destino do sindicalismo.** São Paulo: Edusp: FAPESP, 1999.

- RODRIGUES, L. M.; CARDOSO, A. M. **Força Sindical: uma análise sócio-política**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- ROLL, E. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- RUAS, R., et al. **Avanços e impasses do modelo japonês no Brasil**. In, HIRATA, H. S. (Eds.). *Sobre o Modelo Japonês*. São Paulo: Edusp, 1993, p. 103-122.
- RUMIANTISEV, A. (org.) **La estructura de la clase obrera de los países capitalistas**. Praga: Editorial Paz y Socialismo, 1963.
- SADER, E. **Quando os novos personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995.
- SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995.
- SANDOVAL, S. A. M. **Fatores de motivação psicossocial**. Palestra realizada no Núcleo de Estudos sobre Anarquismo Especificista-Plataformista (NESAEP). Campinas, Unicamp, IFCH, agosto, 2004.
- SANDOVAL, S. A. M. **Os trabalhadores param. Greves e mudança social no Brasil, 1945-1990**. São Paulo: Ática, 1994.
- SANDOVAL, S. A. M. **The crisis of the brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s**. *Revista Psicologia Política*, Nov./2000.
- SANDRONI, P. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006, 2ª ed.
- SANTANA, M. A. e RAMALHO, J. R. (orgs.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo. 2003.
- SARTORI, G. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SCALETSKY, E. C. **A Petrobrás e os trabalhadores da empresa estatal**. Rio de Janeiro: *Rev. Univ. Rural, Sér. Ciênc. Humanas*. Vol. 23(2): 137-149, jul./dez. 2001.
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- setor de telecomunicações do Paraná no pós-privatização**. In: ARAÚJO, S.;
- SIMÃO, A. **Sindicato e Estado (suas relações na formação do proletariado de São Paulo)**. São Paulo: Dominus, 1966.

- SOARES, J. L. **Sindicalismo no ABC paulista: reestruturação produtiva e parceria.** Brasília, DF: Outubro – Centro de Educação e Documentação Popular, 1998.
- SOUZA, M. M. C. **A transposição de teorias sobre a institucionalização do welfare state para o caso dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- SOUZA, N. A. **Organização e condições do trabalho moderno: precarização do trabalho docente.** III Seminário da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação. Rio de Janeiro, 18 - 20 de abril de 2011.
- SOUZA, N. A. **Professores e Mercado de Trabalho.** VI Seminário da REDESTRADO – Regulação Educacional e Trabalho Docente. Rio de Janeiro: UERJ, 06 e 07 de novembro de 2006.
- TAYLOR, F. W. **Princípios da administração científica.** São Paulo: Atlas, 1990, 8ª ed.
- TAYLOR, M.. **Racionalidad y acción colectiva revolucionaria.** In, AGUIAR, F.(org.). **Intereses Individuales y Acción Colectiva.** Madrid: Editorial Pablo Iglesias, 1991.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, E.P. **As peculiaridades dos ingleses.** In, NEGRO, A. L.; SILVA, S. (orgs.). E. P. Thompson: **as peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998a. v. 1. (Coleção Textos Didáticos).
- TUMOLO, P. S. **Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista.** Campinas: editora da Unicamp, 2002.